

BRASIL, PANDEMIA E PEQUENAS CIDADES

Paulo Fernando Jurado da Silva
Giovane Silveira da Silveira
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli
Maria José Martinelli Silva Calixto
(Orgs.)

Brasil, pandemia e pequenas cidades

BRASIL, PANDEMIA E PEQUENAS CIDADES

Paulo Fernando Jurado da Silva
Giovane Silveira da Silveira
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli
Maria José Martinelli Silva Calixto
(Orgs.)

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Drogouett
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Comitê Editorial para publicações de Geografia:

Dr. André Tomé de Assis; Dr. Clerisnaldo Rodrigues De Carvalho; Dr. Rafael Navas;
Dr. Reinaldo Corrêa Costa; Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva; Dr. Romerito Valeriano Da Silva

©2023 Paulo Fernando Jurado da Silva; Giovane Silveira da Silveira;
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli; Maria José Martinelli Silva Calixto

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

B823

Brasil, pandemia e pequenas cidades / Organizadores Paulo Fernando Jurado da Silva, Giovane Silveira da Silveira, Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli, et al. – Jundiá-SP: Paco Editorial, 2023.

Outra organizadora: Maria José Martinelli Silva Calixto

Livro em PDF

ISBN: 978-85-462-2291-9

1. Geografia urbana. 2. Urbanização. 3. Pandemia I. Silva, Paulo Fernando Jurado da (Organizador). II. Silveira, Giovane Silveira da (Organizador). III. Bernardelli, Mara Lúcia Falconi da Hora (Organizadora). IV. Título.

CDD: 307.76

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Geografia urbana

 PACO EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiá-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

Jan Bitoun

A GEOGRAFIA COMO INTERPRETAÇÃO DA
URBANODIVERSIDADE DAS PEQUENAS
CIDADES DA AMAZÔNIA: AMBIENTE E SAÚDE,
AS TIPOLOGIAS E SINGULARIDADES E A DINÂMICA
DO ESPAÇO VIVIDO

17

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia

Viviana Mendes Lima

Monique Bruna Silva do Carmo

A ARTE EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES:
MURALISMO E ENSINO DE GEOGRAFIA

39

Eliane Cristina de Sá

Juan Marco da Silva Viana

CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DO ENSINO
SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA
DISCIPLINA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES
GEOGRÁFICAS EM URBANISMO

61

Geisa Zanini Rorato

Luana Pavan Detoni

Carolina Rezende Faccin

O MUSEU COMO INSTRUMENTO NO ENSINO
DE GEOGRAFIA: A INTERDISCIPLINARIDADE A
PARTIR DO USO DA IMAGEM

95

Eduardo Henrique de Oliveira Lima

PENSAR A CIDADE NO ENSINO: CONTRIBUIÇÕES
DO ESTUDO DO MEIO 111

*Sandra Terezinha Malysz
Claudivan Sanches Lopes
Fabiola Castelo de Souza Cordovil*

A EROSIÃO URBANA EM PEQUENAS CIDADES:
OS CASOS DE RANCHARIA, QUATÁ
E MARTINÓPOLIS-SP 133

Alyson Bueno Francisco

AS COOPERAÇÕES INTERMUNICIPAIS
E QUESTÕES AMBIENTAIS NA GESTÃO
DE RESÍDUOS SÓLIDOS 149

*Kelly Cristina Rigoldi
Valéria Lima*

SUSTENTABILIDADE E SUAS CONEXÕES
COM O EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO:
REFLEXÕES PARA O TURISMO EM
UMA CIDADE GÊMEA 169

*Brandon Chagas Lima
Eliana Lamberti*

PROPOSTA DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COM O USO DO GOOGLE EARTH E IMAGENS
FOTOGRAFICAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
CÓRREGO JOAO DIAS, AQUIDAUANA-MS 191

*Edwina Santos da Costa
Ingrid Moraes Lima*

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E IDENTIDADE
CULTURAL: ANÁLISE DA ESCOLA MUNICIPAL
POLO INDÍGENA MBO'EROY GUARANI KAIOWÁ –
ALDEIA AMAMBAI (AMAMBAI-MS) 213

Alessandro Ramos da Silva

Rosele Marques Vieira

O TURISMO RELIGIOSO EM CIDADES PEQUENAS:
UMA ANÁLISE A PARTIR DE PEDRINHAS
PAULISTA/SP E SANTO EXPEDITO/SP 229

Felipe César Augusto Silgueiro dos Santos

Analine Maria Martins Parente

A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E OS
PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS:
LIMITES E DESAFIOS EM ATENDIMENTO
À MORADIA DIGNA 251

Henriete Selênia Müller Grade

Beatriz Fleury e Silva

AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS
E ECONÔMICOS NO CONTEXTO BOLIVIANO 269

Marcus Vinícius Barbosa Vieira

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Gleicy Denise Vasques Moreira

A SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS
MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL
MATO-GROSSENSE 283

Obedias Miranda Belarmino

Rosele Marques Vieira

Giovane Silveira da Silveira

DA PRODUÇÃO HABITACIONAL À PRODUÇÃO
DA CIDADE: APONTAMENTOS PARA SE PENSAR
A MOBILIDADE SOCIOESPACIAL EM NOVA
ANDRADINA-MS

307

Edmilson Batista Santana
Maria José Martinelli Silva Calixto

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA CIDADE
PEQUENA: AS DINÂMICAS ECONÔMICAS EM
GUARANÉSIA, MINAS GERAIS

331

Renata Vieira de Melo
Eduardo de Araujo da Silva

PERCURSOS URBANOS COMO INSTRUMENTO
PARA SE PENSAR UMA MOBILIDADE MAIS
PARTICIPATIVA NA CIDADE DE
PRESIDENTE EPITÁCIO – SP

353

Bruna Miranda Pinto

SOBRE OS AUTORES

371

PREFÁCIO

Os 17 textos que compõem esse livro foram reunidos por uma equipe de Professores Doutores cuja atividade profissional se desenvolve atualmente em universidades localizadas no estado de Mato Grosso do Sul: Paulo Fernando Jurado da Silva (Uems-Campo Grande), Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli (Uems-Campo Grande), Giovane Silveira da Silveira (Uems-Ponta Porã).

As pesquisas que correspondem a esses textos foram apresentadas em agosto de 2022 no VI Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades (Sinapeq) organizado em parceria pela Uems e a Rede Nacional de Pesquisas sobre Pequenas Cidades (Mikripoli) constituída em 2021 e liderada pelo Prof. Paulo Fernando Jurado da Silva. Em 2008, 2010, 2014, houve simpósios sobre pequenas cidades sediadas em universidades estaduais do Paraná (sucessivamente Maringá / UEM, Londrina / UEL, Cornélio Procópio / Uenp); em 2016, o simpósio foi sediado pela UFU em Ituiutaba, no Triângulo Mineiro. Os Simpósios seguintes, devido à pandemia de Covid 19 ocorreram de forma remota organizados em 2020 pela Unespar (Campo Mourão) e em 2022 pela Uems.

O autor desse prefácio lembra-se de ter proferido uma conferência em 25 de novembro de 2016 sobre urbanização e pequenas cidades no Brasil no Simpósio de Ituiutaba. Isso logo após ter participado de uma reunião em Sobral-CE no âmbito de um ciclo de debates organizado por docentes da UVA e da Urca sobre Fenômeno Urbano no Sertão Nordestino. Naquela parte do Nordeste predominam cidades pequenas com vínculos diretos com a diversidade das ruralidades sertanejas e cidades médias envolvidas em dinâmicas culturais e socioeconômicas que ganharam importância e visibilidade para além das concentrações metropolitanas e das capitais. Vinculado à rede Observatório das Metrôpoles e colaborador eventual da Rede de Estudos sobre Cidades Médias, entendia que a estrutura e a dinâmica de distribuição do habitat, do poder e do trabalho sejam eles realizados em quadros rurais ou urbanos são

tarefas nas quais se engaja a Geografia; assim sendo, a constituição de redes de pesquisadores é indispensável à apreensão da diversidade desse habitat. Então, a existência de uma rede de pesquisa sobre pequenas cidades e simpósios regulares sobre essa configuração do movimento de urbanização representam uma evidente contribuição para a Geografia. Torna-se cada vez mais significativa, com o passar dos anos, quando essas redes se expandem e passam a receber contribuições de acadêmicos vinculados a IES que não estavam compondo a nuvem de instituições inicialmente engajadas na rede.

No caso desse livro, observa-se que os autores dos textos apresentados são acadêmicos de IES situadas, predominantemente fora das capitais, em estados das Regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste. Disso resulta que tratam de pesquisas realizadas em cidades pequenas da “Região Concentrada” (conforme terminologia cunhada por Milton Santos) e do Mato Grosso do Sul, um “sertão” com forte presença de populações ameríndias reconfigurado pela expansão para oeste de populações sulina e paulista na dinâmica comandada pelo agronegócio que sucedeu à Marcha para Oeste instituída pelo Estado Novo. Um único texto, da autoria de acadêmicos do Vale do Paraíba, trata de cidades localizadas no Norte do Brasil: procura entender a configuração de pequenas cidades situadas no Delta do Rio Amazonas no Pará e no Amapá. A origem desses núcleos ribeirinhos que se mantiveram pequenos remonta às iniciativas da geopolítica colonial portuguesa para controlar um território em disputa com a França e estratégico para o acesso à rede hidrográfica da Amazônia. Essas duas alusões a trajetórias históricas relativamente complexas remetem ao fato que cidades pequenas, para além das suas materialidades simples, podem ser sítios de memórias, às vezes escanteadas, de episódios de sofrimento. A leitura de um dos textos - *O museu como instrumento no ensino de geografia: a interdisciplinaridade a partir do uso da imagem* – permite abrir esse debate que se vincula à arquitetura ficcional do filme “Bacurau” de Kleber Mendonça Filho: uma pequena cidade sertaneja eliminada das representações e que resiste ao extermínio a partir do seu museu histórico!

Os acadêmicos, autores dos textos que compõem esse livro, experienciaram os múltiplos fatos associados à pandemia do Covid-19, que tanto sofrimento causou. Escancarou limites impostos às ações humanas que precisaram ser reorientadas e reorganizadas. Nenhum texto do livro trata especificamente da pandemia nas pequenas cidades, mas a pandemia está presente:

- I. na resiliência de autores que para suas pesquisas encontraram limitações procedimentais frente à pandemia, conforme muitos textos reconhecem;
- II. na consolidação da rede de pesquisadores agregando IES por meio de contatos virtuais cultivados quando os encontros físicos se tornaram perigosos;
- III. na continuidade da vida acadêmica com base em IES espalhadas por um país onde o enfrentamento à pandemia exigia uma otimização do desempenho da estrutura de atenção à Saúde especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Um dos textos - *As cooperações intermunicipais e questões ambientais na gestão de resíduos sólidos* – fará o leitor pensar nas possibilidades de cooperação intermunicipal para enfrentar também as questões de gestão da saúde em cidades pequenas, seja por meio de Consórcios de Saúde, seja no âmbito das Regiões de Saúde;
- IV. na forte preocupação por parte dos autores de 6 dos 17 textos em apresentar propostas didáticas pedagógicas de dinamização do ensino fundamental e superior; uma preocupação permanente, mas que, na pós-pandemia, pode ter se tornado uma necessidade mais aguda;
- V. na recorrência em textos desse livro da observação que limitações estruturais à qualidade de vida presentes nas cidades podem ter se aprofundado durante a pandemia.

Os organizadores do livro agruparam os textos em seções destacando perspectivas metodológicas:

O espaço urbano: produção e perspectivas de estudo (1 texto);

Ensino de Geografia: prática e perspectivas em sala de aula (4 textos);

Dinâmicas da natureza e do ambiente (3 textos);

Cartografia, Geoprocessamento e tecnologias (1 texto);

Perspectiva humanística e cultural (2 textos);

Geografia dos territórios: poder, geopolítica e fronteiras (2 textos);

Dinâmica econômica e múltiplas formas de desenvolvimento (3 textos);

Cotidiano, pandemia e qualidade de vida (1 texto).

Com base nessa estrutura, o livro parece enviar uma mensagem ao leitor: o fato de ter como campo de pesquisa pequenas cidades não é um impedimento à cobertura de diversas perspectivas metodológicas que convivem na Geografia. Mas, essa mensagem pode contribuir a uma dispersão tão aguda que o próprio objeto de pesquisa – a cidade pequena – deixa de ser identificado como uma manifestação permanente da produção do espaço geográfico com significado social diferenciado, porém articulado com o significado social das metrópoles ou das cidades médias. Em suma, o homem na Terra também reside em pequenas cidades e isso pode ter consequências para relações do homem com a Terra.

Como já vimos, são numerosos os textos que se propõem contribuir ao aprimoramento de práticas pedagógicas em diversas situações de ensino-aprendizagem. Quatro textos apresentam técnicas que a partir da sala de aula, mas expandidas fora dela, procuram motivar os estudantes a partir de um aprendizado do espaço mais íntimo envolvendo emoções e identificação cultural: *A arte educação nos espaços escolares: Muralismo e ensino de geografia*; *O museu como instrumento no ensino de geografia: a interdisciplinaridade a partir do uso da imagem*; *Pensar a cidade no ensino: contribuições do estudo do meio*; *Educação escolar indígena e identidade cultural: análise da escola municipal polo indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá aldeia Amambai (Amambai-MS)*. Nenhuma estratégia de ensino-aprendizagem apresentada nesses textos é própria de pequenas cidades. Mas, quando se realizam em pequenas cidades essas estratégias não assumiriam outro caráter?

Se para os estudantes de uma escola de grande cidade um mural pode ser mais um entre muitos outros, numa pequena cidade pode se tornar uma atração em escala da própria cidade; Visitas a museus e práticas de estudo do meio ocorrem também em excursões pedagógicas e em saídas da escola para o bairro nas grandes cidades. Nas pequenas, o museu pode se constituir numa centralidade cultural permanente e o meio pode abranger o conjunto da cidade. A escola municipal de um polo indígena sempre precisa fortalecer identidades em geral vítimas de discriminação. A intensidade dessa discriminação pode variar no tempo e no espaço, em cidades grandes e pequenas, e isso certamente merece atenção por parte da comunidade escolar.

Dois textos tratam do uso de recursos geotecnológicos em atividades didáticas: *Cidades pequenas no contexto do ensino superior: relato de experiência da disciplina de sistemas de informações geográficas em Urbanismo*; *Proposta didática de educação ambiental com o uso do google earth e imagens fotográficas: um estudo de caso sobre o Córrego João Dias, Aquidauana-MS*. Os recursos existem para as grandes e pequenas cidades. Nessas, permitem abordagens amplos – em escala da cidade e dos seus arredores com um nível de resolução razoável para análise urbanística o que dificilmente ocorre nas grandes cidades onde precisa lançar mão de maiores recursos. No caso de um estudo tópico – um estudo de caso – os recursos da geotecnologia são idênticos em pequenas e grandes cidades para abordagem da educação ambiental.

Movido pelo mesmo objetivo de despertar uma consciência ambiental, o autor de *A erosão urbana em pequenas cidades: os casos de Rancharia, Quatá e Martinópolis-SP* constata algo bem evidente, mas pouco divulgado: a erosão não se limita às grandes cidades, mas pode ser ativada em quadros urbanos de pequeno porte. Propõe-se então reconstituir a trajetória dessas erosões com base em testemunhas diretas.

Outro conjunto de textos trata da expansão horizontal da cidade pequena em especial decorrente de implantação de conjuntos habitacionais e condomínios em periferias. Surgem então uma nova

problemática de exercício da mobilidade que, diferente das grandes cidades não é dependente do transporte coletivo concedido pelo poder público a empresas privadas. O leitor poderá então entender melhor como essa equação expansão urbana / necessidade de mobilidade urbana se configura em pequenas cidades lendo os três textos seguintes: *A política nacional de habitação e os pequenos municípios brasileiros: limites e desafios em atendimento à moradia digna*; *Da produção habitacional à produção da cidade: apontamentos para se pensar a mobilidade socioespacial em Nova Andradina-MS*; *Percursos urbanos como instrumento para se pensar uma mobilidade mais participativa na cidade de Presidente Epitácio*.

Compõem a publicação textos que tratam de cidades pequenas em quadros regionais como o já citado Delta da Amazônia. Os autores de *A geografia como interpretação da urbanodiversidade das pequenas cidades da Amazônia: ambiente e saúde, as tipologias e singularidades e a dinâmica do espaço vivido* descrevem um tipo bem característico de pequenas cidades ribeirinhas aparentemente estagnadas, inseridas em fluxos informais de transportes e onde a estrutura de saúde pouco protege da difusão da pandemia. Para aproximar-se desse ambiente sociocultural, os autores recorrem a obras que destacaram como essas cidades se inserem com originalidade no meio (Oliveira, J. A; Trindade Junior, St C.; Schor, T. entre outros).

Outro quadro regional destacado no livro corresponde à faixa de fronteira no MS. Essa região é objeto de três textos: *A situação do desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense*; *As principais fontes de dados estatísticos e econômicos no contexto boliviano*; *Sustentabilidade e suas conexões com o empreendedorismo e a inovação: reflexões para o turismo em uma cidade gêmea*. Os autores privilegiam o quadro regional e a problemática de estudo em áreas fronteiriças e incluem nos textos cidades médias. Nisso, dissolve-se o foco sobre cidades pequenas. O primeiro desses textos lança mão do índice Firjan de desenvolvimento

econômico sem debater os vieses desses índices compostos. Acaba demonstrando que a dinâmica da economia nacional com a crise de 2016 se impõe à região como um todo. O segundo texto é uma importante contribuição para pesquisadores que necessitam construir visões transfronteiriças. Essa visão é imprescindível no caso do estudo do turismo em cidades gêmeas como Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, mas que por serem gêmeas não podem ser incluídas no rol das cidades pequenas. Esse conjunto de textos leva a formular duas questões específicas para futuras pesquisas: Em faixa de fronteira cidades pequenas se diferenciam das cidades maiores? O fato de estar situada próxima da fronteira diferencia as cidades pequenas de outras de mesmo tamanho, mas situadas distantes da fronteira?

Voltando a estudos tratando exclusivamente de pequenas cidades, dois textos tratam de dinâmicas de transformações que mudam a economia urbana de modo mais permanente ou somente sazonalmente. Da primeira dinâmica, impulsionado pelo agronegócio trata o texto *Reestruturação produtiva na cidade pequena: as dinâmicas econômicas em Guaranésia, Minas Gerais*. Da segunda, trata o texto *O turismo religioso em cidades pequenas: uma análise a partir de Pedrinhas Paulista/SP e Santo Expedito/SP*. São pequenas cidades locais, mas com momentos de atração para além delas ocorrendo uma influência temporária sobre municípios vizinhos de onde por ocasião da festa retornam familiares e amigos. O fenômeno do turismo religioso gera movimentos consideráveis em cidades grandes e médias. Aqui os contingentes movimentados são menores, mas muito significativos para o ritmo de vida de cidades pequenas.

O conjunto de textos aqui reunidos representa um passo na consolidação de um olhar que se abriu sobre a imensa diversidade do universo das cidades pequenas. Simples nas suas configurações, essas cidades aparecem de uma desafiadora complexidade quando a metodologia de abordagem procura articular as escalas espaciais e temporais pertinentes a esses objetos de pesquisa. Por isso não deve

Paulo Fernando Jurado da Silva | Giovane Silveira da Silveira |
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli | Maria José Martinelli Silva Calixto (Orgs.)

faltar ousadia, perseverança e coragem aos pesquisadores brasileiros que os escolheram para contribuir ao entendimento das dinâmicas do espaço geográfico.

Jan Bitoun

Professor Emérito da UFPE (Departamento de C. Geográficas)

A GEOGRAFIA COMO INTERPRETAÇÃO DA URBANODIVERSIDADE DAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: AMBIENTE E SAÚDE, AS TIPOLOGIAS E SINGULARIDADES E A DINÂMICA DO ESPAÇO VIVIDO

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia

Viviana Mendes Lima

Monique Bruna Silva do Carmo

Introdução

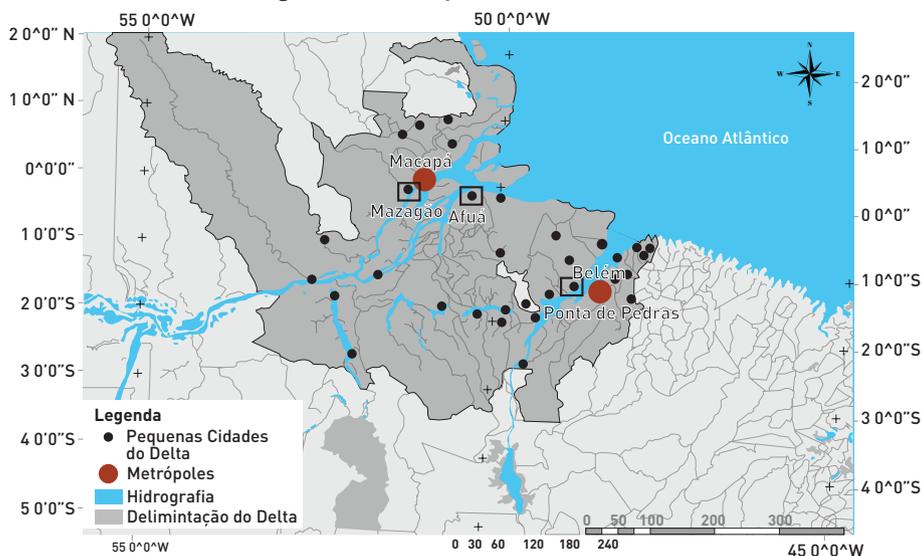
O presente capítulo tem como objetivo apresentar de maneira sucinta três pesquisas realizadas sobre as pequenas cidades da Amazônia: Afuá e Ponta de Pedras, localizadas no estado do Pará, e Magagão, no estado do Amapá e como conceitos e interpretações da Geografia Humana contribuem para este fato urbano na interface entre uma objetividade e materialidade em que o espaço é “sistema de objetos e sistema de ações” (Santos, 2014) e uma intersubjetividade na compreensão do espaço vivido (Serpa, 2019) que não nega o cotidiano, a existência, as relações situacionais e a construção de sua própria existência (Agier, 2011), resultante das discussões vin-

culadas aos estudos da “Importância das Pequenas Cidades na Rede urbana da Amazônia: Crescimento Urbano, Relações Sociais e Políticas” financiados pelo CNPq¹ e Fapesp², sob a Coordenação da Professora Sandra Maria Fonseca da Costa.

No que se refere à área de estudo, de acordo com Brondizio e Hertrick (2009 apud Costa; Brondizio, 2014), a região do Delta do Rio Amazonas é composta por 49 cidades, definidos por 9 localizadas no Amapá e 40 localizadas no estado do Pará. De acordo com a figura 1, das 49 cidades, 34 são consideradas pequenas, ou seja, com menos de 21 mil habitantes. Como é possível observar, há predomínio de cidades com menos de 20 mil habitantes (68%), levando-se em consideração, segundo os dados do censo de 2010, que 86% dessas cidades possuem população urbana menos de 50 mil habitantes. A forma como ocorre a articulação entre as pequenas e grandes cidades na região varia de lugar para lugar de acordo com a dinâmica local e regional. As pequenas cidades do Delta são caracterizadas principalmente por terem infraestrutura urbana precária, assim como os serviços de saúde e educação.

1. CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
2. Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Figura 1. localização da área de estudo



Fonte: Laboratório de Estudo das Cidades, 2022.

Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão são pequenas cidades cuja classificação não se refere apenas ao tamanho populacional, pois, respectivamente, possuem 27%, 48% e 49% de população urbana (IBGE, 2018), mas, além da questão numérica, apresentam uma dinâmica que é estabelecida pelas redes sociais e atividades cooperativas, com aspectos do circuito inferior da economia, de padrão ribeirinho orientado pelo rio e demais valores urbanos que, entre o global e o local, produzem e reproduzem uma socioespacialidade diferencial, em um processo de urbanização que não atingiu apenas as grandes aglomerações – conforme Santos (1993), o que se configurou no país não foi apenas a urbanização do território, mas também, a urbanização da sociedade. Estas cidades, segundo Fresca (2010), que não se encaixam em intermediárias ou metrópoles oferecem certa complexidade de atividades urbanas, acima do mínimo, apresentam conteúdo social (Sposito; Silva, 2013, p. 33), e estão em uma rede urbana que

comporta ligações com diferentes lugares na efetivação de fluxos e fortalecimento dos fixos, em uma rede de circulação.

Dessa maneira, para compreender esta realidade distinta ante o território nacional, são apresentados resultados parciais da tese de doutorado produzidas na Universidade de São Paulo (Lima, 2017) e na Universidade do Vale do Paraíba (Montoia 2018; Carmo 2020), que são parte do grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos das Cidades da Universidade do Vale do Paraíba, que traça um longo caminho de construção epistemológica e metodológica para apreender este urbano do delta do Rio Amazonas.

Ao longo destas pesquisas qualiquantitativa, exploratória e descritiva, foram realizados trabalhos de campo, coleta de dados institucionais, aplicação de formulários na população urbana, entrevistas com agentes públicos e moradores, fotografias e catálogo das políticas públicas, como literaturas de autores consagrados sobre a região que afirmam uma dinâmica com aspectos singulares e particulares (Nunes, 2008; Oliveira, 2006; 2016; Trindade Jr. 2011; 2013; Trindade Jr., Silva; Amaral, 2008; Schor, 2014, dentre outros).

As pequenas cidades da Amazônia

Ainda em períodos de predominância das características rurais, Deffontaines (1938) apontou que o Brasil não parecia se orientar para aglomerados e sim para dispersão. Elementos urbanos como comércio, médicos, dentistas, tabelião eram ambulantes, isto é, elementos não fixados. Até mesmo a instalação de escolas era complicada, o que justificava uma população iletrada ainda no final do século XIX. Esse caráter de poucos aglomerados populacionais nas fazendas, e não nas vilas, transformou-se em milhares de cidades em pouco tempo, ou seja, apesar do caráter de negação da formação de uma rede urbana, não deixou de ser embrião de cidades geradas, até mesmo, de agrupamentos diversos: as reduções, as aglomerações de origem militar, as cidades mineiras, os pousos, as cidades de na-

vegação, as ruínas das vias férreas e as cidades-estações ferroviárias, as bocas do sertão (quadro 1).

Quadro 1. Embrões de Rede de Cidades

Rede de Cidades adaptado de Deffontaines, 1938		
Embrões de Cidades	Tipologia	População
Reduções	Pequeno aglomerado ao redor da igreja e de uma praça central.	Clero, indígenas, comerciantes.
Militar	Proteções chamadas de fortalezas em uma área elevada com vilas e que eram ponto de partida para o interior do território.	Militares, exploradores, jesuítas.
Mineiras	Núcleos próximos aos filões de ouro em áreas de morros em torno da exploração com constituição de igreja, palácios, controle do governo.	Bandeirantes, garimpeiros, clero, comerciantes.
Pousos	Uma rua com prolongamento com presença de ranchos, estalagens, cabanas-hangares para atender aos tropeiros, conhecida como cidades dos viajantes.	Funcionários do governo que cobravam pedágio, comerciantes, boiadeiros, feirantes.
Navegação	Núcleos nas margens dos rios como ponto de abastecimento de navios movidos à lenha.	Lenhadores, comerciantes.
Ruínas de vias férreas	Aglomeraciones de circulação que declinaram com as estradas de ferro.	Navegadores, comerciantes.
Estações ferroviárias	Aglomeraciones como ponto de partida estações ferroviárias que antes eram fictícias. As estações surgiram antes das aglomerações em muitos casos.	Fazendeiros, agricultores, comerciantes.
Bocas do sertão	Aglomeraciones que começaram com aldeias no fim das estações férreas, chamadas de cidades-pontas. E cidades nos cruzamentos das estradas.	Comerciantes, hoteleiros, empresários, vendeiros, operários.

Fonte: Adaptado de Deffontaines (1938).

Estes embriões contribuíram para a constituição da rede urbana que apresentou um caráter de integração e conexões com a industrialização do centro-sul no século XX, bem como sua modernização agrícola, mesmo que isto não significasse uma urbanização homogênea em todo o território. Esta heterogeneidade imprimiu realidades urbanas distintas: as grandes aglomerações, na macrocefalia urbana, as cidades médias após desconcentração industrial e a diversidade de pequenas cidades resultantes de movimentos variados, do ponto de vista regional.

As cidades de navegação são estes exemplos caracterizavam os lugares em que não havia ligação por meio de estradas, mas sim por rios, como na Amazônia e suas pequenas cidades. Como a navegação só era realizada de dia e os barcos eram movidos à lenha, necessitavam de paradas para recompor o combustível, o que contribuiu para formação desses pequenos aglomerados ao longo das margens dos rios, com população de lenhadores e alguns comerciantes. Com o surgimento de barcos com motores de explosão, estas aglomerações com população de lenhadores declinaram, mas os portos nelas presentes eram estáveis para as paradas de navegação (Deffontaines, 1938, p. 146).

Após 1930, com a inserção da Região no contexto dos governos desenvolvimentistas, o urbano caracterizou-se por funções induzidas do ponto de vista federal, seja nos projetos de fronteira agrícola, seja na tentativa de aliviar conflitos por terra que ocorriam no Nordeste e Sudeste. A migração para estas localidades era uma maneira de silenciá-los (Becker, 1985).

Novos valores foram incorporados à Região, valores urbanos, mesmo que naquele momento não tenha ocorrido o surgimento de grandes cidades. A Região Amazônica, sempre vista como “selvagem”, desconhecida, inexplorada, com baixa densidade demográfica em seus poucos aglomerados urbanos, foi incorporada aos estudos urbanos. Essa consideração ocorre, pois o urbano exprime-se pela sua produção material e não material, como a saúde, a educação, o lazer, a informação e até mesmo as esperanças: é um modo de vida e de pensamento da sociedade. Existe uma psicoesfera na Região que a

caracteriza assim, nas cidades pequenas, formando uma rede urbana com circulação de pessoas, serviços e produtos entre estas cidades que, em sua maioria, têm a população com até 20 mil habitantes (Santos, 1993; Santos; Silveira, 2004; Costa *et al.*, 2009 e 2012).

José Aldemir Oliveira (Oliveira, 2016, p. 200) afirma que a tendência de análise e objetividade para estas cidades, sempre paira na macroestrutura com a preocupação de identificar carências e perdas. Isso nos inibe na identificação de que, apesar de duras condições de vida, estes espaços que apresentam ritmos próprios e diversos em relação à lógica imposta são também sinal de resistência e de construção de uma nova vida, não se preocupando em classificar o fato de ser melhor ou pior, mas de apreender que é “outra vida”, como nas cidades ribeirinhas, que são cidades-rio, surgidas nas margens dos grandes rios e seus afluentes, com ritmos condicionados pela rede hidrográfica e pela floresta, pela força da natureza. É uma presença do meio natural marcante, na qual a circulação de pessoas e materiais são submetidas ao ir e vir das marés.

“São herdeiras de espacialidades pretéritas que mostram processos contínuos e descontínuos no tempo e no espaço” (Oliveira, 2016, p. 195), espacialidades muitas vezes impostas, mas não homogêneas. Pode ser afirmado que elas não apenas guardam momentos econômicos, obras públicas, mas, a produção das relações sociais realizadas pelos seus próprios habitantes em seu *ethos*. É um conjunto dos sistemas naturais e de relações sociais, o cotidiano, a vida que anima as formas, a produção geográfica do espaço feita pelos homens, isto é, apesar de elementos naturais marcantes existe uma dimensão espacial, além do encantamento da realidade física (Oliveira; Schor, 2008, p. 19).

Cruz (2008) corrobora com esta compreensão ao apontar que existe um padrão nestas cidades, que é espaço-temporal, estabelecido em um ritmo lento no modo de vida orquestrado pelo sistema rio-várzea-floresta. “A vida se tece pelas relações estabelecidas com e através do rio” (Cruz, 2008, p. 49), na coexistência com um padrão estabelecido pós 1960 estrada-terra firme-subsolo criando uma

nova temporalidade mais ágil (Cruz, 2008, p. 50 apud Gonçalves, 2001), neste mercado global que desconhece o lugar, o cotidiano e o direito à alteridade.

O que, inclusive, nos permite distinguir estas cidades de outras cidades é que as ações sobre elas, ações da sociedade, das grandes empresas, do Estado em suas esferas, ocorrem em tempos diferentes, sobrepostos, obedecendo às lógicas fora do lugar, além do tempo lento equivalente. Assim, esta realidade totalizadora, da sociedade humana em processo, permite-nos ver o tempo em forma material (Santos, 2014a, p. 54), pois o espaço, como um sistema de objetos e sistema de ações é um conjunto indissociável, solidário e contraditório (Santos, 2014a, p. 63) de movimentos sobrepostos (o tempo das grandes empresas e o tempo lento do lugar), ou seja, não são espaços isolados do espaço total, seja do ponto de vista regional ou global.

Com pouca modernização econômica e territorial, as cidades ribeirinhas, segundo Trindade Jr. (2009), apresentam um meio técnico-científico-informacional tímido, principalmente se comparadas às cidades de Belém, Santarém ou Marabá. Estas cidades ribeirinhas não devem ser vistas apenas como local de carências. Não se trata de negá-las, mas de perceber que, possivelmente estas carências se acentuam pelas lentes com as quais enxergamos esta região: um obstáculo diante de uma realidade homogeneizadora. Cheias de virtualidades e possibilidades (Nunes, 2008), talvez este seja um caminho de compreensão para a busca de um projeto que compreenda mais o urbano na Amazônia.

As pequenas cidades de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão: tipologias e singularidades, saúde e ambiente, a dinâmica do espaço vivido

a) Tipologias e singularidades

O contexto socioespacial está intrinsecamente ligado à desigualdade territorial e aos diferentes processos econômicos vivenciados na

região ao longo dos últimos anos. Historicamente a disparidade regional resultou no processo de modernização das várias “cores”, que se constituem como regiões privilegiadas desfortalecendo as demais cidades que se encontram fora das regiões metropolitanas.

Trata-se de um território contemporâneo com rugosidades que permanecem enraizadas no paradoxo urbano-rural e agregam um conjunto de espaços urbanos que se apresentam com formas e funções distintas. Não há uma homogeneização ou padronização de cidades ao longo do Delta do rio Amazonas, mas, sim, pequenas cidades que agregam particularidades, resultantes dos diferentes momentos históricos, refletidos diretamente no espaço físico e social, assim como também nas relações político-econômicas, culturais, tecnológicas e naturais.

A realidade geográfica peculiar é um fator determinante da Urbanodiversidade que é representada por diferentes formas, funções e estruturas tipológicas que refletem a realidade socioespacial das pequenas cidades do Delta do Amazonas. A forte presença da urbanização tradicional mostra que há um mosaico entre o urbano, rio e floresta e que fazem parte da dinâmica das cidades que estão ligadas à movimentação da maré.

Nessas cidades o rio é o seu principal atributo de deslocamento, assim como a floresta que fornece a fonte de renda das famílias locais. Além das cidades tradicionais, a influência econômica e inserção de infraestrutura, como as rodovias construídas próximas aos núcleos urbanos das pequenas cidades, resultou no distanciamento de algumas cidades em relação ao rio, assim como modificou suas formas e funções.

Segundo Carmo (2020), devido à inserção das rodovias, algumas cidades passaram a crescer de costas para o rio e em direção às BRs, como foi o caso da cidade de Mazagão-AP. Nesse caso, a rodovia interliga a cidade a outros municípios que produzem ou escoam suas produções, formando eixos de concentração nas cidades do Amapá. Outras cidades permaneceram com os seus traçados tradicionais e atividades vinculadas à floresta. Com relação a essas cidades, cabe observar que suas formas urbanas começam e terminam

no rio, independente da expansão do seu núcleo, representando um tempo, um ritmo e uma cultura que fazem parte da expressão das formas espaciais das cidades da floresta.

É neste sentido que a diversidade urbana das pequenas cidades está caracterizada não somente nas formas urbanas ou tamanho populacional, mas também nas funcionalidades que são heterogêneas. Essas funcionalidades traduzem-se em atividades e polarizações que existem diante da sua centralidade na rede urbana. Para Trindade Junior, Silva e Amaral (2008), toda pequena cidade tem uma centralidade que se dá no seu subespaço, e vai ser essa centralidade que irá assumir um papel polarizador; este subespaço é formado pelo comércio, serviços, trocas, renda monetária etc., como foi observado nas cidades de Afuá com os serviços do comércio local, Mazagão com os predomínios do setor de serviços e Ponta de Pedras com a produção e comercialização do açaí.

A proposta tipológica para as pequenas cidades do delta do rio Amazonas mostra que há pequenas cidades com relevância de serviços urbanos, como é o caso de Afuá. Também há cidades pequenas com setores de serviços diferenciados, com predomínio de projeto minerais, indústria da transformação, serviços industriais de utilidade pública e comércio, como é o caso de Mazagão-AP. Outra tipologia de cidade identificada por Carmo (2020) refere-se às cidades pequenas com predominância de atividades rurais e pouca oferta de serviços básicos, como exemplo desta tipologia temos Ponta de Pedras-PA, em que a economia segue fortemente amparada aos recursos da floresta.

Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão são cidades com características distintas e representam a urbanodiversidade existente no delta, além disso, apesar de serem ribeirinhas, cada uma possui perfil socioeconômico distinto. Também são cidades que oferecem poucos serviços à sua população, mas que ao mesmo tempo são suficientes para atender as necessidades de sua hinterlândia, que buscam reafirmar o seu papel através das distribuições de serviços e das migrações pendulares realizadas diariamente por cidades vizinhas. São

pequenas cidades pulsam uma diversidade única que está presente na organização socioespacial dos múltiplos urbanos.

b) Saúde e Ambiente

A produção social do espaço demanda uma compreensão da dinâmica urbana e sua organização socioespacial à medida que, nas ligações hierárquicas com os lugares, as forças políticas, sociais, culturais e econômicas se consolidam. Nas pequenas cidades da Amazônia as questões sociais se fragmentam somadas a problemas que já existem como precariedade do saneamento básico, habitações precárias, educação e o acesso à saúde.

No Brasil inserir a questão urbana como políticas públicas não é a pauta do dia para muitos gestores municipais, considerando a diversidade geográfica territorial, bem como, os recursos recebidos do Estado e União. Souza (2000) discute que “as políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí a necessidade de qualquer teoria da política pública ser analisada nas suas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Por meio das pesquisas realizadas em campo notou-se um mau gerenciamento desses recursos repassados, além da troca de secretários e equipes técnicas que por vezes desconhecem as necessidades locais, o que dificulta uma continuidade das ações em saúde, quando existentes. Para Lima *et al.* (2012, p. 59) conhecer o espaço urbano permite entender as dificuldades geradas pelo processo de ocupação desse espaço e a problemática na saúde coletiva, em decorrência da precariedade ou ausência dos serviços que atendam à demanda local.

Ponta de Pedras, Afuá e Mazagão apresentam uma realidade urbana precária em particular no aspecto das condições em saúde: faltam equipamentos adequados, médicos e profissionais de saúde que possam atender de maneira adequada à população de acordo com a demanda. Neste contexto a degradação ambiental e o avanço da pobreza são situações que caminham juntas nesses locais onde não há políticas públicas que privilegiem a equidade social.

Os dados apresentados na Tabela 1 nos permite inferir a precariedade na saúde da população destas localidades. Há diversos problemas enfrentados pela população nestes serviços ofertados pelo poder público, como a falta de investimentos nestes setores e falta de tratamento da água coletada para consumo. Devido à realidade geográfica local é comum os moradores, em especial das palafitas, coletarem água dos igarapés que muitas vezes são próximos aos banheiros e de lixos descartados. Este meio insalubre está a poucos metros dos poços artesianos, o que ocasiona um alto risco para a saúde de sua população.

Tabela 1. Acesso ao saneamento básico nos Municípios Ponta de Pedras, Afuá e Mazagão

Municípios	Ponta de Pedras	Afuá	** Mazagão
Acesso aos serviços de abastecimento de água população total	29,47%	14,64%	15,79%
Média do Estado do Pará.	43,57%	43,57%	** 34,4%
Média do País.	83,71%.	83,71%.	83,71%.
Esgotamento sanitário. Índice sem atendimento sem Coleta e sem Tratamento	Não havia dados disponíveis.	Não havia dados disponíveis.	Não havia dados disponíveis.

** Mazagão se localiza no Estado do Amapá.

Fonte: SNIS (2019); IBGE (2019) e Instituto Água e Saneamento (2022).

A exposição da população a este meio precário em saúde ocasiona situações de doenças de veiculação hídrica e sanitária, o que Giatti (2009, p. 15-16) afirma que vai além dos aspectos ambientais que são associados aos mecanismos de transmissão das doenças de forma direta ou indireta. Santana (2016, p. 26) corrobora que os alicerces da saúde e do bem-estar não estão apenas no âmbito da saúde, e sim nos demais setores do ambiente, objetivando promover ações integradas que permitam a sustentabilidade e a equidade, melhorando as condições de saúde.

Com a contribuição dos autores nota-se que muito ainda precisa ser realizado nestes pequenos municípios que apresenta uma condição em ambiente e saúde vulnerável. Esta realidade é atribuída, grande parte pelo poder público e com a contribuição da população neste processo que deve fazer sua parte, como exemplo cobrar do poder público, por meio dos Conselhos Municipais de Saúde, Audiências dos Planos Diretores e outros mecanismos de controle social a destinação dos repasses estaduais e federais recebidos, bem como seu uso adequado. A situação da Pandemia da Covid-19 agravou esta realidade, o que ampliou os desafios já enfrentados pela população do acesso a uma equidade em saúde, como discutido em Costa *et al.* (2021).

c) Programas de Investimento e a Dinâmica do Espaço Vivido

Por meio de entrevistas com agentes públicos, fotografias e catalogação de obras públicas e programas de investimento como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Montoia (2018) constatou obras públicas nas pequenas cidades da Amazônia de Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão incompletas, compreendendo uma série de dinâmicas que implicaram nesse fracasso institucional, como falta prestação de contas (a irregularidade contábil é muito comum nessas realidades); dependência desses municípios de repasses do Governo Federal e de emendas parlamentares que reforçam uma política “coronelistas”; e as dificuldades enfrentadas nessas realidades de uma Amazônia ribeirinha, de acesso pelos rios e embarcações é justamente um fator geográfico aliado à inoperância política.

Conhecido como fator amazônico, é uma expressão utilizada para designar as características peculiares que os estados da região da Amazônia possuem: suas potencialidades naturais, como os rios, as florestas, a baixa densidade demográfica, povos tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, entre outros. São também fatores de longa distância, de muitas horas de viagem na aplicação da própria política pública. Essa expressão é

amplamente usada nas políticas da saúde, e que levam os secretários estaduais a insistir na esfera federal, a regionalização do sistema único de saúde (Fiocruz, 2018; Pereira; Ferreira, 2015), contudo, esta é uma realidade que também se aplica a outras esferas, como as políticas públicas dos mais diferentes entes federativos.

Os gestores sempre apontam sobre a dificuldade do transporte de materiais para a sua cidade, o que provoca o aumento do preço dos materiais e das obras públicas. Tabelas de preços padronizados não se aplicam sobre estas cidades ribeirinhas, principalmente quando a única via é o rio. Da mesma forma, o valor, quase padrão, de uma obra pública não condiz com a realidade destas localidades: é necessário levar em conta o próprio comércio local, incapaz de oferecer os materiais necessários, seja pela pouca condição, seja pela ilegalidade, não sendo capaz de gerar notas fiscais.

Dessa maneira é necessária a compreensão de que as pequenas cidades da Amazônia (dentro de seus contextos municipais) possuem uma dinâmica particular que os marcos regulatórios não são capazes de abranger. Estatuto da Cidade (2001), planos diretores municipais, programas de investimento são, muitas vezes, redigidos dentro de uma realidade metropolitana no contexto da Região Sudeste, e, apesar de serem itens de extrema importância no movimento de reforma urbana, são desafios maiores para o contexto da urbanodiversidade das pequenas cidades do delta do rio Amazonas.

Eidorfe Moreira (Moreira, 1960, p. 82), geógrafo clássico pesquisador da Amazônia, apontou que não existe nenhuma parte do Brasil em que o espaço “assume uma feição tão negativa como a Amazônia”, isso, diante da distância, do isolamento, em uma aparente resistência natural. Contudo, o autor não apresenta uma justificativa que remeta ao determinismo geográfico, pois, considerou que “não é a natureza por si mesma, mas a condição humana em face dela, que cria verdadeiramente os problemas geográficos” (Moreira, 1960, p. 12). Podemos concluir que, enquanto a particularidade da região não for considerada e a política regional não for reconhecida nos ditames federais, a Amazônia e suas pequenas cidades continu-

arão sendo abordadas como lugar de recurso e a vida que anima esta realidade sofrerá as sequelas de um economicismo externo.

Mas, que particularidade é essa? O desenvolvimento do conceito de ribeirurbano (Montoia; Costa, 2019), homem e espaço, que está na dinâmica de vida entre a cidade e a floresta, nas relações econômicas e sociais, no tempo da acessibilidade condicionado pela força das marés, na administração da vida local, antes e depois do sol do meio-dia e das chuvas equatoriais constantes, em uma conquista laboral do saber-viver, entre natureza e sociedade, entre elementos globais e vida local, nas casas longitudinais à margem dos rios, no modo de vida urbano/rio/floresta, denotando a particularidade destas localidades.

É compreender o lugar como escala geográfica dotado de ações internas e externas (Santos, 2014b, p. 104-105) em que o interno, as variáveis possuem a dimensão do lugar, a sua singularidade, é onde ocorre o “acontecer solidário”. Um interno que não subsiste sozinho e como tal, não explica todas as relações, como nem o externo é auto-explicável, uma vez que é necessário ser internalizado para fazer sentido a sua própria existência, pois “nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la”.

O lugar, nesse sentido, é espaço “como sistema de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2014), para compreender as pequenas cidades da Amazônia como composição de um território nacional, cujas regulamentações, marcos regulatórios e políticas públicas pertencem a um todo em um modo de pensar unificado; mas é, também, espaço vivido, isto é, o espaço como “modo de existência” (Dardel, 2011), como a geograficidade de Eric Dardel, na qual os seres humanos são seres espaciais, e que

lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido [...]. (Serpa, 2019)

A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. A realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens. Ela o restringe e o aprisiona, o ata à “gleba”, horizonte estreito imposto pela vida ou pela sociedade a seus gestos e a seus pensamentos. (Dardel, 2011, p. 2)

Assim, Afuá, Ponta de Pedras e Mazagão possuem as relações regulares com o espaço, como o cotidiano das embarcações, que indicam a entrada e a saída da cidade, na busca de recursos para a família, para o comércio, e aspectos que tornam as realidades distintas, pois são relações que ganham valor pelas pessoas, talvez despercebido por uma análise de estrutura econômica. Ainda que estas realidades pareçam periféricas, elas denotam “cidadinidade”: “as relações dos cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial” (Agier, 2011, p. 91-92). Circuito inferior da economia, irregularidade do comércio local, dinâmica condicionada pelas marés, relações sociais marcadas pelas redes de cooperação, uma lógica não mercantil que ultrapassa a dinâmica do mercado ao lado da precariedade da infraestrutura, apropriação da modernidade à sua maneira e as distâncias geográficas são características a serem consideradas nessas pequenas cidades orientadas pelo rio e pelo trapiche (Montoia, 2018).

Considerações finais

O problema de se definir o que seja Amazônia consiste, antes de mais nada, em submeter-se essas considerações particulares a um critério geral e comum que englobe, numa só fórmula geográfica, essa diversidade de sentido ou de condições. [...] Considere-se, por outro lado, que uma região não é apenas uma individualidade fisiográfica,

mas também a fixação de uma dada experiência humana no plano paisagístico, possibilitando-nos assim uma visão particular das grandezas e vicissitudes do homem num sentido cósmico. (Moreira, p. 9-10)

Aprender a realidade da Amazônia é uma tarefa complexa, inclusive nesse universo das pequenas cidades do delta do Rio Amazonas. Dessa maneira, as vertentes do pensamento geográfico têm contribuído nesses estudos, inclusive, por apresentar uma longa tradição de diálogo com outras ciências (Ribeiro 2005, p. 10-11).

Tais correntes, como a Geografia Crítica, com abordagem influenciada pelo materialismo histórico, a Geografia Humanista que procura o entendimento de um comportamento geográfico que considera a experiência das pessoas e a Geografia Cultural que enfatiza uma dimensão cultural da paisagem, nos permite conhecer e compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo como uma interface de uma mesma realidade, pois, como afirmou Moreira (1960), não existe somente uma única fórmula geográfica para explicar essa diversidade que é a Amazônia.

Neste sentido os trabalhos citados de maneira sucinta nesse artigo estabeleceram abordagens múltiplas de diferentes autores geógrafos como vários lados de um mesmo prisma para explicar fatos relacionados à saúde e ambiente, tipologias e singularidades e as políticas públicas dentro desta dinâmica que contém objetividade e intersubjetividade. Ainda que estas “diferentes” Geografias possuam princípios epistemológicos e metodologias diferentes, são necessárias para compreender esta realidade, cujo pensamento humano para apreendê-la “não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência” (Hume, 1992, p. 70).

Como afirma Santos (1996), é preciso superar dicotomias entre o universal e o particular, entre objetividade e subjetividade, sem um enfoque fragmentado no indivíduo onde o mundo como um todo é excluído e sem desconsiderar a realização da existência, pois, para este trabalho,

Ninguém está melhor localizado para fazê-lo que o geógrafo, pelo tipo de material com que está obrigado a trabalhar: a vida cotidiana, as relações de todos dos homens entre si, as relações dos homens entre si e com o meio onde vivem. (Santos, 1996, p. 30)

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fapesp pelo apoio financeiro, na forma de bolsa (Processo nº 2021/05273-1) e auxílio à pesquisa (Processo nº 16/25979-8), e ao CNPq pela bolsa de Produtividade (309924/2020-0) e projeto de pesquisa (Processo nº 433675/2018-7), os quais permitiram o desenvolvimento deste trabalho.

Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**: lugares, situações, movimentos. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BECKER, Bertha. Fronteiras e Urbanização Repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 47, n. ¾, p. 357-371, jul./dez. 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento**. 2019. Disponível em <http://antigo.snis.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CARMO, M B S. **Pequenas Cidades do Delta do Rio Amazonas**: Caracterização e Tipologias Urbanas. 2020. 242f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, São Paulo.

COSTA, Sandra Maria Fonseca Da; *et al.* Spatial Issues and Covid-19 Dispersion in Small Cities of The Amazon River Delta. **Revista Nacional De Gerenciamento De Cidades**, 9(69), 2021. DOI: <https://bit.ly/3YEMwMq>.

COSTA, S. M. F.; BRONDÍZIO, E.; MONTOIA, G, H. M. As Cidades Pequenas do Estuário do Rio Amazonas: Crescimento Urbano e Rede So-

ciais da cidade de Ponta de Pedras, PA. *In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana-Simpurb*, 11, 2009. Anais... Brasília: UNB, 2009.

COSTA, Sandra; BRONDÍZIO, Eduardo. Dependência Inter-Dependência Inter-urbana entre as Cidades Amazônicas: Crescimento Urbano, Deficiências em Infra-estrutura e Redes Sociais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 211-234, set./dez. 2009.

COSTA, Sandra M. F.; *et al.* Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbanos e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56-74, maio/ago 2012.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. *In: Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Maria Goretti da Costa Tavares (orgs). Belém: EDUFPA. 2008.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica** / Eric Dardel; tradução Werther Holzer. - São Paulo: Perspectiva) 2011.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constitui no Brasil a Rede de Cidades. **Bulletin de la Société de Géographie de Lille**. Ano 59, Tomo 82. N.º 9, Dezembro de 1938, Lille.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos; SALES, José Albio Moreira de. As teorias da história e a história ensinada no ensino fundamental. **Revista Educativa** - Revista de Educação, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 1043-1065, fev. 2017.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais E Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator** - número especial, 2010: dez.

GIATTI, Leandro Luiz. Fundamentos das relações entre saúde e ambiente. *In: GIATTI, Leandro Luiz. Fundamentos de Saúde Ambiental*. Manaus: Editora UFAM, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. 7 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2006.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. Seção II. Da origem das ideias. Tradução de Anoar Aiex. 5 ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades**. Disponível em: <https://bit.ly/2RfZU6s>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. **Municípios e Saneamento Beta**. Disponível em: <https://bit.ly/3xokPvj>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LEMLE, Marina. **Secretários de Saúde do Norte pedem que SUS considere o ‘fator amazônico’**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3S8dBVB>. Acesso em: 22 jul. 2018

LIMA, Viviana Mendes. **Globalização e saúde na Amazônia**: um estudo de uma pequena cidade – Ponta de Pedras, Ilha de Marajó, Pará. 2017. 200f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Saúde Global. Faculdade da Saúde Pública do Estado de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Viviana Mendes; *et al.* O Desafio Da Saúde Pública Em Pequenas Cidades Da Amazônia: Um Estudo De Ponta De Pedras, Ilha Do Marajó – Pará. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP, v. 18, n. 31, jun.2012.

MONTOIA, G. R. M. **As escalas decisórias das políticas públicas e dos programas de investimento e a repercussão no local**: Um estudo das pequenas cidades do delta do Rio Amazonas. São José dos Campos, 2018. 287f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; DA COSTA, Sandra Maria Fonseca. O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 22, n. 2, set. 2019.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia**: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. *In*: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 3, Sept. 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. *In*: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da;

- TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia:** mudanças e permanências. Belém: EDUFPA. 2008
- PEREIRA; Vanessa Bellão; FERREIRA, Sílvia Aline Silva. Capacita SUAS no Pará: uma abordagem a partir da diversidade territorial. *In: Congresso Internacional de Política Social E Serviço Social:* Desafios Contemporâneos, 1, 2015. Anais... Londrina, 2015.
- RIBEIRO, Helena. **Olhares Geográficos:** meio ambiente e saúde. Helena Ribeiro (Organizadora). São Paulo: Editora Senac: São Paulo. 2005.
- SANTANA, Paula. Ambiente e sujeitos sociais no mundo globalizado: a geografia da saúde e as demais áreas do conhecimento. *In: OLIVEIRA, José Ademir; SOUZA, Geraldo Alves. Geografia da saúde:* ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado. Manaus: EDUA, 2016.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. (Coleção Milton Santos; 1) (A)
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6 ed. 2 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014 (B).
- SANTOS, Milton. Os novos mundos da Geografia. **Cadernos de Geociências**, v. 5, Nov. 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SERPA, Ângelo. **Por Uma Geografia dos Espaços Vividos:** Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **O Desafio Metropolitano:** Um Estudo Sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.
- SPOSITO, Eliseu S.; JURADO DA SILVA, Paulo F. **Cidades pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB** n50 2010 set./mar. p. 13-138.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Paper do NAEA** 321, Dezembro de 2013.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades Ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008.

TRINDADE JUNIOR, S. C.; ROSÁRIO, B. A.; COSTA, G. K. Espacialidades e Temporalidades Urbanas na Amazônia Ribeirinha: Mudanças e Permanências à Jusante do Rio Tocantins *In*: **Simpósio Nacional de Geografia Urbana-Simpurb**, 11, 2009. Anais... Brasília: UNB, 2009.

A ARTE EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: MURALISMO E ENSINO DE GEOGRAFIA

*Eliane Cristina de Sá
Juan Marco da Silva Viana*

Introdução

O mundo contemporâneo por si só trouxe para a educação diversos desafios a serem enfrentados. Assim, mediante a um cenário urgente, reforçado pelas políticas neoliberais de desmonte da educação, e pela crise sanitária oriunda da pandemia de Covid-19, pensar ferramentas didático-pedagógicas que possam contribuir diretamente e indiretamente no processo de ensino-aprendizagem, é uma tarefa árdua e necessária. É nesse sentido que a arte adentra nas discussões deste trabalho, sob olhar da Geografia.

A pintura pedagógica tem múltiplas potencialidades, pois além da intervenção artística possuir um caráter de valorização estética através das cores e formas, os símbolos carregam significados que contribuem no entendimento da mensagem a ser passada. Sendo assim, no âmbito das perspectivas geográficas, apresentar elementos fundamentais na formação e produção do espaço de forma lúdica, contribui também no trabalho pedagógico de reconhecimento dos símbolos, como reconhecimento da paisagem, da fauna e da flora.

Nessa perspectiva, as ilustrações pedagógicas são sempre pensadas em sua composição o uso de cores vibrantes, gráficos simples e de fácil interpretação e os temas selecionados, assim como mencionados anteriormente como a fauna, flora, poesias, poemas e etc., pois a arte possui natureza de livre criação, ou seja, a capacidade de criar ilustrações é infinita.

É essencial uma visão humanista para a promoção da saúde, permeando as dimensões físicas, psíquicas e familiares. Por meio de atividades artísticas, podemos promover uma reconexão desses aspectos com a sociedade de forma mais harmônica, baseada na escuta e na construção comunitária de estratégias que aliem a educação e a promoção em saúde com a ciência e a arte. Ao utilizarmos diversas temáticas e abordagens para pensarmos nesses processos terapêuticos, acrescentamos significativamente saberes sobre saúde para pacientes e alunos, compreendendo a melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e na compreensão humana histórico-social e coletiva. (Gonzalez; Barbosa-Lima; Vasconcellos-Silva, 2022, p. 382)

Desta forma, este trabalho que tem como base a pesquisa teórica, busca apresentar experiências da arte educação em duas escolas do município de Aquidauana/MS. Nas experiências, foi utilizada a técnica artística do muralismo, que se destaca por ser uma ferramenta capaz de promover o alcance social e a democratização do acesso à arte, além de possibilitar a ampliação dos alunos sobre a realidade do mundo que os cerca.

Nos casos relatados, as cores estimulam a imaginação de inúmeras maneiras, assim como as linhas e formas elaboradas de símbolos simples de fácil reconhecimento. A utilização de ilustrações como mapas, assim como a formação de sistemas solares, ou simples fosseis pintados nas paredes, são ferramentas que possuem enorme capacidade de difusão a serem desenvolvidas com quem tiver acesso ao ambiente em questão.

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e relatos de experiência através da prática, elaboração e execução da arte educação através do muralismo.

Metodologia

Inicialmente, a partir da arte educação como ferramenta para a potencialização do processo de ensino-aprendizagem, pensou-se a

técnica do muralismo como forma de socializar a arte nos espaços escolares. Outrossim, devido a área de pesquisa dos autores e do apoio do Programa de Residência Pedagógica de História e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, a elaboração do muralismo baseou-se na explanação visual de elementos que representam características acerca do espaço-tempo do cotidiano vivido pelos alunos. Cabe destacar que tais características foram identificadas através da análise documental acerca do Livro Didático e Projeto Político Pedagógico das escolas.

Também foram desenvolvidas análises bibliográficas de artigos científicos e livros acerca da arte educação, muralismo e ensino de Geografia, a fim de avaliar e estruturar à temática em questão. Destacam-se o estudo de Straforini (2018), em relação a potencialidade, a importância e o papel da Geografia enquanto formadora de sujeitos crítico-reflexivos. E, em específico a arte educação Araújo (2010), e Queluz e Queluz (2017) acerca do muralismo. Ressalta-se na pesquisa teórica e na experiência, o momento de crise sanitária pela Covid-19 e crise social vide às políticas neoliberais, motivos essenciais para a aplicação de práticas pedagógicas que visam o desenvolvimento dos educandos.

Posteriormente, sucedeu-se a experiência de aplicação de ilustrações em duas escolas da cidade de Aquidauana/MS; Centro Municipal de Educação Infantil Marisa Nogueira Rosa Scaff e Escola Estadual Cândido Mariano. Para tanto, foram necessários alguns materiais: rolo de pintura, pincéis, tinta de piso cor branca e pigmentos de cores primárias. Os pigmentos foram misturados com a tinta na criação das tonalidades.

O Ensino da Geografia

A Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico. Assim sendo, os conteúdos escolares da disciplina de Geografia comportam conhecimentos científicos, bem como os conhecimentos adquiridos na prática cotidiana dos alunos e dos professores.

Entretanto, vide a ofensiva das políticas neoliberais, a educação tem sido afetada significativamente. Destaca-se o conceito de “lógica de mercado” de Harvey (2008), que se refere a forma pela qual o neoliberalismo impõe seus objetivos. Na educação, de acordo com Laval (2019), essa “lógica” busca adequar os sistemas de ensino à formação exclusiva de mão de obra, privatizando a educação, rompendo assim com o caráter universal e público, além de tornar a escola um ambiente “controlado” pelas ideologias neoliberais e neoconservadoras que buscam o rompimento com a criticidade.

Mediante o cenário imposto pelas reformas neoliberais na educação, em destaque a Lei nº 13.415/2017 que impôs a Reforma do Ensino Médio e, por consequência, a não obrigatoriedade da disciplina de Geografia, Straforini (2018, p. 177) ressalta a importância dos conteúdos geográficos para a formação crítica acerca da posição do aluno no mundo:

Acreditamos que a defesa da presença da Geografia na escola enquanto a disciplina capaz de possibilitar “leituras reflexivas e críticas do mundo”, ou ainda, capaz de formar o “cidadão crítico-transformador” deriva do próprio movimento de constituição da Geografia enquanto conhecimento científico que busca, em última instância, desvelar as condições ou as “construções lógicas do presente”, como defendia Cholley (1942).

Para Straforini (2018), defender o ensino de Geografia é necessário pela possibilidade e a necessidade que essa disciplina tem de manter um dos papéis fundamentais na educação: a formação do cidadão crítico-reflexivo. Isso, pois, ao possibilitar os alunos a compreensão do espaço geográfico e da espacialidade dos fenômenos, destacando também a vida cotidiana, os alunos tornam-se capazes de ler criticamente o mundo a partir de sua realidade.

Nesse sentido, sendo a disciplina de Geografia capaz de promover a compreensão acerca da totalidade do mundo, a interdisciplinaridade é um fator que agrega a Geografia, por exemplo, através

dos conhecimentos da História, Biologia, Química, etc., além da própria Geografia agregar às demais disciplinas escolares.

O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente como os outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação. (Oliveira *et al.*, 2018, p. 4)

Segundo Oliveira *et al.* (2018, p. 1), o conceito da interdisciplinaridade surgiu através de movimentos estudantis na década de 1960, na França e na Itália, reivindicando “[...] um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica da época”. E, tomando pelo contexto atual, a utilização da arte sob o olhar geográfico interdisciplinar pode contribuir significativamente para todas as disciplinas do ambiente escolar, refletindo diretamente na construção de conhecimento crítico para os alunos.

A arte pode aguçar o conhecimento geográfico a partir da percepção dos alunos, por exemplo, sobre a formação do planeta terra, estudado diretamente pelos conteúdos de geologia. Outrossim, para Arana e Kashiwagi (2016, p. 4), “A associação de recursos didáticos práticos no ensino da Geografia, como a Fotografia e a Arte, permitem analisar os elementos subjetivos de uma paisagem”.

Além da paisagem, há mais formas de estudar o espaço geográfico podem ser representadas pela arte, como o território a partir da música, a região através da dança, o lugar através da pintura, etc.

Arte Educação

A arte educação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento pedagógico. Mesmo compreendendo que a arte por si só, possui uma ampla gama de atividades comunicativas, como a música, pintura, escultura, dança, dentre outras manifestações, seu caráter comunicativo está ligado intrinsecamente a atividade humana de percepção.

A arte na educação, como expressão pessoal e como cultura, tem grande potencial e é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Pela arte é possível ampliar a percepção e a imaginação, apreender sobre a realidade do meio em que está inserido, desenvolver-se criticamente, permitindo ponderar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade. (Araujo, 2010, p. 45)

Vale ressaltar que, como mencionado anteriormente, sobre os diversos leques que a arte possui como atividade de expressão humana, a arte educação utiliza como objeto neste, um trabalho de caráter estético ilustrativo, na qual baseou seu desenvolvimento na responsabilidade de mediar as cores e formas através dos símbolos e signos, e nas mensagens de ilustrações pedagógicas, que contribuem para o desenvolvimento da sensibilidade e percepção daqueles que mantêm contato com o ambiente receptor de determinada arte.

Sua utilização como ferramenta pedagógica entra como um modelo, que não deveria ser tratado como uma alternativa ao “conteudismo”, mas sim, para ocupar de forma permanente os espaços na qual o desenvolvimento humano se aflora, principalmente nos ambientes educacionais.

Não se alfabetiza fazendo apenas as crianças juntarem as letras. Há uma alfabetização cultural sem a qual a letra pouco significa. A leitura social, cultural e estética do meio ambiente vai dar sentido ao mundo da leitura verbal. (Barbosa, 2014, p. 27-28)

A indagação do autor “Não se alfabetiza fazendo apenas as crianças juntarem as letras”, remete de certa forma, a uma das problemáticas que perduram na educação: a concepção bancária, definida por Freire (1987, p. 38), como “[...] o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. Assim, sendo a arte um instrumento para o desenvolvimento da percepção, da imaginação, e da criatividade (Araujo, 2010), ela corrobora para o rompimento

da prática “bancária”, isso, pois, aliado à prática pedagógica, a arte é capaz de aguçar o senso crítico, através de uma educação autônoma.

O intuito de se utilizar ferramentas visuais como contribuição de melhor assimilação de diversos temas que busquem potencializar o desenvolvimento cognitivo dos envolvidos, nos fazem refletir sobre a qualidade da formação dos educadores, assim como as políticas educacionais que foram desenvolvidas e aplicadas nos últimos anos.

Os congelamentos do investimento em setores como saúde, seguridade e educação impactaram de forma cada vez mais nociva e prejudicial a formação educacional da comunidade escolar, que se agrava quando implementado determinadas particularidades como ensino rural, indígena e quilombola que também compõe o ensino público nacional.

No contexto social em que vivenciamos o mecanicismo – impulsionado por políticas de cunho neoliberal – o esvaziamento de investimentos em educação, tem como objetivo descaracterizar o papel escolar, implicando, por exemplo, em práticas “conteudistas”, que pretende apenas decorar os conteúdos didáticos, sem o desenvolvimento da reflexão e utilitaristas. Nesse cenário, tais problemas se tornam um fator que contribui com a evasão escolar, pois os educandos não se sentem capazes de reter e compreender as informações pedagógicas regidas por referenciais tecnicistas e mecanicistas, cujo sua única função é criar mão de obra barata para compor o atual mercado de trabalho.

Na maior parte dos casos, o conhecimento adquirido numa situação escolar é uma tarefa complexa implicando grande parte dos recursos atencionais disponíveis. O estudante tem de focar a atenção no que o professor diz e ao mesmo tempo tentar abstrair-se das informações circundantes produzidas pelos colegas ou por ruídos fora da sala. Na ausência de um manual escolar de apoio, o estudante tem de realizar de forma eficaz duas tarefas simultâneas: Compreender o que o professor diz e em seguida escrever o que de mais importante acabou de ouvir. Se além destas duas tarefas que realiza, o aluno tem ainda de pensar sobre

o assunto de forma a pedir esclarecimentos para dúvidas que surgem, é evidente que os recursos atencionais estão a ser usados nos limites da sua capacidade cognitiva de atenção. (Pinto, 2001, p. 3)

O acesso aos ambientes educacionais bem estruturados, acolhedores e inclusivos, que possam contribuir com a atividade dos educadores, estão cada vez mais escassos. Isso se reflete imediatamente nos educandos, gerando a evasão escolar. Num cenário onde o sistema de ensino à distância é a única medida importante para o Ministério da Educação (MEC), bem como, outras formas de direcionamento da educação à lógica neoliberal, o MEC tem adotado medidas cada vez mais ineficazes, fortalecendo assim, o sucateamento do serviço público.

Segundo o portal do MEC:

Mais de 14 de milhões de crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, compõem o público da iniciativa. Eles serão acompanhados bimestralmente em sua frequência escolar (condicionalidade de educação do Programa Bolsa Família), em quase 140 mil escolas, com o trabalho realizado por 56 mil funcionários cadastrados no Sistema Presença. (Brasil, 2022, s/p)

Fica evidente a preocupação com a evasão escolar, pelo controle da frequência, via medida de regra a participação de programas assistenciais, mas não na qualidade da formação pedagógica. Desta forma, o Estado deve propor políticas públicas que primem os investimentos em infraestrutura, e políticas pedagógicas eficientes que valorizam a função de educadores com remunerações dignas e combate ao excesso de trabalho. Fator esse último que acelera a precarização do desenvolvimento pedagógico, pois a baixa remuneração dos profissionais em educação, junto ao excesso de trabalho, direciona os mesmos a buscarem atuação em mais de uma instituição, ou até

mesmo numa segunda fonte de renda, na qual não possuem relação com a educação e projetos ligados ao desenvolvimento pedagógico.

Nesse cenário o Brasil, como um dos países mais desiguais do planeta, a marginalização da população de baixa renda, requer a implementação de recursos pedagógicos que possa contribuir na inclusão e acolhimento de educandos dos ambientes escolares públicos.

Muralismo

A iniciativa tomada no desenvolvimento de ilustrações de caráter pedagógico, foi inspirada no movimento muralista latino-americano, movimento esse que possuía o comprometimento com vários nichos da população mexicana, mas em particular, com a população de baixa renda, na qual a falta de acesso à educação e os elevados índices de analfabetismo alimentaram esse importante movimento artístico.

O Muralismo é a arte da pintura mural, que engloba o conjunto de obras pictóricas realizadas sobre paredes e muros. A técnica de uso mais generalizado é a do afresco, que consiste na aplicação de pigmentos de cores diferentes [...] (Santiago, 2007, p. 111)

Os pilares do muralismo se encontram no alcance social, onde se busca democratizar o acesso à arte, na qual a mesma não se restringe apenas a ambientes elitizados como galerias e museus, além de ser um movimento que inspira pela sua autenticidade na construção dos símbolos e signos, ou seja, o desenvolvimento de suas formas e significados que estavam sempre voltados a alfabetizar a população desassistida através de ilustrações que contavam a história de muitos povos.

E assim revelando o fator intrínseco entre a arte e a percepção do ser humano, destacando seu importante caráter didático.

Em oposição aos muros que cercam, dividem, que silenciam e invisibilizam, que deixam à margem povos e

culturas, imigrantes e refugiados, estas experiências muralistas são exercícios de inclusão, de empoderamento, de liberdade. Transformam fronteiras e limites em novos horizontes, abrindo novas perspectivas e possibilidades sociais. (Queluz; Queluz, 2017, p. 36)

Pensando exatamente a função que o muralismo exerceu e contribuiu com uma melhor assimilação da população sobre os processos de formação sociocultural, esse modelo foi escolhido para mediar as dificuldades de assimilação dos educandos com o desenvolvimento de sua percepção sobre os temas ilustrado, contribuindo com a expansão da capacidade crítica de cada educando, dentro da capacidade cognitiva de cada um, estimulando o livre sentir, dentre inúmeros outros aspectos.

Período Pandêmico

A organização mundial da saúde (OMS), foi acionada, em 31 de dezembro de 2019, sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos, conhecida como coronavírus (Covid-19), doença infecciosa causada pelo vírus Sars-CoV-2 (OMS, 2022).

A primeira medida tomada para conter a proliferação do vírus foi o isolamento social, até se ter dimensão da patologia que vinha a assolar a humanidade, e nesse cenário o agravamento das desigualdades e condições desumanas de grande parte da população global, se torna cada vez mais aparente.

Esse abismo social revelado, aumentou indicadores de insegurança alimentar grave (fome), e posteriormente o aumento de outras patologias que foram reforçadas pelo “negacionismo” à ciência, referentes as medidas de proteção dadas através da vacinação dentre outras aberrações, evidenciaram um cenário catastrófico na educação pública nacional.

Primeiro havendo um aproveitamento do período para a implementação de métodos tecnológicos que não contemplariam a todos.

A massificação do ‘ensino remoto’ durante a pandemia abriu caminho para o uso massivo de aplicativos e os chamados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) também na escola pública, o que, somado ao avanço prévio da modalidade de EaD, são evidências significativas desse processo de mudança aqui estudado. (Minto, 2021, p. 147)

A oportunidade encontrada para a implementação dessas ferramentas entrou em conflito com o reflexo deixado pelas políticas de cortes de verbas, que afetaram diretamente a educação pública, assim como entrou em confronto com as estruturas e o abandono dos ambientes educacionais de anos. Nesse sentido, a urgência da adequação do profissional da educação se toma de forma desastrosa, sendo vendido com a justificativa da era da tecnologia, porém, a quantidade de tempo disponível do profissional educador para o investimento em sua qualificação x adequação, no que corresponde com a qualidade de atividades que viria a ser desenvolvidas.

Esse processo complexo se dá primeiramente pela falta de planejamento e invisibilidade do ensino público como instituição de formação e desenvolvimento de cidadãs e cidadãos, cuja falta de investimentos, planejamento, dentre outras ações indispensáveis, passam a alimentar de forma acelerada e mais potente a precarização, tendo como resultado os altos índices de evasão escolar em todos os seus níveis.

[...] o ‘ensino remoto’ e suas variantes devem ser avaliados num plano maior, em que outros elementos façam parte dessa avaliação: esse é o único caminho para que o problema educacional atual não seja, ele próprio, sitiado por um tipo de negacionismo que, às vezes em nome de pretenso apelo científico, menospreza parcelas desse conhecimento, bem como das experiências e do acervo de conquistas e lutas do campo educacional que nos trouxeram até aqui. (Minto, 2021, p. 151)

Outrossim, o ensino remoto evidenciou, também, quem eram esses marginalizados que não possuíam acesso a recursos tecnológicos de qualidade, além das conexões via internet que impediram a participação ativa de educandos nas aulas diárias. Mesmo com a produção de metodologias que passariam a atender de maneiras diferenciadas, a exemplo os modelos híbridos e aulas síncronas, que passariam a atender de igual forma as populações ribeirinhas, aldeadas e rurais, populações essas que sentiram a força dessa marginalidade em seu processo de ensino-aprendizagem.

Fatores Psicológicos e Sociais

Num cenário de transformação social, induzido por uma pandemia global, é indispensável mencionar como todo esse processo ecoou em nossa sociedade, com o aumento de crimes contra os direitos humanos, as doenças psicológicas, que tiveram um agravante aumento, como indicam dados de um relatório da Fiocruz sobre os trabalhadores da saúde:

O estudo é conduzido pela Fiocruz Mato Grosso do Sul, em parceria com a Fiocruz Brasília. Um relatório parcial dos resultados mostra que 65% apresentaram sintomas de transtorno de estresse, 61,6% de ansiedade e 61,5% de depressão. Sintomas de ansiedade classificados como extremamente severos foram relatados por 33,8% dos participantes. Esse percentual foi de 21,4% e 19,5%, respectivamente, para sintomas extremamente severos de depressão e estresse. (Fiocruz, 2022, s/p)

Essa problemática se estendeu para todos os setores sociais, destacando-se, também, a educação. De acordo com o trabalho desenvolvido por Silva e Rosa (2021), houve um aumento expressivo de estudantes, que passaram a sofrer com medo, solidão, angústia, alterações do sono, estresse, ansiedade e depressão. Vide a esses problemas, as autoras ressaltam que, as instituições escolares devem propor formas para que tais impactos causados pela pandemia de Covid-19, sejam minimizados.

Resultados e Discussão

Com todo esse reflexo negativo e a obrigatoriedade e adaptações, é indispensável discutir os métodos pedagógicos que devem ser utilizados, tanto para acolher a nova realidade pós isolamento social, como para otimizar o desenvolvimento cognitivo dos educandos, utilizando-se da poderosa ferramenta artística nesse atual panorama.

Assim sendo, buscou-se trabalhar às práticas artísticas, a partir de um olhar geográfico, com o objetivo de oferecer às escolas uma ferramenta multidisciplinar, que colabore para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a atividade foi desenvolvida em duas escolas da cidade de Aquidauana/MS.

Na prática, a primeira experiência ocorreu no Centro Municipal de Educação Infantil Marisa Nogueira Rosa Scaff, localizada no bairro Jardim São Francisco. O intuito inicial foi valorizar o espaço que atende 82 crianças desde o maternal aos anos iniciais, todas de baixa renda, sem acesso a ambientes culturais.

Foi-se pensado ilustrações pedagógicas referentes a etnocultura local, como ilustrações que indicam a presença dos povos Terenas no desenvolvimento sociocultural, assim como os aspectos geográficos locais, enaltecendo a flora e a fauna regional, bem como, os fatores históricos, como a presença de fósseis representados pela ilustração correspondente ao geoparque, além de mapas simples, tornando o ambiente muito mais lúdico, lírico e acolhedor.

A experiência foi realizada num período de 2 meses, tendo suas ações produzidas de segunda a sexta, das 14 às 17hs, no período de pandemia, em 2021, correspondendo os meses de junho e julho.

Foram utilizados tinta acrílica branca (a base d'gua), pigmentações (cores primárias), pincéis e rolo, doados por iniciativa privada. Essa experiência gerou repercussão positiva, sendo visto uma possibilidade de trabalhar esses mesmos aspectos visuais, entre outras escolas, turmas e idades.

O Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), intermediou

a segunda experiência com os alunos residentes, na Escola Estadual Cândido Mariano, localizada no Bairro Guanandy. Os residentes colaboraram, junto aos alunos da escola, no desenvolvimento de ilustrações autoexplicativas, que remontam desde a aceita teoria do Big Bang – formação do planeta terra – usando as ciências geológicas apresentando seus períodos, assim como as primeiras ocupações regionais, com símbolos que representam a imigração das populações indígenas, seus costumes, a influência da construção do Estado através de corpos escravizados da população afrodescendente, a guerra do Paraguai, a influência do NOB e a diversidade cultural que esses fenômenos se transformaram no atual Estado de Mato Grosso do Sul.

As atividades foram ministradas por acadêmicos dos cursos de Geografia e História da UFMS, que fazem parte do Programa de Residência Pedagógica, e outros pesquisadores da área de licenciatura em Geografia e História. A atividade que foi inspirada no muralismo latino-americano, foi desenvolvida através de pinturas com os alunos dos 6º e 7º anos. Os materiais utilizados nas ações foram doações feitas pelos orientadores do Programa de Residência Pedagógica, na qual se usou tinta branca, pigmentações e pincéis. A elaboração da ação parte dos seguintes processos:

- Escolha do local, elaboração do esboço (baseado nas pesquisas de livros didáticos).
- Aplicação do decalque (transferência da ilustração do papel para a parede).
- Preparo da tinta e das cores (separadas em recipientes como garrafas pets, a aplicação da pigmentação com cores primária como branco, preto, amarelo, azul e vermelho, tendo a partir daí a possibilidade de criar cores secundárias e terciárias).
- E por fim, a aplicação de detalhes finais e a entrega do ambiente modificado e valorizado pelas ilustrações.

Ilustrações Pedagógicas

Figura 1. “A idade da terra e suas formas de vida”. E.M. Marisa Nogueira Rosa Scaff



Fonte: Os autores, 2021.

Figura 2. “A viagem no alfabeto”. E.M. Marisa Nogueira Rosa Scaff



Fonte: Os autores, 2021.

Figura 3. “A posição dos planetas”. E.M. Marisa Nogueira Rosa Scaff



Fonte: Os autores, 2021.

Figura 4. “Do mapa do Brasil ao mapa Mundi”. E.M. Marisa Nogueira Rosa Scaff



Fonte: Os autores, 2021.

Figura 5. “A origem da vida na Terra e sua ocupação espacial”. E.E. Cândido Mariano



Fonte: Os autores, 2022.

Figura 6. “Principais fenômenos que desenvolveram a formação do Estado e suas características”. E.E. Cândido Mariano



Fonte: Os autores, 2022.

Dentro do panorama apresentado sobre os reflexos agravados pelo período pandêmico, as ilustrações pedagógicas se encarregam de ofe-

recer uma atividade lúdica ao mesmo tempo em que estimula a percepção e a interpretação daqueles que possuem contato com a ilustração, trabalhando-os de forma subjetiva a potencialidade dos sentidos.

[...] é um processo que se desenvolve a partir das informações captadas pelo olhar, que se transforma em uma imagem e que nos ajuda a fazer a compreensão do que podemos ver ao nosso redor. (Ferreira; Costa, 2021, p. 6)

A transformação do material didático, utilizado diariamente desde os primeiros anos escolares, como, por exemplo, o livro didático, passa a tomar formas e cores.

O desenvolvimento maior acontece nos primeiros anos de vida, eis a necessidade de ações lúdicas multicoloridas, que tanto pais ou professores, especialmente os que trabalham em creche, devem realizar. Não se pode esquecer que o desenvolvimento visual ocorre em etapas distintas da criança, até se tornar adulta, mas o enfoque deve estar na infância, onde o desenvolvimento é mais acentuado. Nesse sentido, os estímulos são importantes para o desenvolvimento da visão da criança, e quanto maior a variedade oferecida à criança, maior será o aprendizado de novas percepções de um determinado objeto. Isso porque, é a experiências sensorial visual da criança que está sendo nutrida e cuidada, a fim de que a linguagem visual seja compreendida em uma profundidade, de maneira a não se perder a mensagem visual transmitida. (Ferreira; Costa, 2021, p. 7)

Além do acolhimento gerado pela valorização do espaço físico, num ambiente educativo em sua totalidade, que passa a atribuir valorização do espaço receptor das ilustrações de maneira democrática e acessível, tendo na subjetividade de suas ações o acesso ao belo, ao lúdico, assim contribuindo na manutenção da saúde mental, daqueles que usufruem do ambiente.

[...] a alfabetização visual é entendida como o processo de aprendizagem de leitura e escrita dos símbolos imagéticos. No que diz respeito ao domínio dos elementos visuais – o ponto, a linha, a forma, a direção, o tom, a cor, a textura, a escala ou proporção, a dimensão e o movimento – cada elemento tem ligação com o tema representado. (Ferreira; Costa, 2021, p. 8)

As ações voltadas na implementação de ilustrações pedagógicas contribuem na otimização de uma didática inclusiva e humanística, fornecendo o exercício subjetivo da interpretação através dos sentidos, no caso aqui mencionado, o sentido da visão e todo desenvolvimento que a mesma agrega, na busca da expansão do conhecimento a uma alternativa ao modelo tradicional conteudista pedagógico.

Por fim, foram recolhidos relatos dos profissionais envolvidos com a atividade, e com a escola.

Coordenadora da Escola: *É importante colocar a admiração das crianças ao entrar na escola, sendo assim, as obras de arte trouxeram magia, encanto e fantasia para as nossas crianças. As professoras exploraram junto com as crianças a obra de arte de cada parede, principalmente nas atividades pedagógicas ao explorar o alfabeto, os números, o sistema solar, a fauna da nossa região... Realizando aulas riquíssimas e significativas.*

Diretora da Escola: *As pinturas nas paredes e chão da escola trouxeram alegria, ludicidade, sensibilidade e beleza, retratadas através da fauna, flora pantaneira, cultura indígena, poesia de Manoel de Barros, origamis, letras, números, mapas e etc. Tudo isso contribuiu e contribui para as nossas crianças se apropriarem de diversas linguagens, estimulando a sensibilidade, criatividade, imaginação, valorizando as manifestações culturais e artísticas, ampliando o conhecimento de mundo.*

Professora de Geografia: *É interessante relacionarmos o desenho a diferentes conteúdos desenvolvidos com os estudantes. Eu utilizo sempre que possível o desenho como forma de trazer*

o assunto o mais próximo possível da sua realidade ou que consigam imaginar o que estou tentando explicar. O trabalho desenvolvido nas paredes da escola contribuiu e contribuirá com a aplicação e instigação da curiosidade com o que é apresentado dentro da sala de aula, desde a participação em deixar suas marcas na pintura até a uma roda de conversa tentando relacionar as ilustrações com algo discutido em sala, ou visto na televisão. Sem dúvida nenhuma as ilustrações trouxeram um novo olhar e um novo sentido ao espaço escolar.

Portanto, a arte educação atrelada a técnica do muralismo, pode influenciar todo o ambiente escolar, desde a harmonia pela valorização dos lugares, até a potencialização cognitiva dos educandos, favorecendo assim, para todo o conjunto do processo de ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Em tempos em que o medo, a angústia, e a ansiedade, cada vez mais se fazem presentes na sociedade, a arte educação se destaca por ser uma ferramenta capaz de contribuir com os desafios impostos pelos problemas socioeconômicos nos ambientes escolares. Além disso, destaca-se por ser um instrumento didático que pode favorecer na aproximação dos alunos com os conteúdos.

Vide às reformas neoliberais, cuja padronização da educação e dos conteúdos escolares é uma das formas de adequar os sistemas de ensino às necessidades do mercado, a arte tem a capacidade de explicitar àquilo que é comum na prática cotidiana, aguçando o senso crítico acerca do mundo em que o aluno vive. Formas de pensamentos que tem sido frequentemente atacada com o desmonte e o processo de descaracterização da educação.

Assim, desde a leitura espacial através do território, interpretado, por exemplo, em uma música, a região expressada em uma dança, a paisagem em uma fotografia, o lugar através da pintura,

etc., a arte se coloca como um recurso que não é escasso, dispondo várias possibilidades para a Geografia.

Como um recurso interdisciplinar, torna-se um modelo a ser discutido e desenvolvido. Corroborando para a potencialização do desenvolvimento cognitivo através da subjetividade de cada aluno, o muralismo como uma forma de expressar a arte, tem na Geografia uma proposta didático-pedagógico, que pode criar caminhos para a explanação dos fenômenos espaciais, cujo objetivo é possibilitar a ampliação dos olhares dos alunos sobre o conteúdo que cerca sua realidade, a fim de formar cidadãos crítico-reflexivos, em sociedade e no mundo.

Referências

ARAUJO, Tânia Cristina Buzatto. **A importância da arte-educação na educação infantil**. 2010. 66f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia-Licenciatura, Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BRASIL, 2022. **Acompanhamento de crianças com risco de evasão será intensificado**. Disponível em: <https://bit.ly/3k0U78L>. Acesso em: 24 maio 2022.

FERREIRA, Jonata da Trindade; COSTA, José Francisco da Silva. A arte e a percepção visual como processo pedagógico para o ensino fundamental. **Revista Arquitetura + Arte**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 1-1, jan./jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALES, T. S.; BARBOSA-LIMA, M. C. A.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R. Epidemia de cores: ciência e arte e o processo de saúde-doença-cuidado na promoção da saúde. *In*: CRUZ, F. A. O *et al.* **Do campo a cidade**: propostas para uma educação inclusiva. Joinville: Editora Santorini, 2022. p. 375-386.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITE, Álvaro Pantoja. Paulo Freire e arte educação: considerações sobre a estética freiriana e a arte na educação/formação. **Sociedade & Culturas**, [S.L.], n. 54, p. 85-103, jan. 2019.

MARQUES, Fernanda. **Pesquisa mostra impacto da pandemia na saúde mental de profissionais da saúde**. FIOCRUZ, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3S6VwHn>. Acesso em: 24 maio 2022.

MINTO, L. A pandemia na educação. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S.L.], v. 6, n. 10, p. 139-154, jun. 2021.

OLIVEIRA, Liliane Andréa Antunes; *et al.* **A interdisciplinaridade e o ensino de Geografia**. V Conedu – Congresso Nacional de Educação. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3xvG7qW>. Acesso em: 24 maio 2022.

OMS, 2022. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <http://bit.ly/3I0LXFs>. Acesso em: 23 maio 2022.

PINTO, Amâncio da Costa. Memória, cognição e educação: Implicações mútuas. *In*: DETRY, B.; SIMAS, F. (Orgs.). **Educação, cognição e desenvolvimento**: Textos de psicologia educacional para a formação de professores. Lisboa: Edinova, 2001. p. 17-54.

QUELUZ, Marilda Lopes; QUELUZ, Gilson Leandro. Muralismo libertário: comunicação e educação emancipadora. **Revista Intersaberes**, [S.L.], v. 12, n. 25, p. 26-37, jun. 2017.

SILVA, Simone Martins; ROSA, Adriane Ribeiro. O impacto da COVID-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. **Revista Práxis**, [S.L.], v. 2, p. 189-206, maio 2021.

STRAFORINI, Rafael. O ensino da Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 32, n. 93, p. 175-195, jan. 2017.

CIDADES PEQUENAS NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS EM URBANISMO

Geisa Zanini Rorato

Luana Pavan Detoni

Carolina Rezende Faccin

Introdução

O interesse pelo tema “cidades pequenas” no ensino superior, principalmente no contexto da formação de arquitetos e urbanistas, parece estar sendo ampliado nos últimos anos, apesar de não ser uma temática nova na academia (Neves; Faria, 2020) e de ainda não poder ser comparada à hegemonia de temas voltados às grandes cidades e às regiões metropolitanas (Sposito; Jurado da Silva, 2013). O tema vem sendo abordado por diversos campos do conhecimento e é possível verificar um aumento quantitativo das publicações, principalmente na pós-graduação. Neves e Faria (2020) analisam a produção recente da pós-graduação relacionada ao tema das cidades pequenas, e apontam a concentração de estudos realizados em programas de Geografia, em segundo lugar em programas de Planejamento Urbano e Regional e em menor proporção em programas de Arquitetura e Urbanismo. Os autores apontam, ainda, a convergên-

cia destes três campos do conhecimento, que compartilham temas de interesse, como este.

Observa-se, portanto, que nos últimos anos houve um aumento no número de trabalhos acadêmicos que buscam demonstrar a realidade das cidades pequenas brasileiras (Fernandes, 2018). Salmeron e Endlich (2021) também reconhecem esse aumento, no entanto, evidenciam que ainda é preciso estabelecer estratégias metodológicas para abordar esse contexto nas salas de aula. Os autores defendem a importância de conhecer a realidade urbana como um todo, sendo que esta inclusão no processo de ensino e aprendizagem pode desempenhar um “papel fundamental na formação de uma consciência espacial e cidadã dos estudantes da Educação Básica” (Salmeron; Endlich, 2021, p. 4); sobretudo, ao considerar que a urbanização brasileira é configurada predominantemente por cidades pequenas e caracterizada pela sua heterogeneidade.

Buscando reconhecer essa heterogeneidade, é possível apontar o caso do Rio Grande do Sul, onde aproximadamente 78% dos 497 municípios possuem menos de 20.000 habitantes; se considerarmos a população inferior a 50.000 habitantes, essa porcentagem passa para 91% dos municípios (IBGE, 2021). As sedes administrativas destes municípios podem ser compreendidas como cidades pequenas. Contudo, há uma grande diversidade nesse escopo, uma vez que estas cidades estão localizadas em diferentes contextos sociais, econômicos, locais, que podem ser expressos pela organização regional.

Também podem ser apontados como fatores que contribuem para a ampliação do interesse sobre o tema das cidades pequenas a expansão do ensino superior federal em regiões não metropolitanas e mais distantes de grandes centros a partir de 2003 e o consequente aumento na oferta de cursos de graduação, principalmente em cidades pequenas e médias (Rorato, 2016). Neste sentido, a criação de cursos de Arquitetura e Urbanismo em cidades fora do contexto metropolitano e de grandes cidades vêm reforçando o interesse nesta temática.

Também é importante apontar que as cidades pequenas são abordadas em instituições de ensino localizadas em contexto metropoli-

tano, como é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso de Arquitetura e Urbanismo conta com a disciplina optativa de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) em Urbanismo, que propõe como exercício didático a simulação da atuação do estudante no cenário de uma prefeitura de uma cidade pequena, sem banco de dados próprio, a fim de organizar um SIG para elaboração ou revisão de um Plano Diretor. Outras disciplinas da faculdade também fazem o mesmo movimento, como Urbanismo III que aborda o município de Barra do Ribeiro-RS para tecer análises, diagnósticos e propostas voltadas ao planejamento do espaço urbano dessa cidade.

O método de ensino explorado na disciplina de SIG apresenta três procedimentos: (i) Fundamentação básica em SIG; (ii) Instrumentalização dos estudantes, para manipular dados disponibilizados em plataformas oficiais, abertas e de cunho acadêmico; (iii) Aplicação dos conhecimentos a partir do exercício de elaboração de um banco de dados na escala municipal e intraurbana, para uma cidade pequena. Este exercício pretende contribuir para formação dos futuros profissionais arquitetos e urbanistas, sobretudo incentivando a atuação destes em outros contextos urbanos, diversos e plurais como as cidades pequenas inseridas em contextos não metropolitanos. Busca, também, explorar as possibilidades de aplicação de ferramentas SIG e de exploração de bancos de dados existentes.

O presente texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na sequência é apresentada uma revisão teórica sobre o ensino de arquitetura e urbanismo em relação às cidades pequenas. Nas seções seguintes o método de ensino será detalhado em conjunto com a exposição do trabalho dos graduandos. Por fim, apresentam-se os resultados e discussões e as considerações finais.

Cidades pequenas como tema de interesse para o ensino de Arquitetura e Urbanismo

Não há um consenso sobre o conceito de cidade pequena. Fernandes (2018) aponta que a dificuldade desta conceituação ocorre

devido a quantidade e à diversidade desta expressiva face da urbanização brasileira, também a estreita relação destas com o meio rural. O autor busca contribuir com este debate teórico e metodológico, com base numa conceituação pautada em aspectos quantitativos, como o porte demográfico, associados a aspectos mais qualitativos, vistos pelo papel que a cidade desempenha na rede urbana e sua influência na região. Neste sentido, destaca a relação das cidades pequenas com os Centros Locais e os Centros de Zona segundo a classificação da Regiões de Influência das Cidades (Regic) de 2018.

Para Endlich (2017) a tarefa de conceituar ou classificar um tipo de cidade significa colocar todas em comparação, seja pelo seu tamanho demográfico e territorial (pequena, média, grande) ou pelo seu papel e alcance espacial (local, regional, nacional, global). Nesse sentido, a autora destaca as cidades pequenas e cidades locais associando estas a um patamar elementar na rede urbana, atribuindo uma complexidade econômica e social mínima. Desaconselha adotar uma tipologia rígida, mas sim uma flexibilização de acordo com as relações de comparabilidade estabelecidas num determinado tempo e espaço, de acordo com a economia de mercado, a divisão territorial de trabalho, condições de sociabilidade e de consumo.

Embora existam diferentes perspectivas e distintas definições, os estudos sobre as cidades pequenas, geralmente, partem de um recorte demográfico. Desse modo, destaca-se o recorte das localidades (municípios) com população total (urbana e rural) inferior a 50.000 habitantes, conforme indicado pela rede de pesquisadores brasileiros para estudos sobre a temática das cidades pequenas (Mikropoli, 2021). Outro patamar demográfico importante para este trabalho, compreende a população inferior a 20.000 habitantes, uma vez que estes municípios ficam excluídos da obrigatoriedade de instrumentos urbanísticos como o Plano Diretor Municipal, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (2001). Esta legislação prevê obrigatoriedade de elaboração do plano para municípios acima de 20.000 habitantes, entre outras situações previstas no artigo 41.

É interessante observar, no entanto, que mesmo não sendo obrigatório, este é um instrumento presente em diversas cidades pequenas, como aponta o levantamento realizado pelo IBGE em 2018 que mostra que 34% dos municípios brasileiros com menos de 20.000 habitantes contam com Plano Diretor. Neste sentido, é importante observar que em muitas prefeituras de cidades pequenas, como foi observado em cidades localizadas ao Sul do RS, não há registro de profissionais arquitetos e urbanistas, e quando há faltam recursos financeiros e técnicos para elaboração dos planos e projetos urbanos (Detoni, 2018). Por outro lado, na região Central do Estado, as pequenas cidades que integram a Quarta Colônia contrataram conjuntamente serviços de arquitetura e urbanismo através do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – Condesus para elaboração de Planos Diretores para cidades pequenas, com realidades bastante variadas (Colusso; Rorato, 2010).

Já se considerarmos a existência de bancos de dados georreferenciados, a realidade encontrada nas cidades pequenas é mais precária; utilizando como referência o Cadastro Imobiliário, por exemplo, apenas 17% das cidades com até 20.000 habitantes contam com Cadastro Imobiliário Georreferenciado (IBGE, 2020). Desse modo, a aproximação entre o ensino superior e as cidades pequenas apresenta-se como uma oportunidade para auxiliar as prefeituras na construção de condições básicas para o planejamento e a gestão, como a elaboração de um banco de dados georreferenciado, com informações básicas sobre o município.

Essa aproximação entre o ensino superior e as cidades pequenas também se fundamenta na importância de abordar um pouco da diversidade da urbanização brasileira, suas singularidades e desafios, contribuindo assim para uma formação dos futuros profissionais arquitetos e urbanistas. Fuão (2022) aborda o ensino da arquitetura como um processo catalisador, voltado ao capital e sua expressão máxima que é a capital. Nessa área de estudo, segundo o autor, é comum pré-conceber que o moderno está na capital e o atraso no interior. Avesso a esta realidade, a disciplina de SIG em

Urbanismo busca inserir o contexto de origem de muitos alunos, que são do interior, nos processos de estudo. Estes que recorrem à capital do estado para realização dos seus estudos, apresentam juntamente com suas inquietações e experiência de cidade, outro conhecimento que pode auxiliar a combater os preconceitos e/ou movimentos extremamente catalisadores.

Em relação ao ensino de arquitetura e urbanismo e o contexto das cidades pequenas, destacam-se as instituições de ensino superior localizadas no interior, como evidenciam os estudos publicados na 20ª edição da *Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade* (2022), sobre a temática das “Pequenas Cidades”. Nesta edição, são apresentadas duas experiências pedagógicas em cursos de Arquitetura e Urbanismo, de instituições privadas, localizadas em cidades que configuram polos regionais no interior dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Falcão *et al.*, 2022; Tischer; Heck, 2022).

Quando observados, também na *Pixo* (2022), os artigos fruto de trabalhos finais de graduação, a importância da descentralização do ensino superior para o estudo das cidades pequenas é ainda mais notória. Destaca-se a Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS, criada no início dos anos 2000 no contexto de expansão e descentralização do ensino superior no país (Rorato, 2016). Desta instituição são apresentados três trabalhos: arquitetura escolar para Concórdia/SC de Fazzioni e Modler; biblioteca pública para Erechim/RS de Lindner e Modler; e paisagismo da orla ferroviária de Carazinho/RS de Engel e Goettems.

Outras duas instituições públicas se destacam, quanto à publicação dos trabalhos finais de graduação, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Pelotas (*Pixo*, 2022). Da primeira instituição são apresentados os estudos realizados para proposição do mercado público em São Luiz Gonzaga/RS de Durão e outros, e para o parque da prainha em Roque Gonzales/RS de Ledur e outros. Na segunda instituição, Gonçalves e Faria apresentaram o processo de pesquisa sobre a Colônia de Pescadores Z3, em

Pelotas/RS; e Bazzan compartilha o processo projetual realizado na área central da cidade de Jóia/RS.

Ainda sobre o processo de descentralização do ensino de Arquitetura e Urbanismo, observa-se iniciativas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que tem patrocinado eventos e publicações a fim de contribuir para a divulgação e a valorização da profissão, assim como, para refletir sobre o papel de arquitetos e urbanistas na sociedade brasileira. Dentre as publicações fomentadas pelo CAU destaca-se “Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto dos pequenos territórios às cidades médias” (Gatti; Zandonade, 2017). Esta obra apresenta procedimentos para pensar sobre o território no contexto das cidades médias e pequenas, através de processos participativos, alternativas para leitura dos modos de vida e da paisagem, métodos para elaboração de diagnósticos e propostas, e por fim, apresenta um conjunto de experiências realizadas em diferentes contextos.

Outra ação do CAU diz respeito à campanha “Toda prefeitura deve ter um arquiteto e urbanista”¹, uma vez que não há obrigatoriedade destes no quadro de funcionários públicos dos municípios. Nesta perspectiva, está pautada a proposta metodológica de ensino-aprendizagem da disciplina de Sistemas de Informações Geográficas em Urbanismo, que será abordada a seguir.

Cidades pequenas como experiência metodológica da disciplina de SIG em Urbanismo

A disciplina de Sistema de Informações Geográficas em Urbanismo integra o currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como uma atividade optativa. Nesta disciplina, busca-se apresentar ao aluno os aspectos teóricos e conceituais das geotecnologias aplicadas ao campo de conhecimento do urbanismo e do planejamento urbano e regional, através do uso de SIG. A discipli-

1. Ver mais em: <https://bit.ly/3zdvPfk>. Acesso em: 09 jun. 2022.

na, por ser optativa e não exigir pré-requisito, é cursada por alunos de semestres variados².

O método de ensino explorado na disciplina procura instrumentalizar os alunos, de forma geral, aos processos de busca, armazenamento, processamento e análise de dados georreferenciados, com a utilização de SIG. O software utilizado na disciplina é o Qgis, por ser um software livre e de fácil acesso. Os alunos são estimulados a pensar como as geotecnologias podem auxiliar na resolução de problemas, portanto, são confrontados com situações a serem resolvidas com a utilização do SIG.

Uma das situações apresentadas aos alunos simula sua contratação como arquiteto e urbanista por uma prefeitura de uma cidade pequena que não possui mapas ou dados georreferenciados. A prefeitura em questão necessita de uma base de dados georreferenciada para auxiliar na tomada de decisões, sobre todo o município e sobre sua área urbana. Além disso, considerando que o município está revisando seu Plano Diretor, demanda análises que auxiliem na tomada de decisão sobre as áreas mais aptas para a expansão urbana. Assim, os alunos deveriam desenvolver dois exercícios, através da produção de cartografias temáticas: i) Diagnóstico Municipal e Urbano, tendo como resultado um mapa na escala municipal e outro na escala urbana; ii) Análise de adequação para expansão urbana, tendo como resultado um conjunto de mapas com indicação de áreas mais aptas para planejar a urbanização futura.

A proposta metodológica da disciplina tem como objetivos: i) instrumentalizar os alunos para manipular dados disponibilizados em plataformas oficiais, abertas e de cunho acadêmico; ii) montar um banco de dados georreferenciado com informações básicas sobre o município, nas escalas municipal e urbana; iii) utilizar a base de dados em análises espaciais com uso de SIG. Para a realização dos exercícios

2. Tem sido recorrente a participação de alunos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Propur) da UFRGS, para realização do estágio docente na disciplina. Além das coautoras deste capítulo, registra-se a contribuição das doutorandas Jennifer Domeneghini e Ana Luiza Maffini.

que foram descritos, cada aluno precisa selecionar uma cidade. Indica-se que esta seja de pequeno porte e que o aluno tenha algum conhecimento prévio sobre ela, preferencialmente que já tenha visitado seu território, visando facilitar a interpretação dos dados e análises.

Diagnóstico municipal e urbano

O exercício Diagnóstico Municipal e Urbano foi aplicado nos semestres de 2020 e 2021, desenvolvido na modalidade de ensino remoto emergencial (ERE). Ao todo foram trabalhados 27 municípios com portes demográficos diversos, com uma média populacional de 21.000 habitantes. Destes, apenas seis apresentam população acima de 50.000 habitantes.

Ao final do exercício, espera-se que o aluno tenha levantado os seguintes dados: i) Mapa municipal: limite oficial do município, limites urbanos, estradas, hidrografia e, opcionalmente, topografia; ii) Mapa urbano: limites urbanos, arruamento, hidrografia, opcionalmente áreas de preservação permanente e área urbana ocupada para dois períodos (anos 1970 e atual) (Gass; Silva, 2018).

Os alunos devem buscar essas informações através de fontes online e de bases de dados institucionais, colaborativas ou acadêmicas (Quadro 1). O objetivo desta etapa consiste em sensibilizar o aluno sobre a aplicação das ferramentas de SIG bem como explorar os dados existentes em bancos de dados oficiais e colaborativos. Exemplos de mapas elaborados nesta etapa estão apresentados na figura 2, 4 e 6.

Quadro 1. Síntese dos dados abordados e suas fontes principais

Dado	Fonte	Tipo de fonte de dado
Limite municipal	IBGE - malhas municipais	Institucional
Limite urbano	IBGE - setores censitários (2020)	Institucional
Hidrografia	Labgeo	Acadêmico
Estradas	IEDE/RS e DAER (WFS ou WMS)	Institucional
Topografia	Cartas do Exército (anos 70)	Institucional
Arruamento urbano	IBGE - Faces de Logradouros	Institucional
	Openstreetmap	Colaborativo
Área urbana ocupada	Cartas do Exército (anos 70)	Institucional
	Imagem de satélite (mais atual)	Outra
Material de apoio	IBGE - Coleção de Mapas Municipais IBGE - Mapas para Fins de Levantamentos Estatísticos	Institucional

Fonte: Autoras, 2022.

Análise de adequação para a expansão urbana

O exercício propõe a realização de análise que possa auxiliar na revisão do Plano Diretor, mais especificamente, a elaboração de um diagnóstico espacial que auxilie na redefinição do perímetro e zoneamento urbano. Este último prevê áreas para incentivar a ocupação urbana de maneira mais intensiva. Buscando subsidiar as decisões, o aluno deve elaborar uma análise multicritério que aponte as áreas mais adequadas para a ocupação urbana (Grabski; Farina, 2018).

Para tanto, é necessário definir quais fatores devem ser levantados, considerando a realidade da cidade. Assim, alguns questionamentos são importantes de serem respondidos: a) Quais fatores são importantes de serem considerados para a identificação das áreas mais adequadas para a ocupação urbana? b) Quais fatores restringem a ocupação urbana? c) Dos fatores elencados, quais estão disponíveis (ou acessíveis) para a cidade em que estou trabalhando? Quais fatores precisam ser levantados? d) Dos fatores selecionados, quais contribuem mais (e menos) para a adequação urbana?

Assim, o aluno realiza uma análise multicritério, envolvendo diversos fatores (Quadro 2) para identificação das áreas mais adequadas ou que possam restringir a ocupação urbana. Os fatores são definidos em conjunto com os alunos, por exemplo: declividade,

estrutura viária, infraestrutura (água, luz, esgoto e lixo), equipamentos urbanos e locais de interesse (escolas, unidades de saúde, praças, etc.), áreas de preservação permanente (APP), entre outros, sendo especificados a cada semestre de acordo com o contexto do conjunto de cidades selecionadas.

Quadro 2. Fatores para análise e suas fontes principais

Critérios	Fatores	Critérios	Fatores
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas de preservação permanente • Topografia • Cursos Hídricos • Áreas verdes 	Estrutura viária	<ul style="list-style-type: none"> • Hierarquia viária • Análise configuracional (acessibilidade e centralidade)
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água • Saneamento esgoto • Saneamento drenagem pluvial • Coleta e destinação do lixo • Rede de energia elétrica 	Equipamentos públicos e locais de interesse	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de saúde • Serviços de educação • Espaços de lazer • Área comercial • Zonas industriais

Fonte: Autoras, 2022.

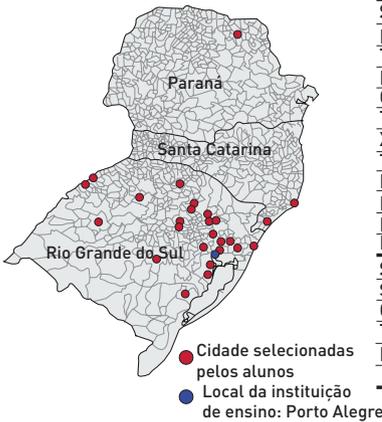
Buscando identificar as áreas mais aptas à ocupação urbana, considerando tanto o adensamento de áreas já urbanizadas, assim como a identificação de áreas ainda não urbanizadas, os alunos devem realizar uma análise de sobreposição ponderada de múltiplos critérios com base em dados raster. Esse método consiste na identificação de áreas com base em uma variedade de atributos, como condições de acessibilidade e disponibilidade de infraestrutura. Quanto melhor servida de redes e serviços e quanto mais acessível uma área, mais adequada ela potencialmente é para a ocupação urbana, desde que não existam restrições e que seja considerado seu atual grau de densidade e intensidade de uso e ocupação do solo urbano. Os resultados da análise são apresentados nas figuras 3, 5 e 7.

Resultados e discussões

Os resultados deste estudo procuram relatar a experiência dos exercícios desenvolvidos na disciplina. A começar pela breve caracterização das cidades selecionadas pelos alunos para o estudo (Figura 1). Ao todo foram abordadas 27 cidades diferentes. Destas, 24 estão no Rio Grande do Sul, 2 em Santa Catarina e 1 no Paraná. A maio-

ria delas possui menos de 50 mil habitantes, exceto cinco cidades: Cachoeira do Sul (81 mil hab.); Estância Velha (51 mil); Campo Bom (70 mil); Cachoeirinha (132 mil) e Taquara (57 mil). Portanto, as demais podem ser compreendidas inicialmente no escopo das cidades pequenas, segundo o patamar demográfico (Mikripoli, 2021).

Figura 1. Localização das cidades selecionadas e estimativa populacional (IBGE, 2021)



Semestre 2020/1	Pop.	Semestre 2020/2	Pop.
Portão-RS	38.081	São Lourenço do Sul-RS	43.501
Taquara-RS	57.740	Tapes-RS	17.363
Progresso-RS	6.235	Laguna-SC	46.424
Cachoeira do Sul-RS	81.552	São José do Herval-RS	1.918
Triunfo-RS	30.159	Campo Bom-RS	69.981
Xangri-lá-RS	17.126	Barra do Ribeiro-RS	13.618
Tapes-RS	17.363	Serafina Corrêa-RS	18.074
Estância Velha-RS	51.292	Sombrio-SC	31.084
Panambi-RS	44.583	S. Antônio da Patrulha-RS	43.397
Nova Prata-RS	28.021	Flores da Cunha-RS	31.352
Porto Vera Cruz-RS	1.258	Nova Fátima-PR	8.120
Semestre 2021/1	Pop.	Semestre 2021/2	Pop.
S. Antônio da Patrulha-RS	43.397	S. Antônio da Patrulha-RS	43.397
Cachoeirinha-RS	132.144	Santiago-RS	49.298
Taquara-RS	57.740	Porto Xavier-RS	10.144
Nova Petrópolis-RS	21717	São Domingos do Sul-RS	3.091
		Feliz-RS	13.728

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Em relação à posição na rede urbana, de acordo com dados da Regic de 2018 (IBGE, 2020), do total de cidades selecionadas, 19 delas são classificadas como Centros Locais e/ou estão inseridas em Arranjos Populacionais (como é o caso de Cachoeirinha, inserida no Arranjo Populacional de Porto Alegre). Observa-se que os Centros Locais correspondem ao menor nível da hierarquia urbana, e podem ser associados à noção de cidades pequenas segundo análise de Fernandes (2018), acerca do papel destas na rede urbana. Seguindo a lógica deste autor, os Centros de Zona também podem ser associados às cidades pequenas, como é o caso de São Lourenço do Sul, Serafina Corrêa e Flores da Cunha. As demais cidades abor-

dadas correspondem a Centros Subregionais: Sombrio, Santiago, Cachoeira do Sul e Taquara.

Observa-se que Santo Antônio da Patrulha, Tapes e Taquara foram abordadas em mais de um semestre, possivelmente pela proximidade à instituição de ensino. Também se destacam, pela proximidade à instituição de ensino, Cachoeirinha, Campo Bom, Estância Velha e Portão, que fazem parte do Arranjo Populacional de Porto Alegre (IBGE, 2020). Outra localização recorrente diz respeito ao contexto regional da Serra Gaúcha – Flores da Cunha, Nova Petrópolis, Nova Prata e Serafina Corrêa. Podemos citar também as cidades litorâneas de Laguna, Sombrio e Xangri-lá; as cidades fronteiriças de Porto Xavier e Porto Vera Cruz; e a cidade de Nova Fátima, no Paraná, a mais distante em relação à Porto Alegre.

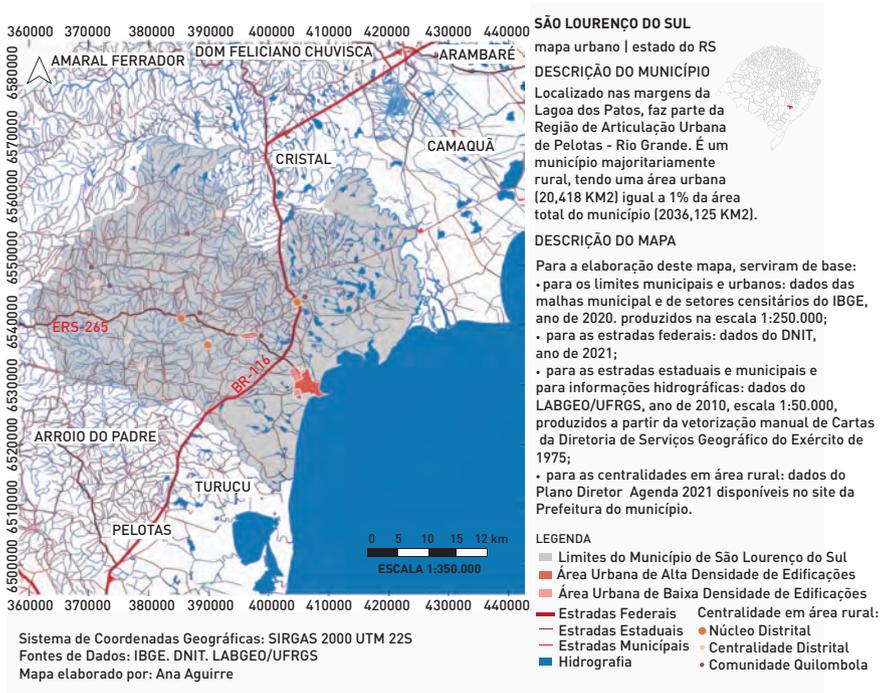
Para ilustrar os resultados da disciplina, destaca-se a produção cartográfica dos mapas temáticos de três cidades: São Lourenço do Sul e Tapes, no Rio Grande do Sul, e Sombrio, em Santa Catarina. São Lourenço do Sul e Tapes estão localizadas no litoral da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul e compõem o território da Costa Doce. A cidade de Sombrio está localizada próxima ao litoral catarinense.

A Figura 2 apresenta os Mapas Municipal e Urbano de São Lourenço do Sul (RS), criados a partir da base de dados organizada para o município. É possível verificar a grande extensão territorial do município, que conta com 43.111 habitantes (IBGE, 2010), com predominância de área na zona rural, apesar de a população urbana (56%) ser superior à rural (44%). Além da agricultura e da pesca, possui forte vocação turística. Cercada por cursos hídricos, a cidade sofreu uma enchente em 2012, e recentemente teve sua orla restaurada. A sede urbana está localizada às margens da Lagoa dos Patos e apresenta traçado xadrez. O perímetro urbano abrange áreas ainda não urbanizadas.

Os dados apresentados na Figura 2 permitiram identificar os fatores que poderiam ser relevantes para a análise de adequação urbana. Para o município de São Lourenço do Sul, foram levantados os seguintes fatores: índice de atendimento de infraestrutura urbana, considerando os domicílios com acesso às infraestruturas com base

nos dados por setores censitários de 2010; acessibilidade urbana, considerando a proximidade às principais vias urbanas e às principais edificações (dados do openstreetmap); classes de declividade, considerando as declividades menores como as mais adequadas. Como restrições, foram consideradas as declividades acima de 30% e as áreas de preservação permanente. Com base nos mapas parciais no formato raster dos fatores apontados, foi realizada a álgebra de mapas, resultando no mapa síntese de adequação para ocupação urbana (Figura 3). É possível considerar que a análise apresentou resultados coerentes, pois destaca áreas de maior adequação urbana no núcleo original da cidade e no entorno dos eixos comerciais.

Figura 2. Mapa Municipal e Mapa Urbano de São Lourenço do Sul (RS)



Brasil, pandemia e pequenas cidades

SÃO LOURENÇO DO SUL

mapa urbano | estado do RS

ÁREA URBANA

A área urbana de São Lourenço do Sul (RS) é constituída pelo núcleo principal, localizado às margens da Lagoa dos Patos, e por um núcleo secundário, no eixo da ERS-265, próximo do acesso à BR-116.



DESCRIÇÃO DO MAPA

Para a elaboração deste mapa, serviram de base:

- para os limites municipais e urbanos: dados das malhas municipal e de setores censitários do IBGE, ano de 2020, produzidos na escala 1:250.000;
- para as estradas e Informações hidrográficas: dados de LABGEO/UFRGS, ano de 2010 escala 1:50.000, produzidos a partir da vetorização manual de Cartas da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército de 1975: mesclados a dados do Open Street Maps;
- para a malha viária: dados do Open Street Maps e das faces de logradouros do IBGE, ano de 2019;
- para o zoneamento urbano: dados do Plano Diretor Agenda 2021 disponíveis no site da prefeitura do município.

LEGENDA

- Limites Urbanos
- Malha viária
- Hidrografia
- APPs*

Destques do Zoneamento

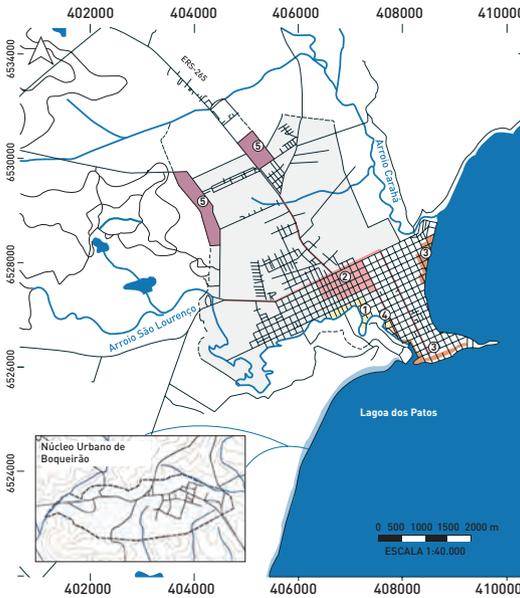
- 1. Zona de Ocupação Inicial
- 2. Zona de Comércio e Serviços
- 3. Zona de Comércio Turística
- 4. Zona Industrial Naval
- 5. Zona Industrial

*Para arroios e margem urbana da lagoa:30m

Sistema de Coordenadas Geográficas: SIRGAS 2000 UTM 22S

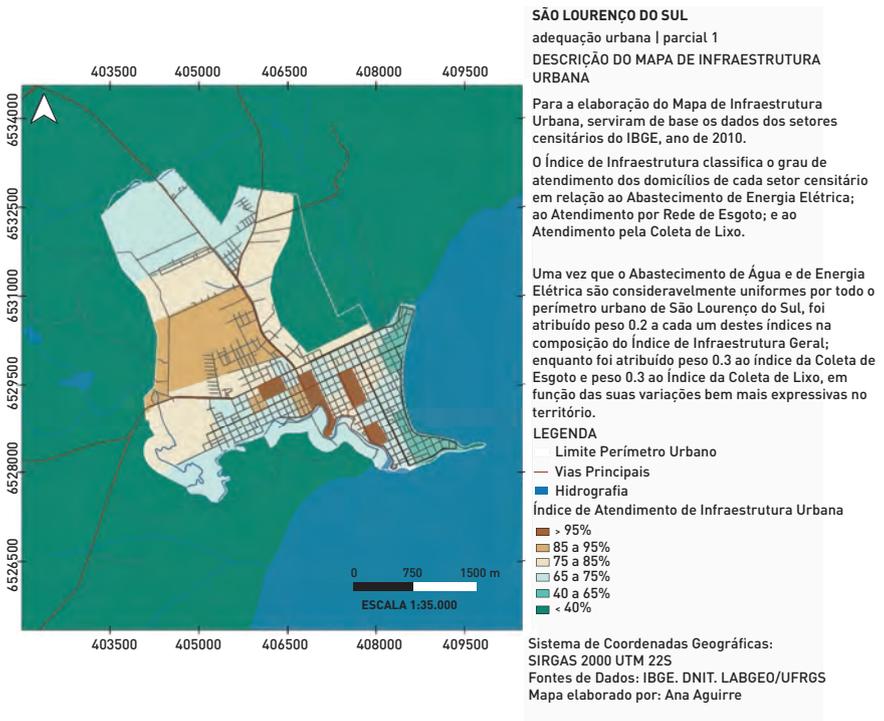
Fontes de Dados: IBGE. DNIT. LABGEO/UFRGS

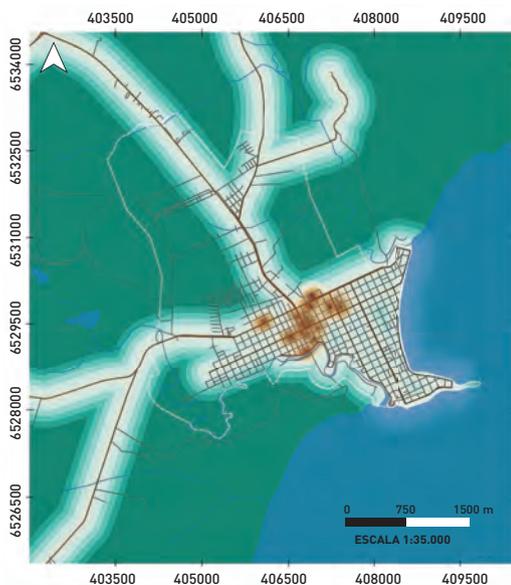
Mapa elaborado por. Ana Aguirre.



Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pela aluna Ana Aguirre.

Figura 3. Mapas da Adequação Urbana elaborados para São Lourenço do Sul (RS)





SÃO LOURENÇO DO SUL | RS

adequação urbana | parcial 2

DESCRIÇÃO DO MAPA DE ACESSIBILIDADE URBANA

Para a elaboração do Mapa de Acessibilidade Urbana, serviram de base os dados de malha viária e de edificações do Open Street Maps.

O Índice de Acessibilidade classifica as áreas urbanas em grau de proximidade relativo às principais vias de circulação e principais edificações da cidade. Em relação às edificações, foram consideradas edificações públicas (Prefeitura, Secretarias Municipais, Rodoviária, etc); bancos (Caixa, Banrisul, etc); importantes edificações comerciais (supermercados e galerias) e as principais edificações religiosas (Igreja Matriz, etc).

O grau de proximidade das principais vias foi classificado numa escala de 0 a 500m, enquanto o grau de proximidade das principais edificações foi classificado numa escala de 0 a 250m. Ambos os índices receberam o mesmo peso ao compor do Índice de Acessibilidade Geral.

LEGENDA

- Limite Perímetro Urbano
- Vias Principais
- Edifícios Principais
- Hidrografia

Índice de Acessibilidade Urbano

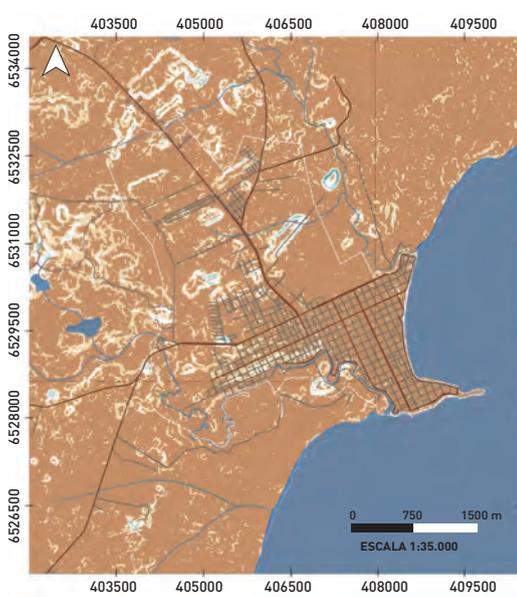
- 6 - altíssima acessibilidade
- 5 - alta acessibilidade
- 4 - média acessibilidade
- 3 - média/baixa acessibilidade
- 2 - baixa acessibilidade
- 1 - baixíssima acessibilidade

Sistema de Coordenadas Geográficas:

SIRGAS 2000 UTM 22S

Fontes de Dados: Open Street Maps, IBGE, DNIT, LABGEO/UFRGS

Mapa elaborado por: Ana Aguirre



SÃO LOURENÇO DO SUL | RS

adequação urbana | parcial 3

DESCRIÇÃO DO MAPA DE DECLIVIDADE

Para a elaboração do Mapa de Declividade, serviram de base os dados de relevo terrestre do ASF Data Search.

Para definir os parâmetros do Índice de Declividade, foi utilizada uma classificação adaptada a partir do artigo "Análise de urbanização em áreas declivosas, como uma das etapas da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), Visando o desenvolvimento local" de Souza, Montero & Liesenbera.

Cabe salientar que o perímetro urbano de São Lourenço do Sul se localiza numa área de relevo majoritariamente plano, nas margens da Lagoa dos Patos, portanto o índice de declividade da zona resultou em valores em geral baixos ou moderados.

LEGENDA

- Limite Perímetro Urbano
 - Vias Principais
 - Hidrografia
- Índice de Declividade
- 0 a 6% - muito baixa
 - 6 a 12% - fraca
 - 12 a 20% - média
 - 20 a 30% - forte
 - > 30% - muito forte

Sistema de Coordenadas Geográficas:
SIRGAS 2000 UTM 22S

Fontes de Dados: ASF Data Search, IBGE,
DNIT, LABGEO/UFRGS

Mapa elaborado por: Ana Aguirre

SÃO LOURENÇO DO SUL | RS

adequação urbana | síntese

DESCRIÇÃO DO MAPA

Para a elaboração do Mapa Síntese de Adequação Urbana, foi realizada uma soma simples de índices dos mapas de Infraestrutura, Acessibilidade e Declividade; e subtraídas as áreas de restrição à urbanização. As áreas de restrição corresponderam às Áreas de Preservação Permanente nas margens dos arroios e margem urbana da Lagoa dos Patos (faixas de 30m). Foram também consideradas as áreas onde a declividade do terreno ultrapassa 30%, ainda que tal situação seja quase inexistente na área em questão.

COMENTÁRIO SOBRE RESULTADO

Os índices do mapa síntese mostram contrastes moderados, atribuindo alta adequação à quase totalidade da cidade. Optei por manter uma simbologia de cores contínuas por esta razão, pois quando utilizados intervalos iguais a maior parte da área urbana assumia a mesma classificação. Em relação à utilização da declividade como parâmetro, penso que neste caso poderia ser mais adequado atribuir um peso menor ao índice, pois ele parece ter atenuado os contrastes entre os diferentes valores de Infraestrutura e Acessibilidade. Não possuo um conhecimento aprofundado sobre o Município, mas pelos mapas do Plano Diretor disponibilizados no site da Prefeitura, o resultado do exercício parece estar coerente, destacando áreas de maior adequação urbana no núcleo original da cidade e no entorno dos eixos comerciais.

LEGENDA

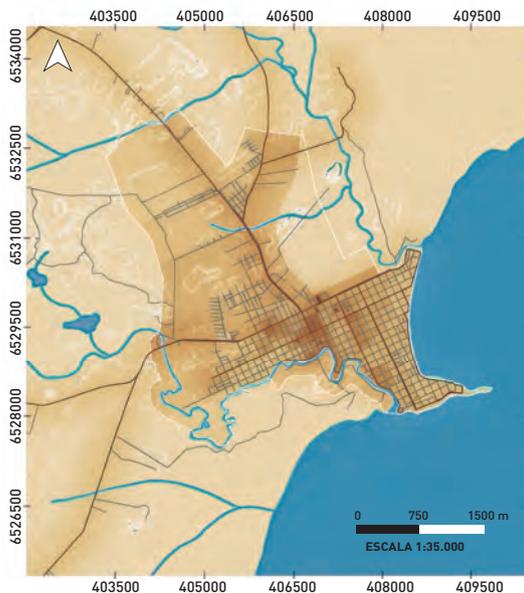
— Limite Perímetro Urbano	■ Alta
— Vias Principais	■ Média
■ Edifícios Principais	■ Baixa
■ Hidrografia	■ Inadequado

Sistema de Coordenadas Geográficas:

SIRGAS 2000 UTM 22S

Fontes de Dados: IBGE, DNIT. LABGEO/UFRGS

Mapa elaborado por: Ana Aguirre



Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pela aluna Ana Aguirre.

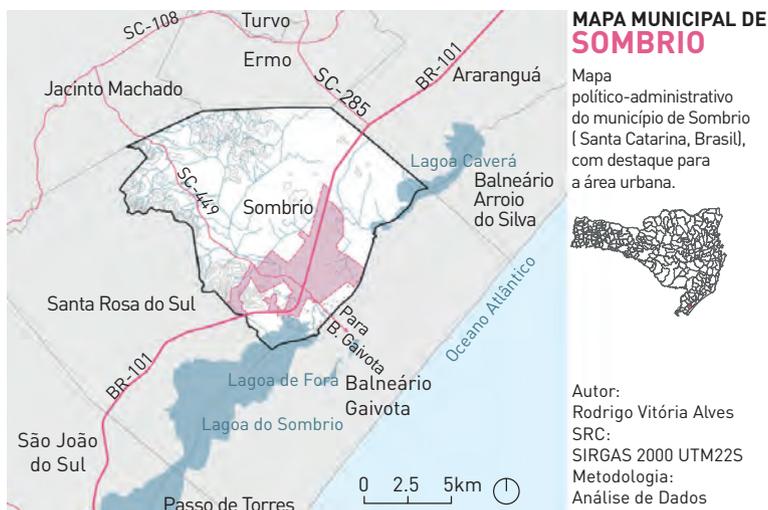
A Figura 4 apresenta os Mapas Municipal e Urbano de Sombrio (SC), criados a partir da base de dados organizada para o município. É possível verificar a extensão de sua área urbana, bem como identificar um padrão de ocupação ao longo dos principais eixos viários. A população do município é de 26.613 habitantes, 74% residindo na área urbana e 26% na área rural (Censo, 2010).

Um trecho da BR-101 passa pela cidade, o que a torna um ponto de passagem importante entre as capitais Florianópolis e Porto Alegre. Além do acesso à cidade litorânea de Balneário Gaivota, também se destaca o acesso à cidade de Jacinto Machado, onde é possível visitar os Cânions por meio de trilhas guiadas pelo Par-

que Nacional da Serra Geral e Parque Estadual Aparados da Serra (Município de Sombrio, 2022). É possível identificar o crescimento significativo da mancha urbana entre as décadas de 1970 e 2020. Também é possível verificar a existência de áreas ainda não urbanizadas dentro do perímetro urbano. As áreas mais aptas apontadas na análise aproximam-se da mancha urbana atual, e as áreas localizadas na sua periferia possuem maiores restrições à ocupação urbana.

Os dados apresentados na Figura 4 permitiram identificar os fatores que poderiam ser relevantes para a análise de adequação urbana. Para o município de Sombrio, foram considerados os seguintes fatores: índice de atendimento de infraestrutura urbana; acessibilidade urbana; e classes de declividade. Como restrições, foram consideradas as declividades acima de 30% e as áreas de preservação permanente. Com base nos mapas parciais no formato raster dos fatores apontados, foi realizada a álgebra de mapas, resultando no mapa síntese de adequação para ocupação urbana (Figura 5).

Figura 4. Mapa Municipal e Mapa Urbano de Sombrio (SC)



Legenda

Limite (IBGE 2020)

- Municípios Vizinhos
- Área Municipal (143,46 km²)
- Área Urbana (21,17 km³)

Topografia (TOPODATA)

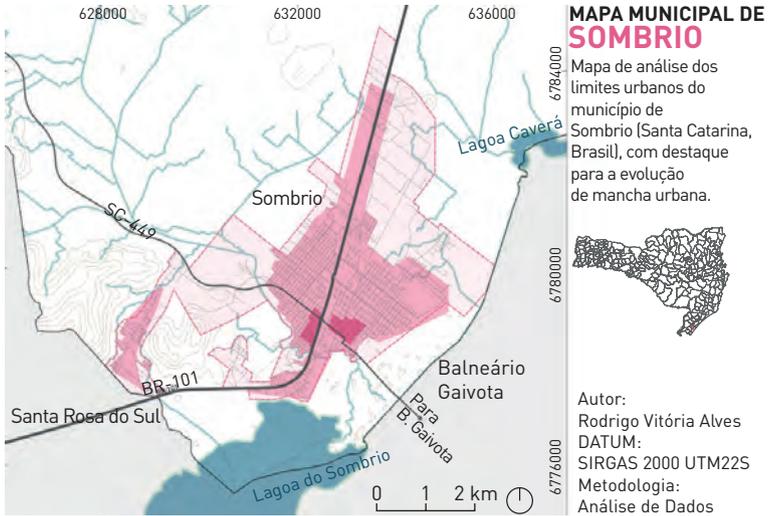
- Curvas de Nivel (30m)

Vias (DNIT | SIE-SC)

- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais

Hidrografia (ANA | SIGSC)

- Lagoas
- Cursos d'água



Legenda

Limites (IBGE 2020)

- ▭ Limite Municipal
- ▭ Limite Urbano
- ▭ Municípios Vizinhos

Vias (DNIT | SIE-SC)

- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Arruamento

Mancha Urbana (Empraba | C. do Exército)

- ▭ Mancha Urbana Atual
- ▭ Mancha Urbana década de 70

Topografia (TOPODATA)

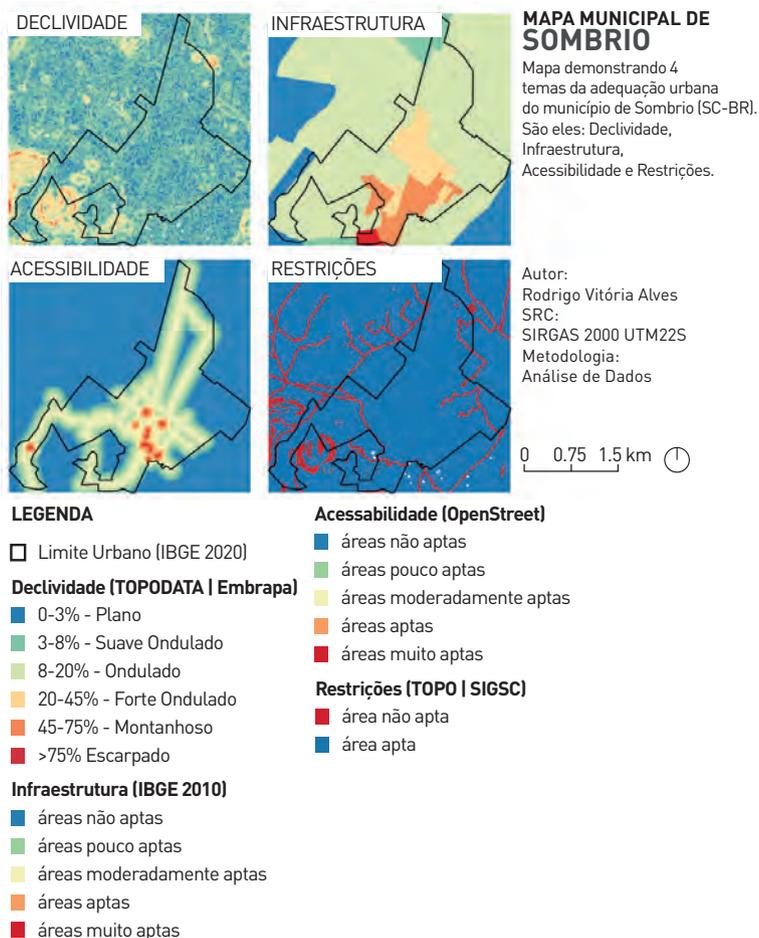
- Curvas de Nivel (30m)

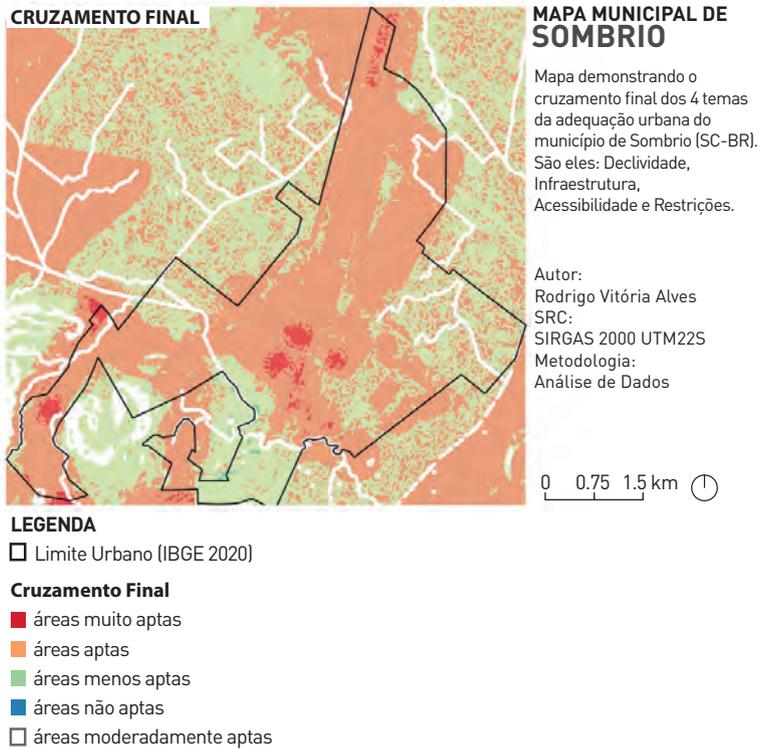
Hidrografia (ANA | SIGSC)

- ▭ Lagoas
- Cursos d'água
- ▭ APP

Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pelo aluno
 Rodrigo Vitória Alves.

Figura 5. Mapas da Adequação Urbana elaborados para Sombrio (SC)





Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pelo aluno
Rodrigo Vitória Alves.

A Figura 6 apresenta os Mapas Municipal e Urbano de Tapes (RS), criados a partir da base de dados organizada para o município. De acordo com a estimativa populacional do IBGE (2021), Tapes possui atualmente 17.363 habitantes, representando um aumento de 4,4% em relação à população no último censo (2010), de 16.629 habitantes. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, do total populacional, 87% residem em área urbana e 13% em área rural. Na atualidade, a economia local baseia-se principalmente na rizicultura, na pecuária bovina, no comércio e no turismo.



LEGENDA:

- Limite Urbano
- Mancha Urbana Cartas do Exército
- Mancha Urbana EMBRAPA
- Rodovias Federais e Estaduais
- Sistema Viário
- Cursos d'Água
- Recursos Hídricos
- APPs (30m)

DESCRIÇÃO:

Mapa urbano da cidade de Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil.

FONTES DE DADOS:

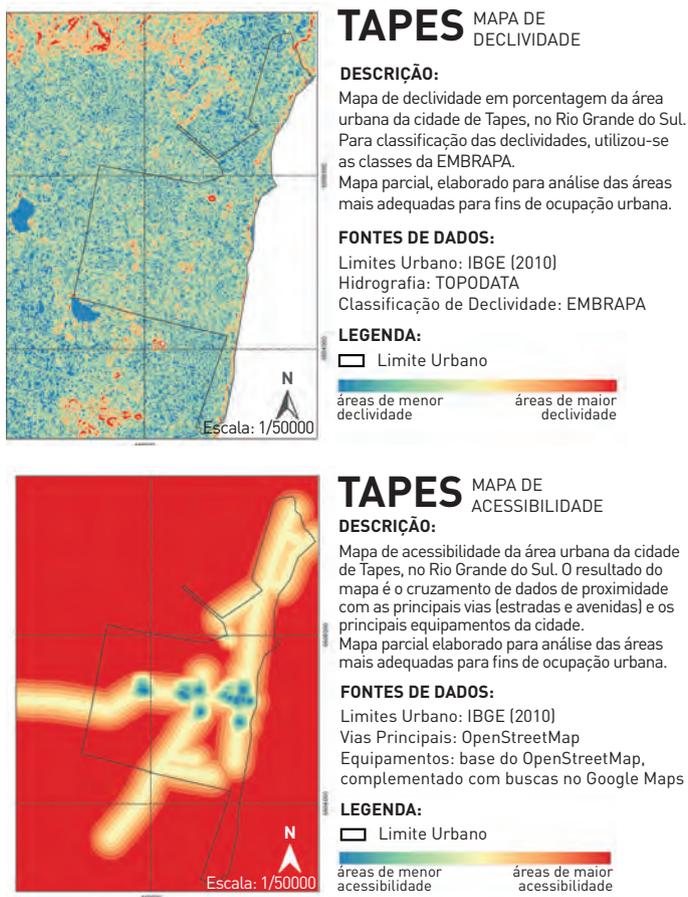
Limites Urbano: IBGE [2020]
Rodovias Estaduais e Federais: DNIT e DAER/RS
Sistema Viário: OpenStreetMap
Hidrografia: LABGEO UFRGS
Manchas Urbanas: LABGEO UFRGS e EMBRAPA

Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pela aluna
Brenda Noele Wolffenbüttel.

Os dados apresentados na Figura 6 permitiram identificar os fatores que poderiam ser relevantes para a análise de adequação urbana. Para o município de Tapes, foram considerados os seguintes fatores: índice de atendimento de infraestrutura urbana; acessibilidade urbana; e classes de declividade. Como restrições, foram consideradas as declividades acima de 30% e as áreas de preservação permanente. Com base nos mapas parciais no formato raster dos fatores apontados, foi realizada a álgebra de mapas, resultando no mapa síntese de adequação para ocupação urbana (Figura 7). A análise permitiu identificar que o atual perímetro urbano con-

ta com áreas bastante aptas à ocupação urbana, bem como áreas que podem ser mais densificadas. Pela análise realizada, foi possível identificar que áreas ao norte do perímetro urbano apontadas como menos aptas (principalmente pelo baixo índice de atendimento de infraestrutura) possuem uma ocupação mais intensa do que outras áreas apontadas como mais aptas.

Figura 7. Mapas da Adequação Urbana elaborados para Tapes (RS)





TAPES MAPA DE INFRAESTRUTURA

DESCRIÇÃO:

Mapa de infraestrutura da área urbana da cidade de Tapes, no Rio Grande do Sul. Para elaboração desse mapa utilizou-se a divisão dos setores censitários da cidade e suas respectivas informações sobre abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, e coleta de lixo nos domicílios particulares permanentes.

Mapa parcial elaborado para análise das áreas mais adequadas para fins de ocupação urbana.

FONTES DE DADOS:

Limite Urbano: IBGE (2010)

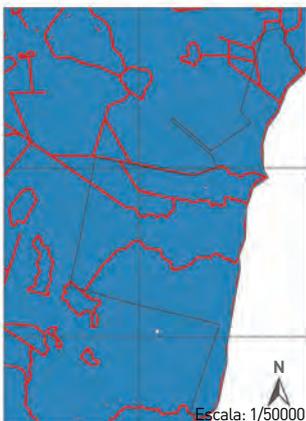
Setores Censitários: IBGE (2010)

Variáveis de Abastecimento: IBGE (2010)

LEGENDA:

□ Limite Urbano

áreas com maior infraestrutura áreas com menor infraestrutura



TAPES MAPA DE RESTRIÇÕES

DESCRIÇÃO:

Mapa de restrições de ocupação da área urbana da cidade de Tapes, no Rio Grande do Sul. Para elaboração deste mapa fez-se o cruzamento de dados das APP's (considerando-se distância de 30m dos recursos hídricos) e das áreas com porcentagem de declividade > 30%, que é considerada área não urbanizável.

Mapa parcial elaborado para análise das áreas mais adequadas para fins de ocupação urbana.

FONTES DE DADOS:

Limite Urbano: IBGE (2010)

Topografia: TOPODATA

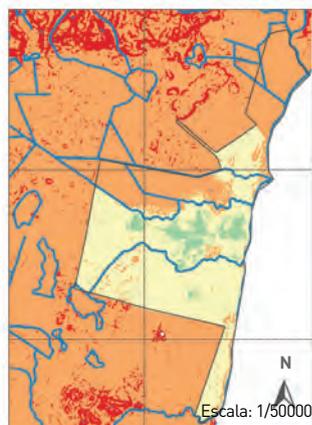
Hidrografia: IBGE (2010)

LEGENDA:

□ Limite Urbano

■ Área adequada para ocupação

■ Área inadequada para ocupação



TAPES MAPA DE ADEQUAÇÃO P/ OCUPAÇÃO URBANA

DESCRIÇÃO:

Mapa de áreas adequadas para ocupação urbana na cidade de Tapes, no Rio Grande do Sul. Para elaboração deste mapa, fez-se o cruzamento de mapas parciais considerando os fatores mais importantes para uma ocupação urbana (topografia, acessibilidade e infraestrutura) e as principais restrições ambientais (áreas de preservação permanente e declividades muito elevadas).

ANÁLISE:

A partir deste mapa final, em conjunto com análise de imagens de satélite, é possível notar que a cidade de Tapes ainda possui bastante espaço com potencial para ocupação urbana, inclusive boa parte das áreas bastante aptas e que estão dentro da marcha urbana, se encontram pouco densificadas.

FONTES DE DADOS:

Limite Urbano: IBGE (2010)
Topografia: TOPODATA
Hidrografia: LABGEO UFRGS
Infraestrutura: IBGE (2010)

LEGENDA:

□ Limite Urbano Tapes

Aptidão para ocupação:

- Área não apta
- Áreas bastante aptas
- Áreas aptas
- Áreas relativamente aptas
- Áreas pouco aptas

Algo que me chamou atenção foi que a ponta de cima do limite urbano é considerada uma área não muito boa para ocupação, principalmente por seu baixo índice de infraestrutura, e ainda assim é uma área que atualmente tem maior ocupação em relação a outras que, a partir desta análise, seriam mais aptas

Fonte: Acervo da disciplina, 2020/2. Mapa elaborado pela aluna
Brenda Noe Wolffbuttel.

Os resultados evidenciam que há dados disponíveis tanto na escala do município quanto na escala intraurbana, que permitem a construção de um banco de dados inicial, com informações georreferenciadas para cidades pequenas, como nos casos apresentados. Este banco de dados possibilita a elaboração de análises diversas do território, a fim de propor planos e projetos mais condizentes com a realidade local. Como demonstram os trabalhos realizados pelos alunos, diversos fatores devem ser considerados e ponderados para indicar um diagnóstico de adequação urbana.

Considerações finais

O relato da experiência apresentado, a partir da disciplina de Sistemas de Informações Geográficas em Urbanismo, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostra a importância da abordagem das cidades pequenas no ensino de arquitetura e urbanismo. Primeiramente, como possibilidade metodológica que busca abranger diferentes contextos da urbanização brasileira. Em segundo lugar, por abordar um pouco dessa diversidade, suas singularidades e desafios, contribuindo assim para uma formação dos futuros profissionais arquitetos e urbanistas. Em terceiro lugar, por montar um banco de dados georreferenciado, de fácil acesso, com informações básicas nas escalas municipal e urbana, também para o contexto das cidades pequenas. Além disso, por fim, a disciplina busca instrumentalizar os futuros profissionais, de forma geral, aos processos de busca, armazenamento, processamento e análise de dados georreferenciados, com a utilização de SIG.

O primeiro exercício, sobre o diagnóstico municipal e urbano, propõe a elaboração de um mapa municipal e um mapa urbano. O segundo exercício, o de adequação para expansão urbana, propõe a elaboração de um diagnóstico espacial que auxilie na redefinição do perímetro e zoneamento urbano, a partir de uma análise multicritério. Os trabalhos desenvolvidos na disciplina são, predominantemente, de cidades pequenas localizadas no Rio Grande do Sul, próximas à região metropolitana de Porto Alegre, e definidas como Centros Locais pela Regic 2018. As três produções cartográficas destacadas, que se referem às cidades de São Lourenço do Sul, Tapes e Sombrio, apresentam dinâmicas específicas como a relação com as atividades do turismo. Contudo, evidenciam que os desafios urbanos não se restringem à uma agenda urbana pautada nos grandes centros metropolitanos. Sendo papel das instituições de ensino, independente da sua localização, abordá-los.

Cabe ressaltar que os levantamentos e análises propostos na disciplina são de caráter acadêmico, portanto, devem ser consideradas as

suas limitações. São análises exploratórias visando exercitar as possibilidades de uso de SIG como apoio ao planejamento urbano e regional.

Referências

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2001)]. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3EeDbml>. Acesso em: 24 maio 2022.

COLUSSO, Izabele; RORATO, Geisa Zanini. Experiências de planejamento para elaboração de planos diretores em municípios de pequeno porte articulados regionalmente e compatibilização com o plano de desenvolvimento regional. *In*: BEVILACQUA, Décio; RORATO, Geisa Zanini; COLUSSO, Izabele (Org.) **Quarta Colônia: construção do planejamento municipal e regional**. Santa Maria, 2010, p. 115-131.

DETONI, Luana Pavan. **Cidades pequenas: território de um devir menor na contemporaneidade**. Dissertação no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel, Pelotas, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jZmnsC>. Acesso em: 24 maio 2022.

ENDLICH, Angela M. Cidades pequenas. *In*: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 49-56.

FALCÃO, Adriano S.; *et al.* A representação do distrito de Arroio Grande por meio do projeto collage. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022, p. 492-501. Disponível em: <https://bitly.com/YZyLtQ>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FERNANDES, Pedro Henrique C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, jan./jun. 2018, p. 13-31. Disponível em: <https://bitly.com/TyWwVI>. Acesso em: 24 maio 2022.

FUÃO, Fernando. @ Capital. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022, p. 20-51. Disponível em: <https://bitly.com/ggkctA>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GASS, Sidnei Luís Bohn; SILVA, Dieison Morosoli da. **QGIS aplicado ao ordenamento territorial municipal**. Torres, RS: Editora Illuminare, 2018.

GATTI, Simone; ZANDONADE, Patrícia. **Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto dos pequenos territórios às cidades médias**. São Paulo, ABCP, 2017.

GRABSKI, Kledson Róber; FARINA, Flávia. Modelo espacial para seleção de áreas adequadas à expansão urbana baseado em Avaliação Multicritério e Sistemas de Informação Geográfica. Caso do Município de Monte Belo do Sul, RS. **Ambiência Guarapuava (PR)** v.14 n.2 p. 282 - 299 Maio/Ago 2018 ISSN 1808 - 0251.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2018. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MIKRIPOLI. Rede de Pesquisadores sobre Cidades Pequenas. **Por uma Geografia Urbana mikropolitana!** Disponível em: <http://bit.ly/3lHZp9R>. Acesso em: 24 maio 2022.

MUNICÍPIO DE SOMBRIO. **História**. 2022. Disponível em: <https://bityli.com/EyDnYB>. Acesso em: 09 jun. 2022.

NEVES, Rafael Moreira; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. O estado da questão da produção acadêmica recente sobre o urbano nas cidades pequenas: análise de teses e dissertação (2009-2018). **Geog Ens Pesq**. Santa Maria. V. 24, e. 11, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/IsSUPW>. Acesso em: 24 maio 2022.

PIXO. Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade. **Pequenas Cidades**, v. 6, n. 20, 2022. Disponível em: <https://bityli.com/WEzXQo>. Acesso em: 05 jun. 2022.

RORATO, Geisa Zanini. **Expansão do ensino superior federal, atores territoriais e emergência de novas escalas de poder e gestão:** a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tese Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SALMERON, Lucas da Silva; ENDLICH, Angela Maria. As pequenas cidades e o ensino de geografia: uma aproximação necessária. **Revista GEO-MAE**. v.12, n. especial Sinapeq, 2021, p. 565-582. Disponível em: <https://bitly.com/gSkaKm>. Acesso em: 24 maio 2022.

SPOSITO, Eliseu S.; JURADO DA SILVA, Paulo F. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

TISCHER, Wellington; HECK, Adalberto da Rocha. Entre a maquete de estudos, jogos educativos e plataformas google: O ateliê integrado no contexto das pequenas e médias cidades brasileiras. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 20, 2022, p. 328-351. Disponível em: <https://bitly.com/uuCPdp>. Acesso em: 05 jun. 2022.

O MUSEU COMO INSTRUMENTO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: A INTERDISCIPLINARIDADE A PARTIR DO USO DA IMAGEM

Eduardo Henrique de Oliveira Lima

Introdução

Passados mais de cento e cinquenta anos, a história que permeia o córrego Cambaracê, ainda é pouco conhecida. O ensino pode e deve ser um recurso de memória deste fato histórico ocorrido durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Aquela noite onde pobres homens viveram seus últimos instantes, contaminados e abandonados com cólera, nas margens deste curso d'água, é capítulo importante da Formação Territorial de Mato Grosso do Sul (Lima; Mattos, 2018).

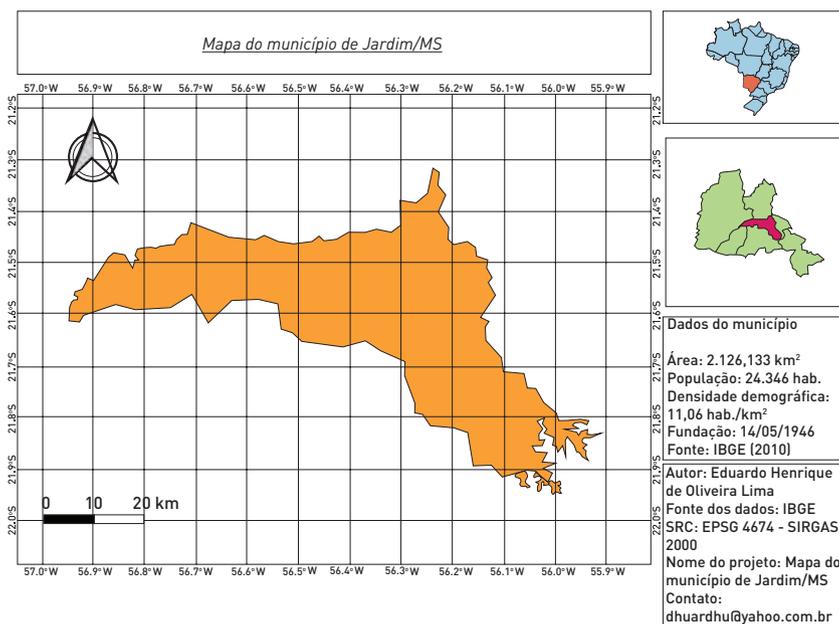
Para um maior conhecimento/entendimento deste contexto, a promoção da cena cultural regional tem a contribuir. Ademais, a cultura é elemento integrante do conceito de qualidade de vida: por meio do acesso ao patrimônio, memória e identidade de um povo (Lima; Silva, 2020). A percepção visual é um recurso fundamental neste processo.

Este trabalho traz ao Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades (Sinapeq) uma proposta diferenciada, inserida no GT4 – Ensino de Geografia: prática e perspectivas em sala de aula, que abordará, concomitantemente, o diálogo interdisciplinar, facilitador incontestemente deste processo.

O estudo de caso a ser apresentado está inserido no acervo da Sala de Exposição da Retirada da Laguna (Serl), especializado em Jardim (Figura 1), Sudoeste do Mato Grosso do Sul, mais especificamente no box onde se encontram as peças relativas ao sítio histórico do Cambaracê.

Ao todo são três as peças que fazem referência ao episódio: o tronco onde foi feita a mítica inscrição, uma imagem que registra o local do abandono dos soldados coléricos e uma lança que certamente foi utilizada durante o combate. São registros concretos deste episódio histórico. Vale destacar, que o termo “Cambaracê significa em guarani: onde o negro chorou” (Campestrini *et al.*, 2014, p. 64).

Figura 1. Localização do município de Jardim/MS



Fonte: O autor, 2022.

Cabe destacar ainda que o município possui considerável estrutura estatal, com população de 24.346 pessoas e densidade demográfica de 11,06 hab./km². A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade gira em torno de 98,9% (IBGE, 2010).

Inicialmente são discutidas as possibilidades de integração entre diferentes componentes curriculares. A perspectiva visual da Geografia e suas afinidades com a Museologia também são apon-

tadas e corroboram com a área de Ciências Humanas que dialoga com o componente de História, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O trabalho do visual pode ser iniciado desde os primeiros anos escolares. Em cada etapa da vida escolar, a Base possibilita caminhos para o ensino através da imagem.

A seguir, trataremos da interdisciplinaridade através da imagem. É colocada a pretensão da perspectiva geográfica de realizar a leitura do mundo. A reciprocidade entre os componentes durante o fazer interdisciplinar tem na imagem de uma peça de acervo seu canal de diálogo.

A Guerra, ocorrida há mais de 150 anos, também é trazida à baila. O embate bélico por si só é uma tragédia, algo indesejável. Posto isso, todo o sofrimento intrínseco também é passível de ser trabalhado interdisciplinarmente.

Posteriormente, é abordado o aspecto imagético do Cambaracê: pavor e sofrimento. Esta adjetivação pode ser considerada até branda diante dos relatos existentes. Ademais, são apresentadas as peças relativas a este episódio.

Encerrando, é discutida a interdisciplinaridade do Cambaracê por meio do acervo a seu respeito. A prática interdisciplinar por meio da visualização do registro fotográfico, do lenho e da lança, é apresentada como recurso promissor nesse diálogo.

A interdisciplinaridade, a imagem, o Cambaracê: três expressões que aparentemente não possuem tanta ligação e, ao serem unidas, constroem uma sinergia muito útil ao ensino. Busca-se aqui trazer uma proposta inovadora.

Longe de esgotar o tema, este trabalho sugere caminhos, aponta direções. Percorrer as veredas da interdisciplinaridade por meio da imagem é uma jornada plural em possibilidades, singular enquanto experiência.

Interdisciplinaridade: Um Diálogo Possível

Como em qualquer relacionamento, o casamento entre componentes curriculares é uma tarefa exigente. Exige que cada lado

saia de seu “pequeno feudo intelectual” (Japiassu, 1976, p. 58) em direção a seu equivalente. Dessa forma, ao estabelecer um objeto comum e propor-se um estudo de caso (Fazenda, 2002), esta articulação torna-se possível. Tendo estes pilares, o relacionamento entre a Museologia e a Geografia reúne condições para a produção do conhecimento interdisciplinar.

A superação de uma concepção fragmentária (Fazenda, 2002) permite a integração entre duas Ciências. A primeira é tida como a ciência que estuda o fato museal (Lupo, 2020), “tudo o que existe fora do homem e a partir de sua consciência” (Rússio, cf. Bruno, 2010, p. 205 apud Lupo, 2020). A segunda pode ser entendida “como ciência das práticas e dos saberes espaciais” (Couto, 2017, p. 5).

A Museologia tem sua “Santíssima Trindade”, ela preserva, pesquisa e divulga a memória, a identidade e o patrimônio de um povo (Lima; Silva, 2020). A Geografia, por sua vez, possui suas categorias de análise: espaço, paisagem, região, lugar e território (Corrêa, 2007). Dentro desta lógica imagética, as categorias seriam como lentes através das quais acontece a análise geográfica.

O objeto comum interdisciplinar é a imagem percebida/construída ali. Vale ressaltar que “uma das funções primordiais da imagem é a função pedagógica” (Joly, 1996, p. 52). Sendo assim, abrem-se possibilidades para novas práticas e perspectivas para o ensino de Geografia.

A imagem é instrumento “de pesquisa e descoberta” (Gomes; Berdoulay, 2018, p. 358). Duas motivações importantes para o ensino, seja na perspectiva docente ou discente. A Geografia enquanto disciplina visual tem na observação uma atividade de grande relevância.

A interdisciplinaridade entre Geografia e Museologia tem na observação da imagem um fértil campo de produção de conhecimento. Se a prática museal realiza e trabalha com um recorte histórico, interessar-se pela imagem é devotar-se pela história contada (*storytelling*) em sua integralidade (Joly, 1996).

A Interdisciplinaridade através da imagem

A prática de utilização de imagens remonta ao período pré-histórico (Lima; Girão, 2013). A propósito, temos “pinturas detectadas na região de Porto Murtinho (MS) e no morro do Cará-cará (MS)” (Bespalez, 2015, p. 58).

Sendo assim, ao trabalharmos a prática museal no espaço sul-mato-grossense, nada mais natural do que lançar mão desta tradição dos seus habitantes originários. Estas inscrições primitivas antecederam a escrita como a entendemos hoje.

A escrita revolucionou a vida em sociedade ao passo que imprimiu nesta uma velocidade impressionante na absorção/di-
vulgação de conhecimento, fornecendo novas bases para re-
fletir as transformações no espaço. (Lima; Girão, 2013, p. 91)

Temos ali testemunhas desta habilidade que revolucionou a Humanidade, sobretudo na produção/transmissão do conhecimento de toda espécie, possibilitando inclusive, que este trabalho pudesse ser produzido.

Infere-se daí, que o desenvolvimento humano é interdisciplinar por natureza. As habilidades e conhecimentos que foram se perpetuando dentro do processo evolutivo são integrados, interdependentes.

Partindo do pressuposto que o ensino de Geografia visa fazer com que o estudante desenvolva a capacidade de ler o mundo (Fonseca, 2021), o acervo museológico consiste numa infinidade de possibilidades de decodificar tudo o que se apresenta através de cada foto, quadro, documento e relíquias em geral.

Interdisciplinaridade implica em reciprocidade. Pressupõe-se que ocorra “a existência de ao menos duas disciplinas como referência e a presença de uma ação recíproca” (Germain, 1991, p. 143 apud Lenoir, p. 1998, p. 46). É perfeitamente factível o enfoque em uma peça e em todo seu contexto, fazendo de ambos um vetor de intersecção, convergência entre duas Ciências.

No caso particular a ser apresentado, uma peça icônica da SERL, marcante na Formação Territorial do Brasil e do Mato Gros-

so do Sul, onde a Geografia e a Museologia mais do que convergem: invadem-se, transmutam-se, amalgamam-se. Neste caso específico, é como se tornassem um só.

As disputas platinas ecoam até hoje, e são exemplos de exercício da uma das finalidades da interdisciplinaridade: a prática política (Lenoir, 1998). Ainda que a “negociação entre diferentes pontos de vista” (Lenoir, 1998, p. 48) tenha sido em termos bélicos.

Tríplice Aliança: A Interdisciplinaridade através do sofrimento

A Formação Territorial dos países integrantes da Bacia do Prata foi um processo complexo, banhado a sangue, produzido com muito sofrimento. A consolidação dos limites fronteiriços do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, assim como seus estabelecimentos enquanto Estados-Nação teve seu desfecho no século XIX, quase em sua totalidade (Lima; Silva, 2019).

Entre 1864 e 1870 tivemos a Guerra da Tríplice Aliança, que confrontou Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Dentro deste contexto, tivemos a Epopeia da Retirada da Laguna (1867). Ela ocorre em decorrência da invasão paraguaia ao território brasileiro.

Tal fato consiste em retaliação à interferência imperial na Guerra Civil da Banda Oriental (atual Uruguai), entre 1864 e 1865 (Maestri, 2017). O Império enviou tropas para o meridiano da então Província do Mato Grosso, com a pretensão de repelir a invasão inimiga e se possível, invadir em retorno o Paraguai (Lima; Silva, 2019).

Entre militares, civis, mascates e mulheres, em seu ápice, o efetivo alcançou cerca de “5.000 pessoas, das quaes 3.000 em armas” (Taunay, 1927, p. 34). No entanto, a iniciativa foi frustrada. A tropa brasileira chega até a Fazenda Laguna em território paraguaio, de lá retorna ao território brasileiro. Após atravessar o Rio Apa em retorno, a coluna de marcha vem a sofrer uma emboscada dos paraguaios (Lima; Silva, 2019).

A partir daí inicia-se a operação de retirada, diante da grande desvantagem dos brasileiros, pelo fato de terem sido surpreendidos com a ofensiva inimiga.

A retirada é uma operação retrógrada em que uma força militar (...) afasta-se dele para evitar combater. (...) executada quando a capacidade de resistência à ação inimiga deixou de ser eficaz. Visa a preservação da tropa. (Lima; Silva, 2019, p. 26)

Durante os 34 dias em que transcorreu a Retirada (Taunay, 1874), tivemos um episódio marcante e ainda pouco conhecido, mesmo no Mato Grosso do Sul. Temos no acervo da Serl, peças em que o pensar geográfico e museológico transcendem a partir da perspectiva imagética. O sofrimento também é interdisciplinar.

Cambaracê: A imagem pavorosa do sofrimento

Ao tomar conhecimento do fatídico episódio do Cambaracê, em uma leitura mais apressada, tende-se a condenar de forma sumária o Coronel Carlos Camisão, Comandante da tropa imperial, naquele momento.

Porém, Visconde de Taunay, fonte primária da Retirada da Laguna, registrou importantes considerações a respeito.

Todos nós os comandados, teríamos infalivelmente morridos da peste, se não houvesse sido tomada aquela deliberação crudelíssima, porém única no caso de nos salvar. Quem não assistiu aquela cena pavorosa, não pode imaginar o que foi. (Taunay, 1927, p. 136)

A Retirada teve início em 8 de maio, sendo que dois dias depois já houve o primeiro caso de cólera. Passados 16 dias, ocorre o trágico episódio em que foram abandonados mais de uma centena de coléricos (Taunay, 1874).

Vale ressaltar que cada militar acometido pelo cólera demandava oito militares se revezando em seu transporte. Àquela altura, isto representava mais de metade da tropa fora de combate (Taunay, 1874).

Em 26 de maio, diante desta limitação e temendo o avanço da doença sobre os saudáveis, o Comandante decide abandonar os que estavam em quadro terminal e prosseguir com os ainda saudáveis. In-

felizmente, os paraguaios ao chegarem ao local, trataram de eliminar os que ainda agonizavam pela vida, a golpes de lança (Taunay, 1874).

Sendo o Calvário de Cristo uma referência de sofrimento sobre-humano, podemos, guardadas as devidas proporções, traçar esse paralelo com o abandono dos coléricos. Ali viveram o seu Calvário particular.

Este lugar ficou conhecido como Cambaracê, que em Guarani significa “lugar onde o negro chorou” (Lima; Silva, 2019, p. 22). Era uma clara alusão à maioria escrava que integrava a tropa imperial, sobretudo no nível das praças (Toral, 1995).

Na Serl encontramos algumas peças que fazem referência a este episódio. Destacam-se um quadro, uma lança e um tronco da espécie *Melanoxylon braúna* (Figura 2), encontrada “nos biomas Caa-tinga, Cerrado e Mata Atlântica” (Silva, 2018, p. 21- 22).

Figura 2. O lenho do Cambaracê, com uma lança encontrada no local e um painel com a foto da ocasião em que a inscrição foi feita



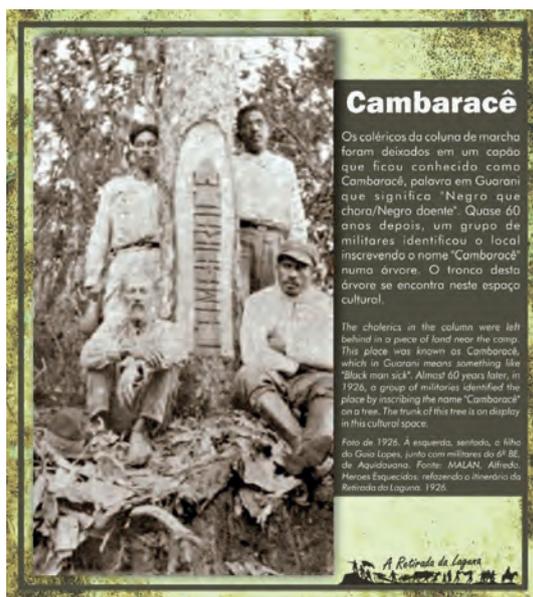
Fonte: Arquivo do autor.

A origem do tronco do Cambaracê

Após a guerra, passadas seis décadas, em 1926, foi ordenada a execução de um reconhecimento no local onde houve o abandono dos coléricos. Era necessário, de alguma forma, providenciar uma maneira de que este local não fosse mais esquecido (D'Angrogne, 1926).

Um dos filhos do José Francisco Lopes (Guia Lopes), grande personagem da Retirada, indicou a três militares o lugar do mítico Cambaracê (D'Angrogne, 1926). Ao chegarem lá, entalharam a inscrição, conforme a Figura 3, em uma árvore. Este local, atualmente, situa-se no município de Jardim/MS, em uma propriedade rural.

Figura 3. Quadro com registro histórico do entalhe da braúna



Fonte: Arquivo do autor.

Na última virada de século, o histórico lenho do Cambaracê encontrava-se em avançado estágio de decomposição, ameaçando, inclusive, a

identificação da inscrição lendária. Por conta disso, foi retirado o tronco do seu local. Foi então submetido a um processo de preparo e envernizamento, para que pudesse ser eternizado. Encontra-se hoje exposto na Serl, e os entalhes de 1926 ainda podem ser verificados (Figura 4).

Figura 4. Imagem mais aproximada do lenho, permitindo a visualização da inscrição “CAMBARACE”



Fonte: Arquivo do autor.

Além da Serl, o Exército Brasileiro administra a área do Cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna (CHRL), procurando manter estreito relacionamento com os atuais proprietários da área originária da Fazenda Jardim, propriedade do Guia Lopes no período da Guerra (Taunay, 1874) e do Cambaracê.

Em quaisquer dos sítios históricos onde conduzi visitas, tive a oportunidade de exercitar o desafio da interdisciplinaridade. É notória a proximidade da Museologia em associação à História, fato que é lugar comum. Todavia, a Geografia também é aplicável.

A primeira tem como objeto de estudo “a implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural” (Mensch, 1994 apud Bruno, 1996, p. 14). Já “o objeto da História é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens” (Bloch, 2001, p. 54). Temos aí uma afinidade plena entre os objetos de cada ciência: os homens, objetos de estudo histórico produzem todo um legado, uma herança cultural e interferem no equivalente natural, objetos de estudo museológico.

A Geografia, por sua vez, tem o “espaço como objeto, o conteúdo da disciplina geográfica” (Santos, 2004, p. 119). Este espaço deve ser entendido como a totalidade das coisas, sua abrangência seria total. Partindo desse pressuposto, os seres humanos (objetos da História) e os patrimônios culturais e naturais (objetos da Museologia) não escapam a esta totalidade espacial.

Sendo assim, é possível a prática de uma Museologia geográfica, ou Geomuseologia. O espaço onde se deu o Calvário do Cambaracê, os seus desdobramentos culturais e históricos, o drama dos protagonistas do abandono e dos abandonados: tudo isto é interdisciplinar.

A prática interdisciplinar imagética a partir do acervo do Cambaracê

“A supremacia da imagem sobre escrita é ratificada por vários ramos da pesquisa científica” (Lima; Girão, 2013, p. 91). Na prática do ensino, ter a possibilidade de que o estudante visualize elementos relativos ao conteúdo estudado facilita sobremaneira o processo de ensino-aprendizagem.

Nas dependências da Serl, o episódio do Cambaracê localiza-se no box supracitado (Figura 2): um quadro com a foto da ocasião do entalhe, uma lança encontrada no local do abandono, e o tronco de braúna.

Em relação ao quadro (Figura 3) podem ser discutidas: a caracterização da vegetação do Cerrado; a localização espacial atual do Cambaracê; as causas e sintomas do cólera; a relação da alcunha do local com o panorama socioeconômico da época.

Sobre o tronco de braúna podem ser trabalhados: a espessa casca do tronco, característica marcante das árvores presentes no Cerrado, por impor maior resistência às queimadas; a incidência dessa espécie em outros biomas; a técnica utilizada para a preservação da madeira; o simbolismo envolvido naquele tronco que não é contemporâneo aos fatos, mas que cresceu sob o sangue dos abandonados.

A partir da lança podem ser debatidos: o simbolismo quanto aos inúmeros sonhos e vidas que terminaram na ponta de lanças como aquela; a utilização deste tipo de arma no combate aproximado; a capacidade do aço fundido de resistir aos intemperismos químicos, físicos e biológicos.

Enfim, estas peças emblemáticas podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar entre Geografia, Museologia e História, convergindo com outras áreas de conhecimento. O Cambaracê, Calvário de seus abandonados, é uma sala de aula repleta de possibilidades, ajustável a diferentes abordagens, capaz de dialogar com qualquer público.

Considerações Finais

Este trabalho se propôs a abordar o ensino de Geografia, sua prática e perspectivas em sala de aula, pressupondo que esta vai além dos muros escolares. Neste intento, ficou demonstrado o potencial imagético interdisciplinar do acervo relativo ao Cambaracê, presente na Serl.

Ficou evidenciado que diversos componentes curriculares, múltiplos conteúdos, variadas temáticas transversais, dialogam através do dramático fim de mais de uma centena de coléricos. Mais do que refletir sobre a tragédia que é a guerra em si, diversos outros aprendizados são possíveis.

Vale destacar que a Museologia é uma ferramenta que proporciona múltiplas possibilidades para o ensino da Geografia. Diante do exposto, fica comprovado que uma Museologia Geográfica ou

Geomuseologia materializa o diálogo entre diferentes saberes. Em outras palavras: a interdisciplinaridade.

Indo além do ensino, a acessibilidade ao espaço museal permite uma maior qualidade de vida. Não somente por ser uma atividade de entretenimento lúdica e pedagógica, mas por permitir travar contato com o patrimônio, a memória e a identidade de um povo.

Utilizando o tema do Cambaracê como o objeto comum a diversas disciplinas, e fazendo o estudo de caso sobre as peças a ele relacionadas, a interdisciplinaridade se efetiva. Mais do que isso, ela se retroalimenta.

Tratando-se da perspectiva imagética, cada olhar traz um novo ângulo, uma outra percepção, uma visão distinta de qualquer outra. E sendo assim, novos caminhos no processo de ensino-aprendizagem vão sendo estabelecidos, verticais e horizontais: sem perder a profundidade da essência de cada disciplina envolvida; aproveitando a amplitude geométrica que é intrínseca ao fazer interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é um casamento possível, desde que se rompa com o conforto dos feudos disciplinares. Apesar de pouco usual, a Geografia e Museologia são dialéticas. Seja por conta de estereótipos em relação ao geógrafo e ao fazer Geografia, ou mesmo por falta de interesse dos geógrafos em relação ao espaço museal, fica o registro: urge que os geógrafos ocupem “espaços” no espaço museal. No diálogo interdisciplinar, podemos contribuir para enriquecer o Museu sul-mato-grossense e nacional.

A interdisciplinaridade através da imagem é utilizada no Mato Grosso do Sul, desde tempos imemoriais. As pinturas rupestres são testemunhas do ensino através de imagens antes mesmo da sistematização da escrita. Somos seres gregários, que necessitam de interação, de uma ação recíproca: o ser humano é interdisciplinar por natureza.

As guerras fazem parte do passado e do presente da Humanidade. A Guerra da Tríplice Aliança é um conteúdo que permite trabalhar a interdisciplinaridade através do sofrimento imposto a milhares de combatentes, além dos inocentes, envolvidos nessa hecatombe platina.

As motivações dos envolvidos nesse fratricídio, que jamais foi igualado no continente sul-americano, são pródigas em interdisciplinaridade. Toda a imagem presente no imaginário que envolve a guerra como um todo e a Retirada em particular constituem celeiro de profundo diálogo entre disciplinas.

O Cambaracê é, inegavelmente, sinônimo de sofrimento. Apesar de protagonizado por forasteiros, é representativo do sofrimento do povo sul-mato-grossense: valoroso, de origem étnica mestiça, geneticamente interdisciplinar.

Este Calvário interdisciplinar tem nas peças salvaguardadas a possibilidade de (re) viver, (re) significar, (re) ver cada momento daquela noite de terror vivida pela tropa brasileira: o triste fim dos abandonados.

A foto, o tronco e a lança. A primeira registra o momento histórico que eterniza o emblemático fim de mais de uma centena de brasileiros. O segundo, provavelmente, tem em suas fibras um pouco de cada herói que ali deu seu último suspiro. Isto porque a lendária braúna germinou a partir dos seus restos mortais. A cada vez que pude tocar ou mesmo visualizar este lenho, essa imagem simbólica vinha à minha mente. A terceira, arma de guerra, lanceou inimigos, ceifou sonhos, interrompeu diversas vidas ainda a se viver.

Enfim, não resta dúvida: o Cambaracê, dentro do ensino de Geografia, em todos os níveis, permite práticas e perspectivas que transcendem a sala de aula, dialogando interdisciplinarmente.

Referências

BESPALÉZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos avançados**, v. 29, p. 45-86, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 9, n. 9, 1996.

CAMPESTRINI, Hildebrando; MENEZOZI, Arnaldo Rodrigues; LAURINO, Ângelo Antonieta Athanázio Laurino; JUNIOR, Francisco José

Mineiro. **Enciclopédia das águas de Mato Grosso do Sul. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.** 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 15-48.

COUTO, Marcos Antonio Campos. A geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais-por um novo modelo clássico de organização curricular. **Revista Tamoios**, v. 13, n. 2, 2017.

D'ANGROGNE, M. **Heróis Esquecidos – Perfazendo o itinerário da Retirada da Laguna.** 1926. Disponível em: <https://bit.ly/3TRut3H>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro.** Edições Loyola, 2002.

FONSECA, Iara Cristina Lima da. **Ler o mundo no Ensino Fundamental dos anos iniciais: o lúdico como ferramenta didática para a Geografia.** 2021. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; BERDOULAY, Vincent. Imagens na geografia: importância da dimensão visual no pensamento geográfico. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 27, n. 2, p. 356-371, 2018.

IBGE. **Cidades: Jardim/MS**, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3IchGDC>. Acesso em: 25 maio 2022.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem.** Campinas: Papirus editora, 1996.

LENOIR. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In*: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Didática e interdisciplinaridade.** Campinas: Papirus, 1998. p. 45-75.

LIMA, Eduardo H. de O.; MATTOS, E. dos S. CER-3: Pavimentando a identidade brasileira no Sul do então Mato Grosso. **Geofronter**, Campo Grande, n. 4, v. 4, p. 100-123, 2018.

LIMA, Eduardo H. de O.; SILVA, Evandro Dias da. Equipamentos culturais em Jardim-MS: por que valorizá-los? **Geofronter**, Campo Grande, n. 5, v. 4, p. 21-50. 2019.

LIMA, Eduardo H. de O Patrimônio cultural: nasce um novo espaço em Jardim/MS. *In: Museus e patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul: pesquisa, cultura, educação e identidade.* SILVA, Douglas A. da (Org.); GASQUES, Lia R. T. B.; CAMPOS, Carlos E. da C. 1. ed. São João de Meriti: Desalinho, 2020. p. 93-103.

LIMA, Surama Ramos; GIRÃO, Osvaldo. O ensino de Geografia versus leitura de imagens: resgate e valorização da disciplina pela “alfabetização do olhar”. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 88-106, 2013.

LUPO, Bianca Manzon. O conceito de fato museal e o Museu da Língua Portuguesa. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 90437-90461, 2020.

MAESTRI, Mario. **Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865).** Passo Fundo: FCM, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Josefa Mauriciane da. **Relatório de estágio supervisionado obrigatório:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária–Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (Embrapa Agrobiologia). 2018. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Agronomia) – Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018.

TAUNAY, Alfredo D.'Escragnolle. Visconde de. **A Retirada de Laguna:** Episódios da Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Ediouro, 1874.

TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai.** Estudos Avançados, v. 9, p. 287-296, 1995.

TAUNAY, Alfredo D. **Dias de guerra e de sertão.** Melhoramentos: São Paulo, 1927. 3ª ed.

PENSAR A CIDADE NO ENSINO: CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DO MEIO

*Sandra Terezinha Malysz
Claudivan Sanches Lopes
Fabiola Castelo de Souza Cordovil*

Introdução

É nas cidades que a maioria das pessoas vivem e se relacionam no dia a dia com a sociedade, com o espaço social. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad de 2015 (IBGE, 2016), 84,72% dos brasileiros viviam em áreas urbanas. E, é no meio urbano que se concentram muitos problemas que afetam a vida das pessoas, como relacionados a moradia, ao transporte, ao trabalho, ao saneamento, à segurança, à educação, à alimentação, ao lazer, à saúde, entre outros. Portanto, é fundamental pensar a cidade: sobre o modo de vida urbano; sobre as relações que se estabelecem na cidade, da cidade com o campo, do rural com o urbano, da cidade com outras cidades e com o mundo.

Pensar a cidade é refletir sobre como ela é, porque ela é assim, como ela se constituiu, e planejar o seu futuro considerando a vida das pessoas, as questões socioambientais, socioeconômicas, culturais, demográficas, políticas, entre outras. É refletir sobre: como as pessoas vivem na cidade, desde as atividades que ocorrem no âmbito individual, na casa, na família, quanto nos espaços de trabalho, na escola, nas relações com a comunidade; como é seu ir e vir; que direitos têm sobre a cidade e que deveres têm para com a cidade; como a cidade se relaciona com outros espaços; sobre as contradições e problemas urbanos e as possibilidades de intervenção e mudança.

O pensar na cidade deve vir acompanhado do agir na cidade para uma melhoria do espaço urbano, enquanto espaço social. É na cidade que a maioria das pessoas passará a maior parte de suas vidas, entretanto, nem sempre, o espaço urbano é pensado por estas pessoas, nem para elas, mas, pela lógica do mercado. Muitas vezes, os moradores não vivem à cidade em todas as suas possibilidades e dimensões, mal a conhecem, tampouco a compreendem.

A compreensão dos aspectos da produção da cidade e do espaço urbano envolvem reflexões sobre os agentes que atuam para a sua conformação, e demanda de conhecimentos que se constroem pela vivência e pelo conhecimento científico, sendo fundamental o processo educativo, incluindo a educação formal e informal. Entretanto, de acordo com a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE, em 2015, apenas 17% dos jovens brasileiros de 24 a 34 anos tinham ensino superior (OECD, 2018), ou seja, a maioria só tinha a escolarização básica. E nem todos que fazem o ensino superior discutem durante sua formação acadêmica, aspectos sobre a vida na cidade e suas implicações. Assim, são importantes projetos educativos para o ensino da cidade já no ensino básico.

A partir da Constituição de 1988, o planejamento do município passou a ser prerrogativa das instituições locais. Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, a gestão democrática se conforma como diretriz para que tal planejamento ocorra a partir da participação dos cidadãos na discussão sobre os rumos do espaço urbano. O planejamento urbano é necessário nas cidades a fim de direcionar as ações para o seu desenvolvimento, diagnosticar as potencialidades e fragilidades e propor soluções para os problemas identificados e, assim aproveitar melhor o potencial existente na cidade.

A legislação urbanística tem importante papel para disciplinar o desenvolvimento das cidades, todavia, há opacidade em relação ao conhecimento desta legislação pela população. A maioria das pessoas desconhece a legislação que orienta e disciplina o planejamento urbano, tampouco participam da construção de instrumentos de planejamento, que deveria ser participativo, como o Plano Diretor. Neste aspecto,

questionamos: O que conhecemos e usufruímos da cidade que moramos? Como intervimos no planejamento para melhorar a cidade?

Considerando a importância de pensar a cidade do ponto de vista de quem nela vive, neste artigo, nos dedicamos a uma reflexão sobre o ensino da cidade na educação escolar, a partir da metodologia do Estudo do Meio, aliada a discussão das questões urbanas e de diretrizes do Estatuto da Cidade. Objetivamos discutir a importância de mobilizar nos estudantes, conhecimentos que os possibilitem refletir sobre a cidade em que eles vivem, e a partir desta, sobre outras cidades e sobre a importância da representatividade da população no planejamento de políticas para a cidade.

A metodologia do trabalho se constituiu em pesquisas bibliográficas sobre a temática apresentada considerando a vida na cidade, o planejamento urbano e o direito à cidade, o ensino da cidade, e o Estudo do Meio.

A escola não possibilita toda a compreensão sobre a cidade e o fenômeno urbano, nem tampouco o ensino de Geografia, entretanto como coloca Siqueira (2019, p. 349), “cabe a esta disciplina escolar a responsabilidade da análise espacial num esforço para que o aluno possa compreender seu papel como sujeito histórico e (co) responsável pelos processos que dão forma e conteúdo às cidades”. E são poucos os materiais didáticos disponíveis ao professor para o ensino e a aprendizagem das cidades, principalmente das pequenas cidades, já que as especificidades dos diferentes lugares de vivência dos estudantes não são retratadas nos livros didáticos.

O Estudo do Meio contribui no estudo das diferentes cidades, seja pequenas, médias ou grandes, proporcionando a aprendizagem e a construção de novos conhecimentos, de forma interdisciplinar, a partir da observação direta da realidade estudada, com articulação com os conhecimentos já vivenciados e os conhecimentos científicos. O Estudo do Meio ao incentivar o trabalho com a pesquisa e a reflexão sobre o espaço estudado e suas transformações, contribui com o protagonismo do estudante, possibilitando um olhar crítico para o espaço estudado, além da construção de materiais didáticos e a socialização do conhecimento sobre as cidades.

O direito à cidade, o planejamento urbano e o ensino da cidade

Se pensarmos nos conceitos de cidade e de urbano, a cidade é mais próxima para os jovens, pois “o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno” (Santos, 2008b, p. 66). Esses conceitos precisam ser articulados em um trabalho integrado para que o estudante possa compreender a relação entre a forma urbana e o seu conteúdo, “a cidade como forma física é a materialização das relações sociais, enquanto o espaço urbano é o conteúdo, as relações sociais materializadas no espaço” (Cavalcanti, 2001, p. 14).

O processo de industrialização tem transformado as cidades e o modo de vida urbano, atraindo um grande contingente populacional que se aglomera em áreas de maior dinamismo econômico. Como coloca Lefebvre (2001, p. 16), configura-se um processo com dois aspectos inseparáveis e conflitantes: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”.

“A cidade preexiste a industrialização” (Lefebvre, 2001, p. 11), mas o fenômeno industrial deu impulso a urbanização e a vida na cidade. A cidade desempenhou um papel importante no início da industrialização, com a instalação das fábricas. Embora a indústria tenha alterado a vida na cidade e influenciado o surgimento de novas cidades, nem toda cidade é industrial. Mesmo as cidades não industriais e menos urbanizadas convivem com os problemas e benefícios da industrialização. O êxodo rural, decorrente do processo de mecanização agrícola, tem empurrado a população para a vida na cidade, pois o campo não tem mais absorvido tanta mão de obra e garantido a sobrevivência de toda população. Entretanto, com as constantes inovações tecnológicas e automação industrial, a cidade também já não absorve mais com empregos todos os migrantes do êxodo rural.

O processo urbano-industrial tem se concretizado de forma complexa e diferenciada nos diferentes lugares do mundo, e de forma geral, trouxe conflitos entre a classe operária e os burgueses,

com disputas de espaço e de urbanidade. Os operários foram deslocados cada vez mais para as periferias desprovidas de infraestrutura básica, e convivido cada vez mais com problemas como a falta de saneamento, moradia, energia, transporte, segurança, e acesso aos serviços de saúde e educação. Com a intensificação do processo de urbanização e dos problemas urbanos, intensifica-se e a necessidade de se planejar a cidade coletivamente, de forma a garantir para todos o direito à vida com dignidade. A partir da discussão de Lefebvre, Harvey (2012) considera que o direito à cidade perpassa por ações individuais e coletivas, e deve integrar questões sociais e a relação com a natureza:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejados. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. (Harvey, 2012, p. 74)

O direito à vida na cidade é limitado para muitas pessoas, e garantir o direito a uma vida com dignidade para todos os moradores da cidade envolve a disputa pelo espaço urbano, em diferentes instâncias. Quanto maior for a apropriação da cidade pelos indivíduos e pela sociedade, com a participação nas decisões políticas que envolvem mudanças no espaço urbano, maior será a garantia que o interesse da coletividade seja considerado. Do contrário, serão representados preponderantemente os interesses do capital, que impulsiona a sociedade ao consumo, onde o “mundo da mercadoria invade a vida das pessoas para além do espaço da fábrica” (Carlos, p. 52, 2007).

A participação da sociedade no planejamento do território municipal foi garantida pelo Estatuto da Cidade, Lei n. 10. 257, de 10 de julho de 2001, criado a fim de normatizar e dar diretrizes a políticas

urbanas com estabelecimento de princípios de ordem pública e de interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. Os princípios básicos do Estatuto da Cidade são o planejamento participativo e a função social da propriedade com base no Plano Diretor para os municípios. Dentre as diretrizes gerais para a execução da política urbana, prevista no Estatuto da Cidade, estão a gestão democrática, a cooperação entre governos, o planejamento das cidades e a garantia do direito às cidades sustentáveis.

A gestão democrática e participativa na elaboração do Plano Diretor é um grande desafio urbano e, depende de vontade política, do conhecimento dos cidadãos sobre a legislação, de uma leitura que os possibilite compreender sua cidade. No processo coletivo de planejar e pensar as cidades, de elaboração do Plano Diretor, nem toda população é chamada a participar, e nem toda a população que participa consegue ter voz ativa. É comum que grande parte da população não conheça as leis que regem o urbano ou que não as compreendam, logo tenham maiores dificuldades em exercer o seu direito de participação no planejamento de sua cidade.

Conhecer a cidade em que se habita se torna importante para que a população se envolva no planejamento urbano. Essa marcha envolve o entendimento de seus processos de conformação e suas demandas, além das suas inter-relações com outras instâncias espaciais, aliado ao conhecimento do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor que, quando inexistente, pode ser reivindicado. Apesar de duas décadas de existência, o Estatuto da Cidade não é de conhecimento de todas as pessoas e nem de fácil compreensão. Para se almejar tentativas de mediar este fato, as políticas públicas de educação não formal e da educação formal podem ser alternativas.

Ao planejar/replanejar o espaço urbano, as pessoas deveriam ser mais ouvidas em como gostariam que a cidade fosse, e conhecer os limites e possibilidades de a cidade ser como gostariam. Entretanto, nas ações de planejamento do espaço urbano, geralmente a participação da população é aquém do que poderia, e a estruturação das

cidades é pensada por poucos, que nem sempre representam o interesse da maioria. E tampouco os jovens e as crianças são envolvidos e ouvidos sobre seus anseios sobre a cidade, ou contemplados como deveriam no planejamento urbano.

Cassab (2010, p. 90) traz uma discussão do pensar a cidade pelos jovens enquanto “espaço público, espaço da pluralidade e, portanto, como primeira experiência da política”. Ela ressalta a importância do uso e apropriação do espaço urbano pelos jovens, o que remete à identificação com o espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de sua transformação. Segundo a pesquisadora, nem sempre o direito a cidade é garantido a todos os jovens, a exemplo dos jovens pobres da cidade de Juiz de Fora (MG), que em muitas situações, têm reduzida possibilidade de apropriação, intervenção e estruturação dos espaços urbanos. Ela defende assim, a importância de abrir possibilidades aos jovens de circularem pela cidade. As cidades deveriam estar preparadas para receber os jovens de forma que eles pudessem caminhar de modo orientado, e usufruírem com segurança dos espaços urbanos no seu dia a dia.

Consideramos a educação escolar como uma das possibilidades para que os jovens compreendam o seu direito à participação no processo de planejar e replanejar a cidade, de usufruir do espaço urbano.

Estudar o município, a cidade, o lugar e discutir os espaços vividos e as práticas espaciais que ocorrem na cidade, é fundamental com a perspectiva da formação da cidadania e do direito à cidade,

[...] contribui para desenvolver habilidades dos alunos necessárias ao exercício cotidiano de apropriação dos espaços, ao acesso aos seus espaços públicos, que são práticas fundamentais para o usufruto pleno do direito à cidade. (Cavalcanti, 2017, p. 24)

E possibilita um olhar crítico e reflexivo sobre a desigual apropriação dos espaços urbanos pelos moradores, e sobre as possibilidades de superação destas diferenças e de conquista do espaço urbano e da cidadania. Castellar e Vilhena (2010, p. 128) sugere

rem o trabalho com a cidade educadora no contexto da Geografia escolar, com um projeto educativo na escola, para que os alunos se tornem cidadãos que conhecem “a cidade em que vivem, que compreendam os lugares como locais produzidos segundo projetos sociais e políticos determinados”.

Young (2011, s/p), alerta que a cidade que os jovens vivenciam empiricamente é vista por estes em outra perspectiva do que quando a cidade é estudada na escola. Para o autor, para aprender “Geografia” ou outra disciplina, os alunos precisam ir além da experiência e “captar a diferença entre pensar na cidade em que vive como um conceito geográfico e, pensar na cidade da sua experiência vivenciada”. “Os conceitos ‘teóricos’ de disciplinas como Geografia e os conceitos ‘cotidianos’ que constituem a experiência que os alunos levam para a escola são diferentes e usá-los envolve processos de pensamento muito diferentes”.

É importante na educação escolar, o ensino sobre a cidade dinâmica, que se transforma de acordo com diferentes interesses, um estudo da cidade que permita aos estudantes conhecê-la em sua multiplicidade de fatores e construir, aos poucos, sua compreensão. O que não significa que crianças, adolescentes e jovens têm que planejar a cidade, mas que é importante discutir com eles, os caminhos que a cidade percorreu e pode percorrer.

A partir desta compreensão, para além da escola, os estudantes podem participar das discussões com os pais e responsáveis sobre a cidade vivida, a cidade pensada, a cidade sonhada, as limitações impostas e as possibilidades de garantias de direitos para se viver melhor no espaço urbano. Neste aspecto, destacamos a metodologia do Estudo do Meio como potencial para o estudar e compreender melhor a cidade e socializar este conhecimento de diferentes formas. Assim, os jovens terão mais possibilidades de participarem com voz ativa junto aos órgãos representativos que vão decidir os rumos da cidade, como associações de moradores, conselhos municipais, ONGs, empresas, entre outros.

A cidade, a sociedade urbano-industrial e o Estudo do Meio na educação escolar

Consideramos a prática do Estudo do Meio como potencial na educação escolar, com o intuito de pensar sobre as cidades a fim de compreendê-las em uma perspectiva crítica. O Estudo do Meio enquanto metodologia escolar consiste no estudo do espaço geográfico, principalmente com o contato direto e a imersão orientada em determinada realidade que se deseje estudar. O trabalho de campo é considerado por muitos pesquisadores, como uma das etapas principais do Estudo do Meio (Pontuschka, 1994; Lopes; Pontuschka, 2009; Bueno, 2009; entre outros).

A incorporação do Estudo do Meio para estudar a cidade decorre do processo de renovação da educação escolar no final do século XIX e início do século XX, tendo estreita ligação com o processo urbano-industrial e as novas demandas da vida na cidade. Com a aglomeração e convivência entre as pessoas no meio urbano, emerge a necessidade de cuidados básicos com a higiene e saúde, o aprendizado sobre o trabalho nas fábricas, a educação para um grande contingente de pessoas, o retorno ao campo, entre outras. As atividades do Estudo do Meio passam então a ser utilizadas na educação escolanovista e na educação libertária, por representar uma metodologia ativa, que possibilita a aprendizagem baseada na observação direta da realidade. Enquanto na educação libertária se objetivava o conhecimento do meio urbano-industrial para o desvelamento das desigualdades sociais e superação da opressão que sofria a classe trabalhadora; a educação escolanovista visava a integração dos estudantes a este meio (Pontuschka, 1994).

A educação libertária, de base racionalista, se configurou com o movimento anarquista, principalmente com a escola Moderna fundada por Ferrer e Guardia (1859-1909) na Espanha. As saídas escolares eram uma das práticas que Ferrer utilizava com seus alunos para que eles, a partir da observação direta do meio, conhecessem o progresso e refletissem sobre as desigualdades sociais decorrentes, tendo como

finalidade a emancipação da classe proletária. As saídas escolares ocorriam principalmente no meio urbano, com as excursões às fabricas, “refletindo a preocupação com o progresso, as máquinas e o desenvolvimento científico, com a intenção de proporcionar aos estudantes o conhecimento sobre o incipiente universo industrial”, com base na “observação, experiência e reflexão” (Chahin, 2013, p. 124).

Na França na década de 1920, Célestin Freinet (1896-1966), influenciado pelo movimento libertário, e algumas ideias escolanova, e pela necessidade da renovação da educação escolar, em sua pedagogia, entre outras metodologias, realizava passeios escolares com os alunos para que eles aprendessem com o meio vivido e, a partir deste aprendizado, produzissem os seus próprios textos, refletindo a realidade em que viviam (Pontuschka, 1994).

O movimento libertário adentrou no Brasil com os imigrantes europeus, influenciando a criação de mais de 40 escolas livres, geralmente ligadas a movimentos de trabalhadores, a fim de propiciar educação aos filhos dos operários e aos próprios trabalhadores. Destacaram-se as Escolas Modernas de São Paulo I e II (fundadas em 1912 e 1913 respectivamente), que realizavam passeios escolares para envolvimento dos alunos com o ambiente externo à escola, aprendizagem com a observação direta e reflexão sobre as problemáticas sociais juntamente com a comunidade, com o objetivo de transformação social. Pelo seu caráter crítico, na década de 1920 essas escolas foram perseguidas e fechadas pelo governo militar (Rodrigues, 1992 apud Moraes, 1999).

No início da década 1960, em meio ao ensino escolanova no Brasil, se destacaram duas experiências escolares, que tinham também influências da pedagogia popular e dialógica de Paulo Freire (1921-1997) e do movimento libertário: as classes experimentais, com o propósito de inovar o ensino secundário, atendendo às diferentes aptidões e; os ginásios vocacionais que objetivavam uma educação técnica. Tais escolas desenvolviam projetos de Estudo do Meio, com a realização de visitas escolares, visando a integração entre os conteúdos disciplinares, a aprendizagem com o meio concreto,

o conhecimento das problemáticas sociais e ambientais. E, também pelo seu posicionamento crítico, os Ginásios Vocacionais foram fechados pela ditadura no final da década de 1960 (Albergaria, 2004).

Com a redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, os Estudos do Meio ganham mais espaço nas escolas, em uma perspectiva dialógica, interdisciplinar e de pesquisa. Na gestão de Luiza Erundina na prefeitura da cidade de São Paulo (1989-1992), com apoio de Paulo Freire e Mário S. Cortella na Secretaria de Educação municipal, os Estudos do Meio eram desenvolvidos nas escolas municipais em uma perspectiva libertadora, como um projeto integrador entre as diferentes disciplinas, partindo do estudo de uma problemática social do bairro onde estavam as escolas (Pontuschka, 1994).

No Estado do Paraná, o Estudo do Meio é uma das práticas utilizadas para a compreensão das cidades e municípios de vivência dos estudantes, a exemplo da contribuição dos professores da Educação Básica inseridos no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, com projetos de pesquisa e ensino, incluindo a produção de material didático-pedagógico. Em análise destas produções, os “Cadernos PDE” dos anos de 2009 a 2016 (Paraná), constatamos que grande parte dos trabalhos dos professores com os alunos se voltaram ao estudo das cidades, das problemáticas urbanas e da relação destas com o campo e a modernização da agricultura, envolvendo atividades de Estudo do Meio e trabalho de campo, ou atividades similares, tendo destaque o estudo da paisagem do lugar (do entorno escolar, do bairro e da cidade onde se localiza a escola).

O Estudo do Meio tem sido também desenvolvido em projetos educativos na sensibilização sobre as questões socioambientais e socioculturais.

O estudo do meio para pensar a cidade

O Estudo do Meio possibilita a observação e a análise da realidade da cidade, do lugar e de suas paisagens, ajudando os estudantes a pensar e construir sua territorialidade (Pontuschka, 1994).

Castellar e Vilhena (2010, p. 120) argumentam que a “a análise do ‘fenômeno cidade’ pode ocorrer do ponto de vista teórico, trazendo para o currículo escolar a cidade enquanto espaço de aprendizagem, compreendendo sua função, sua gênese e o processo histórico em que foi produzida [...]”. E acrescentam, do ponto de vista prático, a adoção do trabalho de campo, por permitir vivenciar o que foi estudado em sala de aula, sugerindo que o “trabalho de campo pode ser parte de uma pesquisa coletiva, ao ser conduzido, exigirá trocas entre os moradores e os estudantes pesquisadores – no caso, os próprios estudantes”.

Ao estudar a cidade na escola, é preciso ir para além daquelas cidades que se ilustram nos livros didáticos, e pensar na cidade que os estudantes moram, onde ocorre suas práticas espaciais, o seu fazer diário. Todavia, os professores precisam ter consciência da importância das inter-relações entre as escalas em que se trabalha a cidade para que o processo de ensino e de aprendizagem tenha significado para os estudantes. “Ao privilegiar o estudo do lugar não se quer isolá-lo de outras escalas de análise possíveis e inter-relacionadas, nem que espaços mais distantes não possam ser escolhidos para serem estudados” (Lopes; Pontuschka, 2009, p. 180).

É no lugar que os indivíduos, a partir da vivência junto ao grupo social e ao espaço construído e em constante transformação, das novas experiências e reflexões, constroem novos conhecimentos. Como coloca Santos (2008a, p. 114), o lugar “[...] não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e futuro”.

Logo, é fundamental estudar a cidade pensando nas pessoas que nela vivem, pois “o urbano não deve ser focado sem sujeitos” (Bado, 2009, p. 35). Para Cavalcanti (2002, p. 75), a cidade enquanto conteúdo escolar “volta-se para desenvolver no aluno a compreensão do modo de vida da sociedade contemporânea e de seu cotidiano em particular”. E as pessoas não vivem do mesmo modo. A forma do indivíduo e da sociedade se relacionarem com a cidade

envolve fatores como as características gerais da cidade onde se vive (mora, trabalha, estuda, convive com a comunidade, entre outros), as condições socioeconômicas, socioculturais e socioambientais, a localização, entre outros fatores, na sua relação com outros espaços.

Como colocam Castellar e Vilhena (2010, p. 121),

Os alunos precisam compreender que a cidade tem várias dimensões, que há várias cidades que possuem arranjos espaciais diversos, gestados em função não só do meio físico, mas do planejamento urbano e sua sobre-determinação econômica.

As autoras salientam que a cidade deve ser entendida pela dinâmica do território, considerando a interação pelas redes e acrescentam que o estudo da cidade deve ir além da descrição da paisagem, e possibilitar a reflexão sobre problemas do lugar de vivência e o papel do Estado.

Ao estudar sobre os problemas urbanos, é distante e muito abstrato para um estudante de uma localidade, um bairro, um distrito, ou de pequeno município do interior do Brasil, compreender problemas urbanos apenas a partir das grandes cidades, como, por exemplo: os efeitos das ilhas de calor, a poluição do Rio Tietê e as dificuldades de mobilidade urbana em São Paulo; os deslizamentos de terra e enchentes no Recife, em Petrópolis, em Joinville; a violência no Rio de Janeiro. Seria mais didático e efetivo para a aprendizagem do aluno iniciar as reflexões sobre o espaço urbano a partir das práticas espaciais vivenciadas, da percepção dos problemas e soluções para questões de sua cidade, como: abastecimento de água; mobilidade urbana e transporte público; acesso à moradia; saneamento básico; educação; saúde; lazer; geração de emprego e renda; destino dos resíduos sólidos; saneamento básico; áreas verdes; ocupação de fundos de vale e áreas de risco; conforto térmico; entre outros fatores. Ressaltando que o entendimento de fenômenos da escala local, só são compreendidos na relação com outras escalas e na articulação entre elementos físicos naturais e sociais.

Entretanto muitas das cidades onde vivem os alunos, principalmente quando se trata das cidades pequenas, dificilmente são retratadas nos

livros didáticos utilizados no ensino, os quais apenas exemplificam algumas das cidades maiores, ou cidades com alguma particularidade que se deseje chamar a atenção. A maioria das cidades fica no anonimato nestes manuais que trabalham com algumas generalizações, logo, o Estudo do Meio é uma das possibilidades para o estudo destas localidades.

O conhecimento sobre os problemas das grandes metrópoles também é importante na aprendizagem do estudante que vive nas pequenas cidades no interior do Brasil, mas, antes de tudo, ele precisa ter o olhar atento para compreender como se dá a ocupação e organização do espaço urbano de sua cidade e de seu município, considerando que o espaço local e as paisagens locais não estão isoladas, mas constituem um território inserido em um sistema de redes e relações com outros lugares. A partir do conhecimento do espaço da cidade em que se vive e das relações que se estabelecem em territórios mais próximos, ficará mais fácil fazer comparações com outros espaços, e fazer abstrações, generalizações e sínteses, e compreender a organização de sua cidade e de outros lugares.

E, ao se trabalhar sobre uma megalópole é necessário estabelecer relações desta, com o espaço do cotidiano dos alunos, pois, o fenômeno das grandes aglomerações urbanas pode continuar abstrato para o estudante que não compreende as relações que constituíram a pequena cidade que ele mora, ou mesmo o bairro que ele mora em uma cidade maior. Da mesma forma, o espaço do cotidiano do aluno não deve ser estudado isolado da teia das relações que o cercam, pois a compreensão do espaço não se daria em sua totalidade. Como colocam Castellar e Vilhena (2010, p. 123), “Estudar o lugar de vivência é vincular-lhe questões presentes em várias escalas de análise e permitir a associação criativa e referenciada na experiência concreta [...]”.

Possibilidades e algumas estratégias de abordagem do Estudo do Meio no ensino da cidade

A Metodologia do Estudo do Meio favorece uma compreensão crítica da cidade e requer um projeto de ensino, com um recorte

de uma das temáticas urbanas/conteúdos que se objetive estudar e seja significativo para os estudantes, que inclua principalmente: uma relação dialógica que valorize o saber do estudante; estudos e pesquisas teóricos; trabalho de campo para observação direta da realidade; utilização de materiais simbólicos e imagéticos que permitam a análise desta realidade por outros ângulos (como mapas, fotografia, imagens, vídeos, gráficos, jogos, entre outros), a sistematização e socialização do conhecimento apreendido. E como já colocado, o Estudo do Meio possibilita a elaboração de materiais didáticos, contribuindo com a construção do conhecimento principalmente sobre as cidades que não constam nos livros didáticos (como a maioria das pequenas cidades).

Considerando a perspectiva do Estudo do Meio, o ponto de partida para o estudo da cidade são os saberes dos alunos, de suas vivências, valorizando o conhecimento que eles já têm da cidade em que moram. É a partir das experiências do dia a dia na cidade, das práticas espaciais vivenciadas e do diálogo com o outro, articulado com o conhecimento científico, e a realização de um trabalho de campo orientado sobre a realidade estudada, que se chega a comparações, as análises e sínteses da dimensão do local, e se amplia o conhecimento, com novos saberes.

O conhecimento do meio urbano da cidade que se vive, contribuirá com análises mais amplas que permitem chegar a sínteses mais complexas e abstratas sobre outros lugares e sobre o próprio meio em que o cidadão/estudante/pesquisador vive. A relação com outros moradores da cidade pela própria vivência dos alunos, acrescido das trocas proporcionadas com a realização de um projeto coletivo na escola de Estudo do Meio, permitem além do conhecimento pelas próprias experiências com o espaço estudado, a avaliação de outros atores, que tem outras vivências, outros olhares e interpretações para o mesmo espaço e fenômeno, articulado com saberes sobre outros lugares já conhecidos empiricamente, ou ainda que conhecidos por meio de representações simbólicas.

Portanto, o Estudo do Meio deve ser acompanhado de uma prática dialógica, interdisciplinar e com pesquisa, que vá além da observação e descrição do espaço, que proporcione a construção coletiva de conhecimentos a partir do diálogo entre os estudantes e professores, o meio, o conhecimento vivenciado e o conhecimento científico, além da comparação com outras realidades. Neste aspecto, são importantes as interações entre pesquisas e estudos teóricos, dinâmicas em sala de aula, trabalho de campo e posterior sistematização e socialização dos saberes construídos.

As atividades de campo para o Estudo do Meio devem ser bem planejadas pelos envolvidos em sua realização. E, de acordo com os objetivos de estudo, diferentes aspectos da cidade podem ser explorados, como: moradia, mobilidade, saneamento básico, educação, saúde, lazer, consumo, emprego e renda, indústria, convivência comunitária, praças e parques, sustentabilidade, relação cidade/campo, preservação de fundos de vale, áreas de risco, qualidade ambiental, segurança, vazios demográficos e especulação imobiliária, espaços públicos/privados, segregação urbana, centro/centralidade, transformações urbanas, o planejamento da cidade, entre outros. E além da observação atenta, as atividades de campo devem incluir caderno de campo ou similar com mapa para orientação, roteiro a ser percorrido, principais aspectos a serem estudados e ações a serem realizadas para coleta de dados e informações (como observação, anotações, registro fotográfico, filmagens, entrevistas, entre outros).

Nas atividades de sistematização do Estudo do Meio, além da possibilidade de relatório, sugerimos a produção de materiais que possibilitem um diálogo dinâmico e interativo com a comunidade, e a mobilização de outras habilidades dos estudantes e outras formas de representação (como painéis fotográficos, produção de vídeos, de maquetes, a construção de blogs, textos para publicação em jornais, representações cartográficas, cartilhas, jogos, dramatização, música, entre outros).

A incorporação ao Estudo do Meio de dinâmicas lúdicas, a exemplo dos jogos das cidades, auxilia a identificação e interpreta-

ção de diversos temas urbanos, e a compreensão de conceitos relativos ao planejamento urbano. Podem ser utilizados materiais desenvolvidos para atividades participativas para o planejamento urbano no âmbito do Estatuto da Cidade, produzidos por consultorias e organizações não-governamentais, como a Ambiens Cooperativa e o Instituto Polis (Cordovil, 2021); e materiais construídos por alunos e professores a partir do Estudo do Meio urbano da própria cidade.

Como possibilidade de abordagem da cidade no Estudo do Meio, sugerimos a concepção de forma, função, estrutura e processo adotadas por Milton Santos (1985) para análise espacial: a forma, como o aspecto visível dos elementos ou conjuntos de elementos da paisagem urbana; a função corresponde as tarefas que tais elementos exercem; a estrutura implica a inter-relação entre todos os elementos do lugar, e aqui se configura também a relação campo/cidade; e o processo diz respeito a continuidade e a mudança do lugar e da paisagem observada.

Consideramos também as três dimensões da produção do espaço indicadas por Lefebvre: espaço percebido (*perçu*), espaço concebido (*conçu*) e espaço vivido (*vécu*). O espaço percebido é o espaço que tem um aspecto perceptível por meio dos sentidos. O espaço concebido seria o espaço pensado que está ligado à produção do conhecimento. O espaço vivido é o espaço “experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana” (Schmid, 2012, p. 32).

Na observação e análise do espaço com os estudantes, é importante que eles percebam os elementos do espaço urbano, que observem o que é perceptível aos olhos, mas que ouçam os barulhos, sintam o calor ou o frio, o vento ou a chuva, sintam o cheiro da cidade e atribuam significado a estas sensações. No entanto, as pessoas percebem a cidade de formas diferentes, de acordo com suas práticas vivenciadas. Para compreender o espaço percebido e dar significado a cidade a partir destas percepções, é importante que este espaço seja pensado, que as sensações percebidas na cidade possam ser relacionadas com aspectos que a constituem, com o conhecimento científico já incorporado e com o conhecimento da vivência cotidiana, das práticas sociais. Nesta dialética, os conhecimentos teóricos e práticos

se articulam constantemente para que o estudante compreenda o meio, como espaço dinâmico em constante transformação no tempo e no espaço, um meio vivo, e com suas contradições.

À medida que se avança tanto em relação ao conhecimento prático, quanto o teórico, mais elementos são acrescentados nas reflexões que responderão as perguntas: Como é a minha cidade? Por que ela é assim? Existem outras cidades iguais? Quais as relações que a cidade estabelece com outros lugares (outras cidades, com o campo)? É essa a cidade que eu quero? Como a cidade pode ser diferente? O que eu tenho a ver com o planejamento da cidade? É importante eu conhecer mais sobre a cidade? Para quê?

Considerações finais

A cidade deve ser estudada e compreendida como um produto histórico e social. É importante ouvir as crianças, os jovens e os adolescentes, saber sobre o que eles pensam sobre a cidade, quais são as suas representações e seus anseios, e incluí-los nos espaços urbanos, para além de suas casas. Que imagem os estudantes têm sobre a cidade, sobre o urbano? Que conhecimentos eles já construíram com a vivência empírica com o espaço e com as representações simbólicas da cidade trazidas pela mídia, pelas imagens, pelos mapas? De quais espaços da cidade estes estudantes se apropriaram? A partir deste conhecimento inicial, é importante instigar o estudante a outro olhar para a sua cidade, com uma lente geográfica que permita novas análises e reflexões.

Geralmente os estudantes não conhecem bem a cidade e o município em quem vivem, pois a maioria das cidades não são retratadas nos materiais didáticos, principalmente as pequenas cidades. O Estudo do Meio tem se configurado como uma importante metodologia para se estudar e pensar a cidade e o espaço urbano, possibilitando a construção de novos conhecimentos a partir da integração entre os saberes das práticas espaciais vivenciadas no dia a dia, os conhecimentos vivenciados em trabalho de campo de forma orientada,

e o conhecimento científico. Deste conhecimento construído resulta a produção ainda de materiais didáticos sobre as cidades estudadas.

As relações que ocorrem na própria cidade e no município são fundamentais para as abordagens iniciais com o estudante, entretanto é necessário também contemplar outras cidades, outras escalas de análise, estabelecendo relações entre a cidade que se vive e o mundo. A compreensão pelo estudante da realidade vivida e da cidade favorecem reflexões e ações para o exercício da cidadania, o protagonismo juvenil, e a busca de melhorias no espaço urbano.

Envolvendo uma prática dialógica e interdisciplinar, o Estudo do Meio contempla diferentes recursos e linguagens. Permite assim, a investigação de diferentes aspectos da cidade e o estabelecimento de relações com as diretrizes e princípios do Estatuto da Cidade. Com isso, o estudante tem maiores possibilidades de reflexão sobre os seus direitos e os seus deveres e da coletividade, e de uma inserção mais participativa e propositiva nos espaços de discussões para pensar o seu bairro, a sua cidade, o seu município, inseridos no país e no mundo.

O Estudo do Meio contribui com a articulação entre os conhecimentos práticos e os conhecimentos teóricos, entre o abstrato e o concreto, possibilitando o entendimento de como a cidade é, de como ela se constitui, e de como ela poderá ser.

Referências

ALBERGARIA, Sandra J. G. **A concepção de natureza nos estudos do meio realizados nos ginásios estaduais vocacionais do Estado de São Paulo, de 1961 a 1968**. Campinas, SP, 2004. Dissertação (mestrado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

BADO, Sandra R. de L. **Desafios da Geografia: A cidade como conteúdo escolar no Ensino Médio**. 2009. 164f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto alegre, RS.

BRASIL. Lei 5788/90. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BUENO, Miriam A. A importância do estudo do meio na prática de ensino em geografia física. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, GO, v. 29, n. 2, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CASSAB, Clarice. **A cidade como espaço público**: uma interpretação pautada na fala dos jovens. Mercator, v. 9, n. 20, 2010: set./dez.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: CENSAGE Learning, 2011.

CAVALCANTI, Lana de S. O estudo de cidade e a formação do professor de geografia. *In*: **Ateliê Geográfico** – Goiânia-GO, v. 11, n. 2, ago./2017, p. 19-35.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de S. Uma Geografia da cidade: Elementos da produção do espaço urbano. *In*: **Geografia da cidade**: a produção do espaço urbano em Goiânia. Goiânia, GO: Alternativa, 2001.

CHAHIN, Samira B. **Escolas, cidades e disputas**. Lugares da educação libertária. 216f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAUUSP, São Paulo, 2013.

CORDOVIL, Fabíola C. de S. Cidades reais em situações fictícias: o lúdico na formação para o planejamento urbano. Relato de experiência. **Geoingá**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 54-73, 2021.

HARVEY, David. O direito à cidade. *In*: **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. PNAD: Síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p.

LOPES, Claudivan S.; PONTUSCHKA, Nídia N. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia** (Londrina) v. 18, n. 2, 2009.

MORAES, José D. Anarquismo no currículo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2009.

OECD. **Brazil** – Country Note – Education at a Glance 2018: OECD Indicators.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. **Cadernos PDE**. Disponível em: <http://bit.ly/3YweERH>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PONTUSCHKA, Nídia N. **A formação pedagógica do professor de geografia e as práticas interdisciplinares**. 1994. 343f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional (Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto) **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n.32, p. 89-109, 2012.

SIQUEIRA, Santiago A. de. A educação geográfica e a cidade: a Geografia Escolar, o método e o ensino da cidade. *In*: **Pesquisar** – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, ISSN 2359-1870, v. 6, n. 11, novembro de 2019, p. 342-358.

YOUNG, Michael. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. v. 16, n. 48, Rio de Janeiro, set./dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3xysOWK>. Acesso em: 20 abr. 2019.

A EROSIÃO URBANA EM PEQUENAS CIDADES: OS CASOS DE RANCHARIA, QUATÁ E MARTINÓPOLIS-SP

Alyson Bueno Francisco

Introdução

As pequenas cidades da região da Alta Sorocabana surgiram a partir dos divisores de águas localizados nos espigões entre as bacias dos rios do Paranapanema e do Peixe, e posteriormente ocuparam as vertentes nas cabeceiras dos fundos de vale (Leite, 1972). Estas condições de uso da terra durante as últimas cinco décadas provocaram o desenvolvimento de boçorocas nas áreas periurbanas.

Vieira (1978, p. 7) conceitua boçoroca:

[...] são depressões profundas circundadas por vertentes quase verticais que se alargam nas proximidades das cabeceiras devido à intensa atividade erosiva regressiva e se afunilam junto à foz do curso d'água que a percorre, cortando sedimentos arenosos de fraca coesão, sem apresentar forte declive longitudinal.

As boçorocas são formas erosivas de grande porte que se desenvolvem geralmente em áreas de cabeceiras de drenagem com a ação das águas subsuperficiais (freático) por erosão interna (piping), possuindo um fundo chato e paredes íngremes. No desenvolvimento das boçorocas ocorre uma ação conjugada das águas superficiais e subsuperficiais, cuja erosão produzida por águas subterrâneas pode ocasionar desmoronamentos que induzem a formação de uma morfologia de anfiteatros nas cabeceiras das drenagens (Salomão, 1994).

A feição geomorfológica denominada “boçoroca” recebe inúmeras denominações em vários países, como: cárcava nos países hispânicos, barroca em países lusófonos (Angola e Portugal), donga na África do Sul; gully nos Estados Unidos e lavaka em Madagascar (Vieira, 1978).

A partir da década de 1990, as publicações acadêmicas na área da Geografia Física passaram a apresentar o conceito de “voçoroca”, com a tese apresentada por Mauro (1989) e considerações metodológicas sobre os processos erosivos em Guerra (1996).

De acordo com Almeida Filho *et al.* (2015) foram cadastrados 41.262 processos erosivos lineares em todo o Estado de São Paulo, sendo 30.953 boçorocas, das quais 949 foram identificadas em áreas urbanas.

Apesar do número expressivo de boçorocas urbanas no Estado de São Paulo e dos gastos públicos em controle da erosão urbana, é reduzido o número de trabalhos científicos e técnicos sobre as boçorocas em cidades de pequeno porte. Além da escassez de estudos científicos diretamente relacionados à erosão urbana, são raros os casos de recuperação efetiva das áreas que foram degradadas por boçorocas urbanas, tendo como um dos fatores os gastos expressivos necessários.

De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (2013), entre 1995 e 2012, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos investiu mais de 6,7 milhões de reais (28,6% dos recursos) em projetos para o controle da erosão urbana na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Médio Paranapanema (UGRHI 17). Nesta Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos foram cadastrados 1.412 focos erosivos, sendo 63 erosões urbanas em 55 municípios.

Dentre os exemplos de gastos governamentais para o controle das boçorocas urbanas, segundo o Departamento de Águas e Energia Elétrica (2012) foram gastos cerca de 15 milhões de reais em obras para estabilização da “Erosão Sul” na cidade de Paraguaçu Paulista, cuja voçoroca possui um canal de aproximadamente 1.800 m, e para a recuperação da área degradada pela “Erosão do Termas” em Paraguaçu Paulista, seriam gastos aproximadamente 11 milhões de reais para a implantação de macrodrenagem e a canalização do curso d’água num trecho de aproximadamente 1.240

m. Francisco (2017) apresenta os resultados do controle da erosão urbana em Rancharia, realizados em 2015 com o custo na ordem de 600 mil reais para o controle de um processo de erosão remontante na boçoroca do Córrego do Grito.

A respeito da relação da pesquisa das erosões lineares com os conhecimentos geográficos, a escala local em decorrência das geotecnologias e dos mapeamentos em detalhe, está presente em inúmeros trabalhos acadêmicos, com a Geografia Idiográfica. Alfred Hettner (1859-1941) foi um dos principais geógrafos a defender os estudos idiográficos na Geografia pelo estudo das diferenciações do relevo. Diante das diferenciações do relevo e das áreas, Hettner considera que:

embora a distribuição muito nos diga a respeito das coisas, é no âmbito da localização que se capta sua diferencialidade espacial e, por conseguinte, sua verdadeira geografia. Aí residiria, portanto, a essência da concepção corológica. (Sahr; Arantes, 2011, p. 119)

Sobre a definição da ciência geográfica, Sahr e Arantes (2011) consideram que Hettner define a Geografia:

como ciência que cria seu objeto através da análise e recombinação de elementos geográficos, definindo-a, por um lado, como descrições da realidade dos fatos e, por outro, como complexos lógicos entre ideias nomotéticas e idiográficas. Privilegia, com isso, os métodos indutivos. (Sahr; Arantes, 2011, p. 113)

A pesquisa em Geografia apresenta a espacialidade dos fenômenos, cujos processos de perdas de solo podem ser representados pela Cartografia em grandes escalas. Através das delimitações em escala topográfica, e elaboração de banco de dados em Sistemas de Informação Geográfica, é possível uma pesquisa geográfica que contribua nos projetos de controle da erosão periurbana e recuperação das áreas degradadas.

Sobre a espacialidade das boçorocas, torna-se pertinente a pesquisa geográfica para analisar a evolução espacial e temporal deste processo erosivo. De acordo com Guerra (2005, p. 34): “[...] as voçorocas são formas resultantes de processos erosivos acelerados que evoluem no tempo e no espaço”.

O uso das geotecnologias associado ao empenho nos trabalhos de campo garante a produção de dados geográficos importantes para o planejamento municipal em grandes escalas. Para Suertegaray (2018, p. 429): “a gestão e o planejamento precisam de mapas georreferenciados, ou seja, mapas apoiados em tecnologias computacionais”.

Através da representação espacial das formas erosivas é possível a realização de um diagnóstico para delimitar as áreas de risco e as possíveis medidas mitigadoras para o controle das perdas aceleradas de solo e recuperação das áreas degradadas.

Área de Estudo

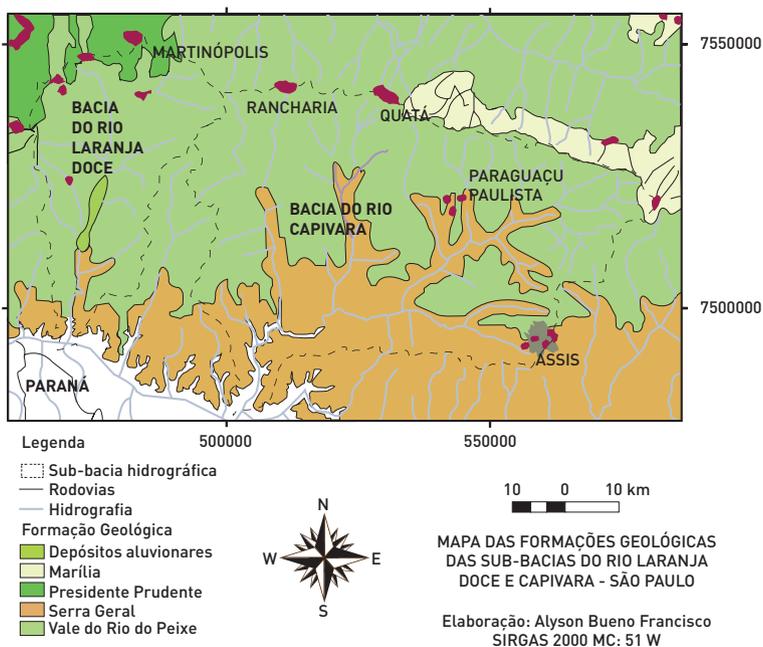
A sub-bacia do Rio Capivara possui uma área de aproximadamente 3.462 quilômetros e pertence à Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Médio Paranapanema. Os afluentes da sub-bacia do Rio Capivara e os respectivos municípios são: Rio Capivari e Ribeirão da Rancheira, Rio Santo Inácio (João Ramalho e Quatá), Rio Sapé e Rio Grande (Paraguaçu Paulista) e Rio Fortuna (Assis), cujos afluentes possuem no total 584 quilômetros de comprimento em suas drenagens, resultando numa densidade de apenas 0,169 quilômetros. Sobre a Geologia Regional, aproximadamente 35% sub-bacia do Rio Capivara está distribuída na Formação Serra Geral e 65% localizada na Formação Vale do Rio do Peixe.

A sub-bacia do Rio Laranja Doce possui uma área de aproximadamente 1.167 quilômetros e pertence à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema. A respeito da Geologia Regional, aproximadamente 86% desta bacia está localizada na Formação Vale do Rio do Peixe, com uma distribuição da Formação Presidente Prudente ao norte e da Formação Serra Geral

ao sul da sub-bacia, incluindo a presença de depósitos aluvionares no vale do Rio Laranja Doce. Os afluentes da sub-bacia possuem no total 179,4 quilômetros de comprimento e uma densidade de drenagem de aproximadamente 0,152 quilômetros.

A figura 1 apresenta as formações geológicas areníticas e a distribuição geográfica dos pontos com erosões urbanas em pequenas cidades das sub-bacias do Rio Capivara e Ribeirão Laranja Doce.

Figura 1. Mapa das formações geológicas e distribuição das erosões urbanas em Martinópolis, Rancharia e Quatá



Nos topos das colinas entre as bacias dos rios Capivara, Laranja Doce e Rio do Peixe, existem vertentes com rampas de aproximadamente 500m e declividades de aproximadamente 12°. Os municípios de Quatá e Paraguaçu Paulista foram classificados em áreas com risco muitíssimo forte e muito forte, e as áreas urbanas de Martinópolis e Rancharia foram classificadas com risco muito

forte. As áreas urbanas de Rancharia, Quatá e Paraguaçu Paulista foram classificadas como erosividade média anual entre 7000 e 7500 MJ.mm/h/ha (Boin, 2000).

De acordo com o Mapa Pedológico do Estado de São Paulo (Oliveira *et al.*, 1999), os solos predominantes nas bacias do Rio do Peixe são os Latossolos Vermelhos e os Argissolos Vermelho-Amarelos. Os valores de erodibilidade do horizonte superficial dos Argissolos Vermelhos da região de Presidente Prudente são estimados em 0,051 Mg/ha/ano. Para os Latossolos Vermelho da fase arenosa, os valores estimados foram de 0,016 Mg/ha/ano (Freire; Godoy; Carvalho, 1992).

Sobre as mudanças na cobertura da terra, a substituição das áreas de pastagens para pecuária bovina extensiva pelos plantios de cana-de-açúcar pode influenciar nos acréscimos dos escoamentos superficiais pelo solo exposto no manejo e estimativas de perdas de solos (Francisco, 2022).

A erosão urbana em Rancharia

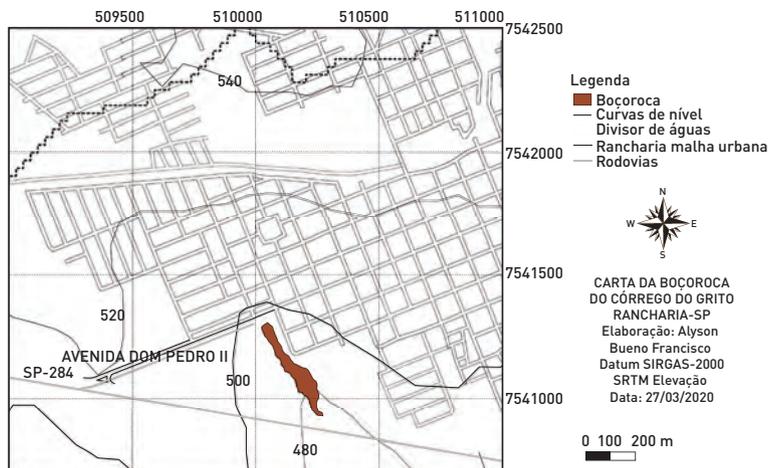
Os processos erosivos lineares na microbacia do Ribeirão Rancharia foram investigados por Oliveira (1994) e Francisco (2017). Oliveira (1994) apresenta uma análise com a evolução das erosões lineares pela interpretação de fotos aéreas das décadas de 1960, 1970 e 1980, tendo como finalidade uma estimativa da produção de sedimentos e formação de depósitos tecnogênicos. Oliveira (1994) constatou que as perdas de solo na microbacia do Ribeirão Rancharia foram significativas devida existência de grandes erosões lineares, tais como a boçoroca do Córrego do Grito. Segundo Oliveira (1994):

O volume total do depósito [...] é da ordem de 1 milhão de m³, sendo 800.000 m³ no vale do Rancharia e 200.000 m³ no do Grito, portanto, da ordem de grandeza do volume da maior feição erosiva, a ravina da Lucant (600.000 m³). Considerando-se apenas a porção da bacia que contém a área urbana, envolvendo as principais feições erosivas, com cerca de 10 km², encontra-se uma taxa de produção de sedimentos de cerca de 2.900 m³/km²/ano”. (Oliveira, 1994, p. 178)

As boçorocas da Água da Lavadeira, Água de Santa Tereza e ravina da Lucant receberam obras para a realização de aterros e implantação de lagoas para tratamento do esgoto doméstico de Rancharia. A boçoroca do Córrego do Grito apenas teve obras de controle da erosão remontante em 1998 e 2015.

A boçoroca do Córrego do Grito encontra-se na cabeceira de uma microbacia hidrográfica com cerca de um terço de sua área urbanizada e vias urbanas com sentido paralelo ao escoamento superficial. A rampa de declive no bairro Jardim Universitário, possuindo cerca de 1 quilômetro do divisor de águas até a cabeceira da boçoroca, permite que as águas pluviais ganhem velocidade em períodos principalmente do verão chuvoso do clima regional. A figura 2 apresenta a localização da boçoroca do Córrego do Grito.

Figura 2. Boçoroca do Córrego do Grito e setor oeste da área urbana de Rancharia



A boçoroca do Córrego do Grito possui área de 1,7 ha e 350 m de comprimento. Em 1997 e 2015 ocorreram erosões remontantes que comprometeram as macroestruturas de drenagem urbana e a

principal via de circulação de Rancharia (Francisco, 2017). A partir de 2016 foram realizados plantios de espécies vegetais na cabeceira da boçoroca onde foram realizadas as obras de controle da erosão urbana, com resultados positivos na regeneração da vegetação.

A erosão urbana em Quatá

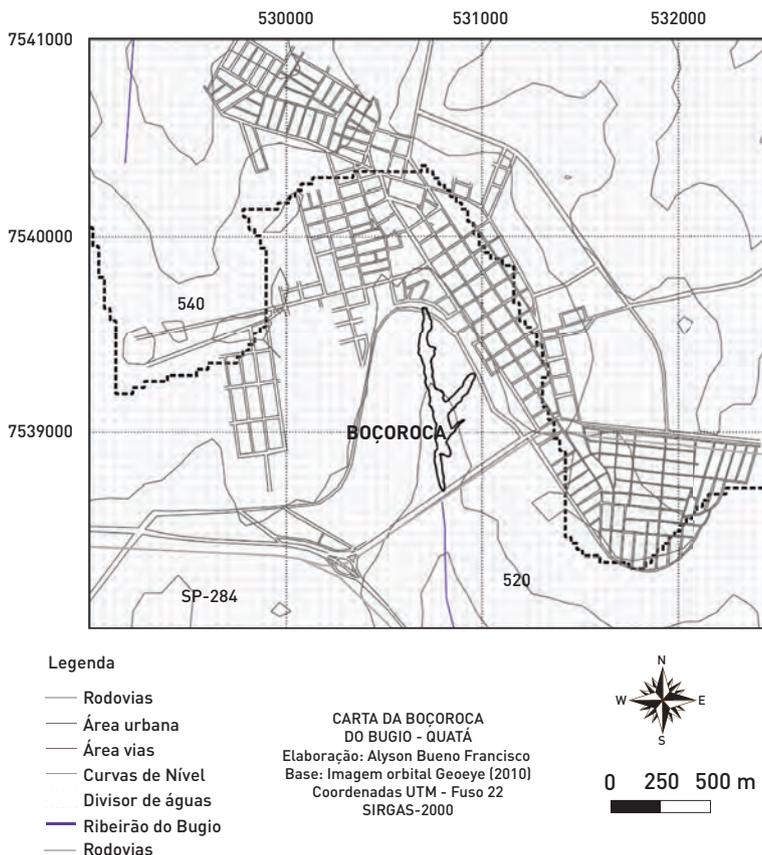
Na microbacia do Ribeirão do Bugio, localizada em Quatá, foram identificadas 2 erosões urbanas (uma boçoroca) e 26 erosões rurais de grande porte, segundo o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2012).

A boçoroca do Ribeirão do Bugio possui duas cabeceiras localizadas em aproximadamente 50 m do divisor de águas e da linha férrea, possuindo uma área de 5,7 ha.

A área do divisor de águas no município de Quatá está localizada na formação arenítica do Vale do Rio do Peixe, com trechos próximos da Formação Marília com cotas altimétricas entre 540 e 570 m, que apresenta alta suscetibilidade a erosão.

A carta da figura 3 apresenta a proximidade da boçoroca do Ribeirão do Bugio com o divisor de águas na área urbana de Quatá.

Figura 3. Localização da boçoroca do Ribeirão do Bugio e área urbana em Quatá



A boçoroca urbana de Quatá possui uma área 4,3 vezes maior do que a boçoroca do Córrego do Grito em Rancharia. A estimativa de produção de sedimentos na microbacia do Ribeirão do Bugio foi 8,5 vezes maior do que a estimativa da área em Rancharia.

No caso de Quatá, a existência de práticas conservacionistas da cultura canavieira impede o agravamento dos processos erosivos no espaço rural.

A erosão urbana em Martinópolis

A sub-bacia do Rio Laranja Doce, além de ser uma área com expansão da cultura canavieira, possui reservatórios para a geração de energia elétrica, sendo um reservatório com pequena central hidrelétrica de área aproximada em 135 ha e com o aproveitamento em atividades turísticas no município de Martinópolis-SP. A produção de sedimentos pelos processos erosivos nessa sub-bacia hidrográfica pode contribuir com o assoreamento destes reservatórios.

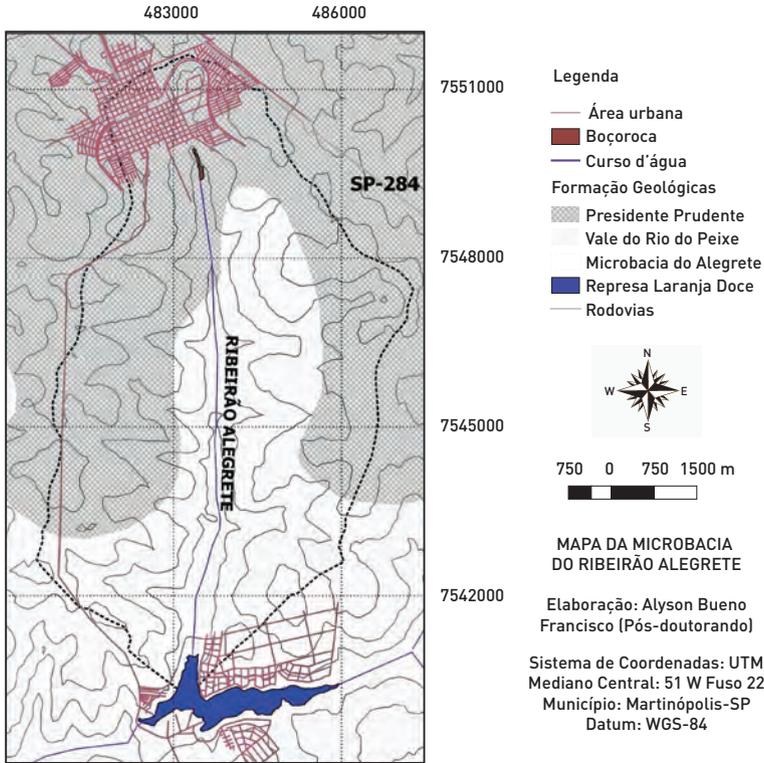
A vulnerabilidade dos processos erosivos na bacia de contribuição da represa Laranja Doce foi identificada em 31,6% da área no mapeamento elaborado por Rodrigues *et al.* (2018), cujo mapeamento identifica a vulnerabilidade com dados das classes de cobertura da terra e declividades com resolução de 90 m, não sendo possível identificar as formas erosivas lineares na escala cartográfica apresentada.

A microbacia do Ribeirão Alegrete possui uma área de aproximadamente 4.800 ha, cujas cotas altimétricas variam entre 500 m e 420 m.

Sobre as formações geológicas presentes na microbacia do Ribeirão Alegrete, a porção a montante correspondente às cotas altimétricas entre 500 m e 460 m, é mantida com rochas areníticas da Formação Presidente Prudente, sendo aproximadamente 52,5% da área. As rochas areníticas da Formação Vale do Rio do Peixe estão presentes entre as cotas altimétricas de 460 m e 420 m, correspondentes a 2.280 ha da área da microbacia hidrográfica.

A figura 4 apresenta a distribuição das formações geológicas areníticas na microbacia do Ribeirão Alegrete no município de Martinópolis-SP.

Figura 4. Mapa da microbacia do Ribeirão Alegre e malha urbana de Martinópolis-SP



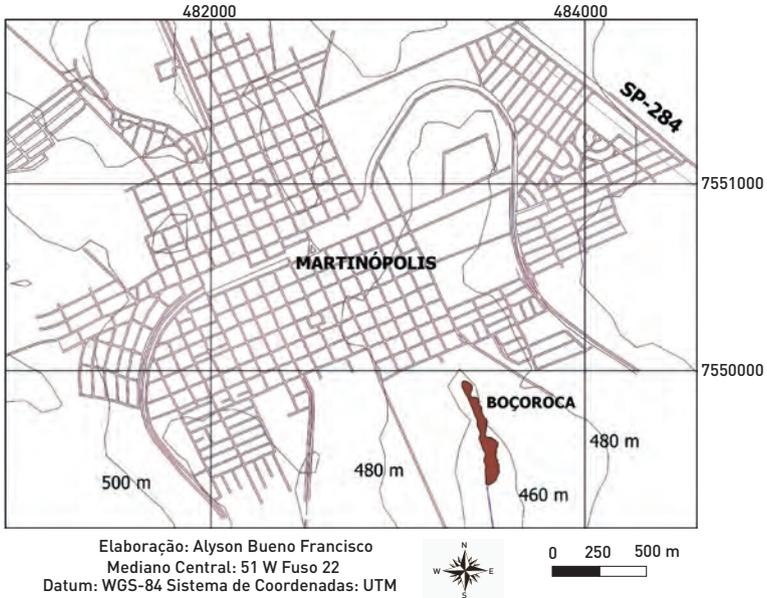
A respeito da urbanização desta microbacia hidrográfica, em 2010 a área urbanizada correspondia a aproximadamente 330 ha. O Ribeirão Alegre possui aproximadamente 9,5 quilômetros de extensão, cuja densidade de drenagem da microbacia hidrográfica é de apenas 0,12 quilômetros, o que representa uma forte tendência de escoamento superficial em curto tempo.

Ao apresentar uma caracterização geral da forma erosiva neste item, a boçoroca do Ribeirão Alegre está localizada na porção sul da área urbana de Martinópolis, sendo em 2017 identificada uma

área de aproximadamente 36.000 m² e comprimento de aproximadamente 700 m, sendo alguns trechos com largura de até 90 m.

A figura 5 apresenta a localização da boçoroca do Ribeirão Alegre no setor sul da área periurbana de Martinópolis-SP.

Figura 5. Mapa da boçoroca do Ribeirão Alegre e área urbana de Martinópolis



A área da boçoroca do Ribeirão Alegre em 2010 era de 29.960 m². Em comparação com a área apresentada em 2002, a boçoroca ampliou 27.745 m² em apenas 8 anos, sendo uma média de aproximadamente 3.470 m² de aumento de área por ano. Esse aumento significativo da dimensão da boçoroca pode estar relacionado à urbanização da microbacia do Ribeirão Alegre e ao direcionamento das águas pluviais pelo sistema de drenagem urbana.

Em 2017 a boçoroca do Ribeirão Alegre apresentava uma área de 28.750 m², tendo uma ampliação de 3.160 m² de área em relação a 2013. A análise da imagem orbital de 2017 da boçoroca constata a

existência de banhados na margem esquerda da boçoroca e na parte a jusante, sendo um indício da vazão produzida pelo escoamento subsuperficial. A ausência de prática conservacionista do solo e de cobertura vegetal arbórea na margem esquerda da boçoroca, conjuntamente com o surgimento de águas subsuperficiais intensificaram a erosão lateral.

A existência de cobertura vegetal arbórea com regenerações na margem direita da boçoroca (setor oeste) favoreceu a estabilidade do solo, em situação oposta ao ocorrido na margem esquerda.

Considerações Finais

Existem áreas degradadas com processos de perdas de solos em áreas urbanas e rurais, não havendo distinção das causas em relação à extensão da área urbanizada. Logo, os processos erosivos lineares podem ser desencadeados em áreas de pequenas cidades, principalmente em solos com alta suscetibilidade à erosão, vertentes com amplas rampas de declividade, proximidade com vertentes côncavas com confluência de escoamentos em períodos chuvosos e áreas desmatadas que deveriam ser de proteção permanente.

Os estudos sobre os processos erosivos podem ser direcionados para a caracterização das microbacias hidrográficas, visto que a erosão hídrica depende da drenagem de concentração dos escoamentos das águas pluviais. As mudanças na cobertura da terra com a impermeabilização das vertentes em áreas urbanas, mesmo em pequenas cidades, acarretam o desenvolvimento dos processos erosivos que se agravam em áreas de surgência do freático, como ocorre nas boçorocas.

Os estudos realizados por Oliveira (1994) sobre a produção de sedimentos relacionada às mudanças da cobertura da terra nas microbacias hidrográficas pela aerofotointerpretação, e os estudos detalhados apresentados por Francisco (2017) com geotecnologias e levantamentos topográficos, apresentaram os impactos na pequena cidade de Rancharia. Neste sentido, os avanços do detalhamento dos mapeamentos pelas geotecnologias contribuem com a elabora-

ção de estudos em escala topográfica e possibilidade de projetos de engenharia para o controle dos processos erosivos.

As pequenas cidades possuem recursos escassos para solucionar o problema da erosão urbana, principalmente após o encerramento das políticas de combate à erosão existentes no Estado de São Paulo entre as décadas de 1970 e 1990. No entanto, os municípios podem elaborar projetos vinculados aos recursos para o controle da erosão pelos comitês de bacias hidrográficas e Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). Esses projetos necessitam de mapeamentos detalhados sobre o município e de diálogo participativo junto aos comitês de bacias hidrográficas.

As áreas degradadas, com a existência do “buracão” (boçoroca), podem representar um imaginário de necessidade de despertar da consciência ambiental dos moradores das pequenas cidades. Esse imaginário possui uma memória dos moradores que pode ser utilizada pelo geógrafo no resgate histórico para aprimorar a investigação acadêmica sobre o tema dos processos erosivos.

Referências

ALMEIDA FILHO, Gerson Salviano; *et al.* Processos erosivos lineares no Estado de São Paulo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, Natal, 35., **Anais...**, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2015.

BOIN, Marcos Norberto. **Chuvvas e erosões no Oeste Paulista**: uma análise climatológica aplicada. 2000. 281f. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA. **Relatório de Situação dos Recursos Hídricos**. Marília: Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, 2013.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. **Governo do Estado vai recuperar erosões em Paraguaçu Paulista**. 22 jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3F1uZUS>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FRANCISCO, Alyson Bueno. **A erosão periurbana em Rancharia-SP: a análise espaço-temporal e as propostas de recuperação da boçoroca do Córrego do Grito**. 201f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, 2017.

FRANCISCO, Alyson Bueno. Changes in land cover and relations with the Equation Universal Soil Losses in basin of the Western Plateau of Sao Paulo. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO*, 4., **Anais...**, 2022.

FREIRE, O.; GODOY, M. C. T. F.; CARVALHO, W. A. Erodibilidade de alguns solos do oeste do estado de São Paulo. **Revista de Geografia**, São Paulo, n.11, p. 77-87, 1992.

GUERRA, Antônio José Teixeira. Experimentos e monitoramentos em erosão dos solos. **Revista do Departamento de Geografia**, Universidade de São Paulo, n. 16, p. 32-37, 2005.

GUERRA, Antônio José Teixeira. Processos erosivos nas encostas. *In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (org.) Geomorfologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 149-209, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cadastramento de pontos de erosão e inundação no Estado de São Paulo**. Relatório nº 131.057-205. São Paulo: Departamento de Águas e Energia Elétrica, 2012.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

MAURO, C. A. **Voçorocas: marcas das relações sociedade-natureza na bacia do Rio Monjolinho, São Carlos, SP**. Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade de São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos; QUEIROZ NETO, José Pereira de. **Depósitos tecnogênicos e assoreamento de reservatórios: exemplo do Reservatório de Capivara, Rio Paranapanema, SP/PR**. 211f. Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Tiago; TOMMASELLI, José Tadeu Garcia; ARROIO JUNIOR, Paulo Ponce Mapeamento da vulnerabilidade aos processos ero-

sivos a partir de métodos multicriteriais: um estudo sobre as condições ambientais da Bacia da Represa Laranja Doce em Martinópolis-SP. **Formação**, v. 25, n. 45, p. 67-91, 2018.

SAHR, W. D.; ARANTES, L. A profusão das teorias espaciais e a fusão do espaço geográfico: Alfred Hettner e o projeto corológico. **GEOpraghia**, v. 13, n. 25, p. 106-135, 2011.

SALOMÃO, Fernando Ximenes de Tavares. **Processos erosivos lineares em Bauru-SP**: regionalização cartográfica aplicada ao controle preventivo urbano e rural. 1994. 220f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, poder e pluralidade. **Terra Livre**, n. 51, v. 2, p. 407-438, 2018.

VIEIRA, N. M. **Estudo geomorfológico das boçorocas de Franca, SP**. Franca: Instituto de História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, 1978.

AS COOPERAÇÕES INTERMUNICIPAIS E QUESTÕES AMBIENTAIS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

*Kelly Cristina Rigoldi
Valéria Lima*

Introdução

Atualmente, em decorrência da acentuação do consumo e, conseqüentemente, da produção de resíduos sólidos a discussão acerca da gestão de resíduos sólidos vem ganhando destaque.

No Brasil, a partir do estabelecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, foram determinados prazos para que os municípios se adequassem ao estabelecido na lei nº 12.305/2010. Essas consistiam desde a elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios, até a adequação da área de disposição final destes visando a eliminação dos vazadouros, e a implementação de aterro sanitário.

Entretanto, estas ações requerem recursos financeiros e principalmente os pequenos municípios, não possuem, tornando difícil a adequação às exigências estabelecidas no PNRS. Nesse sentido, as cooperações na figura dos consórcios intermunicipais, se mostram como uma possibilidade as atividades atribuídas aos municípios, tendo em vista que a partir da integração de recursos, permitem a disponibilização de serviços e equipamentos que individualmente não seriam possíveis.

A partir disto, o presente trabalho tem como objetivo, discutir a atuação desse instrumento nas adequações exigidas na Lei nº 12.305/2010, através da apresentação em especial de dois consór-

cios intermunicipais situados no noroeste paranaense, sendo eles o Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência e sobre o Comafen Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná.

A gestão de resíduos sólidos no cenário nacional

A partir do advento da revolução industrial, ocorreu o aumento da produção e também a acentuação do consumo e, consequentemente, da produção de resíduos sólidos. Entretanto, sua intensificação, de acordo com Mendonça (2012), ocorreu a partir da segunda metade do século XX, e no Brasil em função do crescimento dos aglomerados urbanos em decorrência dos projetos de urbanização nacional.

Concomitantemente às discussões sobre a problemática urbana, ganharam ênfase os debates sobre suas causas. Mendonça (2004) destaca que os principais problemas gerados em função do lépido aumento demográfico nas cidades, são os relacionados ao saneamento básico e o descaso com os resíduos sólidos e, consequentemente, com a disposição final desses.

Conforme Moraes (2011), os impactos ambientais predominantes em relação aos resíduos sólidos, estão associados à disposição final inadequada, que a partir da decomposição dos materiais há a contaminação do solo e das águas, sub e superficiais a partir da infiltração e do escoamento superficial do chorume.

Rosa *et al.* (2010), aponta também que além dos problemas ambientais, em decorrência do descarte inadequado de resíduos sólidos, há também um problema sanitário, tendo em vista a proliferação de vetores de doenças.

Desse modo, se faz necessário o desenvolvimento de mecanismos que auxiliem no planejamento e na gestão dos resíduos sólidos urbanos, de modo que se busque prevenir e/ou mitigar os impactos ambientais, sociais e também sanitários causados por esses.

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em seu 18º artigo dispõe sobre a elaboração do Pla-

no Municipal De Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS) como pré-requisito para o Distrito Federal e aos demais municípios, para acesso aos recursos da união, relacionados à limpeza urbana e ao manejo dos resíduos sólidos. O PMGIRS constitui uma ferramenta de planejamento estratégico que busca atender a todos os predispostos da lei, a partir do manejo adequado dos resíduos sólidos.

Conforme os incisos I ao XIX da lei 12.305/2010, a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, deve abordar desde o diagnóstico dos resíduos sólidos, ações preventivas e corretivas, até a elaboração de metas que visem a redução e reutilização dos resíduos gerados.

Dentre as elaborações de metas contidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu artigo 17, inciso V, prevê a estruturação de prazos dentro do Plano Nacional de Resíduos sobre a eliminação e recuperação de lixões pelo território nacional.

A priori, conforme o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2010) o prazo para eliminação total de vazadouros, ou seja, lixões no território nacional deveria acontecer até 2014, porém, em 2014, observou-se a necessidade de estender esse prazo e considerar na sua reformulação as características e dificuldades de diferentes classes municipais. Desse modo, em 2015 houve a elaboração de um decreto sobre a Lei do Senado nº 425/14. A Lei nº 425/14 refere-se a alteração do artigo 54 da Lei nº12.305/2010, regulamentando que a eliminação dos vazadouros deviam ter ocorrido nos seguintes prazos:

até 31 de julho de 2018, para capitais de Estados e de Municípios integrantes de Região Metropolitana (RM) ou de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de capitais; II – até 31 de julho de 2019, para Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes no Censo 2010, bem como para Municípios cuja mancha urbana da sede municipal esteja situada a menos de 20 (vinte) quilômetros da fronteira com outros países limítrofes; III – até 31 de julho de 2020, para Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitan-

tes no Censo 2010; IV – até 31 de julho de 2021, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010. Parágrafo único. A União editará normas complementares para definição de critérios de priorização de acesso a recursos federais e para implementação de ações vinculadas dentro dos prazos máximos estabelecidos nos incisos do caput.” (NR). (Art. 54 da Lei do Senado 425/14)

Em 2020, novamente quando ocorre a percepção de que o novo prazo estabelecido não poderia ser cumprido, a partir da Lei 14.026/2020 que promoveu a atualização do Marco Legal do Saneamento Básico ocorre novamente a prorrogação das datas para cumprimento da eliminação dos vazadouros, mais uma vez levando em consideração o tamanho dos municípios em relação a sua população e rede de interação de acordo com o censo 2010, no entanto, concedeu a prorrogação nos prazos aos municípios que tenham elaborado Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou Planos intermunicipais, de modo que cada uma das categorias anteriormente citadas criadas na lei do senado 425/14, poderia contar com ampliação de 3 anos em relação a data anterior para adequação das áreas de disposição final.

Ainda em seu 6º parágrafo a Lei nº 12.305/2010, aponta que:

(...) o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos. (Lei 12.305, § 6º, 2010)

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos em seu inciso III do 8º artigo aponta a coleta seletiva como um de seus instrumentos, assim como em seu II do § 1º do 18º artigo, diz que os municípios que realizarem a implantação da mesma, com a participação de

cooperativas ou outras formas de associações de catadores, terão prioridade no acesso aos recursos da união. Desse modo, a coleta seletiva é uma possibilidade de ação tanto de redução como de reutilização dos resíduos sólidos, sendo essa uma das exigências para a implantação do PMGIRS. Entretanto, a eficácia da atuação de um programa de coleta seletiva está associada ao pleno funcionamento da coleta convencional, e para que essas aconteçam de maneira adequada e efetiva, se faz necessário um planejamento adequado, que permita a atuação de uma gestão eficiente dos resíduos sólidos.

Um dos grandes desafios para a elaboração de planos de gestão, assim como para o cumprimento de metas no caso da eliminação dos vazadouros, conforme a lei nº 425/14, é a fragilidade econômica dos municípios brasileiros, e conforme Prates (2012), principalmente dos pequenos com menos de 50 mil habitantes, nesses casos, os consórcios intermunicipais se apresentam como uma ferramenta eficiente no que tange o financiamento das políticas públicas locais.

Os consórcios intermunicipais na implementação de políticas públicas para a gestão ambiental

A gestão ambiental é ampla e, com certeza, não será abordada de maneira integral neste trabalho, tendo em vista que o mesmo se baseará em ações que se voltem a gestão de resíduos sólidos em municípios do Brasil. Secchi (2010) aponta que as políticas públicas existem com a função de sanar problemas, nesse caso, os ambientais, de tal modo que o autor determina como problema a diferença existente entre a real situação e a ideal de um determinado contexto.

É importante deixar claro que a problemática ambiental se tornou uma questão eminentemente política, conforme Leff (2001), as questões de cunho ambiental estão à mercê de interesses, onde a resolução dos mesmos fica na dependência de visualização política e de preferências econômicas.

Nesse sentido e de acordo com Secchi (2010), o problema passa a ser visualizado e manipulado como matéria prima para gerar vi-

sibilidade política, assim passa a despertar interesses de agentes políticos, empresas e instituições, entre outros possíveis atores sociais.

De acordo com Broietti (2015), em relação à política pública ambiental, esta se concentra em uma instituição que deve criar normas, secretarias, agências municipais e estaduais, programas e planos. Essas ações, por sua vez, geram impactos econômicos nas unidades federativas, as quais devem proporcionar o desenvolvimento sustentável. Conforme o artigo 225 da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988)

É de responsabilidade de todos garantir a sustentabilidade, conforme Broietti (2015), o Estado como representante da sociedade é quem deve garantir a preservação e o acesso à qualidade de vida a partir do meio ambiente, tanto para as presentes como para as futuras gerações.

Entretanto, foi apenas após a década de 1970, que as discussões em relação às questões ambientais tornaram-se proeminentes, a partir de eventos como o clube de Roma (1972), a Conferência da ONU sobre meio ambiente em Estocolmo (1972), a partir de pressão internacional, fizeram com que as políticas públicas nacionais se voltasse em prol da manutenção do meio ambiente.

Conforme Souza (2006), foi a partir da pressão internacional que o Brasil passou a adotar políticas ambientais que buscassem instrumentos legais a proteção ambiental visando o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Little (2003), as políticas ambientais são “o conjunto de normas técnicas e sociais, estabelecidas por uma coletividade pública a serem utilizadas na administração do domínio público” (Little, 2003, p. 17) que tem por objetivo manter e garantir o meio ambiente saudável a todas as pessoas.

Leme (2010) aponta que a criação e a manutenção das políticas públicas de cunho ambiental devem estar em sintonia entre as

escalas da união, estado e municípios, buscando assim um padrão de gestão ambiental garantindo uma política ambiental coerente.

A Constituição Federal (CF) (1988), a partir dos artigos 1º e 18, descentralizou a atuação referente às políticas ambientais e atribuiu também aos municípios a responsabilidade sobre o meio ambiente, dando aos mesmos a liberdade para legislar sobre seus limites geográficos. Entretanto, é no artigo 23º da CF (1988) que fica clara a função dos municípios, os quais ficam encarregados conforme os incisos, “VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição a qualquer de suas formas; VII – preservar as florestas, a fauna e a flora; [...]” (Brasil, 1988).

Nesse sentido, Broietti (2015) aponta que em decorrência dessa nova responsabilidade, os municípios necessitam elaborar e instituir órgãos que auxiliem na prevenção e manutenção do meio ambiente, por isso foram criados órgãos como Conselho Municipal do Meio Ambiente, Fundo Municipal do Meio Ambiente, etc.

Consequentemente, ocorreu também o aumento das despesas públicas municipais, as quais segundo Lima (2003) não foram acompanhadas da mesma maneira pelo aumento das receitas dos municípios. Sendo assim, Calderan (2013) aponta que novas estratégias tiveram que ser tomadas para compensar os baixos recursos destinados aos municípios, essas se pautaram em buscar soluções para a implementação e cumprimento eficiente das políticas públicas necessárias, utilizando a associação de governos intermunicipais, chamadas de consórcios intermunicipais, para a prestação dos serviços necessários. A união entre municípios, conforme Lima (2003) pode ocorrer em decorrência a problemas que ultrapassem as fronteiras territoriais e que sejam comuns entre cidades vizinhas.

Normalmente, as pequenas cidades recorrem aos consórcios intermunicipais para a manutenção dos serviços necessários, conforme Endlich (2007), é a insuficiência para manter serviços das pequenas cidades que levam ao debate sobre articulações, buscando a união dos mesmos para viabilizar e suprir as necessidades daqueles espaços.

De acordo com Pehouskei e Martini (2010), os consórcios são mantidos financeiramente pelos municípios que os constituem, de forma que os valores podem ser iguais a todos ou podem variar de acordo com fatores, como número de habitantes e a demanda de uso dos bens e serviços, que podem alterar a receita de cada município.

Os consórcios públicos intermunicipais estão resguardados pela Constituição Federal no artigo 241,

A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, bens e serviços e pessoal necessários à continuidade dos serviços transferidos. (Brasil, 1988)

De acordo com Broietti (2015), os mesmos podem se dar de maneira horizontal, sendo a relação entre entidades de mesma escala como município-município, estado-estado, ou de forma vertical, sendo a relação entre escalas, como estados-municípios ou união-estados.

Endlich (2018) aponta que os consórcios intermunicipais é a formalização das cooperações intermunicipais pelo Brasil, por se apresentarem como um instrumento mais flexível, permitindo a cooperação entre mesma escala ou em níveis escalares, esses de natureza pública ou privada.

Como disposto, os consórcios intermunicipais atuam de forma horizontal ou vertical a fim de atender as políticas públicas que não seriam possíveis de serem realizadas se os municípios atuarem sozinhos.

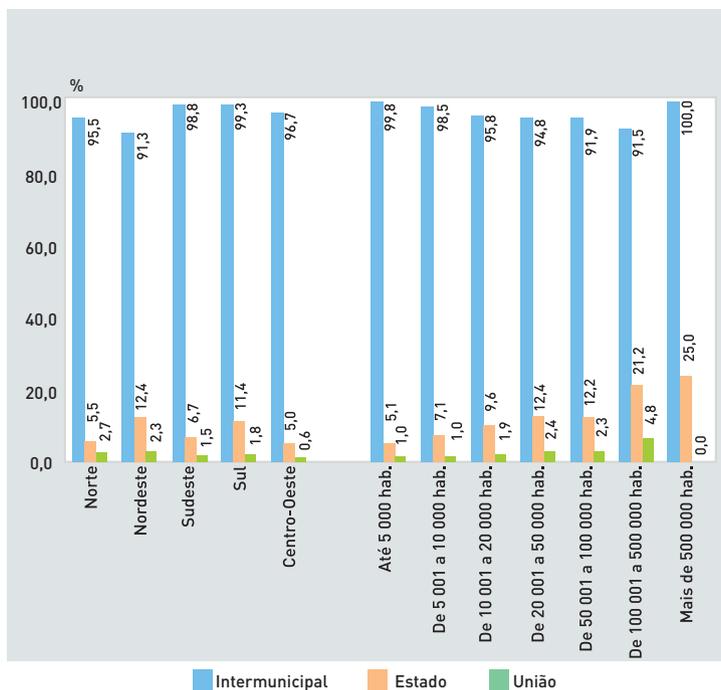
Segundo IBGE (2011) foi a partir da década de 1980 que os consórcios intermunicipais ganharam estímulos, a partir das políticas de descentralização, já expostas aqui, a partir do artigo 23º da CF.

Os consórcios intermunicipais, de acordo com Pehouskei e Martini (2010), se destacam tanto nacional como internacionalmente, principalmente em áreas como a da saúde, meio ambiente e da geração de empregos.

Conforme IBGE (2016) a região sul do Brasil, na qual o estado do Paraná se insere é uma das regiões destaques em relação

aos consórcios públicos intermunicipais, sendo a primeira nesse setor conforme Gráfico 1.

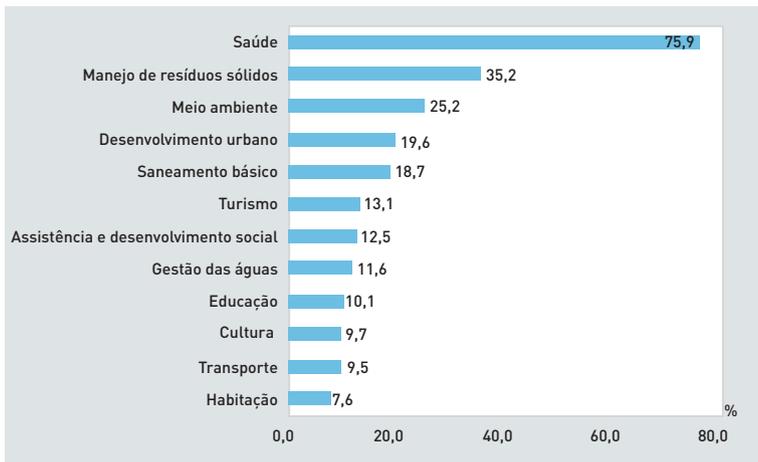
Gráfico 1. Percentual de municípios com consórcios públicos, por tipo de parceria, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios -2015



Fonte: IBGE, 2016.

Neste mesmo relatório, o IBGE (2016) apontou que o manejo de resíduos sólidos é a segunda no *ranking* das áreas de atuação na lista dos municípios que participam de consórcios intermunicipais no Brasil. (Gráfico 2)

**Gráfico 2. Percentual de municípios com consórcios públicos
segundo a área de atuação – Brasil - 2015**



Fonte: IBGE, 2016.

Observamos que a obrigatoriedade da eliminação dos lixões pelo território nacional, em um primeiro momento estabelecido até 2014 pela PNRS (Lei 12.305/10) e, posteriormente, prorrogado de acordo com a característica de cada município pela Lei nº 425/14 do senado, que impulsionou o crescimento de consórcios municipais relacionados à gestão de resíduos. Fato esse apontado também por Saffer *et al.* (2014) ao destacar que a determinação sobre a extinção dos vazadouros surge como um grande desafio aos municípios, em especial aqueles de pequeno porte, apresentando o artigo nº 52 do Decreto nº 7.404/10 como uma saída ao proposto, o qual possibilita a gestão compartilhada e consorciada dos resíduos sólidos, e determina que os seguintes serviços podem ser submetidos a esse modelo de gestão: os serviços de coleta e destinação final, aterros intermunicipais, serviço de coleta de resíduos da saúde e para Central de Triagem/ Reciclagem.

Nesse sentido, o presente trabalho realizou um estudo dos consórcios intermunicipais, Coripa – Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência

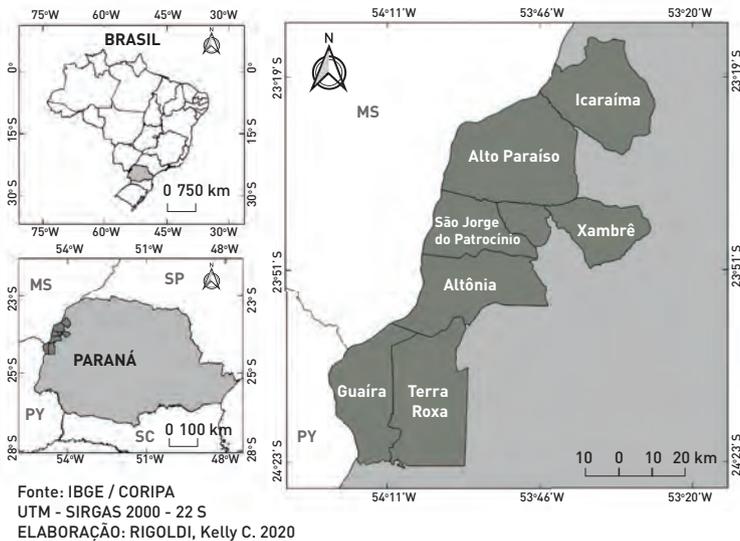
que dispõe de projeto sobre Plano de Gestão de Resíduos sólidos, e sobre o Comafen Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná que possui projeto referente a readequação de aterros, ambos consórcios se localizam no Paraná, estado que se destacou em cooperações intermunicipais conforme IBGE (2016).

O Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência (Coripa) e sua atuação na gestão de resíduos sólidos

O Coripa – Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência – foi instituído em 1995 a com sede no município de São Jorge do Patrocínio. Num primeiro momento surgiu a partir da união dos municípios de Altônia (20.516 hab.¹), São Jorge do Patrocínio (6.041 hab.) e Alto Paraíso (3.206 hab.). Posteriormente, em 1997 e em 2005, outros municípios que compõem se associaram, sendo eles Icaraíma (8.839 hab.), Guaíra (30.704 hab.), Xambê (6.012 hab.) e Esperança Nova (1.970 hab.), compondo a formação atual de que abrange mais de 77 mil pessoas (Figura 1).

1. Dados sobre quantidade de habitantes por municípios consultados no IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RfZU6s>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Figura 1. Área de atuação do Coripa no estado do Paraná



Elaboração: Kelly C. Rigoldi, 2020.

Observa-se que as atividades propostas e realizadas pela cooperação intermunicipal vão desde ações de educação ambiental, consultoria, até a execução de planos que auxiliem na oferta de serviços básicos, como a gestão de resíduos.

Esse consórcio está dentro das tendências nacionais, primeiro por se tratar de uma cooperação intermunicipal, e segundo por atuar em atividades de manejo de resíduos sólidos e meio ambiente.

De acordo com Broietti (2015), todos os municípios que integram a cooperação intermunicipal possuem o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos desenvolvido pelo Coripa, mas, a execução do mesmo, ou seja, as atividades referentes a reciclagem e coleta dos resíduos sólidos fica sobre a autonomia dos municípios

A organização política e administrativa do Coripa, de acordo com o Estatuto Consolidado (2017), conta com: o Conselho de Prefeitos, o qual tem por presidente e vice-presidente um dos prefeitos dos municípios integrantes que é eleito a cada dois anos e

pode ter uma reeleição, esse conta com um vice-presidente; possui também um Conselho Fiscal, constituído por um representante de cada município, indicado pela câmara de vereadores, o qual possui um presidente e um vice que são eleitos a partir das mesmas regras dos de conselho de prefeitos; Secretaria-Executiva, que é composta por um secretário-executivo, indicado pelo conselho de presidentes, e amparado por apoio técnico e administrativo; além desses possui um Chefe de Planejamento e Gestão o qual fornece suporte na implementação das unidades de conservação; Chefe de Infraestrutura e Logística responsável por desenvolver planos e projetos de infraestrutura e logística; Chefe de Licenciamento e Fiscalização atuando na coordenação e controle das ações de fiscalização, licenciamento e monitoramento das atividades desenvolvidas; e, por fim, um Assessor Administrativo Interino.

É importante salientar que o Coripa não surgiu com foco na resolução de problemas ambientais relacionados à gestão de resíduos sólidos, no entanto, a partir da existência deste consórcio vislumbrou-se a possibilidade de desenvolver projetos que levassem à solução dos problemas decorrentes dessa atividade. Atualmente, todos os municípios que integram o consórcio possuem a partir de um projeto conjunto Plano de Gestão de Resíduos, bem como a atuação da gestão desses.

De acordo com Broietti (2015) para além das atividades diretas em relação aos resíduos sólidos, uma parceria entre o Coripa e o ICMBio resultou no projeto RIO + LIMPO, que tem como objetivo reduzir a quantidade de resíduos dispostos nas ilhas do Parque Nacional de Ilha Grande.

De acordo com o Coripa ([s.d.], O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos tem como objetivo, contribuir para a redução da geração de resíduos sólidos nos municípios que integram o consórcio, orientando o correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Os projetos de educação ambiental são grandes aliados das atividades do consórcio, os quais promovem palestras em escolas demonstrando a importância da destinação e separação adequada dos resíduos.

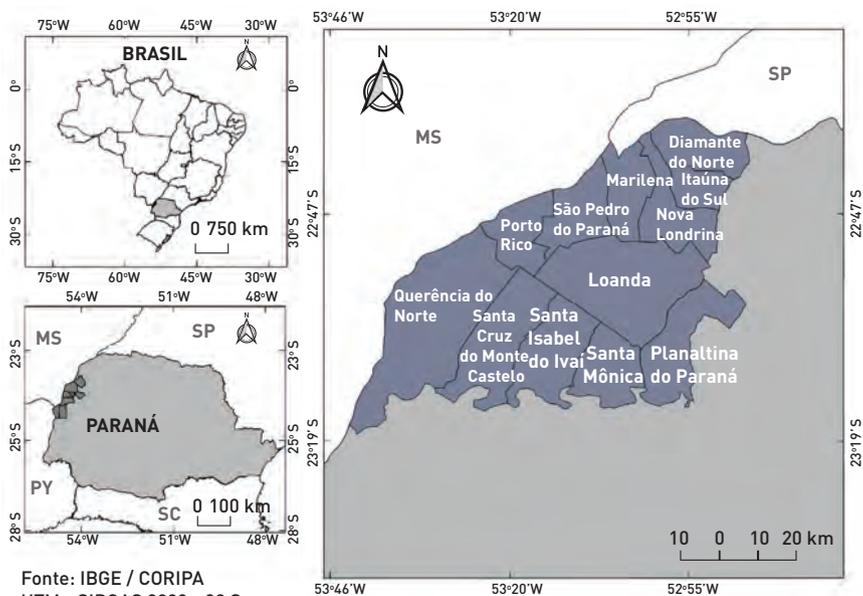
Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná (Comafen) e sua atuação na gestão de resíduos sólidos

O Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná – Comafen, surgiu em 1998, logo após a implementação da APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, com o objetivo de atribuir maior atenção ao manejo dessa área, além daqueles atribuídos às entidades públicas.

A princípio resultou da união de seis municípios. Atualmente possui 12 municípios, sendo esses: Santa Cruz de Monte Castelo (8.092 hab.), Diamante do Norte (5.516 hab.), Nova Londrina (13.067 hab.), Querência do Norte (11.729 hab.), Marilena (6.858 hab.), Itaúna do Sul (3.583 hab.), Loanda (21.201 hab.), Planaltina do Paraná (4.095 hab.), Santa Mônica (3.051 hab.), Porto Rico (2.530 hab.), Santa Isabel do Ivaí (8.760 hab.) e São Pedro do Paraná (2.491 hab.), atendendo a mais de 90 mil² habitantes (Figura 2).

2. Dados sobre quantidade de habitantes por municípios consultados no IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RfZU6s>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Figura 2. Área de atuação do Comafen no estado do Paraná



Fonte: IBGE / CORIPA
 UTM - SIRGAS 2000 - 22 S
 ELABORAÇÃO: RIGOLDI, Kelly C. 2020

Elaboração: Kelly C. Rigoldi, 2020.

Em relação a organização político administrativa do consórcio, este possui: conselho de prefeitos, o qual é presidido pelo Presidente, sendo esse um dos prefeitos dos municípios integrados, eleito por um mandato de dois anos com possibilidade de reeleição; conta também com conselho fiscal, responsável por auditar, com um representante de cada município, indicado pela câmara de vereadores; assim como uma secretaria executiva, formada por um coordenador geral, o qual recebe apoio técnico e administrativo.

Conforme o estatuto do Comafen (2009) aponta como finalidade a representação conjunta dos municípios consorciados, assim como planejar e executar programas e medidas que se comprometam a conservar e preservar as áreas associadas ao Rio Paraná, assim como promover o desenvolvimento socioeconômico-cultural a partir de um zoneamento da APA.

Nesse sentido, o Comafen possui diversos projetos, com objetivo de atender às finalidades propostas, sendo esses:

- Projeto Óleo de Cozinha Usado (que recolhe e destina adequadamente esse tipo de resíduo);
- Plano de Manejo da Fazenda da Mata, Querência do Norte;
- Projeto Sisleg (objetiva regularizar a documentação da reserva legal dos pequenos proprietários do Corredor Caiuá Ilha Grande, na área do Comafen);
- Readequação dos Aterros e Implantação de Compostagem;
- Arborização Urbana;
- Prasa (experimental, busca recuperar a margem esquerda do Rio Paraná).

Diante destes, observamos novamente a presença de temáticas de destaque nacional na composição de consórcios e cooperações intermunicipais, sendo o meio ambiente e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Em relação aos resíduos, identificamos dois projetos: o projeto de recolhimento de óleo de cozinha, que compõe um resíduo danoso ao meio ambiente, e principalmente o de readequação dos Aterros e Implementação de Compostagem.

O projeto de recolhimento de óleo de cozinha é realizado em parceria com empresa privada, que a partir da distribuição de pontos de recolhimento, faz a destinação adequada desse material, visando diminuir os danos ao meio ambiente pelo descarte inadequado do mesmo. Conforme a Comafen, o município de Santa Cruz do Monte Castelo foi o primeiro na execução do projeto.

Em relação ao projeto de Readequação dos Aterros e Implantação de Compostagem, esse tem por objetivo estabelecer um meio para a implementação de compostagem, a qual poderá ser utilizado para fertilização do solo, e para aqueles resíduos não passíveis de compostagem e não recicláveis a disposição adequada em aterro sanitário, a fim de minimizar os impactos ambientais.

Com sede em São Pedro do Paraná, a distribuição espacial dos projetos acontece conforme disponibilidade de espaços e infraestrutura, o aterro sanitário fica localizado no mesmo município.

Assim como aconteceu no Coripa, o Comafen não tinha como objetivo inicial a resolução de problemas relacionados à gestão de resíduos, no entanto, a partir das exigências federais e estaduais, o consórcio surgiu como uma forma de solução desse problema que afeta todas as cidades em diferentes níveis.

Considerações finais

A partir dos levantamentos realizados para a elaboração deste trabalho, concluímos que no estado do Paraná, há exemplos claros de cooperações intermunicipais, ou como são mais conhecidas, consórcios intermunicipais, que atuam em segmentos de destaque nacional.

Conforme constatado, as temáticas ambientais e de gestão de resíduos são as primeiras colocadas em área de atuação nacional, os resíduos sólidos despertaram nestes principalmente após a exigência de adequações ao Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos e pela inviabilidade econômica individual de cada município.

Observamos que ambos os exemplos destacados neste trabalho atuam nesse setor, em relação a gestão de resíduos, e a atuação vai desde a elaboração e adequação jurídica, até a execução de atividades como no caso da Comafen e do projeto RIO + LIMPO do Coripa em parceria com o ICMBio.

Nesse sentido consideramos os consórcios públicos intermunicipais, como uma ferramenta importante para a viabilização da atuação dos municípios em serviços e equipamentos que são de suas responsabilidades, principalmente para aqueles de pequeno porte que não possuem receita suficiente para implementação de maneira independente.

Referências

BRASIL. **Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Brasília, DF: Palácio do Planalto. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xCriCF>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BROIETTI, Cleber. **Gastos Públicos Ambientais dos Municípios do Consórcio Intermunicipal Coripa**: Estudo das Influências de Ações Originadas em Laços Sociais. 2015. 131f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <https://bit.ly/3YGMWBI>. Acesso em: 16 nov. 2022

CALDERAN, Thanabi Bellenzier. **Consórcio público Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Domésticos**: um estudo de caso. 2013. 224f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado. Disponível em: <https://bit.ly/3lyCu0r>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ – Comafen. **Estatuto – 3ª Alteração**. Comafen: São Pedro do Paraná, 2009.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA – Coripa. **Estatuto consolidado**. Coripa: São Jorge do Patrocínio, 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA – Coripa. **Projetos**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.coripa.pr.gov.br/projetos.php>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ENDLICH, Angela Maria. Cooperações intermunicipais em áreas não metropolitanas. **Redes**: Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 95-116, 2018.

ENDLICH, Angela Maria. Gestão territorial compartilhada em espaços não-metropolitanos. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, vol. XI, núm. 245 (64), 2007. Disponível em: <http://bit.ly/3IcHW0P>. Acesso em: 03 abr. 2020.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

- IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LEME, Taciana Neto. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 35, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3laNEjz>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- LIMA, J. D. **Consórcio de desenvolvimento intermunicipal**: Instrumento de integração regional. Rio de Janeiro: ABES, 2003.
- LITTLE, Paul. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**: Análises instrumentos e experiências. São Paulo: Instituto Internacional de Educação no Brasil (IIEB), 2003.
- MENDONÇA, Francisco (org); MONTEIRO, C. A. F. *et al.* **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORAES, Eliene. **Diagnóstico da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de sete municípios da região metropolitana de Maringá, Paraná**. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- PEREHOUSKEI, N. A. MARTINI, V. A. da S. Os Consórcios Intermunicipais: Organização, Experiências e Perspectivas. **Geoiंगा**: Maringá, v. 2, n. 1, p. 64-82, 2010.
- PRATES, Â. M. Q. Os consórcios públicos municipais no Brasil e a experiência europeia: alguns apontamentos para o desenvolvimento local. Congresso Consad de Gestão Pública, III, 2012, Brasília. **Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública** Disponível: <http://bit.ly/3S9zRyj>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ROSA, Josiane Cláudia Sales; *et al.* O acúmulo de lixo no aglomerado da Serra: uma visão de comunidades do entorno do Parque Municipal das Mangabeiras. **Revista Sinapse Ambiental**: Minas Gerais, v. 7, n. 2, p. 27- 45, 2010.
- SAFFER, Mario; *et. al.* **Boas Práticas Brasil e Espanha sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos com Foco na Coleta Seletiva, Reciclagem e Participação dos Catadores**. Brasília-DF: Editora IABS, 2013.

Paulo Fernando Jurado da Silva | Giovane Silveira da Silveira |
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli | Maria José Martinelli Silva Calixto (Orgs.)

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

SUSTENTABILIDADE E SUAS CONEXÕES COM O EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO: REFLEXÕES PARA O TURISMO EM UMA CIDADE GÊMEA

*Brandon Chagas Lima
Eliana Lamberti*

Introdução

Não é possível pensar políticas e propostas de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul sem que a condição de fronteira internacional seja efetivamente incorporada no planejamento. Dos 79 municípios, 44 encontram-se em área caracterizada pela condição fronteiriça. Na linha de fronteira, especificamente, são 12 municípios e cada um com seu conjunto de especificidades, problemas e perspectivas. Destes, destaca-se o município de Ponta Porá que, de acordo com os dados para 2019, ocupa a 5ª posição em número de habitantes, 31ª posição em termos de PIB per capita e 53º em salário médio mensal entre os demais municípios sul-mato-grossenses.

Localizado num território de fronteira internacional cuja dinâmica social, econômica e ambiental é bastante “viva” (Oliveira, 2005), caracterizada pela condição de cidade gêmea com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero, é palco de muitos desafios em se tratando de políticas públicas capazes de superar os desafios para a efetiva promoção do desenvolvimento regional e sustentável. Em geral, o planejamento público se concentra na temática de segurança pública e no combate ao contrabando que utiliza dessa

fronteira como uma rota viável para os fluxos de toda ordem (como drogas, veículos roubados, lavagem de dinheiro). Ademais, Ponta Porã é, para fins administrativos e políticos da gestão estadual, uma referência regional, especialmente em se tratando das ações e infraestrutura voltada para a saúde e educação.

A reexportação e o turismo de compras se fazem presentes na dinâmica econômica local possibilitando uma série de interações, trocas e desafios. A conjuntura econômica e cambial é cotidianamente percebida neste território, especialmente por sua natureza geopolítica binacional. O objetivo do presente texto é refletir sobre a inserção de uma agenda voltada à sustentabilidade para a lógica turística deste território tão peculiar. De modo a contemplar tal proposta, a estratégia metodológica escolhida corresponde à revisão de literatura, especialmente da área da administração, que permitiu amadurecer o entendimento e alinhamento entre os conceitos e perspectivas da sustentabilidade (com ênfase na gestão de negócios), do empreendedorismo e da inovação por meio da Responsabilidade Social Corporativa. Na sequência, a especificidade da fronteira foi abordada a partir da concepção de território turístico com potencialidades para dialogar com um conjunto de elementos e indicadores para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável e sustentada.

Conceitos e perspectivas

A sustentabilidade apresenta-se enquanto um desafio para os empreendimentos (Orsato, 2006) que buscam construir um planejamento voltado às práticas responsáveis que caracterizam a sustentabilidade empresarial e a responsabilidade ambiental (Schneider, 2014). Para relacionar a sustentabilidade, o empreendedorismo e a inovação, é necessário partir da compreensão da proposta de Responsabilidade Social Corporativa.

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) incorpora as perspectivas éticas, legais, econômicas e discricionárias¹ na ótica

1. No que tange a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), as expectativas discricionárias dizem respeito as atividades de cunho filantrópico das organi-

das organizações. A RSC pode ser compreendida enquanto uma medida instrumental que auxilia no processo de implantação da sustentabilidade na gestão, ou ainda, enquanto a junção de processos de gestão agregados a certas políticas no sentido de alcançar a sustentabilidade em seus aspectos econômicos, social e ambiental (Schneider, 2014). A sustentabilidade na gestão de negócios é observada enquanto elo estratégico dentro das atividades e processos da organização, ao mesmo tempo em que conservam, resguardam e recuperam os recursos humanos e naturais, que são fundamentais para a construção do futuro (Goyal; Rahman; Kaszmi, 2013).

Nesse contexto, o conceito de sustentabilidade empresarial busca incorporar os preceitos do desenvolvimento sustentável dentro do campo organizacional. Uma conceituação precisa e universal sobre a sustentabilidade ainda é inexistente. Um aspecto consensual se refere a internalização aos propósitos organizacionais de cunho econômico, o ambiental e o social, de modo a contemplar de forma eficaz: a equidade social tendo em vista a responsabilidade social corporativa; a integridade ambiental através da gestão ambiental e o desenvolvimento econômico que se daria através da geração de valor. O processo que compreende o relacionamento destas concepções é complexo, contempla vários elementos e possuem interesses específicos (Schneider, 2014).

Cabe às organizações articularem as suas ações, manifestando plena responsabilidade quanto aos impactos gerados dentro do meio social e ambiental. Por meio do qual, estas têm de elaborar estratégias que melhor contemplem os princípios da sustentabilidade dentro dos processos de gestão, voltando-se para as preocupações com o meio e os recursos, as formas positivas de exercer algum tipo de influência para com as comunidades ao seu redor e dessa maneira se desenvolver conjuntamente em relação aos aspectos econômicos (Van Velsor; Quinn; Dalton, 2009).

Schneider (2014) discorre sobre os modelos de negócios sustentáveis, uma vez que esses, igualmente apresentam uma composição

zações, pairando sobre o desejo comum de que dadas empresas encontrem-se ativamente relacionadas e de forma a contribuir com o âmbito social.

sistêmica, de maneira que os fatores econômicos, sociais e ambientais se encontram em constante interação, em proposição de longevidade, no que tange a preocupação com as diferentes gerações que irão compor esta dinâmica. Para que as organizações consigam incorporar as adversidades de se inserir na lógica do desenvolvimento sustentável, necessitam de informações quanto ao processo decisório e da configuração como os mesmos são tomados na rotina dos negócios. Tem-se então a colaboração de indicadores contábeis, e estimativas baseadas nas percepções quanto ao negócio, pelas partes de interesse.

Dada uma visão com enfoque maior para as ações organizacionais que buscam incorporar os preceitos da sustentabilidade a sua cultura, é possível observar que nem sempre as ações demonstram o que de fato está sendo idealizado pela empresa. Quanto a esta afirmativa, Almeida (2009) trata de dois processos muito comuns nas organizações, a “mitigação” e a “adaptação”, por meio dos quais, na mitigação ocorre a eliminação e redução dos resíduos responsáveis por promover impactos, e a busca por melhores meios e recursos utilizáveis; já na adaptação as empresas se atêm aos percalços que possam vir a se suceder pelo caminho. Em outras palavras, no processo de mitigação acontecem ações que de fato impactam e lidam com a raiz do problema, já na adaptação, apenas se lida com as intercorrências durante a sua jornada.

As pressões enfrentadas pelas organizações quanto aos aprimoramentos na esfera sustentável e financeira trazem à tona também os interesses e fatores internos por trás desse ciclo de reestruturação, como a máxima eficiência no processo produtivo através da otimização do tempo e recursos, o incremento de inovações tecnológicas que irão pautar-se na proteção dos ecossistemas² e no uso consciente de materiais, tal como os fatores de influência externos, embasados nas regulamentações e na prospecção da imagem da empresa, que influencia diretamente sobre as suas receitas (Wang; Li; Sueyshi, 2014).

2. O conceito de ecossistema ganha projeção dentro do campo da teoria organizacional, bem como na gestão estratégica preconizando que um ecossistema na gestão evolui com o tempo, promovendo interações de interdependência entre as organizações, mesmo sem a presença de uma relação contratual.

Tem-se neste ponto empresas que se articulam priorizando estratégias sustentáveis, pois observam nestas práticas possibilidades de alavancar o seu lucro e agregar valor à sua imagem, melhorando as suas receitas e trabalhando de forma mais eficaz os custos relacionados ao processo de produção. Não se trata apenas de uma forma de redução dos custos e campanha de marketing, mas um processo integrado que objetiva proporcionar ganhos conjuntamente nas esferas social, ambiental e econômica, produzindo uma forma de utilização dos recursos mais consciente. Pois, neste sistema os dispêndios com ações sustentáveis e o incremento de políticas que as auxiliem são convertidos em uma menor produção de resíduos e na melhoria dos processos de gestão como um todo (Cowan *et al.*, 2010).

As agendas governamentais e organizacionais há muito tempo já incorporam os conceitos de sustentabilidade e inovação no cotidiano e na articulação de estratégias, tendo-se em vista a necessidade de aprimoramentos que trouxessem maior eficiência nos processos produtivos. Por outro lado, as recorrentes pressões com enfoque nas regulações de fiscalização ambiental exigem adequações e o uso de recursos de forma mais consciente, garantindo que as gerações futuras também se utilizem dos mesmos recursos (Cmmad, 1991).

As duas tipologias, tanto da sustentabilidade quanto da inovação, não se mostram tão distantes. Os conceitos se inter-relacionam em várias áreas temáticas de estudo, como na gestão ambiental, nas teorias de inovação pró-desenvolvimento sustentável, ou mesmo na ecologia industrial (Ferrão, 2009), transpondo uma linha de pensamento que advém das ciências ecológicas, sob o prisma da reutilização, das medidas preventivas a poluição, e durabilidade das mercadorias industriais (ISO 14040, 2006).

Desse modo, as duas concepções convergem e relacionam-se, propondo respostas conexas tanto na inovação característica como a tradicional ou incremental (Shumpeter, 1942), quanto nos moldes de inovação mais aberta ou radical (Chesbrough, 2006). Podem ser encontradas soluções eficazes e inovadoras para os problemas do setor organizacional, ou ainda resultar na criação e construção

de novos moldes de cultura organizacional, pautados na responsabilidade ecológica e social, e estabelecendo uma relação de caráter mais abrangente entre a inovação e a sustentabilidade, por meio do qual uma agrega positivamente no crescimento da outra, trazendo ganhos para o empreendimento e para o meio que o circunda. Portanto, o processo decisório deve se dar por uma gestão mais consciente, que observe na mudança estrutural, não apenas um modelo de produção mais eficiente, mas uma estratégia de múltiplos benefícios, que se direcionam as comunidades que interagem nesse ciclo e amenizam os impactos das empresas (Schneider, 2014).

O empreendedorismo, assim como os termos anteriormente apresentados, não apresenta uma conceituação única e universal, sendo atrelado às teorias que foram surgindo. *Entrepreneur* trata-se de uma palavra francesa que pode ser traduzida como intermediário, tem-se então o empreendedor enquanto aquele que se propõe ao novo, mediante os riscos que podem surgir. Logo, o conceito do “ser empreendedor” pode ser melhor compreendido quando atrelado a ótica corporativa e administrativa (Hisrich; Peters; Shepherd, 2009).

No tocante a temática do empreendedorismo, são vários os conceitos disponíveis, com origens e definições das mais variadas. Pesquisas em outras áreas do conhecimento acabam por prover outras terminologias para o empreendedorismo, no entanto, comumente são encontrados elementos econômicos e sociais, e perspectivas que permeiam as áreas da Sociologia, Psicologia, Economia e Administração.

McClelland (1972) buscou fazer uma correlação entre o empreendedor e a procura pelo sucesso, onde define segundo as suas pesquisas que uma forte característica do empreendedor se encontra na necessidade de realização atrelada ao reconhecimento, desejo de controle, trazendo para a análise um conjunto de características psicológicas e comportamentais que norteiam o comportamento empreendedor. Slevin e Covin (1990) retratam o empreendedorismo como oriundo de comportamentos que se predispõem ao risco, ou seja, existe uma dada opção por projetos e negócios de alto risco, cuja característica empreendedora se mostra de forma proativa e estimulante

na execução de ações e obtenção de resultados. Para Dornelas (2001) o empreendedor é aquele que identifica uma oportunidade, e estipula uma estratégia com a finalidade de capitalizá-la, se propondo a assumir um risco calculado, dispondo dos recursos a sua volta de maneira criativa, objetivando impactar e transformar o meio socioeconômico ao qual se insere, e motivado a alcançar resultados com o seu negócio.

O teórico cuja referência é clássica e obrigatória nesta temática, é o economista austríaco Joseph Schumpeter (1997) que inaugurou a discussão sobre a importância dos empreendedores no processo de desenvolvimento econômico, por meio de sua iniciativa, predisposição a assumir e enfrentar riscos, gera a destruição criativa e, portanto, a inovação. Em suas obras, o economista discute o desenvolvimento econômico sob as premissas do empreendedorismo, dando ênfase quanto à necessidade do surgimento de capacidades empreendedoras por meio de condições e ambientes propícios as mesmas. O autor trata ainda do processo de inovação, enquanto forma de “desconstrução” das bases estruturais comuns, por meio do qual surgem os empresários inovadores, que perpassam estes atributos em meio ao contexto da dinâmica capitalista. Inovação, para Schumpeter (1997), decorre de uma nova combinação de recursos produtivos e defende que o desenvolvimento econômico é direcionado pela inovação por meio de uma dinâmica em que as novas tecnologias substituem as antigas, em que há o fazer as coisas diferentemente da forma como era feito antes e a consequente desistência de práticas e produtos antigos e obsoletos, em um processo denominado ‘destruição criadora’³.

Logo, não basta estar disposto assumir riscos e possuir pensamentos inovadores, o empreendedorismo, encontra-se alinhado em um processo dinâmico com outras áreas, necessitado de plane-

3. Termo criado por Schumpeter, com a finalidade de descrever as dinâmicas inovativas do mercado, cujo surgimento de novas tecnologias, seguidas pelo aumento do capital e trabalho demonstram um cenário trazido por empresários inovadores que conseguem alocar produtos com certas vantagens competitivas, quando comparado aos seus concorrentes que não conseguiram acompanhar o processo de avanço tecnológico.

jamento e acompanhada para que as ideias possam ser bem executadas. A inovação apresenta-se enquanto proposições de melhoria e eficiência dentre o setor organizacional (Chesbrough, 2006), de forma a propor uma correlação entre os aprimoramentos da gestão e o vínculo com a sustentabilidade empresarial.

Conforme Tidd, Bessant e Pavitt (2008), inovação é algo novo que associe valor social ou riqueza, é a evolução de novos princípios que asseguram ou ampliam a posição competitiva de uma organização (gerando lucro). Segundo Kotler e Bes (2011), a inovação igualmente deve ser compreendida como o progresso de uma cultura de inovação no interior da organização, que é aquilo que consente elaborar e levar ao mercado um fluxo constante de inovações menores e incrementais.

O turismo na fronteira

O turismo em Mato Grosso do Sul, enquanto objeto de análise, foi contemplado por diversas pesquisas⁴. A riqueza cultural da fronteira, dinâmica territorial e desafios, sob o véu do arcabouço teórico do Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, podem ser compreendidos pela ótica da gestão das políticas públicas para o meio ambiente (Brito, 2018), pela transformação do espaço urbano e direito à cidade (Souza, 2019), pelo papel da cultura árabe no desenvolvimento local (Balbuena, 2020), pela lógica da industrialização através das Maquiladoras (Godoy, 2020), pelo encarceramento feminino (Adamowski, 2019), pelo movimento migratório de estudantes de medicina (Melo, 2021). Destacam-se ainda publicações que representam as diferentes abordagens investigativas em torno do Turismo e que enfatizam a especificidade fronteiriça, como Anunciação (2016); Baptista (2016), Pereira (2016), Chaparro (2017)⁵.

4. Tanto em nível de mestrado (Bennet, 2010; Martins, 2007) como doutorado (Lunas, 2006; Garcia, 2013; Gonçalves, 2016; Dietrich, 2017; Martins, 2018; Silva-Melo, 2020).

5. Estas dissertações estão disponíveis em: <http://bit.ly/3EiQBNU>.

Ponta Porá integra a região turística sul-mato-grossense “Caminhos da Fronteira”, que é formada por nove cidades das quais seis fazem fronteira com o Paraguai. São fortes os laços comerciais, sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios, que mantêm uma convivência pacífica e em harmonia com as diversidades culturais, responsáveis por proporcionar aos turistas uma experiência de contato com uma identidade multicultural e sua diversidade de hábitos e costumes.

O município de Ponta Porá tem seu turismo focado na interação entre a população local e os seus visitantes, basicamente em consequência do turismo de compras ofertado na cidade paraguaia vizinha. Há várias atrações turísticas que se voltam para o Turismo de Aventura, em Parques Ecológicos com trilhas e cachoeiras, Turismo Rural, em sítios e estâncias, Turismo de Contemplação e Étnicos, em morros com inscrições rupestres, Turismo Histórico, monumentos e na própria fronteira seca com o país vizinho, além do turismo de compras. A gastronomia é um atrativo à parte, pois além da culinária típica de todo o Mato Grosso do Sul como o delicioso churrasco com mandioca, a região de fronteira ainda proporciona pratos como a sopa paraguaia (espécie de bolo salgado feito à base de milho, queijo e cebola) e o tereré (bebida feita com mate, água e gelo).

Já a cidade paraguaia contemplada neste trabalho, Pedro Juan Caballero, é a capital do XIII Departamento de Amambay e possui aproximadamente 90 mil habitantes. O território de Pedro Juan Caballero foi sendo construído por diferentes processos como a Guerra do Paraguai, economia ervateira, o comércio e, finalmente, o turismo de compras. De modo geral, o comércio entre cidades-gêmeas e mesmo o contrabando são feições muito comuns em faixas de fronteira pelo mundo afora. Deriva não só do fluxo de bens e pessoas, como da possibilidade de usufruir das facilidades proporcionadas por diferenças de normas entre sistemas territoriais. Uma das mais recentes (segunda metade do século XX) tem a ver com valores diferenciados de moeda, a chamada “economia da arbitragem”, que permite não só o comércio de bens como o comércio de moedas (Sanches *et al.*, 2018).

É o conhecimento da historicidade de Pedro Juan Caballero bem como o método de territorialização que consente o significado de território turístico nesse espaço fronteiriço que, como qualquer outra, possui uma natureza complexa e contraditória. O território turístico de Pedro Juan Caballero foi sendo apresentado na medida em que o turismo foi se ocupando daquele “espaço”. Dessa adaptação, apareceram territorialidades resultantes do uso territorial fronteiriços pela atividade turística. A história do uso espacial e econômico, instalação de infraestrutura para o comércio, imigração, tratamento tributário desigual, presença crescente de visitantes estrangeiros, entre outros, proporcionou um processo gradativo de consolidação, na cidade de Pedro Juan Caballero, da ação turística, estimulando nessa localidade a constituição de um território turístico.

À proporção que o turismo “utiliza” o território fronteiriço, novos vínculos econômicos, sociais, políticos e culturais se constituem. Os habitantes sentem que a ação já faz parte de seu dia-a-dia e do processo da cidade paraguaia.

Indicadores para o turismo sustentável

É sempre relevante que a atividade turística aconteça de modo sustentável e racional, motivando a eficácia econômica com fundamento nas regras de justiça social e equilíbrio do homem com o meio ambiente (Dahl, 1997). Neste cenário, a Organização Mundial de Turismo constatou a carência de gerar técnicas para que a atividade turística se desenvolva não só satisfazendo as necessidades econômicas, mas, principalmente, considerando os valores culturais, sociais, políticos e ambientais (Bossel, 1999). Inquietações conectadas a esses métodos foram expressos na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, assinada em 1980 por 107 países, mostrando a relevância do turismo e da incumbência das nações pelo seu progresso responsável em sociedades modernas (World Tourism Organization, 2019).

Perante o aumento dos obstáculos ambientais e especificados no conceito de progresso sustentável, a Organização Mundial de Turis-

mo, por intermédio de representantes das três câmaras estratégicas (ambiental, social e econômica), elaborou sete princípios com o intuito de direcionar os negócios conectados ao desenvolvimento sustentável, a saber: (1) respeito à legislação atual; (2) garantia dos direitos da coletividade local; (3) manutenção do ambiente natural e sua biodiversidade; (4) importância do patrimônio cultural e dos princípios locais; (5) incentivo ao progresso social e econômico dos caminhos turísticos; (6) garantia da qualidade dos produtos, processos e atitudes; e (7) estabelecimento de planejamento e gestão (Ministério do Turismo, 2007).

Observa-se, contudo, que a elaboração de um conjunto de indicadores para o turismo, especialmente os indicadores de sustentabilidade, é uma função complexa. Os principais problemas compreendem: adequação da escala geográfica frente às várias dificuldades locais, regionais e globais; demanda de abordagem global dos setores ambiental, social e econômico; medida da sustentabilidade orientada por um amplo conceito e que trata de várias escalas territoriais além das escalas dos empreendimentos; a conduta relativa que se qualifica por uma escolha melhor ou inferior que pode acontecer em prejuízo uma da outra; solução dos conflitos de interesses da complexa rede que compreende dezenas de esferas da cadeia econômica e que medeiam as iniciativas governamental e privada com propósitos definidos (Salvati, 2004).

As orientações para o desenvolvimento do turismo sustentável abrangem todas as atividades, segmentos e setores da cadeia produtiva. O que se procura com o seu planejamento é a constância entre as dimensões do desenvolvimento sustentável objetivando à garantia de que o turismo se desenvolva de modo sustentável num longo período. A relevância dos indicadores é visualizada quando se verifica a probabilidade de monitoramento da atividade turística, colaborando na expansão da responsabilidade dos atores envolvidos, na ampliação da consciência ambiental e turística, bem como no apoio ao planejamento e às tarefas envolvidas.

A inserção de indicadores de sustentabilidade em metodologias de planejamento turístico representa uma necessidade cada vez mais atual,

auxiliando também no processo de gestão do meio ambiente pelo fato de colocar em evidência o melhor ou pior desempenho das atividades, chamando a atenção para os pontos fracos que necessitam ser melhorados (Catizzone, 2004). É necessário que os dados e indicadores sejam apresentados de modo simples, claro e acessível para que os atores e tomadores de decisão passem se sensibilizar e se conscientizar do quadro socioambiental e econômico ligado direta ou indiretamente ao turismo.

É desejável na agenda do turismo sustentável o reconhecimento de ações e políticas pautadas pelos princípios metodológicos de duas vertentes: a vertente de que é necessário minimizar os impactos negativos causados pelo turismo na sociedade e no ambiente em que se insere; e a vertente que busca ampliar o potencial turístico contribuindo para a construção de uma economia local, promovendo a qualidade de vida das pessoas direta ou indiretamente envolvida e possibilitar, por meio de metodologias científicas, a conservação e/ou preservação dos recursos naturais e culturais.

O modelo proposto neste estudo embasa-se no *Balanced Scorecard* (BSC), enquanto possibilidade de avaliação dos resultados. Este método surgiu nos anos de 1990 na Harvard Business School, com a proposta de avaliar o desempenho e dessa maneira propor uma visão holística que permitisse o direcionamento das decisões a serem tomadas nas organizações. O BSC é organizado em sete etapas, são elas (Vila; Costa; Rovira, 2010):

- A reconhecimento do que seria a visão organizacional;
- O reconhecimento de quais estratégias seriam utilizadas para que seja possível alcançar esta visão;
- Análise de quais os fatores críticos responsáveis pelo sucesso;
- Definição de indicadores apropriados;
- Avaliação
- Elaboração de planos de ação;
- Monitoramento.

O BSC, desde o seu surgimento tem enfrentado críticas e passado por diferentes readaptações, objetivando contemplar diferentes contextos e realidades. No entanto, o BSC tem demonstrado a sua utili-

dade enquanto a proposição de uma gama de indicadores da relação de causalidade dentre as mais diversas variáveis e os modelos de gestão e vem sendo utilizado em destinos turísticos (como na Espanha).

Vila, Costa e Rovira (2010) em sua discussão tratam da sugestão de um BSC em moldes diferentes. O novo modelo seria mais facilmente aplicado na esfera do turismo, tratando de seis aspectos centrais que devem ser discutidos e lapidados juntamente com a comunidade estudada. São eles:

Quadro 1. Aspectos do BSC voltados para o turismo

ASPECTO	DESCRIÇÃO
Resultados sociais e culturais	Como são percebidos pela comunidade e o seu entorno, seu campo de abrangência ainda pode ir além, chegando a como essa percepção se dá em toda a rede social a qual o destino encontra-se inserido.
Resultado econômico	Arelado a geração de valor que a atividade turística se propõe em dado espaço. Devem ainda, propor a autossustentabilidade por meio de projetos.
Equilíbrio social	Este aspecto diz respeito ao equilíbrio necessário entre a população local e os visitantes, o qual deve considerar a minimização de impactos negativos do turismo em relação ao seu entorno.
Envolvimento	Diz respeito a necessidade envoltura de toda a cadeia produtiva.
Melhoria e ampliação	Este, por sua vez, trata da concepção de ampliação e melhorias pautadas na infraestrutura do local, propondo ainda melhorias em relação a qualidade de vida da comunidade.
Objetivos estratégicos	O tópico em questão trata da atribuição de objetivos estratégicos relacionados a percepção do local como atrativo para o turista, quanto a qualidade, valor agregado, preço, e vivências únicas.

Fonte: Adaptado de Vila, Costa e Rovira (2010).

Partindo desta premissa, o modelo BSC busca analisar possíveis variáveis críticas que possam impactar na performance do destino, vis-

to que, na sua aplicação vários atores do destino estão em constante relação, como o setor público, a comunidade e as organizações para definição de qual seria a missão e visão do objeto quando pensado no turismo, bem como, para que seja possível elaborar um mapa estratégico de projetos. Por isso, ao serem levadas em consideração as variáveis responsáveis por estruturar o desempenho, as questões relacionadas a “localidade” devem ser priorizadas (Castro; Cruz; Guzmán, 2011).

Para elaboração do mapa estratégico, devem ser consideradas as discussões entre os entes que estão participando do projeto, cujos mesmos irão sugerir quais os indicadores mais adequados a serem utilizados e a relação com os aspectos deste modelo de BSC.

Enquanto marco responsável por estabelecer os parâmetros junto a indicadores propostos, apropriou-se como base o modelo adotado por Hanai (2009) por meio dos quais, é possível analisar a sustentabilidade no turismo. Dentre as dimensões de análise, a que se propusera o autor, tem-se na qualidade de principais indicadores: a dimensão ambiental, socioeconômica, cultural, institucional e turística, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 2. Dimensões e indicadores para análise e desenvolvimento da atividade turística

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiental	Iniciativas voltadas para a educação ambiental e cultural, capacidade administrativa e de gestão ambiental, consumo de energia e água, desenvolvimento sustentável, áreas naturais preservadas, certificação ambiental e/ou turística, melhorias na qualidade do ar e da água.
Cultural	Preservação de patrimônio cultural e local, produtos típicos locais e culturais, manifestações culturais.
Socioeconômica	Satisfação dos residentes locais, disponibilidade de funcionamento de estabelecimentos turísticos, formação de novos estabelecimentos turísticos, inserção dos residentes locais nas atividades turísticas, trabalho, distribuição de renda, competitividade do destino.

Turística	Capacidade de alojamento total para turistas, capacidade de ofertas de serviços turísticos com base na receptividade e acolhimento do turista, recursos turísticos existentes na localidade, registro e controle de visitação às áreas históricas, potenciais e recursos turísticos existentes, delimitação paisagística e normas estabelecidas para edificações turísticas.
Institucional	Envoltura empreendedores e administradores junto ao setor turístico, capacidade de gestão turística e planejamento para o desenvolvimento do setor, comercialização dos produtos turísticos.

Fonte: Adaptado de Hanai (2009).

É demonstrado, através da proposta acima, alguns possíveis elementos e variáveis que devem compor os indicadores das atividades turísticas. No entanto, para analogia do turismo com ênfase na sustentabilidade, sugere-se o desenvolvimento do BSC com base na visão dos entes que interagem no processo, observando sempre a pré-disposição do destino em questão. Sugere-se que os indicadores sejam elencados às potencialidades a que se destina a área fronteira de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), no caso, para além do comércio de produtos importados.

Portanto, finalizamos a reflexão propondo a conexão entre **capacidade empreendedora** (enquanto disposição dos agentes econômicos de assumir o risco e a verdadeira incerteza ou grupo de pessoas disposto e capaz de transformar uma nova ideia ou invenção em uma inovação bem-sucedida), **destruição criativa** (gerar um produto, ou um novo processo, ou um novo mercado para um produto ou processo existente) e **sistema regional de inovação** (a rede de instituições nos setores público e privado cujas atividades e interações iniciam, importam, modificam e difundem novas tecnologias a partir de uma proximidade cultural, geográfica e institucional que cria e facilita as transações entre os diferentes atores socioeconômicos) e **sustentabilidade** (conhecimento e indicadores). Destacamos que o empreendedorismo não deve se restringir aos atores privados. A gestão pública também deve ter este “espírito”

empreendedor para reduzir riscos e incertezas e fomentar um ecossistema empresarial simbiótico (Mazzucato, 2014).

Considerações finais

O turismo de compras, principal vetor turístico no território em questão, baseou-se numa dinâmica muito vulnerável ao longo das últimas décadas e mostrou-se ainda mais frágil durante a pandemia da Covid-19. A carência de dados e estatísticas é outro ponto central com implicações negativas para o planejamento público e privado.

O objeto de reflexão destas páginas corresponde a um território muito rico e desafiador. A riqueza está expressa tanto em seu capital histórico e cultural (pouco ou timidamente explorado) quanto nos desafios impostos aos gestores públicos e privados que estão nos dois lados da fronteira. As demandas, anseios e desejos dos atores sociais e econômicos nem sempre são convergentes e, por vezes, são concorrentes diante dos recursos escassos.

A gestão pública persegue o objetivo de gerar e fomentar oportunidades econômicas, atender as demandas sociais e promover geração de renda. O setor privado procura possibilidades econômicas, recursos humanos capacitados e infraestrutura urbana. A sociedade, de um modo geral, precisa de serviços de educação e saúde de qualidade, saneamento, oportunidades de trabalho e respeito pela sua tradição e cultura. Como estes anseios podem se conectar com o turismo sustentável? A resposta a esta pergunta foi apresentada ao longo do texto por meio das diferentes perspectivas para o empreendedorismo, do papel da inovação e suas conexões com a sustentabilidade empresarial e a gestão pública.

A administração local, ao projetar o município como destino turístico por meio da promoção de suas belezas turísticas, do patrimônio cultural e natural preservado e restaurado, promoverá a compreensão e a valorização de seus atrativos. Esta compreensão pode ser causa ou consequência da visão empreendedora privada que perceberá diversas oportunidades de negócios que devem gerar

emprego e renda. O turista busca qualidade nos serviços turísticos, conforto e segurança. Este fluxo circular será sustentável se sua lógica e alicerces forem guiados em prol de resultados igualmente positivos nas dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Referências

ADAMOWSKI, W. D. **Mulheres que importam**: uma etnografia em um presídio de Ponta Porá – Mato Grosso do Sul. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2019.

ALMEIDA, Fernando. **Experiências empresariais em sustentabilidade**: avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ANUNCIAÇÃO, A. V. de L. **O sistema gestor do turismo de Bonito – MS**: a dinâmica de atuação de seus componentes e a cultura como perspectiva local de desenvolvimento. 191f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá, MS: UEMS, 2016.

BALBUENA, N. B. **Cultura árabe na fronteira de Ponta Porá (MS) e Pedro Juan Caballero (PY)**: origens, histórias e contribuições para o desenvolvimento local. 133f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2020.

BAPTISTA, L. T. **Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porá-MS**: uma proposta para o desenvolvimento fronteiriço. 112f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2016.

BENNETT, S. L. **Responsabilidade social corporativa em empreendimento turístico hoteleiro de Bonito / MS na percepção de seus stakeholders – um estudo de caso**. 170f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Itajaí, SC: UNIVALI, 2010.

BOSEL, Hartmut. **Indicators for sustainable development**: theory, method, applications – a report to the Balatom Group. Winnipeg: IISD. 1999.

BRASIL. **Política Nacional do Turismo**. Disponível em: <https://bit.ly/3lNyFoJ>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRITO, A. R. **Gestão de políticas públicas para bens comuns em território fronteiriço: o caso de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)**. 157f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porã: UEMS, 2018.

CASTRO, Luciana Luisa Chaves; CRUZ, Gustavo; GUZMÁN, Sócrates Jacobo Moquete. Uma abordagem teórica da aplicação do Balanced Scorecard como ferramenta de gestão de destinos turísticos de base comunitária. **Revista de Cultura e Turismo**, 2011, v. 5, n. 1, p. 19-32.

CATIZZONE, M. Desenvolvimento sustentável: um conceito que precisa se tornar operacional. *In*: ROMEIRO, Ademar Ribeiro (Org.). **Avaliação e contabilização de impactos ambientais**. Campinas-SP: Unicamp. 2004.

CHAPARRO, J. de B. **As políticas públicas para o turismo e o desenvolvimento endógeno em Corumbá-MS**. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porã: UEMS, 2017.

CHESBROUGH, Henry William. **Open Innovation: researching a new paradigm**. Oxford University Press, 2006.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COWAN, Dallas M. *et al.* A cross-sectional analysis of reported corporate environmental sustainability practices. **Regulatory Toxicology and Pharmacology**, v. 58, n. 3, p. 524-538, 2010.

DAHL, A.L. **The big picture: comprehensive approaches**. *In*: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.i (Orgs.). Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development. Chichester: John Willey and Sons. 1997.

DORNELAS, José Carlos A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**/José Carlos Assis Dornelas. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DRIETTRICH, L. C. **Sustentabilidade do ambiente natural, políticas públicas e serviços turísticos: correlações existentes na Serra da Bodoquena – Mato Grosso do Sul.** 193f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Campo Grande, MS: UNIDERP, 2017

FERRÃO, Paulo Cadete. **Ecologia industrial – Princípios e Ferramentas.** IST Press, 2009.

GARCIA, D.S. **Identidade cultural e Imagem Turística projetada da cidade de Campo Grande-MS.** 261f. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba, MS: UFPR, 2013.

GODOY, V.L. **A Lei de Maquila e a dinâmica produtiva no território fronteiriço de Ponta Porá (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai): novos espaços industriais,** 2020. 129 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2020.

GONÇALVES, Débora Fittipaldi. **Turismo de experiência, culturas e desenvolvimento: uma relação possível para o Pantanal Mato-grossense na sub-região de Miranda?** 249f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). PPG em Desenvolvimento Regional. Blumenau, SC: FURB, 2016.

GOYAL, P.; RAHMAN, Z.; KAZMI, A. **Corporate sustainability performance and firm performance research: literature review and future research agenda.** Management Decision, v. 51, n. 2, p. 361-379, 2013.

HANAI, Frederico Yuri. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na Região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil.** 432f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos, 2009.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ISO 14040:2006. **Environmental management — Life cycle assessment — Principles and framework. 2006.** Licensed to CEPLAC / UESC/ JOSÉ ALMEIDA ISO Store order #:890065.

LUNAS, José Roberto da Silva. **Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS.** 297f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UNB, 2006.

MARTINS, P. C. S. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia:** complexidades do Pantanal Sul-Matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de Natureza. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/45JZFXw>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARTINS, Patrícia Cristina Statella. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai).** 102f. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPG em Geografia. Aquidauana. MS: UFMS, 2007.

MAZZUCATO, Mariana. **Estado empreendedor.** Desmascarando o mito do setor público vs o setor privado. Tradução Elvira Serapicos. 1.ed. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.

McCLELLAND, David Clarence. **A sociedade competitiva:** realização e progresso social. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1972.

MELO, L. K. S. **Estudantes de medicina e políticas públicas na fronteira:** um olhar sobre as cidades gêmeas de Ponta Porã-BR e Pedro Juan Caballero-PY. 171f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porã: UEMS, 2021.

MELO, M. R. S. **Turismo em unidades de conservação no Mato Grosso do Sul:** perspectivas para o desenvolvimento sustentável. 135f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Campo Grande, MS: UNIDERP, 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil:** Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo e Coordenação Geral de Regionalização. 2007.

OLIVEIRA, T. C. M. (org). **Território sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

OMT. Macroeconomic indicators related to international tourism 2014 - 2018 (01.2020). Elibrary, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3m0Wc5a>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORSATO, Renato J. **When does it pay to be green? California Management Review.** Oakland, v. 48, n. 2, nov./dez. 2006.

- PEREIRA, C. H. **O desenvolvimento e o planejamento público do turismo em Mato Grosso do Sul**. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá, MS: UEMS, 2016
- SALVATTI, Sérgio Salazar. (Org.). **Turismo responsável: manual para políticas públicas**. Brasília: WWF Brasil, 2004.
- SANCHES, Arthur Caldeira; *et al.* Análise dos estudos sobre indicadores de sustentabilidade no turismo: uma revisão integrativa. **Revista Turismo em Análise**, v. 29, n. 2. 2018.
- SANTOS, B. D. dos. **A culinária típica da fronteira: a chipa como fator de desenvolvimento local**. 115f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2020.
- SCHNEIDER, Anselm. Reflexivity in sustainability accounting and management: Transcending the economic focus of corporate sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 127, n. 3, p. 525-536, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. [S.l.: s.n.], 1942.
- SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- SLEVIN, D.; COVIN J. **Juggling entrepreneurial style and organizational structure: how to get your act together**. Sloan Management Review, 31(2), 43-53, 1990.
- SOUZA, T. M. F. **Processo de transformação do espaço urbano das cidades gêmeas Ponta Porá (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) sob aspecto do direito à cidade**. 138f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Ponta Porá: UEMS, 2019.
- TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da Inovação**. Tradução: Elizimari Rodrigues Becker. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- VAN VELSOR, E.; QUINN, L.; DALTON, M. **Leading for sustainability: implementing the tasks of leadership**. **Corporate Governance: The international journal of business in society**, v. 9, n. 1, p. 21-38, 2009.
- VILA, Mar; COSTA, Geraldo; ROVIRA, Xari. **The creation and use of scorecards in tourism planning: A Spanish example**. **Tourism Management**, 2010, vol. 31, n. 2, p. 232-239.

WANG, Derek; LI, Shanling; SUEYOSHI, Toshiyuki. DEA environmental assessment on US Industrial sectors: Investment for improvement in operational and environmental performance to attain corporate sustainability. **Energy Economics**, v. 45, p. 254-267, 2014.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Compilation of UNWTO Declarations: 1980-2018**. Madrid: UNWTO. 2019.

PROPOSTA DIDÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O USO DO GOOGLE EARTH E IMAGENS FOTOGRÁFICAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CÓRREGO JOAO DIAS, AQUIDAUANA-MS

*Edwina Santos da Costa
Ingrid Moraes Lima*

Introdução

O Córrego João Dias é um importante rio do município de Aquidauana-MS, com 28 quilômetros de extensão, correspondendo aproximadamente 6,295 quilômetros de extensão ocupado pela área urbana. Carvalho e Leite (2015) destacam que eventos graves de poluição orgânica e inorgânica no sistema hídrico do córrego João Dias ocorrem desde a sua cabeceira, mas que ocorrem principalmente na área urbana, salientando que esse problema merece atenção, tanto da administração municipal e entidades ambientais como da população.

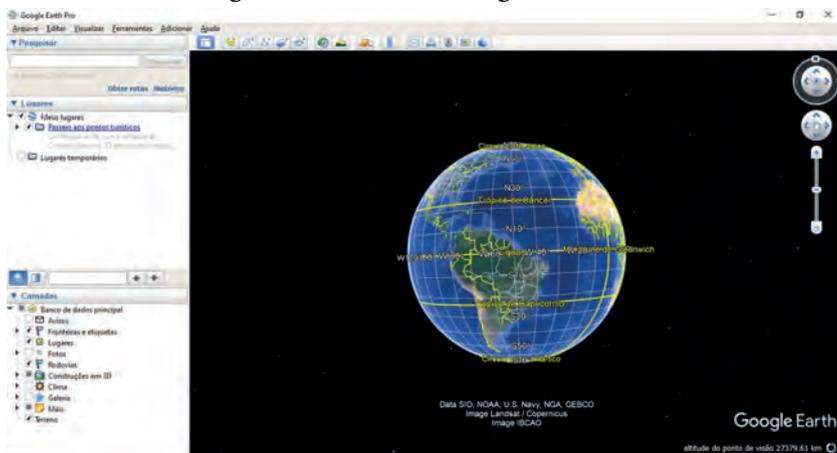
Segundo o Censo do IBGE de 2010, a população de Aquidauana era de 45.614 pessoas, sendo estimado para o ano 2021 48.184 pessoas, portanto, atendendo os preceitos de cidade pequena, podendo ser área de contribuição da proposta do VI Sinapeq (Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades).

Com a intenção de disseminar o conhecimento das áreas locais, analisando o contexto ambiental que se encontra o córrego João Dias o presente trabalho tem como objetivo geral: Propor uma didática voltada a Educação Ambiental que envolva a utilização da ferramenta Google Earth na identificação das mudanças da paisagem entre os anos 2004 à 2021 do córrego João Dias. E, como objetivos específicos: aproximar o aluno da realidade por meio de imagens fotográficas; destacar as mudanças no cenário nos anos analisado; analisar o contexto ambiental atual e apontar práticas estratégicas de melhoria.

Como proposta didática sugerimos o uso da ferramenta Google Earth e imagens fotográficas na caracterização da paisagem ao longo do córrego João Dias na cidade Aquidauana dentro do perímetro urbano, no intervalo temporal de 17 anos. Considerando que o uso do espaço urbano pela sociedade é o reflexo da ocupação do território pela necessidade de moradia e é determinada por condições sociais que altera o meio ambiente e pode provocar impactos na paisagem, considera-se de suma importância a análise em campo por fotografias, para que possa ser constatado a situação atual.

O uso da cartografia digital por meio de ferramentas como o Google Earth, permitem a visualização da superfície terrestre por imagens de satélite, além de permitir uma maior interação, possibilitando viajar por toda Terra (Figura 1). Nesse trabalho, foi utilizado a versão Google Earth Pro, que permite o download gratuitamente pelo site: <http://bit.ly/3lv1RZ8>.

Figura 1. Interface do Google Earth Pro



Fonte: Google Earth (2022).

O uso de ferramentas tecnológicas em sala de aula, usada de forma consciente e com direcionamento por parte dos professores, torna o ensino geográfico mais prático e de forma mais interativa na construção do conhecimento.

Machado e Sausen (2004, p. 17) discorrendo sobre o uso do sensoriamento remoto e o uso em sala de aula:

O uso da tecnologia de sensoriamento remoto em sala de aula é um avanço significativo na educação escolar. À adoção deste recurso contribui com aulas mais diversificadas e atrativas. Vale salientar, que o aluno se sentirá motivado em estudar o espaço geográfico da sua própria região, graças às imagens de satélite.

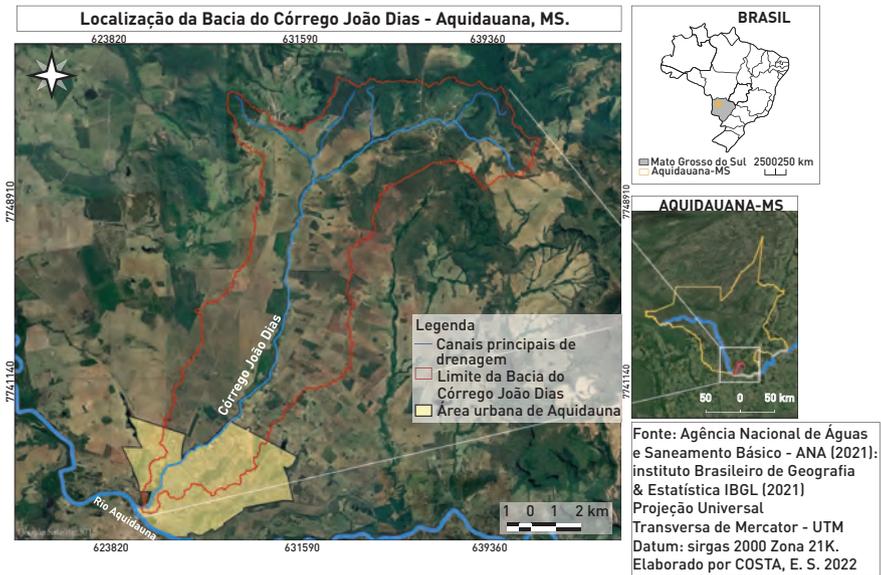
O intuito dessa proposta é transformar os alunos em não apenas receptáculo passivo de conhecimento, mas sim um agente consciente das transformações das mudanças ocorridas no espaço e como isso impacta sua vida e também desenvolver a capacidade de pesquisar e busca de informações; analisá-las e selecioná-las, desta forma, aprender, criar, formular e elaborar o conhecimento.

Metodologia

Características da área a ser analisada

A bacia do córrego João Dias está localizada no município de Aquidauana (Figura 2), sendo seu alto curso ocupado pela Aldeia indígena Limão Verde, médio curso por propriedades rurais e o baixo curso pela área urbana de Aquidauana (Carvalho; Leite, 2015).

Figura 2. Localização da área de estudo

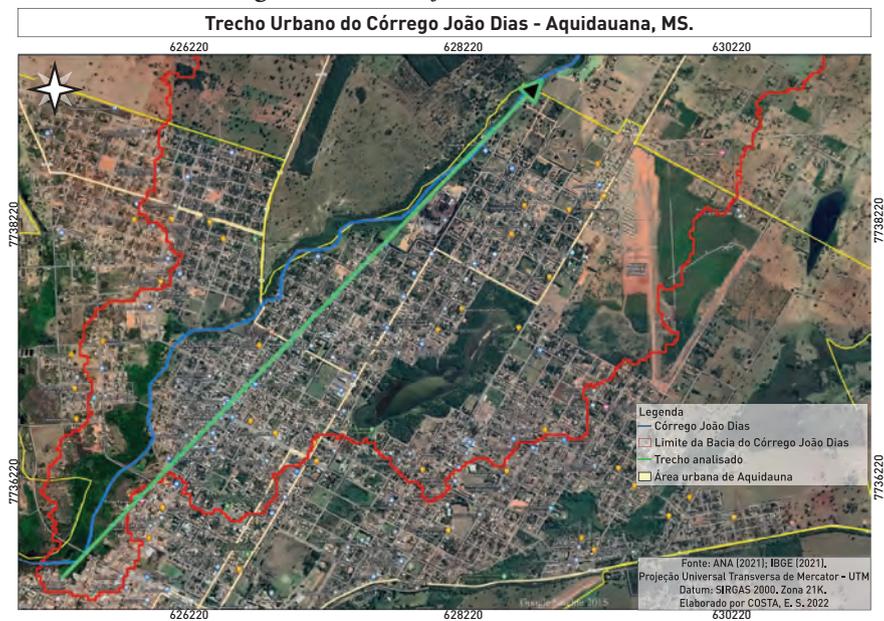


Fonte: Autoria própria (2022).

A bacia córrego João Dias possui aproximadamente 11.412,10 hectares, com limite de 118 quilômetros, formado por um canal retilíneo e classificado como drenagem do tipo dendrítica (Santos *et al.*, 2021).

O trecho do córrego João Dias analisado corresponde a parte urbana (Figura 3). Nele foi realizado o campo onde possibilitou a retratação dos pontos analisados, possibilitando a identificação da situação atual.

Figura 3. Localização da área de estudo



Fonte: Autoria própria (2022).

O trecho urbano analisado corresponde a aproximadamente 6,295 quilômetros de uma extensão total de 28 quilômetros de seu exutório a sua nascente mais distante. Para a análise temporal foi feito um recorte em 4 áreas menores, correspondente ao trecho. Os pontos para a visita em campo foram escolhidos a partir da análise das imagens de satélite disponíveis na ferramenta Google Earth, tendo como critério a facilidade de acesso a área.

Procedimento Metodológico

O presente trabalho consistiu, em um primeiro momento, no levantamento bibliográfico, para o embasamento da temática proposta e análise de trabalhos anteriores realizados na área de estudo. Além do levantamento cartográfico, para elaboração de mapas e o campo.

A fim de diagnosticar as mudanças temporais no trecho de análise de forma didática, optou-se pela ferramenta Google Earth que possibilitou uma análise da série temporal de 2004 a 2021. Analisados por recortes menores, para uma melhor visualização e uso didático em sala de aula. Essa alternativa, também pode ser realizada de forma direta com a demonstração da ferramenta Google Earth para os alunos, possibilitando uma maior interação com a ferramenta, podendo utilizar o zoom na tela e obter mais detalhes da área.

Para o campo foi selecionado 4 pontos para visita e registro fotográfico, possibilitando a aproximação da realidade vista cotidianamente, observada em panorama horizontal (em fotografias), com os trechos analisados por imagem em ângulo diferente (oblíquo e vertical) na ferramenta Google Earth.

Na sequência elaborou-se uma proposta didática voltada ao 3º ano do Ensino Médio, por meio do uso da geotecnologia. Considerando a eficácia da utilização da ferramenta Google Earth em Sala de aula, conforme apresentado no quadro 1 propomos as seguintes etapas para a sequência didática.

Quadro 1. Proposta didática

Tema a ser trabalhado	Demonstrar o atual cenário a partir de registros fotográficos pontuais e imagens de satélites disponíveis na ferramenta Google Earth, ao longo da área urbana da bacia do córrego João Dias, Aquidauana-MS
Objetivo da sequência didática.	Aproximar o aluno da realidade por meio de imagens fotográficas; Destacar as mudanças no cenário nos anos analisados por meio da ferramenta Google Earth; Analisar o contexto ambiental atual e apontar práticas estratégicas de melhoria.
Conteúdo a serem trabalhados.	Uso e ocupação do solo; Importância dos rios urbanos Geração e gestão de lixo/resíduo; Desenvolvimento sustentável; Efeito estufa e aquecimento global.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas.	(EM13CHS301) problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.
Tempo de execução da sequência didática	2 meses

Fonte: Autoria própria (2022).

Referencial teórico

Educação ambiental no ensino de geografia leitura de imagem na interpretação do mundo

A Educação Ambiental é um aspecto crucial na formação cidadã dentro autenticidade social do aluno. O intuito da educação ambiental é tornar o aluno consciente de sua responsabilidade na conservação e preservação do meio ambiente. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um aspecto essencial das ciências humanas, incluída a geografia, a formação da criticidade dos alunos em relação aos aspectos da sociedade em que o mesmo está inserido

A BNCC em relação ao papel das ciências humanas;

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. (Brasil, 2018, p. 354)

A Educação Ambiental é garantida pela legislação educacional em vigência, exemplo disso são os Temas Contemporâneo Trans-

versais, que é integrado a Base Nacional Comum Curricular e são aspectos mais humanistas na hora de trabalhar conteúdo em sala de aula, e entre eles tem o Meio Ambiente que deverá ser aprimorado em diferentes disciplinas com enfoques que melhor se adapte em seus conteúdos. Para se trabalhar esse tema é indispensável trabalhar de forma interdisciplinar no ensino básico, já que apenas uma disciplina pode torná-lo insuficiente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre a transversalidade de diferentes disciplinas na educação ambiental diz que:

A compreensão das questões ambientais pressupõe um trabalho interdisciplinar. A análise de problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim, envolve processos variados, portanto, não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. (Brasil, 1998, p. 46)

Trabalhar o meio ambiente de forma interdisciplinar propicia a troca de saberes entre as disciplinas, rompendo a individualidade dos componentes curriculares e facilitando a construção do conhecimento sobre o meio ambiente e os benefícios do uso correto pela sociedade.

(...) com uma abordagem interdisciplinar, direcionada à resolução de problemas, contribui para o envolvimento ativo do público, torna o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelece maior interdependência entre estes sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas. (Rossini; Cenci, 2020, p. 1740)

Na geografia, o estudo do Meio Ambiente está diretamente ligado com o objeto de estudo da geografia: a relação entre sociedade e a natureza. O estudo da poluição, desmatamento, limites para uso dos recursos naturais, sustentabilidade, desperdício pode ser tratado dentro de sala de aula de diferentes formas e entre ela está

o uso de imagens. Trovo (2008, p. 3) discorreu sobre o uso de imagens em sala de aula ressaltando que “ao possibilitar a leitura das imagens em sala de aula estamos oportunizando aos alunos um ambiente rico em discussões, ideias e propício para novas conclusões”.

O uso de imagens como ferramenta na educação ambiental é uma forma de direcionar o olhar do aluno sobre a forma em que a sociedade degrada o meio ambiente e isso auxilia na construção da criticidade do mesmo sobre a forma que essas atividades são diretamente refletidas em sua qualidade de vida.

A imagem aproxima o observador, pois este pode construir e reconstruir seus conceitos, ao passo que aprofunda a sua observação, analisa e reanalisa, sendo, talvez, a forma mais eficaz para se entender o mundo e suas mudanças. (Girão; Lima, 2013, p. 93)

Para se fazer o uso de imagens dentro de sala de aula é necessário possuir contextualização coerente com o conteúdo trabalhado pelos professores. O conhecimento prévio pode direcionar o uso das imagens aos objetivos dos professores e com um contexto que não abra margem para interpretação dúbia ou de forma errônea.

A importância dos rios urbanos

Os rios são elementos marcantes na paisagem e têm importância fundamental para a população e conseqüentemente para as cidades, no entanto a paisagens dos rios urbanos no Brasil, geralmente se apresentam degradados, servindo, muitas vezes, depósito de lixo e esgoto, além de conter concentrações de população a suas margens (Melo, 2015).

Não só o rio, mas a bacia como um todo, tem importância fundamental para a vida, portanto para preservá-la é preciso respeitar sua capacidade oriundas das suas características particulares.

Entende-se bacia hidrográfica como “uma área de captação natural da água de precipitação da chuva que converge os esco-

mentos para um único ponto de saída. Este ponto de saída é denominado exutório” (Finkler, 2004, p. 5). Deste modo, compreende-se que o rio é um componente de entrada de água da bacia hidrográfica e para manter a qualidade do rio é preciso atentar-se para os demais componentes que influenciam e são influenciados nessa dinâmica. A mata ciliar, por exemplo, é fundamental para manter a qualidade dos rios e evitar a intensificação dos processos erosivos que podem ocasionar o assoreamento (acúmulo de sedimento no rio) e alterar a dinâmica natural da bacia.

O uso e ocupação da terra que ocorre no entorno das bacias hidrográficas refletem diretamente na dinâmica natural podendo causar grandes impactos. Carvalho e Leite (2015, p. 107-108) destacam que “o mau uso, ocupação, gestão e controle da terra provocam inúmeros processos, que refletem no comprometimento dos recursos naturais, dentre eles, o solo e a água”.

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 determina que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Deste modo, a preservação ambiental deve ser exercida por todos visando o bem comum e a preservação saudável dos seus recursos naturais para as próximas gerações. Uma alternativa acessível, simples e benéfica para amenizar os impactos ambientais é o plantio de árvores.

Conforme o Código Florestal Brasileiro, Lei Nº 12.651/2012, considera-se as Matas Ciliares como Áreas de Preservação Permanente (APPs), essas áreas devem ser protegidas, cobertas por vegetação nativa, possibilitando a preservação do meio ambiente como um todo e o bem-estar das populações humanas.

Geotecnologia em sala de aula

A geotecnologia pode ser entendida como ferramentas que servem de suporte a análises geográficas por meio da tecnologia. O “Sensoriamento Remoto, SIG¹ e GPS² integram o conjunto de tecnologias chamado de geotecnologia” e podem ser utilizados em sala de aula como suporte de ensino (Florenzano, 2011, p. 47).

Milena (2014, p. 10) salienta que

a principal característica que a tecnologia dispõe à educação, é tornar o aluno participante da construção do conhecimento, um sujeito ativo e crítico, não considerando mais o conhecimento geográfico como uma simples transmissão de dados sobre o mundo.

Para Souza e Frick (2013) a utilização de imagens de satélite na sala de aula auxiliam na compreensão dos conteúdos, contribuindo para o entendimento de como ocorrem os processos de produção do espaço, possibilitando analisar, por exemplo, o processo de urbanização, dentre outros conteúdos.

Um exemplo simples de um SIG que pode ser usado na sala de aula é o Google Earth, uma ferramenta de fácil acesso e capacidade de análises temporais, “permite superpor vários planos de informação (mapas, malha viária e toponímia, além de calcular a distância etc.) ao mosaico de imagens de satélite do globo terrestre” (Florenzano, 2011, p. 47).

As fotografias aéreas ou imagens de satélite, são representações do espaço “visto de cima”, obtidos em visão vertical (visada nadir) ou oblíqua (com certo ângulo de inclinação) (Florenzano, 2011). Deste modo, trabalhar com imagens de satélite permite desenvolver a habilidade de percepção em ângulos diferentes do natural.

Souza e Frick (2013, p. 5) destacam que:

-
1. SIG – Sistema de Informação Geográfica.
 2. GPS – Sistema de Posicionamento Global.

Desenvolver atividades, em sala de aula, com fotografias horizontais, fotografias aéreas e imagens de satélite, mapas e cartas, proporciona ao educando um melhor entendimento dos conceitos propostos, possibilitando a alfabetização cartográfica por meio da localização/análise e correlação de informações nos diversos produtos da geotecnologia.

Para Milena (2014, p. 17) ferramentas como o Google Earth, “constituem-se como um meio de dinamizar o processo de ensino-aprendizagem, além de fornecer um aparato ao professor que desperta o interesse dos alunos”, dispendo de inúmeras possibilidades de análise.

Resultados e discussões

Google Earth na identificação local

Para identificar a área de estudo foi utilizado a ferramenta Google Earth, que possibilita a análise temporal. Nela foi escolhido os anos de 2004 e 2021, considerando ser as datas mais distantes entre si com melhor resolução disponível pela ferramenta supracitada.

No intuito de facilitar o uso da geotecnologia em sala de aula e a difusão dos conhecimentos geográficos, fica como alternativa, a identificação da área no Google Earth previamente pelo professor, para a elaboração de material impresso, caso não haja a disponibilidade de recurso digital em sala.

Cabe ainda destacar que pode ser recomendado aos alunos o acompanhamento da área por meio do Google Maps, caso tenham celulares, para que haja uma maior interação do aluno com a cartografia digital.

As imagens do Sensoriamento Remoto “registradas por sensores, a bordo de aeronaves ou satélites, são obtidas em visão vertical (visada nadir) ou oblíqua (visada lateral, com determinado ângulo de inclinação)” (Florenzano, 2011, p. 42). No intuito de desenvolver a habilidade de análise de imagens, reconhecendo os objetos de cima e compará-los com a visão cotidiana, horizontal, a utilização de fotografias tiradas em campo se mostra uma boa alternativa.

Aproximação da realidade por meio de imagens fotográficas

De forma comparativa, foram selecionados recortes menores da área na tela do Google Earth (Figuras 4, 6, 8 e 10), onde é possível analisar cada trecho nos anos de 2004 e 2021. Os destaques em vermelho nas respectivas figuras são as áreas onde foi realizado o campo e foi feito o registro fotográfico, possibilitando um maior conhecimento da área estudada pelos alunos.

Figura 4. Primeiro ponto, recorte com a localização (a 2004; b 2021)



Fonte: Google Earth (2004; 2021).

Ao analisar o trecho urbano estudado, optou-se por fazer o campo em 4 pontos, nas seguintes localizações: Rua 7 de setembro nas Coordenadas Geográficas: Latitude S 20° 28' 61", W 55° 47' 54" (Figura 5); Rua Fernando Lucarelli Rodrigues nas Coordenadas Geográficas: S 20° 27' 19", W 55° 47' 50" (Figura 7); Rua BR 419 nas Coordenadas Geográficas: S 20° 27' 19", W 55° 47' 50" (Figura 9) e Rua José de Castro nas Coordenadas Geográficas: S 20° 26' 39", W 55° 46' 11" (Figura 11).

Figura 5. Fotos do ponto 1 na Rua 7 de setembro



Fonte: Autoria própria (2022).

As fotografias ampliam as possibilidades de discussão sobre a área, demonstrando a realidade vista de perto, podendo ser observada também a mudança da paisagem entre cada ponto.

Figura 6. Segundo ponto, recorte com a localização (c 2004; d 2021)



Fonte: Google Earth (2004; 2021).

Figura 7. Fotos do ponto 2 na Rua Fernando Lucarelli Rodrigues



Fonte: Autoria própria (2022).

Figura 8. Terceiro ponto recorte com a localização (e 2004; f 2021)



Fonte: Google Earth (2004; 2021).

Figura 9. Fotos do ponto 3 na BR 419



Fonte: Autoria própria (2022).

Figura 10. Quarto ponto recorte com a localização (g 2004; h 2021)



Fonte: Google Earth (2004; 2021).

Figura 11. Fotos do ponto 4 na BR 419



Fonte: Autoria própria (2022).

A partir da análise em fotografias é possível observar a área atualmente e constatar as alterações e indicar melhorias. É possível desenvolver a habilidade do debate e refletir sobre as ideias de recuperação obtidas pelos alunos, desenvolvendo um cidadão ciente e crítico da importância que devemos ter com o meio natural, proporcionando a educação ambiental.

Análise do contexto ambiental atual e apontamento de práticas estratégicas de melhoria

Diante do contexto analisado, foi possível identificar alguns trechos que devem ser sondados e recuperados.

A expansão urbana é uma característica facilmente analisada na comparação temporal de imagens de satélite. Essa característica corresponde ao avanço da ocupação antrópica, que ocorre historicamente ao longo dos corpos d'água, considerando a facilidade de abastecimento e uso pela população humana. Deste modo, a intensidade das ações nas áreas de mata ciliar, são mais frequentes,

visando o acesso ao recurso hídrico pela população, por meio de aberturas de passagens até o canal.

Como estratégia de melhoria, podemos indicar o plantio de árvores por meio de mudas disponibilizadas gratuitamente pelo Viveiro de mudas Municipal, localizado na Lagoa Comprida, que contém espécies nativas, medicinais e frutíferas. “Os interessados em adquirir as mudas devem ir até a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sema) e fazer um breve cadastro, obter sua autorização e, daí, só atravessar a rua e entrar no viveiro e fazer a retirada de 02 mudas de cada espécie” (Agecon, 2021, p. 1).

Deste modo, fica o incentivo de recuperação de áreas de mata ciliar e do plantio de árvores na cidade, no geral. Visto que essa prática reflete diretamente na qualidade do ambiente, podendo ser destacado por exemplo a questão das ilhas de calor, que são causadas pela concentração de áreas permeabilizadas fazendo com que o ambiente concentre maiores temperaturas.

As árvores podem ser destacadas ainda em intensa relação ao hábito da população Sul Mato-grossense, que frequentemente tem o costume de tomar o conhecido tereré embaixo das sombras das árvores.

Considerações Finais

A educação ambiental é assegurada pela legislação educacional brasileira no intuito de uma formação cidadã e da criticidade do aluno a partir da vivência dele em sociedade. Diante dessa perspectiva se torna indispensável a transversalidade e interdisciplinaridade na aplicação dos conteúdos para a construção do conhecimento que abranja todos os aspectos necessários para um ensino ambiental.

O uso de imagens em sala de aula é uma forma de direcionar o olhar no aluno na aplicação dos conteúdos que leve em conta sua leitura de mundo e proporciona um ambiente aberto a discussão de ideias.

O intuito da proposta pedagógica sugerida é trazer o uso da geotecnologia e do uso de imagens a realidade do aluno a partir do estudo do córrego João Dias que corta a cidade de Aquidauana. A

importância de se estudar os rios urbanos está diretamente ligada a qualidade da vida das pessoas que habitam o entorno daquele córrego e qual é a relação socioambiental com aquele espaço já que se percebeu que a população faz uso daquela área que margeia o córrego, mas sem a preocupação de conservar e preservar a fauna e flora local.

A proposta é voltada ao terceiro ano do ensino médio, no intuito de trabalhar as transformações ocorridas naquelas localidades no espaço temporal entre 2004-2021 como uso e ocupação do solo, o descarte de lixo e como se deu a preservação da fauna e flora, a partir do uso de imagens com o intuito de transformar aluno em não apenas receptor de conhecimento, mas sim um agente ativo e crítico que pode construir o conhecimento a partir da observação da realidade em que está inserido. Como uma forma de resolução de problema se sugere a conscientização sobre os benefícios do plantio de mudas de árvores e a preservação de matas ciliares na beira do córrego João Dias, nesse caso a prefeitura do município de Aquidauana disponibiliza mudas frutíferas que após um cadastro podem ser retiradas no viveiro municipal.

Nessa proposta é possível observar a infinidade de temas que podem ser trabalhados em sala de aula com o auxílio da geotecnologia. Além disso, é possível difundir o conhecimento local e evidenciar situações reais aos alunos, permitindo maior dinâmica das aulas e maior interação dos alunos com o tema trabalhado.

Referências

AGECON. Agência de Comunicação da Unesc. **MEIO AMBIENTE| Viveiro municipal de Aquidauana tem mudas gratuitas para a população. 2021.** Disponível em: <https://bit.ly/3XTQsaH>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Institui o novo código florestal brasileiro**. 2012.

CARVALHO, Elisângela Martins de; LEITE, Emerson Figueiredo. Erosividade e Erodibilidade na bacia hidrográfica do Córrego João Dias, Aquidauana/MS. **Revista Geografar**, UFPR. Curitiba, v. 10, n. 2, p. 88-111. 2015.

FINKLER, Raquel. **A bacia hidrográfica. Planejamento, manejo e gestão de bacia**. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3SkRXxw>. Acesso em: 10 maio 2022.

FLORENZANO, Tereza Gallotti. **Iniciação em Sensoriamento Remoto**. 3. Ed. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LIMA, Surama Ramos; GIRÃO, Osvaldo. **O ensino de Geografia versus leitura de imagens**: resgate e valorização da disciplina pela “alfabetização do olhar”. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 88-106, 2013.

MACHADO, Clairton Batista; SAUSEN, Tania Maria. A Geografia na sala de aula: informática, sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas—recursos didáticos para o estudo do espaço geográfico. **XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil**, p. 16-21, 2005.

MELO, Vera Mayrinck. **Dinâmica das paisagens de rios urbanos**. Anais... XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, Bahia. 2005.

MILENA, Ana Paula Mateussi. **Google earth em sala de aula**: contribuições da interatividade ao atlas municipal escolar de Ourinhos em versão digital. (Trabalho de conclusão de curso). Unesp – Campus de Ourinhos. 2014.

ROSSINI, Cleusa Maria; CENCI, Daniel Rubens. Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: um diálogo sustentável. **Revista Prática Docente**, v. 5, n. 3, p. 1733-1746, 2020.

SANTOS, Celeide Arruda dos; *et al.* Aspectos limnológicos e sanitários do trecho urbano do Córrego João Dias em Aquidauana – Mato Grosso do Sul. **Revista Pantaneira**, V. 20, UFMS, Aquidauana-MS, dez. de 2021.

SOUZA, Osnélia Ribeiro de; FRICK, Elaine de Cacia de Lima. As Geotecnologias Como Recurso Didático- Pedagógico Da Geografia: Estudo De Caso Na Educação De Jovens E Adultos (EJA). Cadernos PDE. Versão On-line. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE Artigos**. Paraná, 2013.

TROVO, Arnaldo Wagner. **As tecnologias no ensino de Geografia- “o uso das imagens como interpretação do meio em que vivemos”**. Paraná: UFPR, 2008.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E IDENTIDADE CULTURAL: ANÁLISE DA ESCOLA MUNICIPAL POLO INDÍGENA MBO'EROY GUARANI KAIOWÁ – ALDEIA AMAMBAI (AMAMBAI-MS)

*Alessandro Ramos da Silva
Rosele Marques Vieira*

Introdução

Um dos grandes desafios da atualidade, a preservação da identidade cultural indígena, podem ser enfrentados com o uso de tecnologias para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de forma a vincular educação, tecnologia e identidade cultural com base em elementos históricos, culturais, tecnológicos e ambientais, que estejam associados com os processos históricos, sociais e ambientais dos territórios onde estas populações se encontram, Sonaglio, Zamberlan e Busón (2020) descrevem, dentre outros aspectos, os municípios abrangidos pelo antigo caminho utilizado durante séculos e que constituiu importante rota no sentido cultural e para expansão territorial espanhola e portuguesa. É nessa faixa territorial, que se encontra o município de Amambai – MS, onde existem três aldeias indígenas das etnias Guarani e Kaiowá.

A preservação da identidade cultural dos povos indígenas, das etnias Guarani e Kaiowá, assim como em outras etnias, em outras localidades no território brasileiro, conforme destaca Mello (2019),

enfrentam o desafio de preservar a cultura ao mesmo tempo em que se deve acompanhar as inovações científicas e tecnológicas, uma vez que o índio se encontra inserido nesse contexto social, dentro ou próximo dos grandes centros. Inovações essas que adentram as comunidades indígenas através de veículos de comunicação, tais como rádio, televisão, internet e também através da escola. Sobre esta última Mello (2019) ressalta que é algo relativamente novo, datando da década de 70 e ainda que se tratava de imposição às comunidades indígenas, uma vez que inicialmente a educação escolar disponibilizada a população indígena não considerava sua cultura e tradições, sendo uma educação de branco para índio, onde este era apenas alvo do ensino, e não participante ativo do ato de aprender.

A educação indígena, antes da educação escolar era baseada na tradição oral, que se constitui em um conjunto de bens imateriais, preservados no tempo e ainda como um processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à geração seguinte. Essa forma de educar é um caminho aberto à transmissão de conhecimentos e reafirmação da identidade cultural por meio da preservação de seus mitos, festas, rituais, visão de mundo, com seus valores e estruturas mentais, conforme afirma Mussi (2003). Nesse sentido, Freire (1981) elucida que o processo de educação ou ação cultural não pode sobrepor a visão de mundo do educando, promovendo uma invasão cultural, mas que o ato de educar deve adaptar-se à cultura do educando. Dessa forma, incentivar e fortalecer as tradições constituem forte ferramenta para a preservação da identidade cultural dos povos indígenas e também um meio a ser utilizado no processo educacional.

Ao longo dos anos se observa a evolução no aspecto legislativo brasileiro que instituiu elementos legais visando a preservação da identidade cultural indígena, dentre elas destacam-se os textos contidos na constituição federal de 1988 e a lei de diretrizes e bases da educação, denotando assim alguns avanços com vistas a valorização e preservação da cultura dos povos indígenas no Brasil.

Este artigo busca analisar o contexto atual da educação escolar indígena na Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroy Guarani

Kaiowá, situada na aldeia Amambai-MS. Especificamente, no que concerne aos aspectos inerentes a preservação da identidade cultural indígena no âmbito educacional, bem como a aplicação da legislação que define a educação escolar indígena. Para atingimento dos objetivos acima expostos, este artigo contará com 6 seções, sendo a primeira esse tópico introdutório, a segunda contextualiza a educação e o desenvolvimento regional, a terceira aborda a educação indígena e os aspectos legislativos da educação escolar indígena, a quarta apresenta os povos indígenas na cidade de Amambai-MS, a quinta traz uma breve apresentação da escola estudada e as informações obtidas através de questionário efetuada via correio eletrônico com a direção escolar, na qual se objetivou extrair informações concernentes à aplicação das leis instituídas e iniciativas didático-pedagógicas com vistas a preservação da identidade cultural indígena, e por fim na sexta seção as considerações finais.

A Educação e o Desenvolvimento Regional/Local

Tendo em vista que a educação proporciona ao indivíduo a capacidade de transformar seu ambiente, o desenvolvimento regional, para além de questões financeiro-monetárias, ocupação e organização do espaço, adentra as iniciativas ligadas a educação e formação do indivíduo, nesse sentido Nazzari *et al.* (2004) destacam que na educação se encontram um dos aspectos mais importante para o desenvolvimento do país, visto que ela atua no sentido de valorizar e empoderar os cidadãos, fortalecendo assim a eficácia das redes de capital social e priorizando o desenvolvimento regional.

Nessa mesma linha de pensamento, Silva e Amorim (2012), ao dissertarem sobre o pensamento sociológico de Max Weber acerca de educação, enfatizando que para este a educação é o instrumento que possibilita ao homem a preparação necessária para o exercício de atividades funcionais, o trabalho. Nesse sentido:

A Educação é, segundo Weber, o instrumento que propicia ao homem a preparação necessária para o exercício de atividades funcionais adequadas às exigências das mudanças ocasionadas pela racionalização que o homem irá se deparar socialmente. (Silva; Amorim, 2012, p. 4)

Dowbor (2016), por sua vez, suscita a ideia de que a educação para o desenvolvimento local se vincula a necessidade formar pessoas que amanhã possam adotar postura ativa e assim transformar o seu entorno através da geração de dinâmicas construtivas.

Na mesma direção, a teoria de crescimento endógeno, formulada na década de 1980, cujo enfoque, ainda segundo Dalabrida (2017), tinha como propósito construir modelos em que a tecnologia seja endógena, ou seja, que responda a opções deliberadas dos agentes econômicos e em que sejam contemplados como determinantes do crescimento econômico, o conhecimento, o capital físico e humano e as políticas macroeconômicas internas. Tendo a educação como fator preponderante ao crescimento do capital humano, destaca-se o termo capital humano definido por Sandrini (1999).

Capital humano: conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico. O termo é usado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho. (Sandrini, 1999, p. 80)

Depreende-se da definição elaborada por Sandrini (1999), que o capital humano, o que inclui as questões inerentes a educação e formação do cidadão, é um dos pilares fundamentais para o crescimento econômico. Nesse aspecto, considerando a educação como

meio ao desenvolvimento regional e valorização da identidade cultural dos povos indígenas na sequência aborda-se os aspectos pontuais concernentes a educação escolar indígena.

A educação indígena no Brasil e seus aspectos legislativos

Ao tratar de educação escolar indígena, um importante fator a ser considerado é a existência de legislação específica que visa garantir o direito a uma educação moldada a sua realidade, sua cultura e de sua história, conforme destacam Felix *et al.* (2017). Todavia, observa-se que, a grande maioria das comunidades indígenas estão localizadas próximas às cidades, o que torna cada vez mais difícil a preservação de sua identidade cultural, sobretudo no que tange à sua língua, mitos, festas e culinária, devido a essa proximidade com as cidades que proporciona contato frequente com outras culturas, costumes e valores.

Antes de tratarmos da legislação concernente a educação escolar indígena, faz-se necessário relatar que de acordo com Felix *et al.* (2017, p. 4) a história da escola indígena tem seu marco inicial na chegada dos jesuítas ao território brasileiro no ano de 1945, cuja missão era converter os nativos a fé cristã, era uma educação abrangente e voltada a formação de pregadores, com intuito de difundir a fé cristã.

Ainda nesse aspecto Felix *et al.* (2017) ainda mencionam que a escola para o índio mantinha uma relação vertical de branco para índios, todo processo educacional era proposto pelos brancos, educadores e seguido pelos índios, educandos. Nesse sentido pouco se considerava a respeito das tradições, língua, cultura e mitos do educando, mas sobre tudo seguiam os interesses do educador, os jesuítas.

A partir da Constituição Federal de 1988, há um avanço, no sentido de implantar uma educação que inspire uma abordagem que considere a história dos povos indígenas, bem como sua cultura, considerando sua língua e demais aspectos ligados a suas etnias. Tal avanço deixa claro que os povos indígenas têm direito a uma educação que considere suas diferenças culturais, como seus costumes, crenças, tradições e sua língua, conforme artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens. (artigo 231 da Constituição Federal de 1988)

Ainda no sentido de garantir educação especial voltada a valorização da identidade cultural indígena, o Ministério da Educação e Cultura - MEC, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹, criam e coordenam a política Nacional de Educação Escolar Indígena, delegando aos Estados e Municípios a execução dessas políticas que visam garantir o direito dos povos indígenas, no que tange à oferta de educação escolar alinhada aos aspectos socioculturais de suas respectivas etnias, de forma promover a preservação de sua identidade cultural.

Dentre as leis e iniciativas com vista a preservação da identidade cultural dos povos indígenas, no âmbito do Estado de Mato Grosso Sul, podemos citar a Lei estadual nº 4.811 de 28 de dezembro de 2015, que altera a Lei estadual nº 4.621 de 22 de dezembro de 2014, Plano estadual de educação, dando a seguinte redação à meta número 7 do referido plano:

- Meta 7.38. consolidar, até o quinto ano de vigência do PEE-MS, a oferta, com qualidade social, da educação escolar à população do campo, povos das águas, comunidades fronteiriças, populações itinerantes e comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, assegurando:
- Meta 7.38.1. o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural dessas populações;
- Meta 7.38.3. a oferta bilíngue da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa;

1. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), instituída através da Lei Federal Nº 9.394 de dezembro de 1996.

- Meta 7.38.4. a reestruturação e a aquisição de equipamentos;
- Meta 7.38.5. a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e
- Meta 7.38.8. a formação dos professores das escolas indígenas será específica, orientar-se-á pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores;
- Meta 7.38.9. a atividade docente na escola indígena será exercida, prioritariamente, por professores indígenas oriundos da respectiva etnia, e a formação ocorrerá em serviço, quando for o caso, concomitante com sua própria escolarização;”

Vale citar ainda que a já mencionada Lei estadual nº 4.621 em seu anexo, precisamente na meta 7.38 estipula um prazo de até 5 anos para implantação das metas elencadas acima e, neste trabalho, em especial nos atentamos aos tópicos destacados na mencionada lei, no que tange a iniciativas de preservação cultural, oferta de educação bilíngue, reestruturação e aquisição de equipamentos, formação e participação de docentes oriundos da própria comunidade indígena. Sobre esses aspectos se norteará a consulta que trarão a luz a aplicação ou não dessas metas preestabelecidas, uma vez que a aplicação de tais diretrizes baliza o trabalho de preservação da identidade cultural dos povos indígenas.

Na esfera municipal, cumpre mencionar a Lei Municipal nº 2.684 de 25 de novembro de 2019, que dispõe sobre o conselho Municipal de Educação de Amambai/MS, em seu artigo 4º que trata da composição desse conselho, define no inciso IV, a participação de um professor indígena para compor o conselho, observando-se que este indicado deve ser definido em comum acordo entre as comunidades indígenas locais.

A População Indígena da cidade de Amambai-MS

Localizada na microrregião de Dourados², a cidade de Amambai-MS possui 35.523 habitantes (segundo dados do IBGE de

2. De acordo com a divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas do IBGE (1990).

2010), sendo que destes, 10.220 (29,8 %) são indígenas das etnias Guarani e Kaiowá e estão divididos em três aldeias que ficam nos arredores do centro urbano municipal, sendo elas a aldeia Limão Verde, aldeia Amambai e aldeia Jaguari, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Aldeias, terras e populações indígenas de Amambai-MS

Terra indígena	Aldeia Amambai	Aldeia Jaguari	Aldeia Limão Verde	Total
Área oficial (ha)	2.429	405	660	3.494
População	8.036	383	1.801	10.220

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos no site <https://bit.ly/3ll75uq>.

Ressalta-se ainda que os 3.494 hectares de terras indígenas estão distribuídos nos arredores do centro urbano da cidade de Amambai-MS, conforme figura abaixo, sendo as aldeias Amambai e aldeia Limão Verde bastante próxima ao centro urbano municipal, enquanto a aldeia Jaguari encontra-se a aproximadamente 50 quilômetros de distância.

Figura 1. Localização das Terras Indígenas (TI) no município de Amambai-MS



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos no site <https://bit.ly/3ll75uq>.

Observa-se ainda com base no Quadro 1, que a aldeia Amambai concentra o maior espaço territorial, 2.429 hectares, e também a maior parte da população indígena no município. Sobre a demarcação de terras indígenas Valiente (2019, p. 38) elucida que fora criado em 1910, no governo de Nilo Peçanha, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN, pelo Decreto 8.072, mais tarde chamado apenas SPI³ – Serviço de Proteção do Índio, que teve como seu primeiro diretor Candido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, tendo organizado os primeiros trabalhos e projetos de integração indígena.

Sobre a atuação de Marechal Rondon frente ao SPILTN, Valiente (2019), destaca como uma das iniciativas adotadas foi a criação de 8 reservas indígenas no Sul de Mato Grosso do Sul, sendo elas a Reserva de Amambai (Amabai-MS), Reserva de Limão Verde (Amambai-MS), Reserva de Dourados (Dourados-MS), Reserva de Caarapó (Caarapó-MS), Reserva de Takuapery (Coronel Sapucaia-MS), Reserva de Sassoro (Tacuru-MS), Reserva de Porto Lindo (Japorá-MS) e Reserva de Paranhos (Paranhos-MS).

Inicialmente chamada de Benjamin Constant, a Reserva indígena de Amambai, foi a primeira reserva Indígena criada pelo SPI - Serviço de Proteção do Índio, através do Decreto Federal nº 404 de 10 de setembro de 1915, naquele momento com extensão territorial de 3.600 Hectares, mais tarde reduzida para os atuais 2.429 hectares.

Metodologia

Para obtenção dos dados relacionados à preservação da identidade cultural indígena, no que tange aos aspectos educacionais aplicados na Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowá, localizada na Aldeia Amambai em Amambai-MS, bem como observar a aplicação da legislação vigente, foi efetuada consulta uma pessoa, a diretora da escola acima mencionada, para tanto, foi utilizado questionário aplicado via correio eletrônico. Nesse

3. Foi extinta em 1967, sendo substituído pela Funai – Fundação Nacional do Índio.

sentido Marconi e Lakatos (1999, p. 100) afirmam que questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”.

Ainda de acordo com Marconi e Lakatos (1999), “deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas”, com objetivo de suscitar no recebedor o interesse de participar, e consequentemente provocar maior agilidade na obtenção das respostas. Isso posto, foi enviado mensagem via correio eletrônico apresentando o objetivo da pesquisa ora efetuada e o questionário, que foi composto de 13 questões abertas.

As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente. (Chaer *et al.*, 2011, p. 12)

Alinhados as ideias de Chaer (2011) visando ampliar a liberdade de respostas, bem como a utilização de linguagem própria ao respondente, e ainda não interferir ou influenciar as respostas obtidas, foram elaboradas e enviadas via correio eletrônico as questões conforme elencadas no quadro abaixo:

Quadro 2. Questões aplicadas via correio eletrônico

1	Quantas salas de aula a escola possui?
2	Quais séries a escola atende?
3	Qual a quantidade total de alunos?
4	Quantos desses alunos são indígenas?
5	Existe participação da comunidade nas decisões das atividades escolares?
6	Há iniciativas de preservação da identidade cultural? Quais?
7	Há oferta de educação bilíngue nas aulas? Para quais séries?
8	Qual a quantidade de professores no total, e desses quantos são indígenas?
9	Foi providenciada capacitação dos professores entre 2015 e 2020?
10	Houve investimentos em equipamentos de microinformática entre 2015 e 2020?
11	Na hipótese de haver sala de informática, ela possui acesso à internet?

12	Na hipótese de haver sala de informática, quantos microcomputadores possui?
13	Na sua visão, qual a importância do uso da tecnologia (computadores) na educação?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas respostas obtidas através das perguntas 1 a 4, elencadas no Quadro 1, que tinha como objetivo elaborar um panorama da escola em questão, verificou-se que a Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroiy Guarani Kaiowá, que está localizada na Aldeia Amambai, atende à educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA, contendo ao todo 14 salas de aula. Dentre os discentes encontram-se 283 alunos na educação infantil e anos iniciais, 681 alunos nos anos finais e no EJA 132 alunos, totalizando 1.096 alunos, todos da etnia Guarani e Kaiowá.

Ainda para a composição de uma visão macro da escola foram disponibilizadas pela direção escolar algumas fotografias do ambiente escolar e atividades voltadas a preservação da cultura indígena desenvolvidas na Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroiy Guarani Kaiowá. Destaca-se ainda, com base na Figura 2, a presença de atividades culturais indígenas e materiais didático-pedagógico destinados a preservação da identidade cultural dentro do ambiente escolar.

Figura 2. Imagens de divulgação disponibilizada pela direção escolar





Fonte: Disponibilizada pela direção escolar.

Ainda no intuito de estabelecer um paralelo entre a legislação vigente, as práticas pedagógicas adotadas e as recomendações teóricas atinentes a preservação da identidade cultural foi indagado sobre a participação da comunidade indígena nas decisões das atividades escolares – questão 5, nesse sentido foi esclarecido que sim, há a participação da comunidade através do Conselho Escolar do município e APM (Associação de Pais e Mestres), além disso foi destacado o papel das lideranças indígenas que são atuantes. Tal informação está alinhada ao que fora definido pela Lei Municipal nº 2.684 de 25 de novembro de 2019, assegurando assim o direito a representatividade no conselho municipal de educação. Ainda se observa a participação das lideranças indígenas, denotando assim um forte sentimento e luta pela preservação da cultura indígena no processo educacional.

Em seguida, questionou-se sobre a existência de iniciativas referentes com vistas à preservação da identidade cultural – questão 6, e sobre a oferta de educação bilíngue – questão 7, ao que se teve relatado a existência de processo de alfabetização na língua materna, inserida na matriz curricular a partir do 3º ano até o 9º ano e inclusive no EJA, contendo três aulas semanais e ainda que em todas as séries uma vez por semana são ministradas aulas sobre a cultura indígena. A partir da resposta obtida, verifica-se que a escola aqui referida está alinhada ao Plano estadual de educação, no que se refere a oferta de educação bilíngue, aspecto esse de suma importância à preservação da cultura e tradições indígenas, com efetivo destaque a inserção das aulas sobre a cultura indígena em todas as séries.

Posteriormente, acerca da quantidade de professores que atuam na escola Indígena Mbo'eroiy Guarani Kaiowá – questão 8, foi relatado que esta conta atualmente com 57 professores, sendo estes em sua maioria, 49 professores indígenas, o que está alinhado as metas estabelecidas no Plano estadual de educação, quando menciona a priorização do emprego de professores indígenas oriundos da própria etnia.

No tocante a capacitação dos professores – questão 9, alinhados ao Plano estadual de educação, a escola conta com programa de formação continuada durante todo o ano letivo, com vistas a capacitação e atualização do corpo docente, aspecto esse de suma importância na oferta de serviços educacionais de qualidade e voltado para o atendimento das necessidades específicas da comunidade.

Por fim, acerca de investimentos em equipamentos de microinformática – questão 10, a direção escolar ressalta que entende a importância da tecnologia da informação e comunicação para a formação dos alunos, observando que a tecnologia é fundamental nesse contexto – questão 13. Contudo, foi observado que a escola contava com sala de informática, dispondo de 20 microcomputadores – questão 12, com acesso à Internet e com professor de tecnologia – questão 11, e que com o passar dos anos devido à obsolescência, alguns equipamentos apresentaram defeitos, e por falta de manutenção a sala ficou inutilizada. Então, devido ao fato da sala estar inoperante e devido à alta demanda, foi desativada e transformada em sala de aula.

Os microcomputadores que ainda estão em funcionamento foram alocados na sala dos professores, secretaria e coordenação escolar. Todavia, conforme relatado pela direção escolar houve solicitação junto a Secretaria Municipal de Educação para que fosse construída uma nova sala para atender esta demanda. Nesse aspecto cabe observar a necessidade de expansão da estrutura física escolar, com vistas a contemplar o crescimento populacional e consequente demanda por vagas nas escolas públicas que atendem à comunidade indígena local. Sobre esse aspecto ressalta a direção escolar que já fora providenciada a aquisição dos microcomputadores para compor a sala de informática e que para o ano letivo de 2022 espera-se que esteja concluída a sala que será utilizada para este fim.

Considerações Finais

A cultura indígena como patrimônio cultural imaterial brasileiro deve ser preservada, e partindo dessa máxima observa-se o papel fundamental da educação nesse processo de salva guarda da cultura indígena, no sentido de manter viva seus costumes, crenças, tradições e sua língua.

Observa-se que inicialmente a educação escolar do índio fora pensada em uma concepção de branco para índio, o que não considerava seus elementos culturais, contrariando as ideias postuladas por Paulo Freire quando menciona que o educando deve ter papel de protagonista do processo de aprendizado. Entretanto observa-se que ao longo do tempo essa concepção passa a dar lugar a uma educação que tem o índio como centro do processo educacional, sendo inserido critérios legais através de aprovação de leis que visam preservar sua identidade, seus valores, tradições e culturas.

Nesse artigo foi analisado contexto atual da educação escolar indígena na Escola Municipal Polo Indígena Mbo'eroiy Guarani Kaiowá, que está localizada na Aldeia Amambai em Amambai-MS, o que se observou foi que há melhoras significativas no contexto da educação escolar indígena, ressaltando a existência de legislação aplicável visando a preservação da identidade cultural indígena no âmbito educacional, com efetivo destaque a oferta de educação bilíngue, conteúdo pragmático que inclui matéria sobre cultura indígena e capacitação específica aos professores que atuam na educação escolar indígena. Entretanto observou-se que a infraestrutura escolar não contempla a necessidade atual, impondo à direção escolar uma certa adaptação, quanto por ocasião da ampliação da demanda por vagas, tornando necessária a desativação da sala de microinformática, e conseqüente transformação desta em sala de aula.

Embora haja avanços consideráveis no que concerne à educação escolar indígena, é necessário ao poder público maior capacidade de planejamento, a fim de evitar situações onde a estrutura físico/pre-dial venha ser insuficiente para atender a comunidade educacional.

Referências

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Eliza Antonia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidencia, araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. / Valdir Roque Dallabrida. – Curitiba: CRV, 2017.

FELIX, Ana Cláudia; *et al.* **Atuação docente na diversidade**. 2017. Pará de Minas, MG: VirtualBooks Editora, Publicação 2017. Capítulo 2: Educação Indígena.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.1981. 149 p. 21cm (O Mundo, Hoje, v. 10).

LEONARDO, Calixto Maruchi; SOUZA, Lidiane Cristina Lopes Garcia de; FALCÃO, João Paulo de Matos. **O trabalho indígena na cidade de Amambai-MS**: uma análise da questão indígena a partir da inserção dos indígenas no mercado de trabalho. XIII ENANPEGE 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Juliana Loureiro de. **A construção da identidade do jovem indígena a partir da proposta da educação no campo**. Santa Catarina: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **Educação Indígena**: a história oral como processo de reafirmação da identidade étnica dos índios Terena. Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB; 2003; p. 139-150.

NAZZARI, R. K. *et al.* **Desenvolvimento, capital social e educação no Brasil**. In: Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 3., 2004, Cascavel. Anais... Cascavel, 2004. v. 1. p. 1-7.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SILVA, José Augusto Medeiros; AMORIM, Wellington Lima. O pensamento sociológico de Max Weber e a educação. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 6, p. 100-110, Trim. I, 2012.

SONAGLIO, Cláudia Maria; ZAMBERLAN, Carlos Otavio; BUSÓN, Carlos. **Patrimonialização como estratégia de desenvolvimento regional**: uma proposta para o “Caminho para os ervais” Profanações (ISSNe – 2358-6125) Ano 7, n. esp., p. 43-60, fev. 2020.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Órgão indigenista oficial**. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3xMuD28>. Acesso em: 17 nov. 2016.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Constituição federal 1988**. Disponível em: <https://bit.ly/2x9BRkB>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3kqkPYz>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Lei estadual nº 4.621 de 22 de dezembro de 2014**. Disponível em: <https://bit.ly/3KtQS4u>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Lei estadual nº 4.811 de 28 de dezembro de 2015**. Disponível em: <http://bit.ly/3XNDwDm>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Lei federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <https://bit.ly/2MfvCOX>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Lei Municipal Nº 2.726/2.021**. Disponível em: <https://bit.ly/3ZbqXTt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Tekoha: DIREITOS DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ** Visita do Consea ao Mato Grosso do Sul 2016.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Terra indígena Aldeia Limão Verde**. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3KrlJ1P>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Terra indígena Amambai**. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/3SoLwd1>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Terra indígena Jaguari**. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em <https://bit.ly/3KrSYC7>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VALIENTE, Celuniel Aquino. **Modos de produção de coletivos Kaiowá na situação atual da reserva de Amambai, MS**. 2019.

O TURISMO RELIGIOSO EM CIDADES PEQUENAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PEDRINHAS PAULISTA/SP E SANTO EXPEDITO/SP

*Felipe César Augusto Silgueiro dos Santos
Analine Maria Martins Parente*

Introdução

O debate referente à nomenclatura de cidades pequenas ou não é envolvimento de muitas discussões. Muito se vincula a ideia de “pequena” a cidades que possuem uma quantidade populacional com números pouco expressivos, mas tal indicativo é apenas numérico, sendo que é preciso evidenciar essas questões também pelas relações construídas, pelo dinamismo que tal cidade possui em uma rede urbana e por suas relações inter e intraurbanas.

Partindo desta ideia é possível indicar que muitas são as representações responsáveis pela produção do espaço urbano, principalmente se estão atreladas às dinâmicas das cidadinas e dos cidadãos.

É só observarmos como festas destinadas a uma entidade religiosa possuem a capacidade de modificar a dinâmica intraurbana de uma cidade, seja com a quantidade de pessoas que se deslocam, dobrando até mesmo a capacidade populacional urbana ou por como a economia é elevada por conta do dinamismo proporcionado ao comércio e consumo da localidade.

Obviamente há outras dinâmicas que possibilitam tal situação, mas iremos nos focar nas festividades proporcionadas pelo turismo religioso, em específico, de duas cidades pequenas do Estado de São Paulo: Pedrinhas Paulista/SP e Santo Expedito/SP.

Elas possuem proximidades e distâncias que permitem realizar análises de forma a construir e evidenciar reflexões possíveis perante essa influência do turismo religioso. Uma primeira proximidade seria a classificação como pequena que ambas as cidades possuem, por conta da sua população, que não supera os 4.000 habitantes.

Uma distância seriam as motivações que cercam as atividades do turismo religioso em ambas: em Santo Expedito/SP ele é muito mais evidente, por conta não só do próprio nome, como por todo o aparato festivo que é construído devido a data do padroeiro da cidade.

Em Pedrinhas Paulista/SP a festa destinada ao padroeiro constituiu-se como uma homenagem para um dos primeiros residentes nesta cidade. Padre de formação e devoto do santo, o italiano Dom Ernesto Montagner foi um dos personagens principais para a formação da primeira colônia, distrito e posteriormente cidade com temática inspirada na Itália e as homenagens a ele e ao santo padroeiro ocorrem todos os anos, atraindo devotas e devotos.

Logo, intentaremos neste artigo dialogar um pouco sobre como a influência de festas destinadas ao turismo religioso possuem a capacidade de modificar a dinâmica intraurbana de duas cidades pequenas do Estado de São Paulo. Buscaremos trazer elementos que possibilitam as reflexões outrora apontadas e, como poderemos debater essas atividades de forma a compreender a relevância de uma ação como as festas aos padroeiros.

Além desta breve introdução, o artigo se compõe por uma análise da metodologia empregada para elaboração deste documento, como forma de apresentar o pensamento construído para a estruturação das ideias que conduziram nossas reflexões, além dos procedimentos metodológicos empregados para os diálogos estabelecidos no decorrer do artigo.

Iremos também apresentar o nosso referencial teórico que possibilitou a construção dos nossos pensamentos, também na perspectiva de apresentar como os autores dialogam entre si e possuem proximidades com relação as ideias e pensamentos traçados para a análise da proposta indicada.

Nos Resultados e Discussão iremos trazer elementos que permitam qualificar o debate apresentado, com o objetivo de exemplificar as reflexões empregadas no decorrer da construção do artigo, assim como permitir apontamentos para os debates, ofertando base para os mesmos.

Na Conclusão buscaremos fazer uma análise pontual, mas não final da temática, onde tentaremos apontar para a elevação de um debate referente à influência que o turismo, principalmente o religioso, possui nas dinâmicas intraurbana de cidades pequenas, sendo este artigo um instrumento inicial para que outras ideias surjam e se desenvolvam.

Metodologia e procedimentos metodológicos

As análises referentes a produção do espaço urbano não são recentes e possuem uma estrutura pautada na intensidade das relações estabelecidas pelos agentes produtores desse espaço.

Ao debatermos a influência do turismo religioso na dinâmica intraurbana de duas cidades pequenas, queremos alertar que, simples atividades interativas baseadas no culto ao sagrado possuem relação direta com o que é feito na cidade. Quando fazemos tal assertiva, nos apoiamos em Rosendahl (2018) que ao analisar como os rituais sagrados foram responsáveis pela organização intraurbana de várias cidades do mundo destacou que, mesmo sendo cultos voltados à religião, estes possuem a capacidade de reorganizar amplamente o cotidiano das cidadinas e dos cidadãos.

E se tal fenômeno já chama atenção em cidades e metrópoles mundiais, quiçá não fará o mesmo em cidades pequenas, que se (re) estruturam em volta do culto de entidades religiosas que para elas são representativas de uma história que pode inspirar os mais jovens a manter uma tradição.

Por isso, observar essas manifestações culturais e entender a representatividade que elas possuem na dinâmica intraurbana é a tentativa de observar como o espaço urbano sofre interferência das mais variadas interações, ainda mais uma ligada ao abstrato, ao fenomenológico.

Portanto a reflexão que nos conduz para a construção de nossas ideias é pensar como atividades voltadas para o que não está concreto, ligado muito a crença e a religião, interfere na produção do espaço urbano de uma cidade pequena, baseada no tradicionalismo de uma atividade cultural.

Como parte de nossa metodologia, os procedimentos metodológicos buscarão respeitar a ampla bibliografia acadêmica que está estabelecida. Também buscamos nos apropriar de informações técnicas referentes a ambas as atividades religiosas ocorrentes nas cidades estudadas com o objetivo de trazer dados que permitissem uma análise voltada a compreender como elas se manifestam e atuam na dinâmica intraurbana de ambas.

A utilização das figuras e dos mapas buscou evidenciar visualmente nossa proposta de compreender como estas cidades pequenas se organizam em torno dos eventos apontados, demonstrando como as influências das festividades religiosas são representativas não só no que se refere a oferta de entretenimento para a população, como também estimula a atividade comercial local.

Referencial teórico

Debatendo o conceito de cidade pequena

Analisar as cidades pequenas em seu contexto e conceito demanda uma dedicação de pesquisadoras e pesquisadores no que se refere ao entendimento com relação a abordagem que será adotada para que possa realizar-se as análises e reflexões de acordo com a interação que está sendo refletida.

Muitos pesquisadores têm realizado leituras e debates referentes a entender como a dinâmica das cidades pequenas está presente na rede urbana brasileira. Milton Santos (1979) utilizava a denominação de cidades locais, já que entendia que a terminologia “pequena” induziria um pensamento direcionado somente a questão demográfica, o que poderia ocasionar em um erro com relação a analisar outras cidades do Brasil.

Para as nossas reflexões o uso do termo “pequena” não compromete o desenvolvimento do debate, já que dialogamos a partir da proposta demográfica e de que como o turismo religioso possui influência na dinâmica intraurbana das cidades estudadas.

Jurado da Silva e Sposito (2009, p. 204-205) trazem ideias com relação ao uso adequado quando falamos de cidades pequenas:

Devemos ter claro que a simplificação e a generalização devem ser afastadas da interpretação das cidades pequenas, visto que a realidade encontrada nas cidades com essa denominação pode ser objeto de estudos aprofundados, no que tange à própria análise das suas especificidades e particularidades. A partir dessa proposição, temos de desconsiderar todas aquelas afirmações que têm sido tomadas correntemente como “verdadeiras”, como é o caso de se dizer que as pequenas cidades têm se constituído como “pólos de atração de idosos”, ou mesmo tomadas como lugares “pacatos e seguros”, o que redundará numa série de distorções e de equívocos interpretativos, que nada mais são do que a reprodução do senso comum.

Os autores buscam evidenciar que pensar as cidades pequenas somente como locais de descanso e sem um dinamismo intraurbano é um equívoco para quem se propõe a analisá-la. Ambos deixam claro que tal assertiva somente representa o atraso de um pensamento já superado, ainda mais em uma rede urbana dinâmica com a brasileira.

As cidades pequenas hoje podem representar muitas realidades sendo até mesmo a inserção delas na dinâmica global de relações comerciais, sejam com a presença de um setor agrícola forte ou até mesmo com uma produção industrial estabilizada, voltada para a exportação, como é possível evidenciar em cidades como Regente Feijó/SP, Pirapozinho/SP etc. (Sposito, 2010).

Deste modo, compreender a relação e as interações originadas pela manifestação do sagrado via o turismo religioso é uma forma de entender a dinâmica intraurbana de duas cidades pequenas de

modo a inseri-las em um contexto que permita refletir não só da importância da dimensão da atividade turística, mas como ela é significativa em uma cidade pequena.

A influência do turismo na dinâmica intraurbana

O turismo tem se figurado nos últimos anos como um dos mecanismos utilizados pela população mundial para não só se deslocar, mas para a aquisição de conhecimento cultural, para a realização do ócio, para o consumo de produtos e outras atividades que possam trazer conteúdo ou descanso para quem o realiza.

Entretanto, ele foi amplamente apropriado pelo sistema capitalista e virou um “produto”. Se partirmos da definição empreendida por Barretto (1995, p. 43) em que a autora define o conceito de turismo temos que, o mesmo significa: “[...] um tipo especial de viagem”.

Ainda neste ponto, é fundamental também compreendermos a questão do conceito de viagem muito empreendida por aqueles que buscam esses lugares para descanso. Barretto (1995, p. 43-44) apresenta a divisão que temos que fazer referentes ao conceito de viagem e de turismo, onde

[...] é essencial retornar à diferença entre o conceito de viagem, que implica apenas deslocamento, e o conceito de turismo que implica a existência também de recursos, infraestrutura e superestrutura jurídico e administrativa.

Mas antes de adentrarmos na significância que possui o turismo ou suas ramificações, como o religioso, é necessário que façamos a compreensão de como as ações humanas ligadas a valorização e a crença em ritos e mitos foi capaz de estruturar e produzir espaços no decorrer dos anos. Nossa abordagem será realizada a partir de uma análise escalar geográfica, onde nos apropriamos dos fatos e debatemos de formas a ampliar o debate, sempre buscando ligar os pontos de forma horizontal (Sposito, 2010).

Rosendahl (2018, p. 48) ao comentar com relação ao religioso e o urbano destaca que:

Ao falar de sagrado e urbano, colocamos o templo como elemento forte da conexão entre cidade e religião. A presença do santuário ocupando o lugar central nos primeiros núcleos de povoamentos é reconhecida por ambas as vertentes de pesquisadores

Os templos significavam espaços sagrados dotados de capacidade suficiente para que a população pudesse fazer cumprir suas crenças, o que era determinado para que a cidade pudesse ser estabelecida em prol daquelas realizações sagradas.

Deste modo, as primeiras cidades registradas já contavam com uma população que exercia suas atividades religiosas expressivamente, seja na construção de templos sagrados, na realização de intensas jornadas de caminhadas, denominadas de romarias, que congregavam uma quantidade significativa de pessoas ou outras atividades mais restritas, porém que tinham uma relevância para o deslocamento e reforço dos atos religiosos (Barbosa, 2016).

Com isso, houve o estímulo para a realização e popularização dessas atividades voltadas à cultuação de símbolos e realização de ritos sagrados, que se ampliou e cada vez mais ganhou adeptos pelo mundo. No Brasil, um país laico, mas com uma divisão católica e evangélica, essas atividades ganharam adeptos e se dinamizaram com relação a sua estrutura, tornando-se objeto de uso do sistema capitalista.

É importante debatermos sobre essa apropriação do capital para a realização de ritos sagrados, o que ajuda a explicar muito do processo de produção do espaço e também do espaço urbano, já que é possível apontarmos a influência de agentes que estimulam tal atividade.

Quando se reflete sobre essa visão a partir da produção capitalista do espaço voltado ao turismo como influência para o espaço urbano, Souza, Bahl e Kushano (2013), apoiados em David Harvey, Henri Lefebvre e Milton Santos, questionam se esse espaço produzido inicialmente contempla todos os anseios que o agente

produtor busca. Os autores são diretos ao apontar que o espaço produzido mediante o capitalismo responde as necessidades dos agentes, mas também cumpre à regra de ser contemplativo no que o capitalismo interpõe, permitindo que se respeite ambos, mas tendo o entendimento direto de que o capital faz cumprir suas “necessidades” naquilo que o agente produtor do espaço busca.

Para o uso turístico do espaço, os autores inicialmente apontados destacam:

No caso de um espaço com uso turístico deve-se ressaltar que para que essas novas funcionalidades aconteçam do ponto de vista físico, faz-se necessário prover um espaço geográfico com alguns elementos dentre os quais: equipamentos e serviços turísticos que são aqueles destinados a satisfação de necessidades, preferências e motivações dos turistas como os serviços de alimentação, hospedagem, entretenimento, agenciamento e transporte. E em essência, também contemplar os atrativos turísticos como elementos que integram o espaço e são capazes de atrair turistas, ou seja, provocar deslocamentos. (Souza; Bahl; Kushano, 2013, p. 321)

O espaço turístico produzido se pauta na representação e motivação que aquela população terá entorno de toda a crença que está voltada ao sagrado. Deste modo, o espaço urbano produzido, assim como nos templos sagrados apontados por Rosendahl (2018), estarão voltados para uma dinâmica religiosa e conduzirá as interações intraurbana dentro das atividades voltadas ao sagrado.

Ao comentar da cidade de Aparecida/SP, Barbosa (2016) destaca todo o aparato que foi criado para que pudessem ser recepcionados os romeiros e devotos da santa padroeira da cidade, seja um hotel com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um teleférico que permite uma visão ampla da cidade ou até mesmo a “Cidade do Romeiro” voltada para essa população.

O mesmo realiza Lobato (2019, p. 10) ao comentar da Festa de São Benedito em Bragança/PA e toda a sua representatividade local,

onde os participantes, chamados marujas e marujos, destacam que participar da festa “[...] é fundamental para suas vidas, é o momento de expressar sua gratidão às graças alcançadas”.

Deste modo, reconhecer as atividades voltadas à devoção de santos e crenças permite compreender que a dinâmica intraurbana é afetada por conta dessas manifestações que, pautadas no turismo religioso, fomenta uma série de atividades de trabalho que possibilitam renda e empregos para a população residente nas cidades ou de outras localidades.

Ao comentarmos sobre a dinâmica intraurbana, queremos compreender que toda atividade que ocorre dentro da cidade reflete diretamente no estabelecimento da mesma enquanto componente de uma rede urbana. É dentro da cidade que as interações agem e moldam as relações que ocorrerão entre as demais, sejam metrópoles, médias ou pequenas (Lima, 2015).

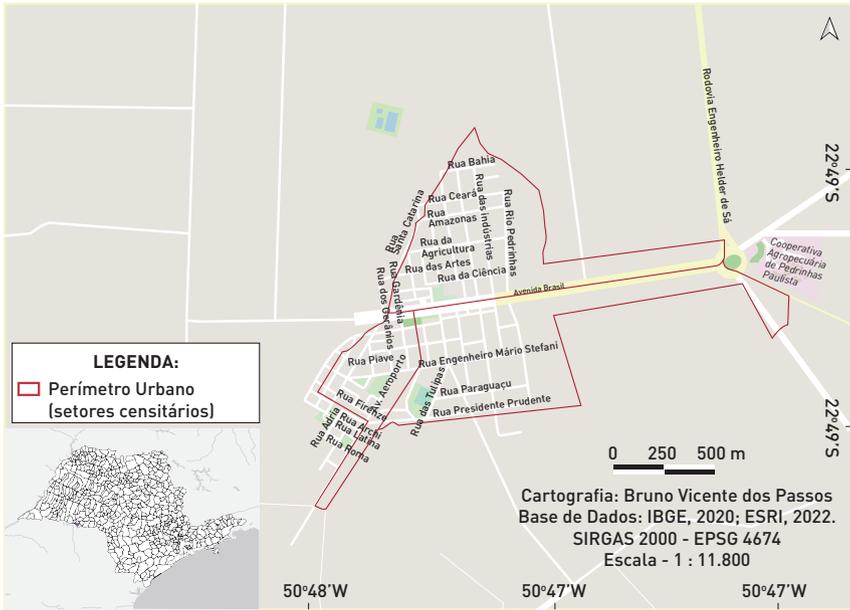
Por isso, dentro das reflexões e análises apresentadas elencamos duas cidades pequenas que se estabelecem por conta de todo o rito criado em volta do sagrado, que é significativo nas ideias e propostas apresentadas.

Pedrinhas Paulista/SP é uma cidade localizada a Sudoeste do Estado de São Paulo e conta com cerca de 3.109 habitantes¹. Fundada em 1952 e elevada a município em 1991 é uma cidade que valoriza sua cultura e representatividade italiana, seja pela infraestrutura arquitetônica, muito influenciada nos monumentos italianos ou pela realização de festas típicas, com a do padroeiro da cidade, São Donato (Ortale; Corrias; Fornasier, 2017).

O mapa 1 indica a localização geográfica e a estruturação urbana da cidade pequena de Pedrinhas Paulista/SP:

1. Informações obtidas no IBGE Cidades, disponível em: <https://bit.ly/3kjdKJl>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Mapa 1. Localização Geográfica e estruturação urbana de Pedrinhas Paulista/SP



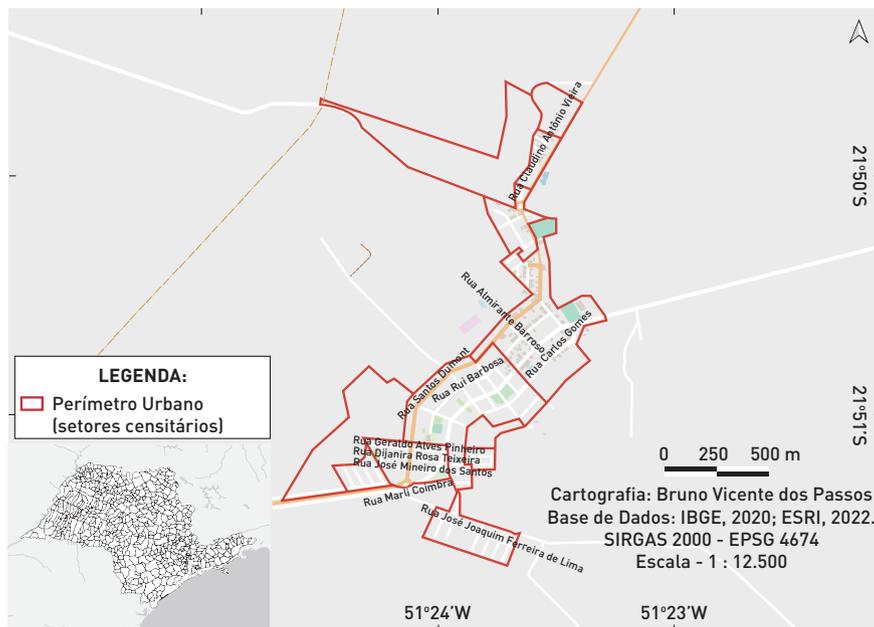
Fonte: Acervo dos autores (2022).

Com uma economia baseada na produção de milho e soja, Pedrinhas Paulista/SP tem nas festividades destinadas à São Donato sua manifestação religiosa, na qual muitos turistas participam em busca de pedidos e agradecimentos, fomentando a estrutura de uma atividade festiva voltada à celebração do sagrado em conjunto com a comercialização e o consumo desta.

Já Santo Expedito/SP é uma cidade localizada a Oeste do Estado de São Paulo e conta com cerca de 3.159 habitantes². Obteve sua emancipação política e administrativa tornando-se um município integrado ao Estado no ano de 1958, mas em 1949 já eram realizadas as primeiras atividades voltadas à manifestação religiosa para o padroeiro que denomina esta cidade (Lima, 2018).

2. Informações obtidas no IBGE Cidades, disponível em: <https://bit.ly/3kIYGuE>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Mapa 2. Localização Geográfica e estruturação urbana de Santo Expedito/SP



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Localizada na região administrativa de Presidente Prudente/SP, tem nessa sua principal referência em quanto cidade de acesso a produtos e serviços, sendo esta uma cidade média atrativa com relação a empregos formais.

Resultados e discussão

Festa de São Donato: Pedrinhas Paulista/SP

Pedrinhas Paulista/SP é uma cidade pequena caracterizada pela peculiaridade de se manter fiel a tradição dos seus primeiros moradores. A valorização da cultura italiana, seja no idioma, na comida

ou na arquitetura é um traço identitário fundamental para a preservação da história e manutenção da mesma.

Este identitarismo e evocação pela cultura italiana é evidente ao verificarmos os costumes da população desta cidade pequena, assim como toda a estrutura urbana que é característica dela, conforme podemos observar pela Figura 1:

Figura 1. Portal de Entrada de Pedrinhas Paulista/SP



Fonte: Governo de São Paulo, 2019.

Manter essa conexão com uma cultura que não é tradicional do Brasil remete à população não só a valorização da sua história, mas sim uma posição com relação a sua identidade enquanto cidadina e cidadão, principalmente pela valorização de suas raízes e pela manutenção das mesmas.

Tal evocação a identidade italiana permitiu que Pedrinhas Paulista/SP fosse reconhecida no ano de 2019 como Município de Interesse Turístico (MIT) pelo Ministério do Turismo, agregando ainda mais valor a essa cultura da cidade pequena e fomentando ainda mais as atividades culturais, religiosas e econômicas.

A principal atividade religiosa da cidade é a festa para São Donato que ocorre todo dia 07 de agosto e busca reunir a população de Pedrinhas Paulista/SP e de localidades próximas para festejar com pratos típicos italianos não somente o santo, mas também celebrar o fundador da cidade, Monsenhor Ernesto Montagner.

Oriundo da cidade de Salgareda na Itália, chegou ao Brasil em 1952 acompanhado de outros colonos italianos, que foram conduzidos como forma de estimular a interiorização de alguns estados nacionais, com a construção de vilas, que posteriormente se expandiriam e formariam algumas cidades (Naputano, 2012).

A devoção à São Donato foi muito impulsionada pelo próprio Monsenhor, que procurou manter a tradição italiana como principal característica identitária e Pedrinhas Paulista, até o ano de sua morte em 1995. Naputano (2012, p. 55) destaca que:

Fundada em 21 de setembro de 1952 com a chegada inicialmente de 28 famílias de italianos, muitos da cidade de San Donà di Piave a Venezia, acompanhados pelo padre católico Ernesto Montagner, que ali viveu até o seu falecimento, dando continuidade ao sentimento de pertença italiana e unidade à comunidade através de suas bênçãos e missas nesta língua.

A festa de São Donato é o principal evento do calendário festivo de Pedrinhas Paulista/SP e ganha cada vez mais adeptos, seja pela temática religiosa que circunda a festividade ou pela comemoração com ações solidárias, venda de alimentos entre outros:

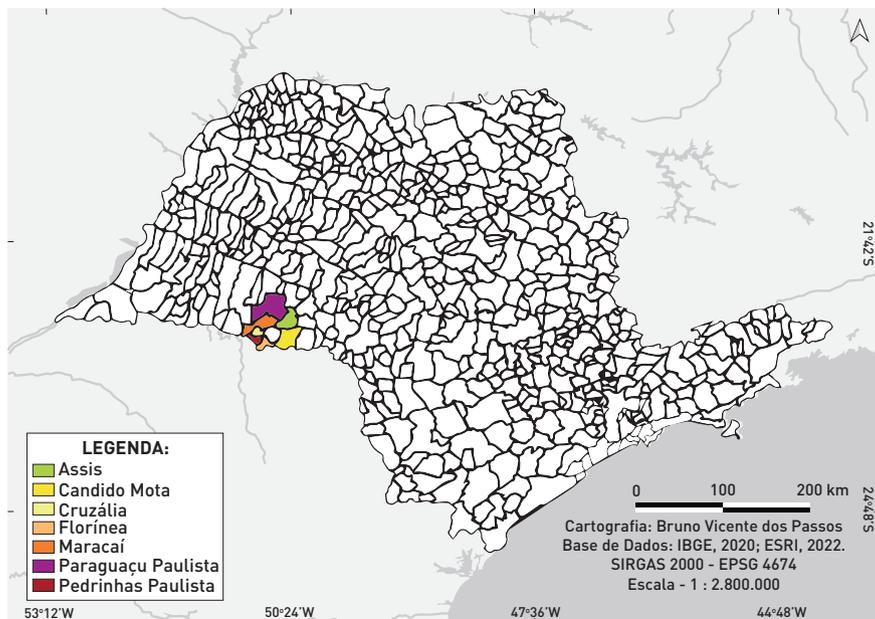
Figura 2. Público e comida típica da “Festa de São Donato”



Fonte: Assiscity, 2018.

A presença do público estimula e muito o comércio local de Pedrinhas Paulista/SP. Porém não é apenas para a cidade que as atividades são interessantes, já que há a presença de famílias de cidades próximas, conforme podemos observar no mapa 3:

Mapa 3. Cidades de origem dos participantes da Festa de São Donato



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Segundo dados coletados no Portal do Governo do Estado de São Paulo (2019) o potencial turístico que a cidade pequena de Pedrinhas Paulista/SP possui com relação a realização das festividades para seu padroeiro é capaz de atrair população de cidades próximas, como Florínea/SP, Assis/SP, Cruzália/SP, Paraguaçu Paulista/SP Maracaí/SP, Cândido Mota assim como de cidades de outros estados, como Sertaneja/PR.

É inegável que a dinâmica intraurbana proporcionada pelas festividades religiosas destinadas à São Donato é diretamente afetada, não só pelo turismo religioso, mas também pelo comum. Pode-se dizer que esta cidade pequena foi projetada e idealizada pautada na evocação de uma identidade voltada a valorização e reforço da memória da cultura italiana, principal descendência dos seus primeiros moradores.

A figura de Dom Ernesto Montagner e sua atuação enquanto membro eclesiástico reforçou ainda mais essa característica, seja pela Igreja de

São Donato ou pela inspiração arquitetônica italiana, principalmente com a capital Roma. Essa identidade reflete muito uma memória afetiva da população inicialmente residente, que tratou de passar para as próximas gerações essa afetividade para com a sua descendência.

A Festa de São Donato é extremamente significativa com relação a sua importância no reforço da dinâmica intraurbana de Pedrinhas Paulista/SP, que evoca sim a tranquilidade de uma cidade pequena, mas que se dinamiza com as atividades festivas proporcionada pelo turismo religioso, que agrega também a curiosidade de quem visita por conta de sua infraestrutura voltada ao culto da arquitetura italiana.

O espaço produzido pelo turismo religioso se reflete nas atividades cotidianas das cidadinas e dos cidadãos, que se modificam na presença de uma festa de grande proporção. Com relação ao espaço urbano, esse se adequa a realidade que está sendo projetada e é moldada de acordo com as necessidades da população que visita esta cidade pequena.

No caso de Pedrinhas Paulista/SP o espaço urbano produzido foi aquele que necessitava manter-se ligado a sua origem, como forma de trazer para a memória daquela população residente um sentimento de pertencimento, algo que posteriormente foi apropriado e transformado em símbolo de lucro e rentabilidade, seja com a sua expressividade concreta ou pela evocação proporcionada pelas festividades, como a Festa de São Donato.

Festa do padroeiro de Santo Expedito/SP

O processo de produção do espaço urbano de Santo Expedito/SP está diretamente atrelado à construção do ideário sagrado que está envolto na figura do padroeiro desta cidade pequena e da sua capacidade de tornar-se objeto de culto de muitos devotos.

Deste modo, o turismo religioso veio *a posteriori* do processo de formação do espaço urbano, já que *a priori*, a cidade se formou ao redor da primeira igreja construída para o santo (Lima, 2018).

No decorrer dos anos, de 1940 até o ano de 1997, a cidade de Santo Expedito/SP atraiu turistas e devotos destinados a cumprir suas promes-

sas e participar das festividades realizadas. Neste caso, ao contrário de Pedrinhas Paulista/SP, o que fomenta a presença dos turistas é única e exclusivamente a necessidade de pagar uma promessa para o “santo das causas impossíveis”³ e não conhecer ou consumir a cidade pequena.

Com isso é possível observarmos que o sagrado que proporciona o turismo religioso interfere de forma a compreender que a dinâmica intraurbana de uma cidade pequena como Santo Expedito/SP pode ser afetada de forma positiva e negativa. Como forma de exemplo, utilizaremos o trecho de entrevista realizada⁴ por Lima (2018, p. 68) onde o autor traz o relato de um morador e como ele se utiliza das atividades proporcionadas pelo turismo religioso como forma a gerar renda:

Rapaz, eu coloquei R\$ 1000,00 nesse banheiro. Gastei só com material, a obra eu e meu filho fizemos juntos. Deu certo, graças a Deus e Santo Expedito. Eu posso morrer, mas as paredes tão aí, erguidas. Fica pra mulher e pros meninos tirar um trocado né? Dia de festa forma fila, é um atrás do outro, e nós cuida direitinho sabe? Sempre limpinho. Aí tem gente que vem todo ano e já chama os outros e aí vai vindo gente e mais gente. Antes no primeiro ano meti uma placa de papelão, sabe? Agora nem precisa disso mais não, rapaz! Agora já tem as pessoas que vem. E a gente serve almoço também, R\$ 10,00 também, comida caseira.

É possível identificar, pelo relato, que a Festa do Padroeiro de Santo Expedito/SP movimenta também o comércio local, com atividade simples, como a concessão de uso de banheiros, oferta de alimentos etc. Podemos identificar que a dinâmica intraurbana se altera por conta das atividades como a busca de um local para comer e fazer suas necessidades básicas, o que poderia ser realizado em uma área destinada à hospedagem, mas que pelo entrevistado, deve ser escasso ou praticamente nulo.

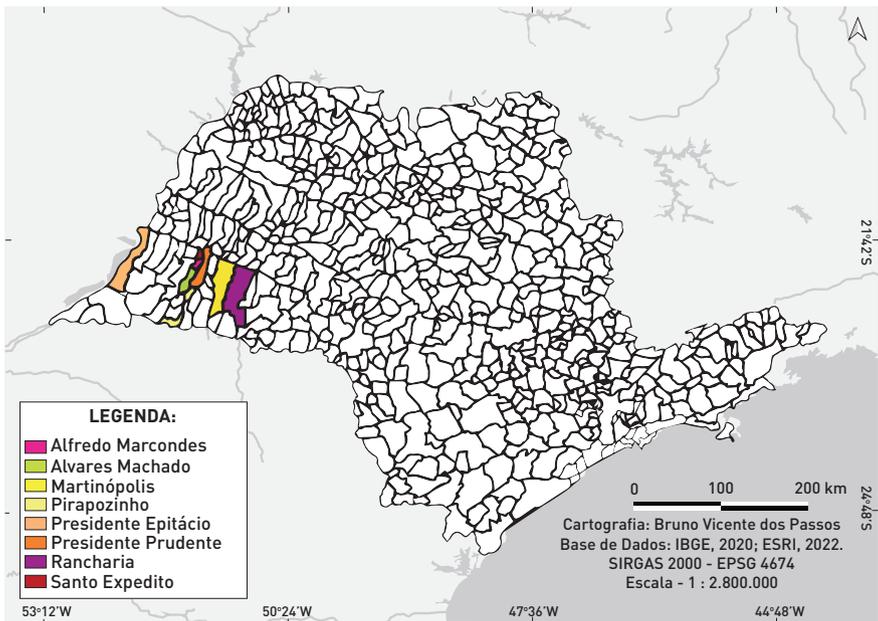
3. Forma como Santo Expedito é conhecido no meio católico.

4. Preservaremos o nome do entrevistado e transcreveremos da mesma forma como o relato foi coletado pelo pesquisador.

Logo, a Festa do Padroeiro de Santo Expedito/SP realizada no dia 19 de abril movimenta e modifica a dinâmica intraurbana da cidade pequena de Santo Expedito/SP não apenas na quantidade de pessoas que se deslocam de muitas localidades para participar, mas também no consumo do que é ofertado como alimentação, estadia ou recurso básico de higiene e limpeza.

No mapa 4, podemos identificar um pouco das cidades que frequentam e participam das atividades realizadas na Festa do Padroeiro de Santo Expedito/SP:

Mapa 4. Cidades de origem dos participantes da Festa do Padroeiro de Santo Expedito/SP



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Podemos observar que há uma predominância de cidades próximas a Santo Expedito/SP, como Presidente Prudente/SP, na qual

podemos considerar uma das mais importantes do Oeste Paulista, Alfredo Marcondes/SP, Álvares Machado/SP, Martinópolis e etc. são apenas algumas das cidades que frequentam as atividades religiosas realizadas em prol do padroeiro da cidade.

Lima (2018) e Camargo (2021) ressaltam em seus trabalhos a capacidade de atração que o evento religioso em Santo Expedito/SP possui para com as cidades pertencentes a região administrativa de Presidente Prudente/SP. As indicadas são apenas algumas das que possuem fiéis dispostos a comparecer nas festividades do dia 19 de abril, sendo que alguns dos turistas também se deslocam de cidades mais distante, como São Paulo/SP.

E por conta de toda essa dinâmica proporcionada pelo evento, seja na atração que realiza em nível de frequentadoras e frequentadores, que culminou na potencialidade do turismo religioso, seja pela manifestação do sagrado ou pela dinamização do comércio envolto neste, Santo Expedito/SP foi classificada no ano de 2017 como uma MIT.

Logo toda a manifestação entorno do turismo religioso proporcionado para o culto à Santo Expedito, culmina em uma série de atividades de potencialização de várias transformações na dinâmica intraurbana da cidade. Primeiro, mesmo que seja um evento sazonal e que ocorra em um curto período do ano, é evidente que o mesmo possui a capacidade de modificar a realidade de cidadinas e cidadãos, mediante a oferta de oportunidades de renda através de algumas atividades laborais focadas nos turistas que chegam a Santo Expedito/SP.

Portanto, compreender a importância da Festa do Padroeiro de Santo Expedito não é apenas observar a dinâmica envolta em uma atração destinada ao turismo religioso. No caso de Santo Expedito/SP o sagrado precede a cidade, assim como as cidades da antiguidade de Rosendahl (2018) destaca, o que demonstra que a religião influi diretamente na produção do espaço urbano, assim como nas dinâmicas intraurbanas.

Conclusão

As primeiras cidades da antiguidade tinham no sagrado a melhor representação para a preservação de sua estrutura, já que muitas delas foram criadas em torno de santuários destinados ao culto de santos.

Essas mesmas cidades hoje recebem milhões de pessoas que buscam conservar o tradicionalismo das atividades eclesíásticas, passando para as próximas gerações a responsabilidade de manter a crença viva.

Diante disso, como pensar as cidades e sua dinâmica intraurbana mediante a presença do sagrado? Como o turismo religioso pode responder as questões referentes há como observar uma cidade pela manifestação de devotas e devotos de uma determinada santa ou santo?

Muitas questões podem emergir da relação turismo religioso e dinâmica intraurbana. Nossa intenção foi coletar dois exemplos de cidades pequenas, conceituação que possui outro debate incluso, que se estruturaram e se estruturam a partir da manifestação do turismo religioso.

No caso de Pedrinhas Paulista/SP a imagem transposta de uma cidade que busca se aproximar da descendência de seus pioneiros é um dos fatores que impulsionaram a eclosão das atividades do turismo religioso, já que um dos primeiros moradores era padre e devoto do padroeiro da cidade.

Em Santo Expedito/SP o sagrado precede a cidade por conta da devoção de um antigo morador, também pioneiro, que buscou ser grato erguendo uma igreja para o padroeiro da cidade, o que atraiu muitos outros moradores de outras localidades.

Essas cidades pequenas apenas demonstram como o turismo religioso é capaz de produzir espaços, que se tornaram também urbanizados e fomentar uma estrutura de dinâmica intraurbana voltada a crença da população turística. Todo o arcabouço criado, seja na manutenção arquitetônica e até mesmo linguística de uma população e a criação de um santuário de grande dimensão voltado a um santo, possui influência direta nas atividades que ocorrem

dentro do espaço urbano dessas cidades pequenas que afetam o cotidiano de cidadinas e cidadãos.

Seja na oportunidade de se reunir com amigos e familiares para produzir alimentos voltados para os devotos ou até mesmo de oferecer sua residência e estrutura para que possa recepcionar turistas, essas ações demonstram como as atividades do turismo religioso possuem a capacidade de alterar dinâmicas, ainda mais as que afetam o intraurbano.

O debate apresentado ainda possui muitas outras lacunas de análise e se apresenta não como forma de encerrar a discussão, mas de servir também como ponto inicial para o mesmo.

Referências

ASSISCITY. **Tradicional macarronada de São Donato de Pedrinhas será na próxima Terça dia 07**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3lXxaEj>
Acesso em: 21 fev. 2022.

BARBOSA, Ivo Francisco. A igreja católica em Aparecida/SP: Um agente social na produção e reprodução do espaço urbano. **Revista Tamoios**, n.2, p. 136-149, 2016.

BARRETTO, Margarita. Turismo na História. *In*: **Manual de Iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995, p. 43-57.

CAMARGO, Berta Lúcia do Nascimento. **Geografia, turismo e religião: gestão pública do espaço no município de interesse turístico de Santo Expedito**. 2021. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente, SP.

GOVERNO DE SÃO PAULO. 2019. **Pedrinhas Paulista recebe título de Município de Interesse Turístico**. Disponível em: <https://bit.ly/3INSULQ>. Acesso em: 22 fev. 2022.

GOVERNO DE SÃO PAULO. s/d. **Santo Expedito/SP**. Disponível em: <http://bit.ly/3Zd8zcR>. Acesso em: 22 fev. 2022.

JURADO DA SILVA, Paulo, SPOSITO, Eliseu Savério. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **GEOGRAFIA (Rio Claro)** v. 34, n. 2, p. 203-217, 2009.

LIMA, Leandro Oliveira. Escala intraurbana e produção do espaço em Senador Canedo/GO. **Ateliê Geográfico**, v. 9, n. 3, p. 128-143, 2015.

LIMA, Matheus Guimarães. Produção do espaço e turismo religioso em Santo Expedito/SP. **Revista Presença Geográfica**, v. 5, n. 01, p. 57-71, 2018.

LOBATO, Alessandra da Silva. Patrimônio, turismo e produção do espaço. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. 13., 2019. São Paulo/SP. **Anais...**, São Paulo/SP, 2019, p. 1-14.

NAPUTANO, Marcelo. **Identidades culturais em imigrantes da segunda geração**: “Os filhos de Pedrinhas. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP), Presidente Assis/SP.

ORTALE, Fernanda; CORRIAS, Vinício; FORNASIER, Rosângela. Desafio no ensino da língua de herança: O italiano em Pedrinhas Paulista. **Revista Letras Raras**, v. 6, n. 2, p. 72-86, 2017.

ROSENDAHL, Zeny. O sagrado e o urbano: Gênese e função das cidades. *In*: ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na Geografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, p. 47-76.

SANTOS, Milton. As cidades locais no Terceiro Mundo: O caso da América Latina. *In*: SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 69-76.

SOUZA, Silvana do Rocio de; BAHL, Miguel; KUSHANO, Elizabete Sayuri. O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. **Revista Hospitalidade**. v. 10, n. 2, p. 313-331, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia (Rio Claro)** v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E OS PEQUENOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: LIMITES E DESAFIOS EM ATENDIMENTO À MORADIA DIGNA

*Henriete Selênia Müller Grade
Beatriz Fleury e Silva*

Introdução

A preocupação com a questão habitacional teve origem no Brasil a partir das demandas por moradias adequadas, crescentes como os problemas sociais e sanitários das cidades brasileiras desde o final do século XIX, quando se iniciou um “intenso processo de urbanização” no país, como descreve Maricato (2008, p. 16). A política habitacional brasileira, no entanto, nem sempre foi capaz de atender satisfatoriamente às classes mais desfavorecidas, como foi o caso da pioneira Fundação da Casa Popular de 1946 que se mostrou ineficaz pela falta de recursos e regras de financiamento e posteriormente o modelo implementado pelo Sistema Financeiro Habitacional (SFH) através do Banco Nacional da Habitação (BNH) entre 1964 e 1986 que, apesar de ter à disposição grande soma de recursos financeiros, mostrou-se ineficaz para atender à população de baixa renda, segundo o Ministério das Cidades (2004) .

Bolaffi (1975) destaca que a questão habitacional constituiu um falso problema, eleito pelo governo federal na época, através da construção de uma falsa política que “ao transferir para a iniciativa privada todas as decisões sobre a localização e construção de habitações

financiadas com recursos públicos, gerou uma cadeia de negociatas inescrupulosas” (Bolaffi, 1975, p. 54). Desenvolvendo esta argumentação, Logan e Molotch (1987) observam que a cidade muitas vezes é gestada pelo capital privado com o Estado atuando em coalizão com este capital, dando contornos ao modo de produção capitalista de traços patrimonialistas, modo este que se intensifica no Brasil a partir da década de 1990 com a política neoliberal adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo Maricato (2014).

É escassa a literatura encontrada sobre a avaliação da política habitacional em pequenos municípios, mas após a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10257/01) muitos destes têm experimentado a implementação dos instrumentos de política urbana, incentivados por regulamentação estatal. França (2015) relata que afora as fragilidades de implementação da política urbana, os planos e programas habitacionais nacionais, sobretudo programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também chegaram aos pequenos municípios, e seus resultados foram ainda pouco estudados.

O objetivo deste artigo é apresentar os desafios e limitações dos pequenos municípios no âmbito da política habitacional brasileira no decorrer da construção da Política Nacional de Habitação (PNH) elaborada em 2004, que passou a vigorar com a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) instituídos pela Lei 11.124 de 16 de junho de 2005. O recorte para esta tipologia de município se deve, além da já mencionada ausência de reflexões sobre a trajetória da política habitacional em seu território, também à inegável representatividade no território nacional, uma vez que 95% dos municípios brasileiros possuem menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2010) e portanto “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana” (Endlich, 2006, p. 31).

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica e revisão de obras literárias e outros artigos científicos que abordam temas referentes às políticas públicas nacionais relacionadas ao direito

à moradia bem como sua aplicação, e implicações, no território dos pequenos municípios. A ideia do “direito à cidade” (Lefebvre, 2001) foi abordada a partir da discussão das demandas por habitação, buscando compreender e avaliar como a política habitacional brasileira se propôs a atender às classes mais desfavorecidas através de planos, programas e políticas públicas implantados no país com objetivo de prover o acesso à moradia digna nos pequenos municípios.

Inicialmente se apresenta a trajetória da construção da Política Nacional de Habitação (PNH) no contexto histórico do Brasil a partir de sua instrumentalização com a implantação do SNHIS e do FNHIS. Em seguida, é abordada a conceituação dos pequenos municípios, suas características e especificidades para finalmente analisar as limitações e desafios da PNH nesses municípios.

O direito à cidade e à moradia digna no Brasil

O direito à cidade, originalmente abordado pelo filósofo e sociólogo francês Henry Lefebvre em seu livro de 1968, trata a cidade como um bem comum, enfatizando a importância de resgatar o “valor de uso”, quando os cidadãos participam democraticamente da vida em comunidade, em contraposição ao “valor de troca”, quando a cidade é tratada como mercadoria (Lefebvre, 2001, p. 12). A obra de Lefebvre (2001) teve um impacto significativo no debate acadêmico e nas lutas sociais pelo direito à cidade no Brasil. Sua reflexão sobre a importância de espaços urbanos inclusivos e democráticos ressoaram profundamente em um contexto de discussões sobre e as desigualdades socioespaciais e demandas por moradia, equipamentos urbanos, infraestrutura e transporte que se intensificaram na década de 1970 em decorrência da urbanização acelerada das cidades brasileiras, vivenciada naquele momento.

O direito social à moradia é estabelecido pelo artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tratando sobre a política urbana em seus artigos 182 e 183 cuja regulamentação se efetivou através do Estatuto da Cidade (Lei 10257/01), que estabelece

em seu artigo 2º, dentre suas “diretrizes gerais”, o “direito à terra urbana e à moradia” e em seu artigo 3º, dentre as “atribuições de interesse da política urbana”, a “promoção de programas de construção de moradias” e “melhoria das condições habitacionais” (Brasil, 2001).

A partir da instituição do EC, os Planos Diretores Municipais Participativos (PDMs) passam a ser obrigatórios para municípios com mais de vinte mil habitantes impulsionando pequenos municípios brasileiros a regulamentarem a utilização de instrumentos de política urbana. Muitos PDMs incorporaram diretrizes específicas para políticas municipais de habitação de interesse social. Os esforços estatais em descentralizar a aplicação dos instrumentos de política urbana, inclusive nos municípios de menor porte, tinha o objetivo de promover o desenvolvimento e fortalecer a capacidade de planejamento e gestão local de forma mais equilibrada e sustentável.

A seguir será apresentada de forma resumida a trajetória da política habitacional brasileira com objetivo de contextualizar o processo de construção da Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004 e seus desdobramentos.

Breve trajetória da política habitacional no Brasil

O processo de urbanização no Brasil tem suas origens relacionadas às importantes mudanças políticas, econômicas e sociais que aconteceram no final do século XIX e início do Século XX e que resultaram em um rápido crescimento das cidades, segundo Maricato (2008). A abolição da escravidão modificou o modo de produção da época colonial e incentivou a substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres, em grande parte imigrantes europeus e asiáticos, que gradativamente passaram a trocar o campo pelas cidades com o início do desenvolvimento industrial no país no final do século XIX.

O início do período republicano brasileiro é marcado por um intenso processo de urbanização sob a influência da óptica positivista que acreditava que uma nova era de progresso resultaria na

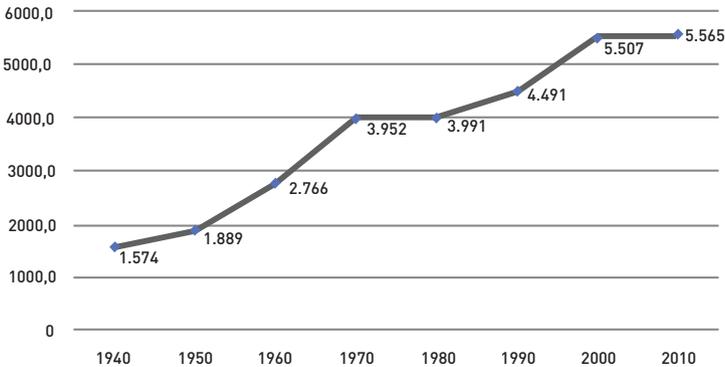
industrialização e modernização dos centros urbanos do Brasil, que ainda era essencialmente agrícola no início do século XX.

A demanda por mão de obra operária a partir do desenvolvimento industrial neste período intensificou o processo de migração de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade. Bonduki (1998) descreve como o rápido crescimento da população das cidades no início do século XX resultou proporcionalmente no surgimento de novas necessidades, principalmente demandas por habitação, saneamento e transportes. A cidade colonial despreparada para receber este repentino crescimento começou a apresentar novos e graves problemas de ordem social e sanitária que eram reflexo das condições inadequadas de habitação com a multiplicação de cortiços e moradias improvisadas carentes de redes de drenagem de águas pluviais e esgotamento sanitário.

De acordo com Nascimento, Bertrand-Krajewski e Brito (2013), com objetivo de resolver os problemas decorrentes da urbanização crescente e desordenada visando impulsionar o desenvolvimento econômico do país, foram propostos e implantados vários projetos de infraestrutura urbana tendo como referências ideais europeus, como o “modelo haussmaniano”, com foco em melhorias na circulação viária e saneamento, bem como o embelezamento das cidades. As reformas urbanas e obras de saneamento e infraestrutura, idealizadas e realizadas a partir do intuito de solucionar os problemas sanitários, conter endemias e embelezar as cidades, impulsionaram o mercado imobiliário capitalista com a valorização das áreas urbanas centrais, expulsando grupos sociais desfavorecidos como os trabalhadores informais, escravos libertos, imigrantes pobres e desempregados para áreas periféricas desprovidas da infraestrutura necessária para garantir condições dignas de moradia.

A população urbana segue em constante crescimento no país e o número de cidades continua aumentando na segunda metade do século XX, como se verifica na Figura 1, onde Carnevalli Fernandes (2018) demonstra o crescimento da quantidade de municípios no Brasil entre 1940 e 2010.

Figura 1. Brasil. Quantidade de municípios entre 1940 e 2010



Fonte: Carnevalli Fernandes (2018, p. 16). Adaptado do IBGE (2010).

As áreas centrais das cidades modernas brasileiras se tornam sobrecarregadas, barulhentas e violentas, e a evolução dos meios de transportes passou a viabilizar o deslocamento de atividades para novos subcentros repetindo o processo de valorização destas áreas e expulsão da população pobre para áreas ainda mais periféricas intensificando o processo de segregação social. A acentuação das desigualdades deu origem a movimentos e lutas sociais que ganharam força no Brasil em meados da década de 1970.

Ante a realidade brasileira, vivida no final da década de 1970, as ideias do direito à cidade e direito à moradia digna se fundiram e fizeram crescer um grande movimento que aproximou diversos segmentos da sociedade denominado Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), “relacionado às tentativas de regulamentar normas e intervenções urbanas visando garantir o direito à cidade e à habitação, na perspectiva de fazer valer a função social da propriedade” (Bonduki, 2018, p. 9). Este movimento foi primordial para que o direito social à moradia fosse inserido enquanto direito constitucional, o que ocorreu em 1988 com a aprovação da atual Constituição da República Federativa do Brasil que dispõe sobre o assunto, estabelecendo pela primeira vez no país a política urbana como direito.

A regulamentação destes dispositivos constitucionais se efetivou somente em 2001, através da Lei Federal nº 10.257/2001 denominada Estatuto da Cidade (EC), que estabelece um conjunto de instrumentos urbanísticos visando promover o cumprimento da função social da propriedade, entendida como o “atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (Brasil, 2001). O EC reforça a importância dos Planos Diretores Municipais (PDMs) quando insere sua obrigatoriedade para outra tipologia de cidade que não somente àquela limitada ao número de habitantes, e conseqüentemente amplia o planejamento para maior diversidade de centros urbanos, incluído nessa seara os pequenos municípios.

Em paralelo ao novo arcabouço legal, no início da década de 2000, foi aprovada a nova Política Nacional de Habitação (PNH), que contempla o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) implantado pela Lei Federal nº 11.124/2005, conforme descrevem Silva e Silva (2013). A partir deste novo momento, mais precisamente em 2009, foi elaborado o Plano Nacional de Habitação (Planhab) que incluiu diretrizes para o estabelecimento de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), construídos de forma participativa, buscando romper com a política feita de cima para baixo existente até então no Brasil.

Este novo cenário voltado à provisão de moradias dirigidas ao atendimento das especificidades de cada situação habitacional local, infelizmente não evoluiu exatamente em conformidade com as expectativas de seus planejadores. Em 2009 foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) sob a Lei 11.977/09, essencialmente um programa econômico, segundo Carvalho, Shimbo e Rufino (2015), consistindo na tentativa do governo de impulsionar a economia como medida para enfrentar a crise mundial de 2008, estimulando o mercado imobiliário através da produção de novos empreendimentos habitacionais, mas que não primava pela qualidade das unidades habitacionais e sua boa localização, trazendo de volta à política *top down*, ou seja, ditada pela liderança do mercado imobiliário.

Com isto, segundo Marcon (2019), o Planhab foi sendo deixado de lado e os instrumentos do EC pouco implementados ou distorcidos a favor do PMCMV que em parceria com estados, municípios e empresas privadas, foi responsável pela entrega de 5.115.034 unidades habitacionais de interesse social produzidas no Brasil desde sua criação em 2009 até 2020 quando foi interrompido, conforme dados do Sistema de Habitação (SiSHAB, 2022).

A seguir serão apresentados os principais aspectos relativos às características e papéis dos pequenos municípios, objeto deste texto, para em seguida trazer algumas reflexões acerca da atual política habitacional nesta tipologia.

A realidade dos pequenos municípios brasileiros

Os pequenos municípios também apresentam problemas relacionados à demanda por habitação, serviços públicos e infraestrutura, sendo fundamental o seu estudo considerando suas especificidades e sua acentuada representatividade no território nacional.

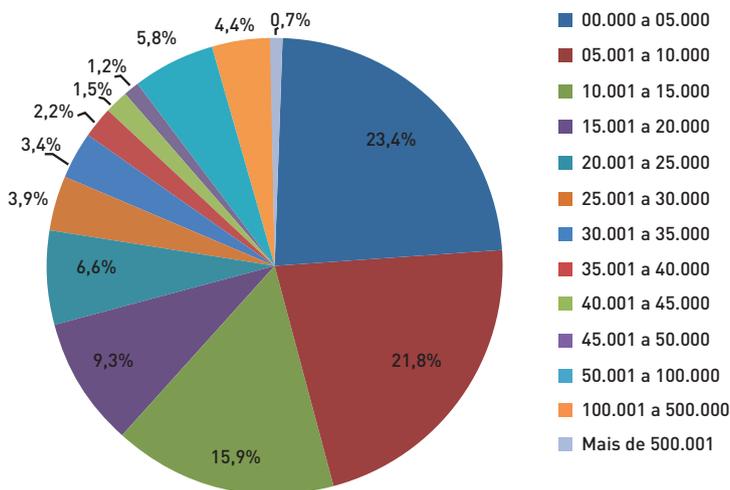
Apesar de o interesse acadêmico estar se intensificando a respeito do estudo dos pequenos municípios, não existe um conceito padrão que as defina. Carnevalli Fernandes (2018, p. 14) entende que a quantidade de habitantes é um elemento insuficiente para esta conceituação e destaca a complexidade da “confluência entre o urbano e o rural” nesta tipologia de cidade. A abundância de aspectos a serem analisados em decorrência da ampla diversidade na composição municipal das Unidades da Federação do vasto e heterogêneo território brasileiro acentua a dificuldade nesta definição que depende ao mesmo tempo de abordagens quantitativas e qualitativas. Endlich (2006) apud Carnevalli Fernandes (2018, p. 19) considera indispensável a análise da “divisão do trabalho, da economia de mercado e da capacidade de consumo” para conceituar pequenos municípios.

A abordagem quantitativa se refere aos “patamares mínimos e máximos de habitantes” e a abordagem qualitativa abrange um contexto geral levando em conta as “relações e influências na rede

urbana e a formação socioespacial das regiões” a partir da análise de elementos como “saúde, educação, emprego, lazer, consumo”, entre outros (Carnevali Fernandes, 2018, p. 21-22).

Carnevali Fernandes (2018, p. 22) analisa, sob o aspecto quantitativo, que apesar da grande “divergência acerca desses conceitos” e das “disparidades regionais” a maior parte dos municípios brasileiros, especificamente 95 %, possui menos de 100.000 habitantes e são classificados como pequenos municípios pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Figura 2).

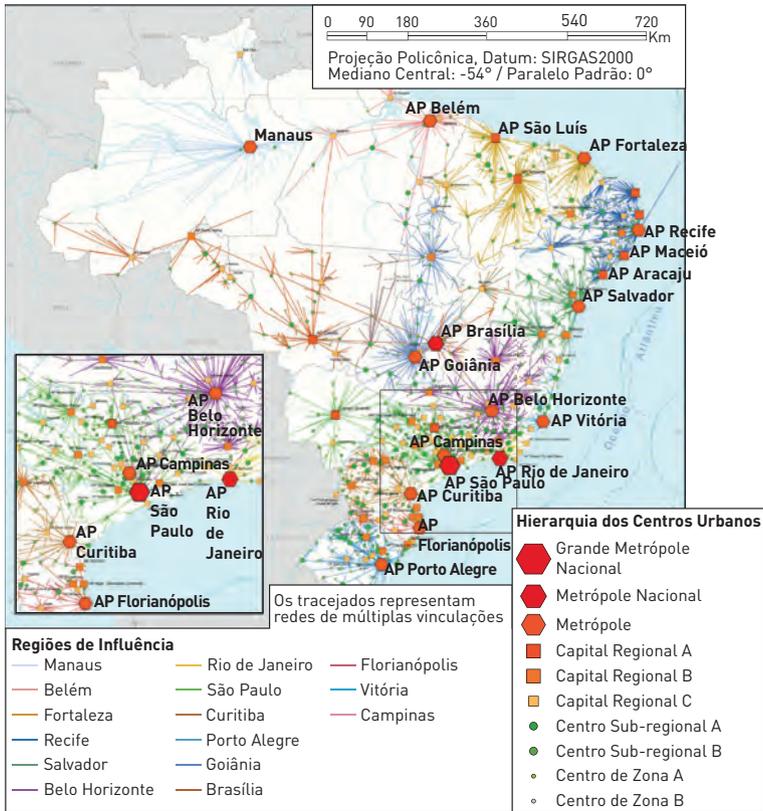
Figura 2. Brasil. Proporção de municípios por classes de população total



Fonte: Carnevali Fernandes (2018, p. 22). Adaptado do IBGE (2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística classifica as cidades brasileiras não apenas por seu porte populacional, mas também por sua classificação na rede urbana (Figura 3).

Figura 3. Brasil. Mapa da rede urbana



Fonte: IBGE (2020).

Sob o ponto de vista qualitativo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística classifica as cidades brasileiras em cinco níveis (metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local) conforme a Regiões de Influência das Cidades – Regic. Dados do Regic, apresentados na Tabela 1, demonstram que 4.037 dos 4.899 centros urbanos do país, representando aproximadamente 82,4%, estão classificados como “centros locais” (IBGE, 2020), último dos cinco níveis hierárquicos da rede urbana brasileira, tipologia que inte-

ressa neste estudo pois corresponde ao perfil da maioria dos pequenos municípios, com média populacional de 12,5 mil habitantes.

Tabela 1. Brasil. Distribuição dos níveis de hierarquia urbana nas Grandes Regiões

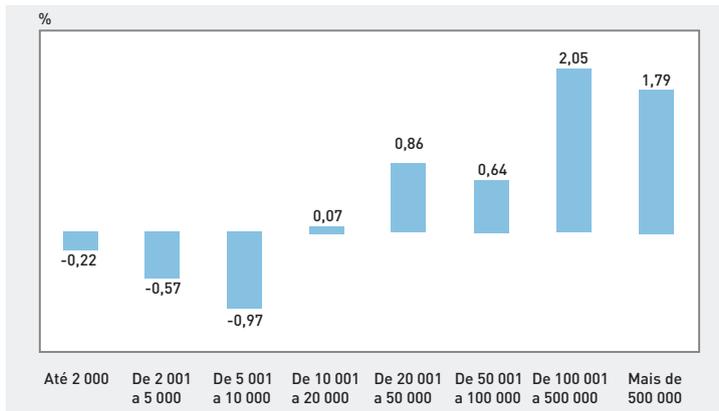
Grandes Regiões	Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana									
	Metrópole		Capital Regional		Centro Sub-Regional		Centro de Zona		Centro Local	
	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)	Cidades	Nível Hierárquico (%)
Brasil	15	100,0	97	100,0	352	100,0	398	100,0	4 037	100,0
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,2
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1 436	35,6
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1 074	26,6
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3

Fonte: Regiões de Influência das Cidades, IBGE (2020).

Para caracterização do objeto em estudo neste artigo serão considerados, portanto, como critério quantitativo o conceito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que classifica como pequenos municípios os aglomerados com até 100.000 habitantes (IBGE, 2010), e como critério qualitativo os “centros locais” que compreende cidades com fraca centralidade de suas atividades empresariais e de gestão pública, que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população de outras cidades para temas específicos sem ser, no entanto, o destino principal de nenhuma, mas ao contrário disso geralmente possuem outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividade cotidianas, conforme definição do IBGE (2020).

Santos e Peixinho (2021) alertam para dados estatísticos do IBGE que demonstram taxa de crescimento populacional negativo nos municípios com até 10.000 habitantes e pequena taxa de crescimento populacional nos municípios com 10.001 a 20.000 habitantes entre 2000 e 2010 (Figura 4).

Figura 4. Taxa média de crescimento anual da população, segundo a quantidade de habitantes dos municípios brasileiros entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Endlich (2009, p. 20) sinaliza sobre a “intensa mobilidade espacial da população procedente de municípios com pequenos centros urbanos” decorrentes das mutações sofridas em decorrência de processos resultantes da engrenagem capitalista como a mecanização da agricultura, o desenvolvimento da indústria e a modernização dos meios de transportes que incentivaram e facilitaram o deslocamento da população do campo para a cidade, incentivando o surgimento de novos municípios e a redução da população dos municípios menores, que muitas vezes apresentam crescimento negativo devido ao fato de parte de sua população mais jovem migrar para centros maiores em busca de melhores oportunidades.

Relativamente à “fragilidade demográfica e funcional”, Santos e Peixinho (2021, p. 15) debatem sobre a instabilidade que pode levar pequenos municípios a serem fragmentados e/ou incorporados a outros maiores. Paralelamente, Endlich (2006) e Damazin (2017) discorrem sobre uma recente ampliação de estratégias para promover o desenvolvimento de atividades industriais e de serviços nesses municípios para incentivar a participação da sociedade local, resultando em novas possibilidades econômicas.

Outro aspecto importante a ser destacado é a desconcentração espacial das atividades nas cidades contemporâneas, uma vez que parte das atividades anteriormente concentradas nas grandes cidades passa a ser distribuída aos pequenos municípios incorporados às regiões metropolitanas.

Pensando na realidade das pequenas cidades, sinaliza-se para a reestruturação promovida pelo capitalismo, para o qual agora interessa a desconcentração espacial das atividades. Este processo tem sido destacado como forma de impulsionar e viabilizar a instalação de atividades industriais e de serviços em pequenas cidades, quiçá trazendo novas possibilidades econômicas. Destaca-se aqui esse fato menos por essa possibilidade e mais porque traz ao debate questões relativas à descentralização e, portanto, relacionadas às áreas designadas como não metropolitanas. (Endlich, 2006, p. 33-44)

Damazin (2017, p. 14) afirma que “o termo desenvolvimento local tem sido amplamente utilizado” nos estudos relacionados aos pequenos municípios, estando atrelado ao processo de reestruturação que tem ocorrido com a instalação de atividades industriais e serviços nestas comunidades impactadas pela perda e envelhecimento populacional, pela mecanização do campo provocada pela agricultura extensiva e pela incorporação a regiões metropolitanas. O impulsionamento de novas possibilidades econômicas é capaz de introduzir “mudanças produtivas, sociais e culturais” e, também, na organização espacial do território destes pequenos núcleos urbanos, classificados como centros locais.

Será apresentada em seguida uma breve análise dos principais desafios dos pequenos municípios no que tange à provisão de moradia digna buscando identificar e compreender os principais reflexos da política habitacional mais recente nestes municípios.

A política nacional de habitação e o impacto nos pequenos municípios: avanços e limites

As necessidades habitacionais dos pequenos municípios, embora não menos importantes, nem sempre contaram com diretrizes ou investimentos federais de acordo com França (2015, p. 326), que relata a “fragilidade de estudos técnicos para identificar, dimensionar e elaborar políticas públicas” específicas para esta tipologia de municípios. A ausência de uma visão estratégica do governo federal fez com que investimentos e ações de “capacitação, fortalecimento institucional e assistência técnica”, direcionados à adesão de municípios menores às políticas e aos programas federais, acontecesse apenas a partir da nova Política Nacional de Habitação (PNH).

Maricato (2008) aponta que a tradição patrimonialista e clientelista decorrente da formação da sociedade brasileira podem afetar negativamente o planejamento e a gestão do território nos municípios de pequeno porte, que muitas vezes enfrentam maiores dificuldades para lidar com as desigualdades. O termo “patrimonialismo” se refere à utilização do poder público e dos recursos do Estado para beneficiar interesses de grupos específicos, em vez de priorizar o bem comum. O “clientelismo”, por sua vez, diz respeito à relações de dependência entre os atores políticos e a população, em detrimento de políticas públicas efetivas e igualitárias. Merece destaque também o fato, relatado por Akaishi (2011), de que muitos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, direcionados para reverter o padrão excludente dos mercados imobiliários formais como, por exemplo, o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (Peuc), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo, a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e o Direito de Preempção, serem aplicáveis somente à realidade de cidades com alta e média densidade com mercado do solo altamente especulativo, escassez e alto custo da terra e urbanização periférica e que, portanto, a incorporação destes instrumentos no Plano Diretor dos pequenos municípios, dificilmente seria aplicável à sua realidade.

Considerando as dificuldades do poder municipal em promover a captação de recursos destinados a programas de urbanização,

produção de moradias e regularização fundiária, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) estabeleceu diretrizes que reconheceram a diversidade de necessidades habitacionais nos pequenos municípios brasileiros, segundo França (2015). As diretrizes do PLANHAB direcionadas aos municípios de pequeno porte orientaram a elaboração de políticas públicas específicas para atender às suas demandas habitacionais, cuja implementação seria regulamentada no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

A Portaria Interministerial nº 484/2009, que estabeleceu diretrizes específicas para a implementação do PMCMV em municípios de até cinquenta mil habitantes, foi uma grande conquista viabilizada a partir das proposições do PLANHAB ao reconhecer a importância de atender às necessidades habitacionais de famílias com renda de até R\$ 1.395,00 (hum mil trezentos e noventa e cinco reais) nesses municípios de menor porte.

O modelo adotado pelo PMCMV mesmo que tenha oportunizado o acesso à moradia de forma inédita a famílias a partir de zero salários-mínimos, esteve sob a engrenagem do mercado imobiliário repetindo problemas já identificados anteriormente como a produção de moradias na periferia, sem acesso a equipamentos e infraestrutura completos e com baixa qualidade arquitetônica, conforme analisa Cardoso (2013). Segundo França (2015), estas dificuldades também são observadas nas pequenas municipalidades onde seus reflexos são ainda mais evidentes devido à sua fragilidade estrutural e institucional, que dificulta a implementação e fiscalização dos parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação municipal. Em muitas cidades pequenas, conjuntos habitacionais de significativas proporções foram implantados próximos aos limites do perímetro urbano e, em alguns casos, até mesmo fora do perímetro urbano, ampliando o processo dispersivo em seu território e as dificuldades de gestão decorrentes deste processo.

As necessidades e desafios enfrentados pelos pequenos municípios para ter acesso aos planos, programas e financiamentos voltados à provisão de moradias para as camadas mais carentes de sua população é um tema que tem despertado o interesse acadêmico devido à evidente necessidade de aprimorar políticas direcionadas de forma mais específica para atender a esses contextos.

Considerações Finais

Analisando as implicações da política habitacional brasileira nos pequenos municípios, observando o ideal do “direito à cidade” (Lefebvre, 2001) a partir da discussão da demanda por moradia digna, o que se verifica é que, apesar de a política pública mais recente ter voltado seu olhar com maior atenção para a esfera local, com a implementação de planos e programas específicos, é importante reconhecer que a solução definitiva dessas questões requer uma abordagem multifacetada e de longo prazo.

Continua sendo impactante nas cidades brasileiras a existência de moradias em condições inadequadas e a ocupação de áreas impróprias que, muito além da irregularidade fundiária, impactam pela falta de dignidade e insegurança imposta a uma parcela significativa da população. Este quadro se destaca nos centros urbanos menores que enfrentam dificuldades para lidar com os problemas habitacionais devido ao seu acesso limitado a recursos financeiros, institucionais e administrativos. Essa falta de recursos pode limitar a capacidade dos centros urbanos menores de implementar planos abrangentes de desenvolvimento urbano e enfrentar os desafios habitacionais.

A repetição de antigos problemas decorrentes da engrenagem do mercado imobiliário, cujos interesses ainda se impõem a partir do modo de produção capitalista leva a incerteza angustiante e questionamentos: Chegamos então a um impasse? Seria o direito à moradia uma utopia impossível de se alcançar?

Estes questionamentos não podem ser respondidos de forma tão simplificada. A cidade, sendo um reflexo da sociedade, é um elemento em constante mutação e evolução. As políticas públicas fazem parte deste processo e o fato de estarem voltando seu olhar a uma parcela marginalizada e segregada da população e os eminentes esforços da mais recente política habitacional em identificar e atender às necessidades dos pequenos municípios, tão significativos no território brasileiro, de forma mais direcionada, é certamente um passo importante no trajeto evolutivo das políticas habitacionais, ampliando as contribuições voltadas à promoção da função social da propriedade, especialmente no que se refere ao direito social à moradia.

Referências

- AKAISHI, Ana Gabriela. **Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], n. 14, p. 41-50, 2011. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i14p41-50. Disponível em: <https://bit.ly/3KtZGaE>. Acesso em: 30 maio 2022.
- BOLAFFI, Gabriel. **O Problema e o Falso Problema**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BONDUKI, Nabil G. **A luta pela reforma urbana no Brasil**: do seminário de habitação e reforma urbana ao plano diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.
- BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. **Portaria Interministerial nº 484, de 28 de setembro de 2009**. Brasília: DOU-Diário Oficial da União nº 186, p. 32-34, de 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://bit.ly/3m0hNLj>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- CARDOSO, Adauto Lucio. (org). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARNEVALLI FERNANDES, P. H. **O Urbano Brasileiro a Partir das Pequenas Cidades**. Revista Georaguaiá, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/41l2flu>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- CARVALHO, Caio Santo Amore de; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ENDLICH, Ângela M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

ENDLICH, Ângela M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** 2006. 504f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FRANÇA, Karla Cristina Batista. **Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte:** análise do programa Minha Casa, Minha Vida. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População.** IBGE Cidades, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades:** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvery. **Urban Fortunes:** the political economy of place. Berkeley: University of California Press, 1987.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades:** Alternativas para a crise urbana. 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos MCidades Habitação:** Política Nacional de Habitação. Brasília:Espalhafato comunicação, 2004.

NASCIMENTO, Nilo de Oliveira; BERTRAND-KRAJEWSKI, Jean-Luc; BRITO, Ana Lúcia. **Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX:** O trabalho de Saturnino de Brito. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 102-133, jan./jun. 2013.

SANTOS, Alexandre Eduardo; PEIXINHO, Dimas Moraes. **Pequenas cidades, municípios instáveis:** fragmentação territorial e incorporação de municípios em área de fronteira. Revista Geomae. Campo Mourão, v.12, n. especial Sinapeq, 2021.

SILVA, Beatriz Fleury; SILVA, Ricardo Dias. **O Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida:** uma avaliação através do caso do Conjunto Albi-no Meneguetti em Maringá-PR. Cuadernos de Vivienda y Urbanismo. (Instituto Javeriano de Vivienda y Urbanismo), V. Separata, p. 1-11-11, 2013.

AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS E ECONÔMICOS NO CONTEXTO BOLIVIANO

Marcus Vinícius Barbosa Vieira
Milton Augusto Pasquotto Mariani
Gleicy Denise Vasques Moreira

Introdução: Importância dos dados geográficos e estatísticos nos estudos sociais

Segundo Santos e Silveira (2008), um novo conjunto de técnicas torna-se predominante e se estabelece como a base material da vida em sociedade. No contexto do meio técnico-científico-informacional os autores destacam que “É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual” (Santos; Silveira, 2008, p. 21).

Nos estudos de Santos e Silveira (2008), a união da ciência e da técnica transformou o território brasileiro com a incorporação de uma grande quantidade de informações. Essas informações passam a ser dados fundamentais na sociedade. De acordo com os autores:

O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. (Santos; Silveira, 2008, p. 52-53)

Kapingala (2016) entende que a missão social do ensino superior e universitário é formar quadros capazes de refletir, compreender e resolver os mais diversos problemas sociais. Um dos principais

desafios enfrentados nas pesquisas acadêmicas e profissionais é a ausência ou a escassez de fontes de dados confiáveis para construir o conhecimento e a inteligência social. Com o avanço da tecnologia e da globalização, o estudo do uso e da obtenção dos dados estatísticos é de suma importância no contexto do desenvolvimento profissional/educacional. Em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu que o dia 20 de outubro seria comemorado o Dia Mundial da Estatística, com o propósito de destacar o papel dessa ciência em nossa sociedade.

Nesse contexto, o estudo de ferramentas sociais, políticas e acadêmicas direcionadas para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento humano tornam-se imperativas. Esse artigo faz parte de um estudo maior sobre qualidade de vida que envolve a utilização de dados econômicos, educacionais e de saúde da população fronteiriça que vive nas cidades-gêmeas de Corumbá (BRA) e Puerto Quijarro (BOL). Por meio deste artigo, será analisada a principal fonte de dados oficiais da Bolívia, destacando a instituição responsável pelas estatísticas oficiais do país e detalhando os tipos de dados/informações disponíveis sobre economia, saúde e educação.

No Brasil, a história da criação de dados/informações estatísticas começa em 1871, ainda no segundo reinado do período colonial, com a criação da Diretoria Geral de Estatística. A partir da Proclamação da República, com a implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos o governo passou a investir mais recursos nesse setor. Durante a primeira metade do século XX vários órgãos com diversos nomes cuidaram das informações nacionais. Só em 1934, com a carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, surgiu o Instituto Nacional de Estatística – INE Brasil, que só entrou em atividade dois anos mais tarde. Em 1937 foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, que posteriormente foi incorporado ao INE Brasil e passou a ser conhecido como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

De acordo com Baeninger (2010), os principais órgãos fonte de informações sobre dados econômicos, educacionais e de saúde no

Brasil são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A nível mundial, organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (Cepal) desenvolvem dados e estudos oficiais sobre educação, economia e saúde em diversos países, incluindo Brasil e Bolívia.

Segundo Kapingala (2016), atualmente a informação estatística é uma base fundamental, essencial, indispensável e eficiente para o desenvolvimento econômico, demográfico, social e ambiental. Ainda segundo o autor, a informação estatística é um dos indicadores mais importantes na compreensão e resolução dos problemas, esses dados processados são fundamentais na elaboração e tomadas das decisões nos ramos científicos em geral e nas Ciências Sociais em particular.

Ademais, a construção de uma inteligência estatística depende diretamente da qualidade da obtenção, organização, gravação e recuperação dos dados. Nesse contexto, analisar a principal instituição nacional de dados econômicos e sociais da Bolívia conferirá mais confiabilidade aos resultados obtidos com os estudos envolvendo o uso de dados/informações sobre o país vizinho.

Referencial Teórico

Em Santos e Silveira (2008), no capítulo “A constituição do meio técnico-científico-informacional, a informação e o conhecimento”, é destacado logo no início a construção do conhecimento do território. Os autores salientam que tanto a constituição quanto o uso do território exigem parcelas volumosas de informações que se distribuem de diversas maneiras. Vale destacar:

A natureza dessa informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso, a en-

tender a informação como um recurso, com áreas de abundâncias e áreas de carência. (Santos; Silveira, 2008, p. 93)

Haveria infinitas existências paralelas de informação, pois haveria um território bem-informado, um território pouco informado e diversas outras situações intermediárias (Santos; Silveira, 2008). Neste contexto, surge a necessidade de “compreender as qualidades da informação, reconhecer os seus produtores e possuidores, decifrar os seus usos” (Santos; Silveira, 2008, p. 93).

Muitas vezes, no processo de desenvolvimento da informação, é necessário obter dados brutos e realizar tratamentos estatísticos para viabilizar a geração do conhecimento e da inteligência. Na Bolívia, atividade estatística é o conjunto de procedimentos, métodos e técnicas de recolha, preparação, análise, tratamento e divulgação de dados estatísticos destinados à obtenção de informação econômica, social e de outras naturezas (Bolívia, 1979).

Em 5 de novembro de 1976, foi publicado o Decreto Lei nº 14.100 que criou o Sistema Nacional de Informação Estatística (Snie) na Bolívia. Os legisladores consideraram que o país precisava da criação de um sistema com a finalidade de obter, analisar, processar e proporcionar de maneira eficiente, estatísticas com o objetivo de melhorar o planejamento do desenvolvimento socioeconômico do país (Bolívia, 1976).

Em 28 de junho de 1979, foi estabelecido, através do Decreto lei nº 16.686, as disposições complementares à Lei do Snie, referentes ao Subsistema Departamental de Informação Estatística. Nessas disposições, o dispositivo legal trata dos objetivos e dos alcances da lei. Segundo o Art. 1º, o Subsistema Departamental de Informação Estatística tem a finalidade de obter, analisar, processar e proporcionar de maneira mais eficiente as informações estatísticas para guiar no desenvolvimento social e econômico do país. Destarte, reforçando o ponto já explorado no decreto anterior. Com relação ao alcance, o subsistema pode ser dividido em departamental (individual e coletivo) e setorial. Ademais, o Decreto Lei nº 16.686 trazia a informação

que todas as entidades que realizam atividades estatísticas em conformidade com a presente lei eram classificadas como integrantes do Subsistema e deveriam se sujeitar a um rol de normas que buscavam a cooperação, subordinação e autorização do Instituto Nacional de Estatística (INE) para realizarem suas atividades (Bolívia, 1979).

Com o transcorrer do tempo, o governo boliviano ratificou a importância do trabalho desenvolvido pelo INE e em 1997, através do Decreto Supremo nº 24.736, regulamentou algumas atividades relacionadas com o instituto a fim de obter uma adequada execução das atividades desenvolvidas. Neste decreto, o Conselho de Ministros determinou que todas as empresas e instituições públicas e privadas, pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em todo território da República boliviana, deveriam proporcionar com caráter obrigatório as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estatística nos prazos legais estabelecidos no Decreto Lei nº 14.100 sob pena de sanção pecuniária (Bolívia, 1997).

Em outubro de 2017, com o apoio do Banco Mundial, o INE divulgou uma apresentação sobre o fortalecimento de registros administrativos da Bolívia, desenvolvendo metodologias e instrumentos para a modernização. Uma das justificativas para o fortalecimento foi a incorporação do instituto no Grupo de Trabalho de Registros Administrativos da Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEA-Cepal)¹.

Recentemente, o tema das informações nacionais ganhou um novo capítulo em sua história em território boliviano. Com o advento da Lei nº 1.405 de 1 de novembro de 2021, os Decretos Lei nº 14.100, 16.686 e o Decreto Supremo nº 24.736 foram todos revogados e passaram a contar com nova redação e regulamentação sobre a Lei de Estatísticas Oficiais do Estado Plurinacional de Bolívia.

Com a entrada em vigor do novo dispositivo legal, o Instituto Nacional de Estatística (INE) ganhou mais importância, visibilidade e destaque no governo boliviano. Entretanto, por se tratar de uma *novatio legis*, a comunidade acadêmica carece de estudos re-

1. Disponível em: <https://bit.ly/3INV663>. Acesso em: 06 abr. 2022.

centes dedicados as atividades do instituto e dos demais subsistemas estatísticos do país andino. No próximo capítulo será destacada a principal fonte de informação estatística oficial da Bolívia, o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Instituto Nacional de Estatística (INE)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é uma fundação equivalente ao que no Brasil conhecemos como IBGE. No contexto boliviano o INE desenvolve estatísticas econômicas, sociais e censos. Segundo o próprio órgão, a missão do INE é gerar informação estatística oportuna e de qualidade para planejamento integral dos diferentes setores e níveis do Estado e dos diversos outros atores da sociedade. Ademais, o INE quer ser reconhecido por promover o valor e o uso das estatísticas na sociedade boliviana, como instituição coordenadora do *Sistema Estadístico del Estado Plurinacional*².

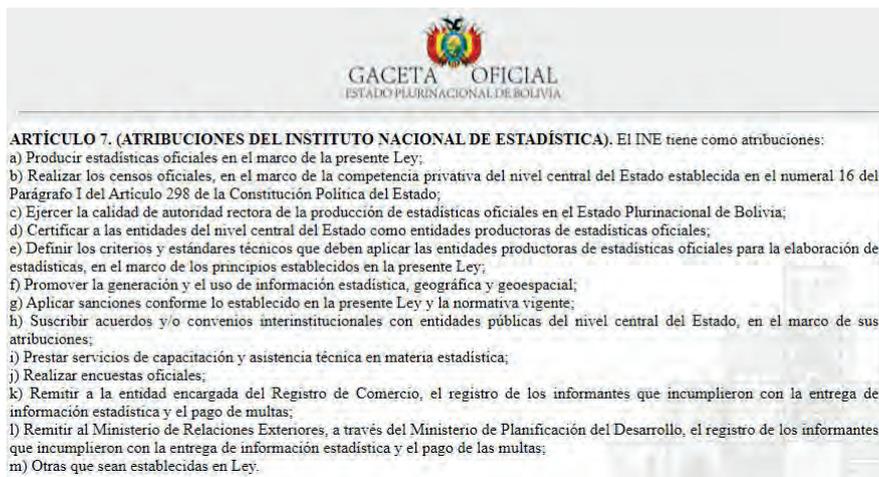
Legalmente, o INE é uma instituição pública descentralizada, sendo um órgão técnico-executivo do Sistema Estatístico do Estado Plurinacional da Bolívia. Possui autonomia legal, administrativa, financeira e técnica, com patrimônio próprio e vinculado ao Ministério do Planejamento do Desenvolvimento (Bolívia, 2021).

Ainda de acordo com a Lei 1.405, é de responsabilidade do instituto a produção de normas e difusão de estatísticas oficiais por meio de registros administrativos, censos, pesquisas, informações geoestatísticas, entre outras (Bolívia, 2021). Na Constituição Política do Estado (CPE), que no Brasil seria equivalente à Constituição Federal, em seu artigo 298, é destacado algumas atribuições exclusivas do Estado Central, e no subitem 16 é atribuído ao Estado a execução do Censo. O Instituto Nacional de Estatística é a única entidade autorizada a realizar censos oficiais no território do Estado Plurinacional da Bolívia (Bolívia, 2009). Outrossim, para o respeito dos princípios da administração pública, o INE deve exercer as atividades de maneira imparcial, autônoma e livre de qualquer tipo de pressão ou ingerências (Bolívia, 2021).

2. Disponível em: <http://bit.ly/3ImCKra>. Acesso em: 03 abr. 2022.

Na figura 1 podemos observar o rol das atribuições do INE publicadas na *Gaceta Oficial do Estado Plurinacional de Bolivia*.

Figura 1. Atribuições do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia



Fonte: Lei 1.405 de 1 de novembro de 2021, *Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia*.

INE, informações nacionais e a fronteira sudeste boliviana

Nas disposições transitórias da Lei 1.405 de 1 de novembro de 2021, as informações produzidas pelas entidades de nível central do Estado manterão o caráter oficial por um período de dois anos da entrada em vigor da nova lei. Nesse período, as entidades do nível central do Estado devem solicitar ao INE certificação para o reconhecimento do status de entidade produtora de estatísticas oficiais (Bolívia, 2021). Com efeito, é percebido um movimento de centralização de processamento de dados, modernização de técnicas de trabalho e adequação de procedimentos metodológicos para obter mais rigor no que diz respeito as informações estatísticas.

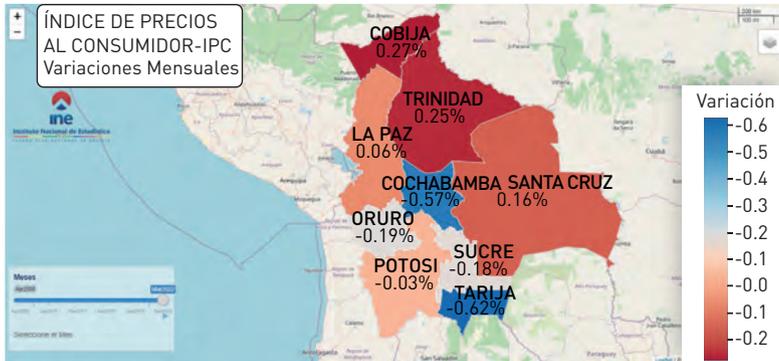
Contudo, grande parte das mudanças trazidas pelo Estado também buscam uma redução de custos. Outras instituições produtoras de dados econômicos, escolares e de saúde perdem verbas e investimentos com a atual dinâmica. Vale destacar o encerramento da *Agencia para el Desarrollo de las Macroregiones y Zonas Fronterizas (Ademaf)*, agência criada em 2010 com o objetivo de traçar estratégias e propor mecanismos para o desenvolvimento integral nas fronteiras, executar programas e projetos para o desenvolvimento de zonas fronteiriças, contribuir com instituições públicas com presença na fronteira e trabalhar na prevenção e repressão ao contrabando e ao narcotráfico (Bolívia, 2010).

Uma das atribuições da Ademaf era de produzir dados estatísticos na zona de fronteira boliviana. Com o fechamento da agência, as informações que poderiam ser produzidos pelo órgão e convertidas em inteligência por pesquisadores, empresas e pelo próprio governo passam a ser tratadas de maneira secular e agregada em uma gestão centralizada.

Em Santos e Silveira (2008) é destacado que as práticas neoliberais provocam mudanças importantes na utilização do território, com ações mais seletivas que provocam uma punição para as populações mais pobres, mais isoladas e mais distantes dos centros.

Na figura 2 podemos observar que o site da Ademaf não possui mais nenhuma informação estatística sobre a zona fronteiriça.

Figura 3. Mapa IPC Bolívia por departamentos de março de 2022



No que diz respeito as estatísticas educacionais, o INE realizou 3 Censos (1992/2001/2012) nos quais estava incluindo a taxa de analfabetismo do país, explorando os dados a nível departamental e dividindo o estudo entre homens e mulheres bolivianos. Entre 2011 e 2020 o instituto realizou diversas pesquisas no campo da educação, como, por exemplo, a média de anos de estudo e o nível de instrução alcançado pela população acima de 19 anos por área (urbana ou rural) e por departamento. Por fim, também existem registros das pessoas entre 5 e 39 anos matriculadas em estabelecimentos de ensino divididos por área, sexo e nível de escolaridade.

Quanto aos dados de saúde, o Instituto Nacional de Estatística possui uma menor granularidade. Os dados disponíveis no site possuem um nível de detalhamento maior do que as outras estatísticas. Os estudos sobre os locais procurados pela população quando possuem problemas de saúde são registrados em níveis municipais. Também seguem este modelo de registro os dados sobre lugar de atenção para mulheres em trabalho de parto e sobre a população de bolivianos que possuem algum tipo de deficiência. Com esse tipo de registro mais detalhado, o uso dos dados de cidades específicas ajuda no contexto de pesquisas de microrregiões, principalmente nos estudos fronteiriços.

No último censo, através das fichas resumos feita pelo INE, é possível conseguir maior detalhamento de algumas estatísticas econômicas, educacionais e de saúde por província e município. No âmbito do estudo sobre a fronteira sudeste, na qual está situada a província de Germán Busch e os municípios de Puerto Quijarro, Puerto Suárez e Carmen Rivero Tórrez podemos destacar os registros sobre a população de 6 a 19 anos que possui assistência escolar; locais procurados para os tratamentos de saúde e as atividades econômicas e categorias ocupacionais da população acima dos 10 anos de idade.

Entretanto, os indicadores a nível municipal são muito limitados. Ainda que existam várias estatísticas para o departamento de Santa Cruz (no qual a província de Germán Busch está inserida), não conseguimos estudar o caso concreto de algumas cidades específicas de forma acurada, principalmente nos estudos sobre a dinâmica da fronteira sudeste. Usar dados agregados pode gerar um resultado viesado para o caso concreto. Destarte, é necessária uma alteração nos registros econômicos e educacionais para se aproximarem da metodologia executada nas pesquisas de saúde na Bolívia.

Considerações finais

Com a revisão das legislações bolivianas pertinentes aos estudos estatísticos no país, foi verificado que o Instituto Nacional de Estatística (INE) é o órgão oficial do governo encarregado da geração de dados e informações desta natureza. Foram analisados os dados sobre educação, saúde e economia disponíveis no site da instituição que possuíam relação com os estudos fronteiriços. Foi concluído que o órgão apresenta uma quantidade limitada de informações para os estudos sociais nessas áreas. O desenvolvimento de Censos e séries históricas de renda, emprego, saúde e educação, em níveis de nação e departamento mostram uma evolução grande, porém insuficientes, na geração de informações oficiais sobre as províncias e municípios da zona de fronteira da Bolívia.

O presente estudo ainda se encontra no período transitório da mais recente regulamentação. Portanto, é necessário o constante

acompanhamento dos efeitos ocasionados com a lei nº 1.405 de 2021 para verificar os efeitos positivos e negativos gerados com a centralização do processamento de dados. Outras instituições produtoras de dados secundários poderão ser consideradas fontes de dados oficiais pelo governo boliviano mediante as certificações exigidas pelo INE. Com efeito, mesmo com a modernização e adequação de procedimentos estatísticos, é necessário a elaboração de metodologias, políticas públicas e regulamentações direcionadas a produção de mais dados educacionais e econômicos no país, principalmente nos municípios de fronteira, que poderão ser usados em pesquisas acadêmicas, industriais e governamentais na Bolívia, no Brasil e em toda a América Latina.

Referências

ADEMAF. **Informacion Estadística**. Santa Cruz, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3YScOLe>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BAENINGER, Rosana. **População e Cidades: Subsídios Para o Planejamento e Para as Políticas Sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília, 2010.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2009.

BOLÍVIA. Decreto Lei nº 14.100, de 5 de novembro de 1976. **Lei do Sistema Nacional de Informação e Estatística**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 1976.

BOLÍVIA. Decreto Lei nº 16.686, de 28 de junho de 1979. **Disposições Complementares da Lei do Sistema de Informação Estatística**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 1979.

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 0538, de 31 de julho de 1997. **Estabelece a Criação da ADEMAF**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2010.

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 24.736, de 31 de julho de 1997. **Normas Regulatórias da Lei do Sistema de Informação Estatística**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 1997.

BOLÍVIA. Decreto Supremo nº 4.338, de 16 de setembro de 2020. **Estabelece o Processo de Transição da ADEMAF até Seu Encerramento.** Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2020.

BOLÍVIA. Lei nº 1.405, de 1 de novembro de 2021. **Lei de Estatísticas Oficiais do Estado Plurinacional da Bolívia.** Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Institucional.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3Spa7hD>. Acesso em: 23 mar. 2022.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Ficha Resumen Censo Población e Vivienda 2012.** La Paz, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3IIHc9H>. Acesso em: 04 abr. 2022.

INE, Instituto Nacional de Estadística. **Principales Indicadores.** La Paz, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3IIHc9H>. Acesso em: 07 abr. 2022.

KAPINGALA, P. **A Importância Da Informação Estatística Na Formação Científica Dos Futuros Profissionais.** Magazine de las Ciencias: Revista de Investigación e Innovación, v. 1, n. 3, p. 41-48, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

A SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA SUL MATO-GROSSENSE

Obedias Miranda Belarmino

Rosele Marques Vieira

Giovane Silveira da Silveira

Introdução

Os diálogos sobre as regiões de fronteira têm crescido nas últimas duas décadas. O desenvolvimento, a integração e a segurança são elementos sempre presentes e evidenciados por eles. Esses aspectos geralmente recebem mais atenção, pois são necessidades latentes dessas regiões. Os municípios localizados sobre a faixa de fronteira apresentam características diferenciadas, e isso se deve a um conjunto de fatores multidimensionais, ligados principalmente às dimensões sociais, econômicas e culturais que permeiam e se intercalam constituindo a dinâmica fronteiriça.

De acordo com Ferrera de Lima (2020, p. 10) “A região fronteira é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização”. Por estarem na divisa internacional ou sobre a faixa de fronteira, as mudanças nos municípios fronteiriços acontecem de maneiras mais rápidas e dinâmicas. Em geral, esses municípios apresentam certas singularidades que os distinguem das demais regiões brasileiras, pelo fato de nelas as interações internacionais serem uma realidade cotidiana, que costumam ser mais intensas principalmente nas cidades gêmeas.

Frequentemente essa região é permeada por debates, planos e políticas de desenvolvimento, entretanto, na prática, são poucos os resultados efetivos percebidos por sua população (Belarmino; Viei-

ra, 2020). Seja pela dificuldade de diálogos, gestão, implantação ou atenção para regiões periféricas do país. Histórica e politicamente constituída, a faixa de fronteira, é normatizada pela Constituição Federal de 1988. No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 quilômetros de largura paralela ao limite internacional. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, cerca de 27% do território faz parte da faixa de fronteira, o que totaliza mais de 143 mil quilômetros (IBGE, 2020).

Uma das características marcantes na faixa de fronteira é a baixa densidade demográfica, decorrente do processo histórico de concentração do desenvolvimento nas regiões litorâneas e centrais do país, associado às grandes distâncias, o que naturalmente colaborou para que essa região fosse povoada tardiamente. As dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, inicialmente, devido à distância do litoral e dos grandes centros fez com que, desde sua criação, a faixa de fronteira experimentasse limitações ao desenvolvimento. Ao longo do tempo foram sendo conferidos incentivos pontuais de ocupação territorial, tais como o Programa Calha Norte (PCN) e Marcha para o Oeste, os quais auxiliaram no povoamento de grande parte da região Norte e Centro-Oeste, bem como as áreas de fronteira (Brasil, 2005; Brasil, 2009a).

Em Mato Grosso do Sul, dos 79 municípios, 44 deles estão localizados e fazem parte da faixa de fronteira, o que representa mais de 55% de seu território. A faixa de fronteira sul mato-grossense está localizada no arco central¹ e faz divisa com dois países, o Paraguai e a Bolívia. Cerca de 40% dos 357,1 mil quilômetros que formam o território de Mato Grosso do Sul fazem parte da faixa de fronteira

1. Divisão realizada a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração. Para realização dessa divisão foram adotados critérios baseados nas diferenças na base produtiva e na identidade cultural. No Arco central estão localizados os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

(IBGE, 2020). De acordo com Machado (2005) e Torrecilha (2013) a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é identificar a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Para atender ao objetivo proposto, este trabalho estrutura-se em quatro seções. Na primeira seção é realizada uma breve discussão conceitual entre desenvolvimento e crescimento econômico. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados. Na terceira realiza-se a identificação da situação de desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a faixa de fronteira sul mato-grossense. E por fim na quarta seção são pontuadas as considerações finais.

Desenvolvimento e Crescimento Econômico

As teorias contemporâneas, fundamentadas por economistas, sociólogos e pesquisadores abordam a necessidade de se medir não apenas o crescimento econômico, uma vez que o mesmo apresenta apenas métricas voltadas para renda e não são suficientemente adequadas para expressar a expansão das capacidades humanas. O surgimento de indicadores voltados para o desenvolvimento social se torna uma oportunidade para mais atenção a aspectos que não podem ser medidos apenas pela renda, porém essenciais para o bem-estar humano (Sen, 2000; Sachs, 2004; Furtado, 1961; Dowbor, 2017).

De acordo com Raiher (2014), até o final da Segunda Guerra Mundial, os modelos de desenvolvimento econômico tinham como sinônimo o crescimento econômico. A simples acumulação de capital já era suficiente para assegurar condições de vida à população. Por isso, poucas considerações eram dirigidas a outros fatores, como bem-estar, a diminuição da desigualdade, da pobreza etc. A hipótese era a de que o avanço da economia gerava recursos, os quais beneficiariam o conjunto da sociedade.

Contudo, a real distinção entre esses dois conceitos (desenvolvimento e crescimento econômico) se deu na década de 1970, quando estudos

ampliaram o debate sobre a importância da alimentação como necessidade básica para a realização do potencial de cada indivíduo, tendo como segunda condição, o emprego, e como terceira, a igualdade. Nesta ótica, se desvincula o desenvolvimento da abordagem puramente econômica, considerando-o como condição humana (Boisier, 2001).

Para Schumpeter (1911) o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais no sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Schumpeter usou a distinção entre desenvolvimento econômico e crescimento para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular onde no máximo ocorreria crescimento, e para mostrar a importância da inovação, ou seja, de investimento com incorporação do progresso técnico no verdadeiro processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Furtado (1962), o processo de desenvolvimento se realiza seja por meio de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja pela introdução de inovações técnicas. Para o autor, o desenvolvimento é entendido como sendo um processo de crescimento que é acompanhado de alterações estruturais na economia. O qual depende das características de cada país ou região, da sua história econômica, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais existentes. Bassan (2014) segue este pensamento reforçando a ideia de que o desenvolvimento está relacionado a um processo de transformação na estrutura econômica, mas ressalta que este deve resultar em melhorias na área social.

Sen (2000, p. 10) define que

[...] o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança.

De acordo com o autor, desenvolvimento somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha.

No debate sobre as diferenças entre o crescimento econômico e desenvolvimento econômico, Erber (2011) considera que o primeiro consiste em mais do mesmo, e o segundo, implica transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

Apesar dos conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento econômico estarem relacionados, Sachs (2004) explica que pode ocorrer crescimento, sem que ocorra desenvolvimento, e desenvolvimento só ocorre após o crescimento. Segundo o autor para que ocorra desenvolvimento em seu sentido pleno, é necessário que o crescimento aconteça primeiro, uma vez que o crescimento econômico atua como facilitador do desenvolvimento. Sem os recursos necessários dificilmente uma nação conseguirá se desenvolver, criando apenas polos nos quais isso ocorre, devido às potencialidades locais, mas não podendo ser generalizado para um contexto de totalidade.

Sachs (2004, p. 38) ainda considera que, o “desenvolvimento econômico é puramente uma variável qualitativa e o crescimento econômico uma variável quantitativa”. Assim, sejam quais forem os indicadores utilizados para mensurar o desenvolvimento socioeconômico de um país, retratar essa realidade é uma missão complexa, crescimento e desenvolvimento econômico, são essenciais para proporcionar mudanças estruturais que possam refletir na qualidade de vida do indivíduo.

Entretanto, é preciso salientar que não existe um consenso em torno do termo desenvolvimento, de acordo com Souza (2009, p. 5):

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Segundo Myrdal (1960) e Sen (2001) o desenvolvimento econômico não se consegue apenas com melhorias na distribuição de renda e na ampliação da produção, mas também com a garantia ao acesso a serviços públicos de qualidade, em especial aqueles que mantêm os níveis de vida e têm reflexo nos indicadores sociais. Sendo assim, o desenvolvimento econômico é um processo por meio do qual se obtém melhorias na qualidade de vida em caráter cumulativo. Uma vez que esse processo de desenvolvimento inicia seu efeito cíclico e cumulativo dinamiza a economia da região (ou país).

Em síntese o desenvolvimento econômico implica mudanças na estrutura, na cultura e nas instituições da sociedade, de forma que é impossível analisá-lo apenas do ponto de vista econômico. No Brasil uma nação com elevada desigualdade socioeconômica os indicadores se tornam uma ferramenta importante, pois retratam a realidade do país. Para que assim sejam propostas ações mais assertivas para o desenvolvimento.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa; quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo e caracteriza-se como pesquisa de levantamento de dados secundários. Os dados utilizados na análise referem-se ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e foram coletados no site da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan). O recorte temporal compreende os anos de 2005, 2010 e 2016. Optou-se por identificar a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense por meio do IFDM, pois esse indicador acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros abrangendo as três áreas essenciais para o desenvolvimento, educação, saúde, emprego e renda.

A identificação da situação do desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense foi realizada utilizando a

classificação adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017) da metodologia do Informe sobre *Desarrollo* Humano publicado em 2002 no México. Essa classificação tem como parâmetro uma linha de corte igual a 0,60 em cada dimensão do IFDM. De acordo com Raiher e Ferrera de Lima (2017, p. 4) a justificativa para tal é a seguinte: “[...] o valor de 0,60 é considerando pelos formuladores do IFDM como o limite para inserir os municípios brasileiros em um desenvolvimento moderado, assim como no próprio IDH o valor a partir de 0,60 é considerado um desenvolvimento médio.” Assim quando os municípios apresentam valores inferiores a 0,60 são considerados com regular ou baixo desenvolvimento para o IFDM e com baixo desenvolvimento para o IDH.

A classificação do desenvolvimento dos municípios é considerada em quatro situações “Tendendo ao Crescimento” (TC), “Tendendo ao Desenvolvimento” (TD), “Círculo Vicioso” (CVIC) e “Círculo Virtuoso” (CVIR), conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1. Classificação dos municípios quanto ao desenvolvimento

Situação do município			
Tendendo ao crescimento	Tendendo ao desenvolvimento	Círculo vicioso	Círculo virtuoso
IFDM Emprego e renda > 0,60 e IFDM Saúde < 0,60 e IFDM Educação < 0,60	IFDM Educação > 0,60 e/ou IFDM Saúde > 0,60 e IFDM Emprego e renda < 0,60	IFDM Educação < 0,60 e IFDM Saúde < 0,60 e IFDM Emprego e renda < 0,60	IFDM Educação > 0,60 e IFDM Saúde > 0,60 e IFDM Emprego e renda > 0,60

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2017).

Conforme o quadro 1 os municípios se encontram em situação de “Tendendo ao Crescimento” quando apresentam IFDM Emprego e renda maior que 0,60 e IFDM Saúde e IFDM Educação menor que 0,60. Para estarem em situação de “Tendendo ao Desenvolvimento” devem apresentar IFDM Educação maior que 0,60 e/ou IFDM Saúde maior que 0,60. Em “Círculo Vicioso” devem apresentar IFDM

Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda menor que 0,60. E para estar em “Círculo Virtuoso” devem apresentar IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego e renda maior 0,60.

A importância de se buscar esta classificação está na necessidade de sumarizar e acompanhar a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. E dessa forma, identificar aqueles que se encontram em situações mais críticas de desenvolvimento, para que, assim, sejam focalizados nas políticas públicas para o desenvolvimento.

A situação do desenvolvimento

De acordo com a metodologia adaptada por Raiher e Ferrera de Lima (2017), um município pode ser classificado em quatro situações em relação a seu desenvolvimento socioeconômico. Tendendo ao crescimento, tendendo ao desenvolvimento, círculo vicioso e círculo virtuoso. Essa classificação tem como base o desempenho do município em relação aos indicadores de educação, saúde e emprego e renda.

Um município é considerado em situação de *tendendo ao crescimento* quando apresenta emprego e renda maiores que 0,60 e educação e saúde menores que 0,60 em geral regiões em crescimento apresentam elevação da renda e aumento das vagas de emprego em contra partida seus indicadores de educação e saúde são menores. Já os municípios que estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento* devem apresentar educação e saúde maiores que 0,60 e emprego e renda menores que 0,60. Normalmente uma região tendendo ao desenvolvimento eleva seus investimentos em educação e saúde e apresentam uma qualidade de vida alta, no entanto, nem sempre os níveis de emprego e renda são altos.

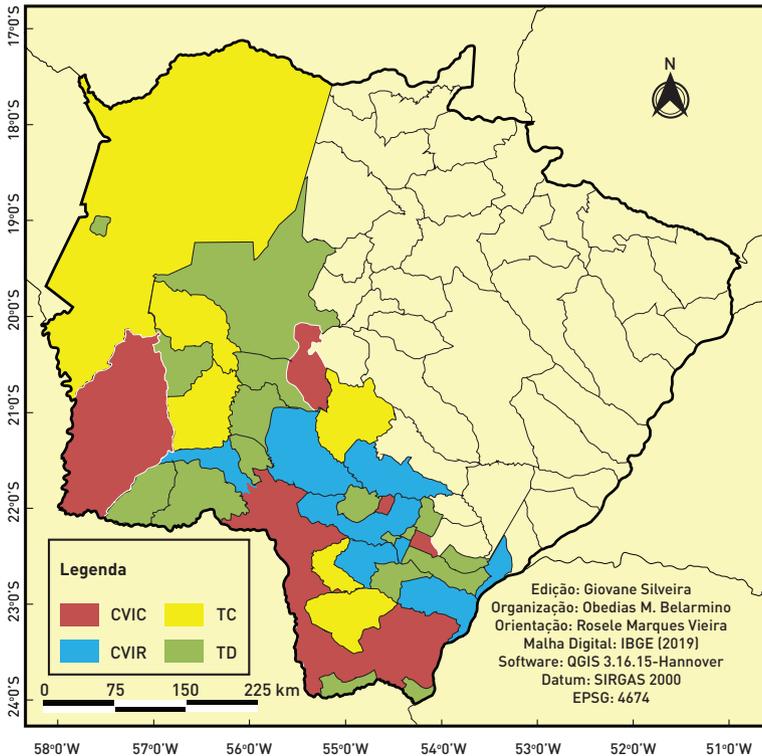
Para ser considerado em situação de *círculo vicioso* o município deve apresentar todos os indicadores, educação, saúde, emprego e renda menores que 0,60. Geralmente regiões em círculo vicioso apresentam baixo e estagnado estado de desenvolvimento e menor qualidade de vida e perspectivas em relação ao futuro, devido a precária condição socioeconômica, o que ao longo do tempo se

manifesta de maneira viciosa e cíclica tendendo a piorar de forma contínua a situação do município. Por fim os municípios em situação de *círculo virtuoso* apresentam educação, saúde emprego e renda superiores a 0,60 em geral regiões nessa classificação são marcadas pelos elevados, constantes e crescentes níveis de desenvolvimento em todos os indicadores, o que, demonstra a virtuosidade do desenvolvimento que tende a aumentar de forma cíclica e contínua.

A figura 1 retrata a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005. Percebe-se que no ano de 2005, 36% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *tendendo ao desenvolvimento* em relação ao desenvolvimento socioeconômico. O que representa 16 municípios sendo eles: Anastácio, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Caracol, Deodápolis, Fátima do Sul, Guia Lopes da Laguna, Itaporá, Jateí, Juti, Ladário, Mundo Novo, Nioaque, Novo Horizonte do Sul e Sete Quedas. Assim esses municípios apresentaram melhores desempenhos em relação a saúde e educação, o que tende a melhorar a situação do desenvolvimento socioeconômico de sua população.

O segundo maior quantitativo de municípios com 34% encontra-se na situação de *círculo vicioso* em relação ao desenvolvimento socioeconômico o que totaliza 15 municípios sendo eles: Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dois irmãos do Buriti, Douradina, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Japorá, Itaquiraí, Paranhos, Ponta Porá, Porto Murtinho e Tacuru. Esses municípios apresentaram baixo desempenho nos indicadores de educação, saúde, emprego e renda, e seu desenvolvimento socioeconômico está em situação de *ciclo vicioso*, isso acontece quando os municípios não conseguem avançar e melhorar seu desenvolvimento, permanecendo assim num ciclo vicioso de baixo desenvolvimento.

Figura 1. Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005



CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento,

TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

Apenas 8 municípios, o que representa 18% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *círculo virtuoso* em relação ao desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Caarapó, Dourados, Jardim, Maracaju, Naviraí, Rio Brillhante, Taquarussu e Vicentina. Esses municípios apresentaram melhores desempenhos em todas as variáveis analisadas, edu-

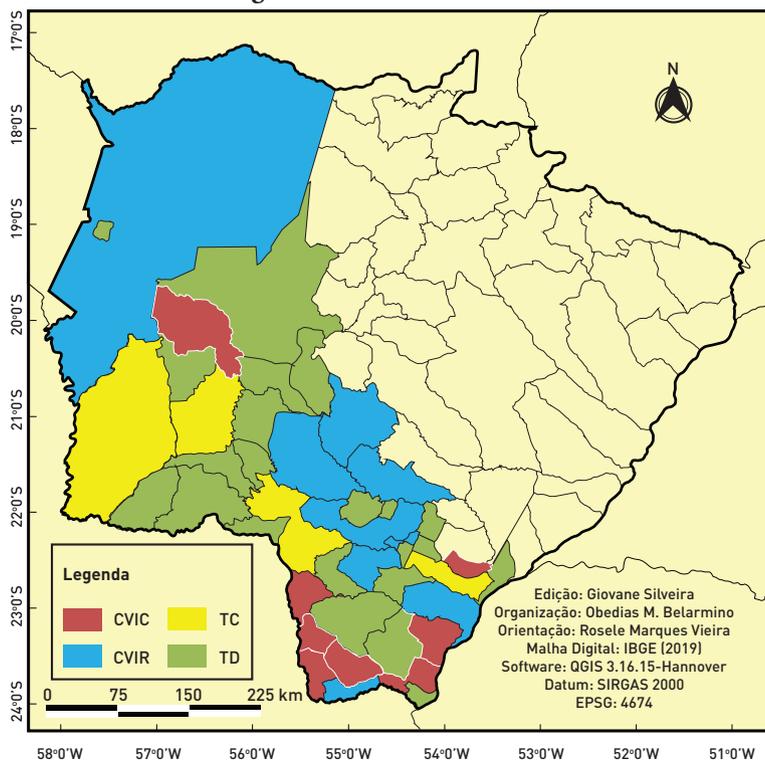
cação, saúde, emprego e renda. Por estarem em situação de *círculo virtuoso* esse desempenho segundo Nurkse (1957) tende a elevar-se de forma contínua e cíclica, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, tanto nos aspectos econômicos, quanto sociais. No ano de 2005, 6 municípios estavam na situação de *tendendo ao crescimento*, o que representa 12%, sendo eles: Amambai, Bonito, Corumbá, Laguna Carapá, Miranda e Sidrolândia. Nesses municípios apenas a variável emprego e renda apresentaram bons desempenhos, o que favorece a situação de *tendendo ao crescimento*, já a educação e saúde obtiveram baixos desempenhos com valores inferiores à média. Em 2005 o PIB apresentou 3,30% de taxa de crescimento, o setor secundário foi o que mais contribuiu, com 5,12% (IBGE, 2020). Esse crescimento foi um fator significativo para que esses municípios permanecessem na situação de *tendendo ao crescimento*. No ano de 2010, a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, apresentou uma melhoria significativa. A figura 2 a seguir retrata essa situação.

Conforme a figura 2, verifica-se que no ano de 2010, 47% dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense estavam na situação de *tendendo ao desenvolvimento*, houve avanço de 11% em relação a 2005. Os municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento* foram: Amambai, Anastácio, Antônio João, Aquidauana, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Jardim, Juti, Ladário, Laguna Carapá, Mundo Novo, Nioaque, Taquarussu e Vicentina. A elevação no número de municípios *tendendo ao desenvolvimento* demonstra a evolução do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, onde esses 22 municípios apresentaram melhores índices de saúde e educação.

Em 2010, o número de municípios em situação de *círculo virtuoso* aumentou 4% em relação a 2005, passando de 8 para 10 municípios. No entanto, nem todos os 8 municípios permaneceram na situação de *círculo virtuoso*, o que demonstra certa instabilidade no desenvol-

vimento socioeconômico. Apenas 5 deles permaneceram, sendo eles, Caarapó, Dourados, Maracaju, Naviraí e Rio Brillhante. Já Bodoquena, Fátima do Sul e Sete Quedas saíram da situação de *tendendo ao desenvolvimento*, para o *círculo virtuoso* do desenvolvimento. Nos municípios de Corumbá e Sidrolândia, ocorreu um avanço, de *tendendo ao crescimento* para *círculo virtuoso*. Assim esses municípios apresentaram elevados desempenhos na educação, saúde, emprego e renda. O número de municípios na situação de *círculo vicioso* diminuiu 15%, caindo de 14 municípios em 2005 para 8 em 2010. Os municípios que se encontravam nessa situação foram: Coronel Sapucaia, Eldorado, Japorá, Itaquiraí, Miranda, Novo Horizonte do Sul, Paranhos e Tacuru. Ocorreu também uma significativa redução no quantitativo de municípios nessa situação, o que demonstra a melhoria da educação, saúde, emprego e renda para esses municípios, em comparação a 2005.

Figura 2. Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2010



CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento,
TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

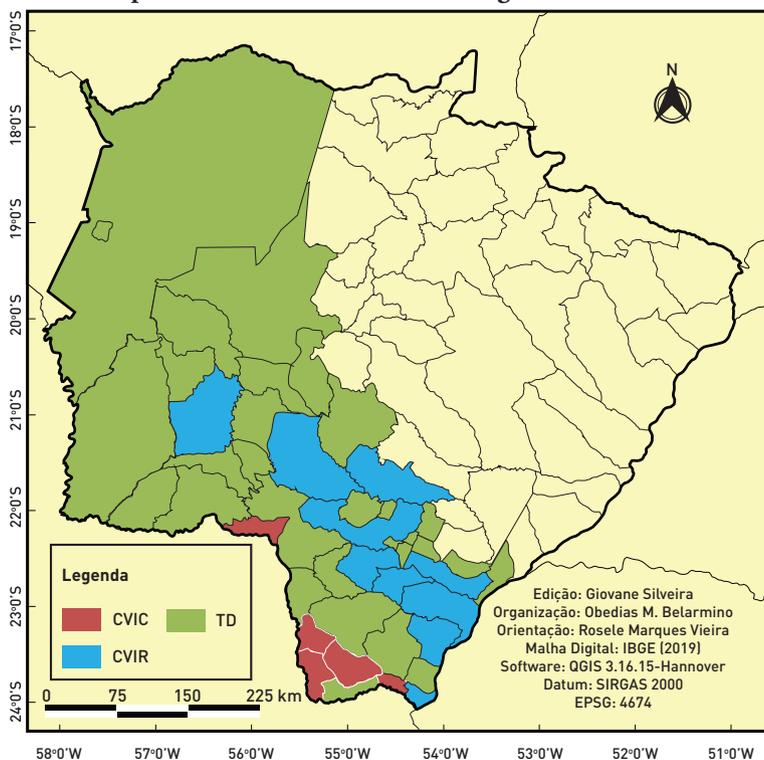
Em se tratando de municípios em situação de *tendendo ao crescimento*, conforme a Figura 2 apenas 4 municípios: Bonito, Jateí, Ponta Porã e Porto Murtinho se encontraram nessa situação no ano de 2010. De maneira geral percebe-se uma evolução na situação de desenvolvimento nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em relação a 2005. O número de municípios no *círculo*

vicioso em 2010 diminuiu 14% e cresce em 10% o número de municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento*, o que demonstra melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico e melhoria na qualidade de vida da população. A figura 3 a seguir retrata a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016.

Conforme a Figura 3, no ano de 2016 não houve municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense na situação de *tendendo ao crescimento*. Percebe-se certa homogeneização na situação dos municípios, em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Em 66% dos municípios, o que representa 29 municípios estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento*. Ou seja, apresentam indicadores de educação e saúde elevados, porém apresentam emprego e renda menores.

Somente 10 municípios, o que representa 22% do quantitativo de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se na situação de *círculo virtuoso* de desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Bonito, Caarapó, Dourados, Itaquiraí, Jateí, Juti, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Rio Brillhante. Esses municípios apresentaram bons desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda. Em comparação com o ano de 2010, não houve elevação no número de municípios nessa classificação, apenas ocorreram alterações, alguns municípios que estavam em situação de *tendendo ao desenvolvimento* e *tendendo ao crescimento*, passaram para o *círculo virtuoso*. A única exceção foi o município de Itaquiraí que no ano de 2010 estava no círculo vicioso e atualmente em 2016, está em situação de *círculo virtuoso*, e isso se deve a investimentos públicos realizados em educação e saúde além do aumento de postos de trabalho, por meio da abertura de novas empresas no município.

Figura 3. Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016



CVIC = Circulo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento,
TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

Apenas 5 municípios sendo eles, Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorá, Paranhos e Tacuru encontram-se na situação de *círculo vicioso*, apresentando baixos índices de educação, saúde, emprego e renda. Todos esses municípios com exceção de Japorá fazem parte da região de planejamento Sul fronteira, uma região caracterizada tradicionalmente por apresentar menores indicadores de desenvolvimento socioeconômicos e marcada pelas elevadas desigualdades, concentração de renda, pobreza, grandes latifúndios e especialização produtiva voltadas a atividades primarias relacionadas ao setor agropecuário.

Em 2016 conforme a Figura 3 a situação dos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense segue melhorando, o número de municípios em situação de *círculo vicioso* reduz 12% e eleva-se em 19% os municípios em situação de *tendendo ao desenvolvimento*. Essa evolução se deve principalmente ao setor agropecuário que nesse período expressou bons resultados, auxiliando assim, na melhoria do desenvolvimento desses municípios.

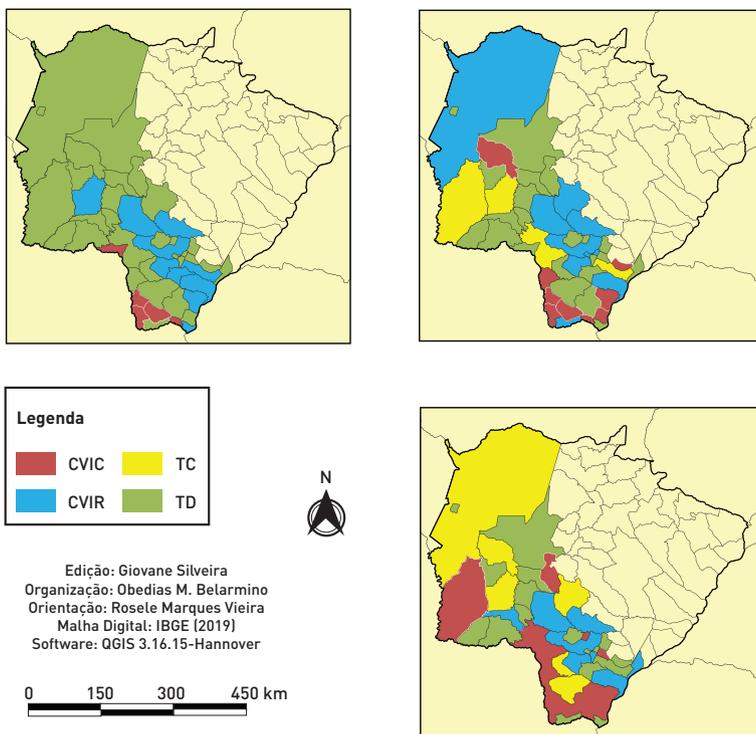
A Figura 4 a seguir retrata o panorama da classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense ao longo dos anos de 2005, 2010 e 2016. Percebe-se que ao longo do período de análise houve mudanças significativas na situação do desenvolvimento socioeconômico nesses municípios, e também uma alta variação, ou seja, oscilação na situação de desenvolvimento entre os municípios.

Conforme a Figura 4, percebe-se que todos os municípios apresentaram tendência de diminuição do *círculo vicioso*, em 2005 eram 34% em 2010 a porcentagem reduziu para 20% e em 2016 caiu para 12%. O que demonstra uma redução considerável de 22% dos municípios na situação de *círculo vicioso*. No entanto, o aumento de municípios em situação de *círculo virtuoso* foi pequeno, apenas 5% em relação a 2005. No ano de 2005, 18% dos municípios estavam nessa situação, em 2010 passou para 22,5% e em 2016 subiu para 23%. Conforme o passar dos anos os municípios que estavam na situação de *círculo vicioso* e *tendendo ao crescimento* passam a estar na situação de *tendendo ao desenvolvimento*, entretanto, no ano de 2016 cinco municípios ainda permaneceram em *círculo vicioso*.

A grande parte dos municípios, 66% estão na situação de *tendendo ao desenvolvimento* em 2016, isso mostra que a qualidade de vida melhorou nos aspectos de saúde e educação, porém a variável emprego e renda é baixa em todos esses municípios, carecendo assim de avanços. Ao longo do período de análise houve uma melhoria significativa de 30% no desenvolvimento dos municípios em relação a 2005, isso em parte se deve ao bom desempenho do setor agropecuário na região e principalmente ao aumento das exportações de commodities e a elevação no preço dos produtos primários, o que acaba beneficiando a economia desses municípios devido a seu forte potencial para as

atividades agropecuárias. Além disso, outro fator que pode ser um indicativo para melhoria da situação de desenvolvimento foram os investimentos realizados pelo governo de Mato Grosso do Sul em saúde e educação. Segundo o Portal da transparência (2021) Mato Grosso do Sul gastou no ano de 2016, R\$ 924.013.347,01 em saúde e R\$ 979.652.386,15 em educação, o que consequentemente colaborou para melhoria dos indicadores socioeconômicos.

Figura 4. Panorama da classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense em 2005, 2010 e 2016



CVIC = Círculo Vicioso, CVIR = Círculo Virtuoso, TC = Tendendo ao Crescimento, TD = Tendendo ao Desenvolvimento.

Fonte: Belarmino e Silveira (2021).

Conforme a Figura 4, no ano de 2016 observa-se uma estagnação, nenhum município da faixa de fronteira sul mato-grossense está na situação de *tendendo ao crescimento*. No ano de 2005, 12% dos municípios estavam nessa situação, em 2010 diminuiu para 10% e em 2016 caiu para 0%, ou seja, nenhum município apresentava tendência ao crescimento apresentando médias inferiores a 0,60 na variável emprego e renda. Isso indica a fragilidade desses municípios em termos de oportunidades de emprego, por estarem localizados sobre a faixa de fronteira e longe dos grandes centros comerciais, o que dificulta a instalação de novas empresas, e consequentemente inibe o crescimento destes municípios.

A renda é outra questão complexa, principalmente nesses municípios fronteiriços, apesar de quase 40% da população viver com uma renda média de meio salário-mínimo mensal (IBGE, 2020), muitos desses municípios apresentam PIB per capita alto, porém a concentração também é alta tendo mais de 47% da renda nas mãos dos 10% mais ricos que na maioria são grandes produtores rurais proprietários de grandes latifúndios.

Assim, constata-se que a dinâmica socioeconômica existente nesses municípios é de alta desigualdade e baixa qualidade de vida, o que leva a população a migrar em muitos casos para informalidade e até mesmo atuarem em atividades ilícitas como contrabando, tráfico, descaminho entre outras (Shikida, 2005). De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf, 2017), por serem municípios localizados próximos a países vizinhos como Paraguai e Bolívia, existem certas “facilidades” o que acabam por tornar atraentes as oportunidades ilegais. Devido à falta de trabalho e a baixa renda da população observa-se uma tendência no aumento de jovens ingressando no mundo do crime devido à falta de oportunidades dignas de trabalho. Muitos veem no crime uma alternativa de sobrevivência uma vez que por meios legais não conseguem suprir suas necessidades básicas de subsistência.

De acordo com Myrdal (1960) a *causação circular cumulativa* atua em dois sentidos: ela potencializa a condição dos municípios

em *círculo virtuoso*, contudo, agrava a situação de municípios em *círculo vicioso*. E isso é justamente o que acontece nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense. Conforme demonstrado na figura 4 os municípios que se encontram em situação de *círculo vicioso* no ano de 2016 são os mesmos que estavam nessa situação em 2005 e 2010. Reforçando assim, a teoria da causação circular cumulativa que impede os municípios de romper com o subdesenvolvimento. Já em relação aos municípios em situação de *círculo virtuoso* existe certa variação, no entanto, 5 municípios sendo eles Maracaju, Dourados, Rio Brilhante, Caarapó e Naviraí permanecem nessa mesma situação durante todo período da análise, apresentando melhorias crescentes no desenvolvimento ao longo dos anos.

Os municípios que permaneceram na situação de *círculo vicioso* ao longo do período de análise são: Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorá, Paranhos e Tacuru. Apenas Antônio João passou para *tendendo ao desenvolvimento* no ano de 2010, no entanto, no ano seguinte voltou novamente a estar em *círculo vicioso*. Assim, esses municípios caracterizam-se por estarem numa situação crítica de desenvolvimento socioeconômico, apresentando menor dinamismo econômico e social além de elevada desigualdade.

Considerações Finais

Apesar de apresentar fragilidades nos indicadores a situação socioeconômica dos municípios melhorou ao longo do período de análise, em 2005, 34% dos municípios estavam no círculo vicioso, já em 2010 esse número caiu para 20,5% e em 2016 diminuiu para 12%. Houve melhoria de 5% no quantitativo de municípios em situação de círculo virtuoso dentro dos 12 anos que compreendem a análise. A maioria dos municípios, 66% está na situação de tendendo ao desenvolvimento, porém chama-se a atenção o fato de não haver nem um município em situação de tendendo ao crescimento no ano de 2016. Ao longo dos anos observou-se a diminuição no quantitativo de municípios nessa situação, e, por fim, no ano de 2016 não existe mais nenhum município tendendo ao crescimento.

Os municípios de Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorá, Paranhos e Tacuru continuam na situação de círculo vicioso desde o ano de 2005, apesar de uma pequena melhoria em seus indicadores, esses municípios não conseguiram romper com o círculo vicioso, o que novamente reforça a teoria da causação circular cumulativa proposta por Myrdal e a teoria do círculo vicioso de Nurkse. Segundo esses autores pela própria natureza cumulativa e circular do processo de desenvolvimento uma região que apresente baixos desempenhos em seus indicadores, elevada pobreza e desigualdade, tende a se manter ou até mesmo piorar essa situação com o passar do tempo. E é justamente o que se percebe nesses municípios, todos permanecem na mesma situação, demonstrando baixos indicadores de educação, saúde, emprego e renda e estão em situação crítica de desenvolvimento socioeconômico, carecendo assim de ações rápidas e assertivas que revertam essa difícil situação enfrentada por sua população.

Apenas 10 municípios, o que representa 22% do quantitativo de municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense encontram-se na situação de círculo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, sendo eles: Bonito, Caarapó, Dourados, Itaquiraí, Jateí, Juti, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí e Rio Brillante. Esses municípios apresentaram bons desempenhos em todas as variáveis analisadas, educação, saúde, emprego e renda. Em comparação ao ano de 2005 apenas três municípios avançaram para essa classificação, Jateí e Juti estavam na situação de tendendo ao desenvolvimento e Bonito tendendo ao crescimento. Os demais municípios permaneceram na situação de círculo virtuoso ao longo da análise e melhoraram seus indicadores de maneira significativa. Novamente esses fatos reforçam a teoria de Myrdal e Nurkse.

Assim, os resultados obtidos neste trabalho visam auxiliar na compreensão sobre a realidade socioeconômica dos municípios fronteiriços. Essas informações podem contribuir para elaboração, gestão e planejamento de políticas públicas focalizadas nos problemas e especificidade próprias de regiões de fronteira. A situação enfrentada

nesses municípios exige ações/iniciativas coerentes com a realidade dos municípios de fronteira que contemplem os problemas específicos e característicos dessa região. Para que assim seja fomentado/viabilizado o desenvolvimento socioeconômico desse território. Nesse sentido, espera-se que os governantes atuem sobre as lacunas e fragilidades presentes nesses municípios e evidenciadas por esse trabalho.

De maneira geral, esta análise foi realizada com o intuito de subsidiar a discussão sobre o desenvolvimento nos municípios fronteiriços, apresentando assim com mais profundidade a situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense, por meio de seus respectivos indicadores socioeconômicos. Proporcionando conhecimento e reflexão sobre aspectos vivenciados na fronteira que muitas vezes são negligenciados ou “não cabem” ao diálogo público.

Referências

BASSAN, D. S. Alguns aspectos teóricos do desenvolvimento com o olhar na região do Vale do Paranhana. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 16, n. 29, p. 39-47. jun. 2014.

BELARMINO, O. M; SILVEIRA, G. S. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2005**. Ponta Porá: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BELARMINO, O. M; SILVEIRA, G. S. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2010**. Ponta Porá: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BELARMINO, O. M; SILVEIRA, G. S. Mapa: **Classificação da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense no ano de 2016**. Ponta Porá: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BELARMINO, O. M; SILVEIRA, G. S. Mapa: **Panorama da situação do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da faixa de fronteira sul mato-grossense nos anos de 2005, 2010 e 2016**. Ponta Porá: [s. n.], 2021. Municípios que compõem a faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Escala 1:5.300.000.

BELARMINO, O. M; VIERA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras**, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3INrSEa>. Acesso em: 07 jan 2021.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De que estamos hablando? *In*: BOISIER, S. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF, 2009a.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo** – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 31-55, jan.-mar./2011.

FERRERA DE LIMA, Jandir (org.). **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo: UNIOESTE, 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **Renda per capita por município**. <https://bit.ly/2XcnNBe>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **PIB dos municípios**. <https://bit.ly/2XcnNBe>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IDESF Estudo: **A lógica econômica do contrabando**. Disponível em: <http://bit.ly/3ZaNRKC>. Acesso em: 28 set. 2021.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB – Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957 [1953].

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Dados de gastos de Mato Grosso do Sul** Disponível em: <http://bit.ly/3lPy9pM>. Acesso em: 10 nov. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski; LIMA, Jandir Ferrera de. **Desenvolvimento humano municipal no sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza**. In: Acta Scientiarum. Disponível em: Doi: <https://bit.ly/3ZbJ9fJ>. Acesso em: 29 dez. 2020.

RAIHER, Augusta Pelinski; LIMA, Jandir Ferrera de. Desenvolvimento humano nas regiões brasileiras: o que fazer? **Revista Espacios**, [s. l.], v. 38, ed. 51, p. 28-42, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3ErgQlh>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. ([1911] 1961) **The Development Economics**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Economia do crime: teoria e evidências empíricas a partir de um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Piraquara (PR). **Revista de Economia e Administração**, v. 4, n. 3, p. 315-342, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

Paulo Fernando Jurado da Silva | Giovane Silveira da Silveira |
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli | Maria José Martinelli Silva Calixto (Orgs.)

TORRECILHA, Maria Lúcia. A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DA PRODUÇÃO HABITACIONAL À PRODUÇÃO DA CIDADE: APONTAMENTOS PARA SE PENSAR A MOBILIDADE SOCIOESPACIAL EM NOVA ANDRADINA-MS

*Edmilson Batista Santana
Maria José Martinelli Silva Calixto*

Introdução

O presente texto centra-se na análise do processo de reprodução do espaço urbano em uma cidade pequena do interior do estado de Mato Grosso do Sul, Nova Andradina-MS¹, buscando compreender os desdobramentos na mobilidade socioespacial dos cidadãos decorrentes da expansão territorial em virtude da política habitacional.

De início, é importante pontuarmos que, dada a realidade geográfica do estado de Mato Grosso do Sul, com um número significativo de cidades pequenas², chama-nos a atenção, o fato de que os estudos sobre as cidades pequenas nos possibilitam compreender, também, as novas dinâmicas da rede urbana, bem como nos aproximar de uma melhor compreensão do urbano em si.

1. Município localizado na porção sudeste de Mato Grosso do Sul e, de acordo com a Estimativa Populacional (IBGE, 2021) possui uma população de 56.057 habitantes.

2. Dos 79 municípios, 44 possuem população inferior a 20 mil habitantes e, apenas quatro municípios, possuem população superior a 100 mil habitantes.

Neste contexto, as transformações na/da própria sociedade ensejam maior atenção com relação aos impactos no urbano, principalmente, no que diz respeito ao crescimento das cidades e as necessidades de moradia³.

Esta análise ganha importância, não somente por se tratar de uma cidade pequena, mas pelo fato de que, nos últimos anos, Nova Andradina vem apresentando dinâmicas que são mais frequentes em áreas metropolitanas e/ou em cidades médias, principalmente, devido a forte atuação e articulação do capital imobiliário na constituição de loteamentos fechados de padrão elevado que, em consonância com as políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atuam conformando uma cidade socioespacialmente diferenciada.

A produção habitacional, seja pela lógica dos empreendimentos do PMCMV ou dos loteamentos fechados, promove novas formas de produção do espaço, aprofundando as desigualdades socioespaciais na cidade.

Essa leitura é fundamental, visto que nos permite compreender os novos vetores de (re)produção do espaço urbano. Nesse ínterim, temos o estabelecimento de uma dinâmica de segmentação no uso residencial, redefinindo assim, a relação centro-periferia.

Para a presente análise, nos pautamos num referencial teórico que sustentasse a problematização que propusemos discutir. Assim, realizamos o levantamento de dados, informações e documentos em **I**) fontes primárias tais como: trabalho de campo junto a Prefeitura Municipal de Nova Andradina, Agenova (Agência Municipal de Habitação), nas imobiliárias/incorporadoras e registro fotográfico dos empreendimentos habitacionais particulares. **II**) As fontes secundárias: por meio de pesquisa nos Sítios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), Prefeitura Municipal, analisando as Leis de regulamentação do processo de expansão territorial urbana e, também, das imobiliárias/incorporadoras.

3. A expressividade das alterações/transformações no âmbito da sociedade contemporânea tem gerado novas formas de *habitat* e de vida, além de ter posto novos desafios e dificuldades aos estudos do tema, já que o espaço geográfico encontra-se em constante transformação (Jurado da Silva; Sposito, 2009, p. 204).

A produção do espaço urbano em Nova Andradina-MS: alguns elementos balizadores

Ao nos pautarmos na dinâmica de produção do espaço urbano, independente do tamanho da cidade, é preciso considerar os agentes produtores do espaço, tais como, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o próprio Estado e, também, os agentes sociais excluídos. O que implica em novas/outras formas de “perceber/conceber” o espaço.

Para esta análise, nos pautamos na compreensão do espaço urbano como sendo,

[...] um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (Corrêa, 1989, p. 11)

Considerando o espaço urbano como produto social, ou seja, devido a dinâmica das relações sociais de produção⁴, Beltrão Sposito (s/d) ressalta ser necessário compreender como se “produz e reproduz a cidade, como condição e projeção do produzir nos seus sentidos lato e restrito, e do consumer individual e coletivamente (Beltrão Sposito, s/d).

E continua,

[...] o espaço da cidade se organiza em função de um processo amplo de transformações no conjunto de papéis desempenhados pelas cidades, e aqui nos referimos ao próprio processo de urbanização, a forma como essa produção do espaço se materializa em cada cidade e no conjunto das cidades, é também uma dimensão importante do movimento dessas transformações. (Beltrão Sposito, S/D)

4. Afirma-se que os processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (Corrêa, 2016, p. 44).

Assim, compreender o espaço urbano implica em partir de uma análise dos condicionantes sociais, considerando, as transformações e especificidades de cada momento histórico. Para Corrêa (2016, p. 43) essa dinâmica

É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros seguimentos da sociedade.

De acordo com Castells (1983),

O espaço urbano é estrutura, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de de cada tipo e de cada período da organização social. (Castells, 1983, p. 147)

Para que possamos estabelecer uma leitura que dê conta da discussão proposta, é importante compreender o espaço como um elemento que assume um papel fundamental no sistema capitalista, como produto e produtor das relações que se estabelecem de forma contraditória.

Nesse sentido, Melazzo *et al.* (2021) corrobora com a perspectiva apresentada por Beltrão Sposito (s/d), ao entender que temos uma cidade que é construída socialmente e coletivamente, porém, as formas de uso, de apropriação e de significação são dadas de maneira seletiva. Esse é um ponto fundamental.

O entendimento da dinâmica de produção do espaço urbano em Nova Andradina, mediante a política habitacional e o capital incorporador, indica uma cidade que se reproduz mediante o processo de apropriação e dominação do espaço, implicando em contradições. Acerca desta questão, Beltrão Sposito (2019, p. 11) ressalta que “A separação socioespacial não é apenas o aumento das distâncias, mas mudança nas formas de viver a cidade, a partir de múltiplos modos de constituição de DESIGUALDADES e DIFERENÇAS socioespaciais.”

No caso de Nova Andradina, ao propormos a compreensão do processo de expansão territorial, é importante considerarmos as transformações e os novos conteúdos que foram incorporados ao espaço urbano da cidade a partir da implementação dos empreendimentos do PMCMV, o capital imobiliário, e a presença de dois loteamentos fechados⁵, o Boulevard, o Vila Nova.

Nesse processo, é preciso levar em consideração as estratégias fundiárias, sobretudo, da lógica do capital agroexportador, responsável pela incorporação de conteúdos antes vistos somente em cidades médias e/ou em áreas metropolitanas e que agora se fazem presentes em cidades pequenas, alicerçados por essa dinâmica produtiva⁶.

Como bem ressalta Melazzo (2013), é necessário compreender como essa realidade, mudanças/transformações/incorporações, se manifesta na dinâmica de produção e estruturação do espaço urbano, tendo em vista a implicância que exerce na renda da terra urbana.

São cada vez mais seletivos os vetores de expansão territorial, as mudanças nas localizações residenciais de grupos sociais, os diferentes produtos imobiliários que segmentam o mercado de terras e, mais recentemente, a constituição paulatina de novas centralidades intra-urbanas. (Melazzo, 2013, p. 30)

5. De acordo com informações obtidas com o representante da Corpal Incorporadora e Construtora, há estudos para a implantação de um terceiro loteamento fechado, na porção nordeste da cidade. Assim, é essencial pontuar que a presença de empreendimentos fechados não é tão comum em cidades pequenas, principalmente, quando se trata da realidade urbana do estado de Mato Grosso do Sul, o que revela as diferentes formas que o processo de produção e apropriação do espaço urbano vem assumindo, atualmente.

6. De acordo com Beltrão Sposito (2010, p. 56) as transformações ocorridas no campo “Do ponto de vista econômico, alteram-se os papés locais das cidades pequenas e, do ponto de vista social e político, esgarçam-se as relações que se estabeleciam nessas escalas menores, visto que passam a ter mais peso atores hegemônicos, representados pelos grandes proprietários rurais e pelos conglomerados industriais e financeiros, suporte dos circuitos econômicos dos agronegócios, atores esses que não residem nas cidades pequenas e médias sobre as quais intervêm de modo intenso.

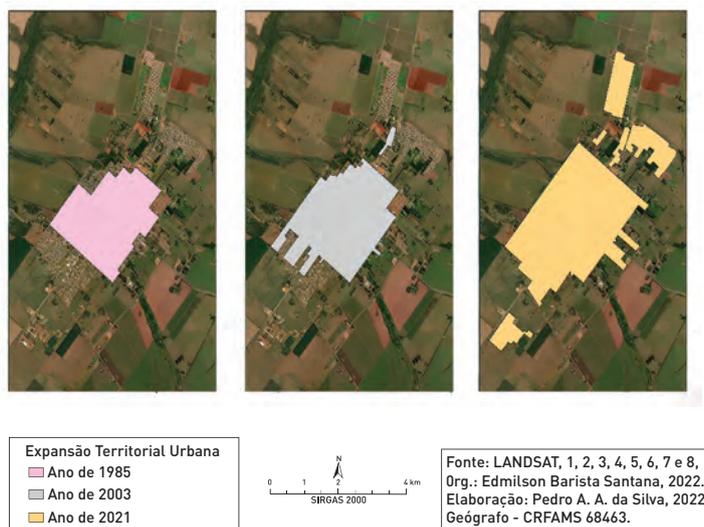
O espraiamento do tecido urbano se caracteriza como uma lógica que impacta o processo de reestruturação da cidade. De modo geral, implica na dinamização das relações centro-periferia que, diga-se de passagem, vem assumindo novos conteúdos por meio das políticas públicas habitacionais e do capital imobiliário.

Diante da lógica de (re)produção da cidade é importante refletir sobre a figura do poder público, o papel dos agentes incorporadores e os desdobramentos promovidos no espaço. Nesse sentido, se faz necessário partir da apreensão das relações sociais sem desconsiderar que estão embutidas de racionalidade política, impondo novas lógicas e formas de produção do espaço.

Analisando a Figura 1, fica nítido, que temos uma dinâmica – vetor de crescimento urbano - vinculada a porção norte da cidade, incorporando áreas rurais, por meio da atuação do poder público com alterações no perímetro urbano.

Percebe-se o delineamento de duas porções do tecido urbano que são ligadas pela avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, no sentido da MS 134, como se a área central e a porção em expansão fossem duas partes distintas numa mesma cidade.

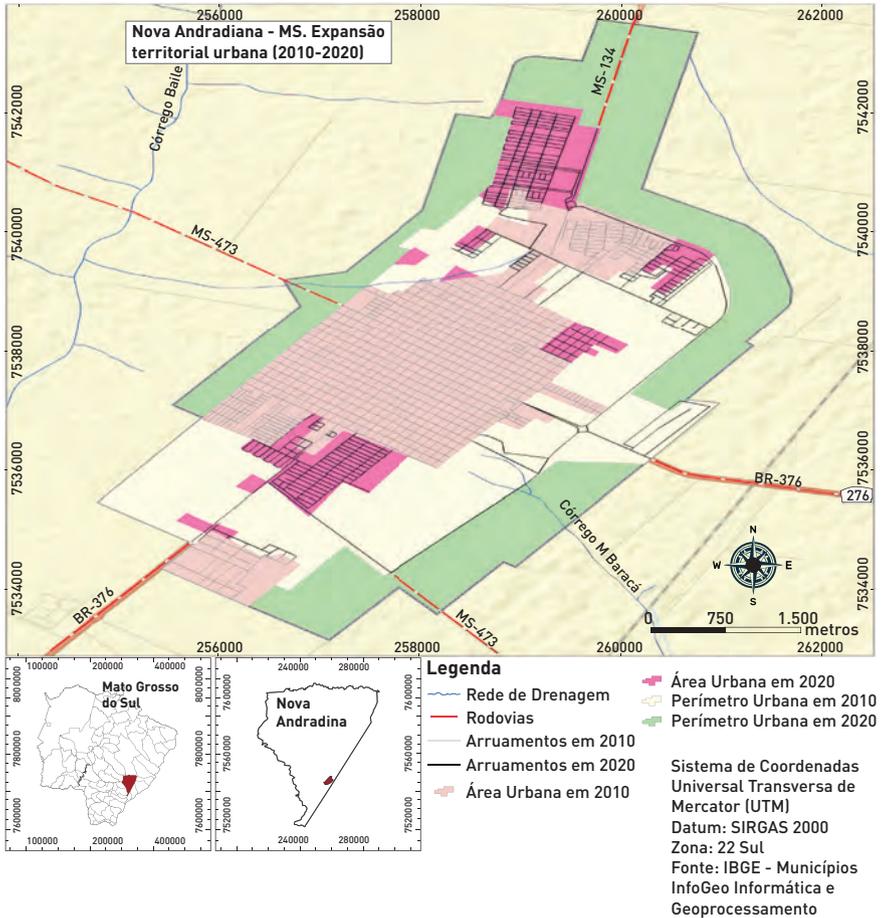
Figura 1. Nova Andradina - MS - Expansão territorial urbana (1985-2021)



Deste modo, por meio da atuação do poder público, desencaixou-se novas formas de (re)produção do espaço, bem como a reconfiguração da relação centro e periferia já que a porção norte da cidade, além de ter se constituído como um vetor de crescimento engendrado pelo PMCMV, para segmentos de menor poder aquisitivo, também tem sido marcada pela presença de loteamentos privados e loteamentos fechados, para segmentos de poder aquisitivo mais elevado, como podemos observar na Figura 2, que demonstra a expansão territorial urbana de Nova Andradina, no período de 2010 a 2020.

Vale referenciar que, na última década, Nova Andradina teve seu perímetro urbano alterado três vezes, primeiramente, por meio da Lei nº 1.158/2013 em que o mesmo se expandiu incorporando a área rural da fazenda Boa Esperança, onde hoje é o conjunto habitacional Randolfo Jareta (faixa 2), fazendo divisa com outra fazenda, a Nova Orliândia. A Figura 2 nos possibilita compreender a espacialização da expansão territorial urbana de Nova Andradina, considerando a atuação do poder público através da política habitacional.

Figura 2. Nova Andradina - MS - Expansão territorial urbana (2020)



Em 2014, é proposta outra alteração, por meio da Lei 1.197. Assim, o perímetro urbano avançou para área rural da fazenda Nova Orândia, onde hoje se encontra o Residencial Jardim Primavera (faixa 1,5). Também incorporou novas áreas da fazenda Boa Esperança, por meio da implantação do loteamento privado Royal Park, com um total de 655 lotes, de 300 m².

Já em 2017, por intermédio da Lei nº 1.379, é proposta mais uma alteração, desta vez abrangendo, também, o outro lado da ro-

dovia MS 134, como podemos verificar na Figura 2. A cor verde indica a área de dois loteamentos: um já iniciado, na porção sudeste, e outro pronto para ser implementado, na porção nordeste.

A análise da dinâmica de expansão urbana nos possibilita compreender que, a partir da política habitacional e da atuação dos agentes privados, revela-se um espaço socioespacialmente diferenciado.

Nesse sentido, o PMCMV tem contribuído para o reforço da/na desigualdade socioespacial, pois os empreendimentos foram implantados, em sua maioria, em áreas distantes do centro da cidade, o que impacta de maneira significativa na vida das pessoas que não possuem meios de locomoção, por exemplo. O espaço, então, tem se constituído como um instrumento político, alicerçando a atuação dos agentes imobiliários.

O processo de (re)produção do espaço urbano tem reforçado a reconfiguração da relação centro-periferia, o que impõe dificuldades de acesso a equipamentos e serviços urbanos para as pessoas de menor poder aquisitivo. Em contrapartida, temos a incorporação dos loteamentos fechados voltados para os segmentos de maior poder aquisitivo, o que imprime uma lógica de “valorização” diferenciada da terra urbana.

Neste caso, a presença de dois loteamentos fechados na porção norte, contribui com a lógica de maior “valorização” da terra urbana nessa área da cidade, que tem sido alvo da expansão do perímetro urbano.

O que chama atenção é o fato de que dos onze loteamentos particulares implantados, no período de 2002 a 2021, nove estão localizados na porção norte da cidade, o que reforça a proposta deste trabalho de tratá-la como um vetor de expansão urbana. Como expressão dessa dinâmica, vai se revelando um processo que marca a diferenciação socioespacial entre a porção noroeste (com a presença da maioria dos empreendimentos do PMCMV) e a porção nordeste, com os loteamentos particulares de padrão mais elevados e os loteamentos fechados.

O afastamento dos segmentos de maior poder aquisitivo das áreas centrais, delinea um processo de autossegregação, materializado, principalmente, nos loteamentos fechados Boulevard e Vila Nova.

O loteamento Boulevard, lançado em 2010, se encontra numa área central do loteamento Portal do Parque quarta fase. Foi con-

cebido dentro da lógica de distinção social, já que não é qualquer cidadão que consegue adquirir um lote.

O que podemos perceber, a partir dos loteamentos Boulevard e Vila Nova (Figuras 1 a 3), é a materialização de uma dinâmica em que os “estranhos” não podem vivenciar fisicamente os mesmos lugares na cidade, na medida em que são monitorados por sistemas de segurança e vigilância, como muro e entrada e saída controladas.

Figura 1. Nova Andradina- MS. Vista da entrada do residencial Boulevard



Foto: Edmilson Batista Santana (janeiro, 2022).

Figura 2. Nova Andradina- MS. Muro demarcando o residencial Boulevard



Foto: Edmilson Batista Santana (janeiro, 2022).

Por sua vez, o loteamento Vila Nova, lançado também em 2010, possui um total de 48 lotes e são os proprietários, com auxílio de contador, que negociam os terrenos. Localiza-se em uma área que, no início da sua implantação, não estava incorporada ao perímetro urbano de Nova Andradina e havia poucas residências nos arredores.

Figura 3. Nova Andradina- MS. Vista do Residencial Vila Nova



Fonte: Sítio da imobiliária Polonio Imóveis.

Ao analisar a realidade das cidades médias, Beltrão Sposito (2019), ressalta que:

Cada vez mais distantes das áreas da cidade melhor equipadas de meios de consumo coletivo públicos e privados, os mais pobres não têm visto diminuição do custo de moradia, seja por aquisição, seja por locação, mas na direção oposta, os extratos médios e altos têm se disposto a pagar progressivamente mais para se afastar e/ou separar dos que ganham menos. (Beltrão Sposito, 2019, p. 7)

Tais loteamentos expressam uma nova dinâmica de produção do espaço urbano que emerge novos conteúdos na/da divisão social do espaço. Assim, temos um processo que se complexifica cada vez mais, pois envolve os que estão “dentro” dos loteamentos fechados e os que estão “fora” dos muros, o que simboliza um distanciamento socioespacial.

É também Beltrão Sposito (2019) quem salienta que,

Esses espaços residenciais ajudam a entender como se conciliam duas tendências - continuidade da propensão ao afastamento espacial dos mais pobres em direção à periferia e intensificação da concentração dos mais ricos em áreas distantes do centro principal. Se as classes médias e alta não estão mais separadas dos mais pobres pela distância que há entre o centro e os setores pericentrais, onde anteriormente habitavam, e aqueles que são periféricos (onde estavam quase exclusivamente os pobres) há necessidades de novos mecanismos de separação que alcançam o grau da apartação, com muros, controles e vigilância. (Beltrão Sposito, 2019, p. 4-5)

A autora supracitada ressalta, então, o reforço de um espaço cada vez mais desigual, pois a implantação dos loteamentos fechados,

[...] além de ampliar as DESIGUALDADES socioespaciais, tanto pela expansão do tecido urbano, quanto pelo aumento do gradiente de preços dos imóveis, são responsáveis pela produção de novas formas de DIFERENCIAÇÃO socioespacial. (Beltrão Sposito, 2019, p. 8)

Além de estarem numa área onde a terra possui preço diferenciado, temos o fato da proximidade com o anel viário (MS 134), a Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) bem como o acesso direto ao centro da cidade, por meio das avenidas Antônio Joaquim de Moura Andrade e Eurico Soares de Andrade, principais vias de circulação.

Assim, os elementos citados acima, vão sendo incorporados e utilizados pelas incorporadoras como estratégias de *marketing*, além da ideia de segurança e privacidade.

Tais estratégias indicam uma dinâmica de seletividade no uso do espaço no interior da cidade. Isso fica bem nítido na plataforma

da incorporadora PLC Urbanismo na divulgação do condomínio Boulevard com a frase “*Exclusividade para poucos.*”

Essa ideia de seletividade transpõe os muros do loteamento Boulevard, já que as casas que estão nos arredores do empreendimento seguem a lógica de novas formas de construção e/ou padrão.

Percebe-se, então, uma cidade que vai se reproduzindo afluindo o contraste no “morar”, pois, além de estarem em áreas periféricas, distante da malha urbana denotam, também, questões pertinentes a infraestrutura demonstrando a carência do olhar do poder público. Nas Figuras 4 a 7, percebemos a materialização da diferenciação presente e, também, onde o poder público manifestou o seu maior interesse em investir, na medida em que realizou a obra para facilitar o acesso ao loteamento particular Portal do Parque e aumentar a segurança viária.

Figuras 4 e 5. Acesso ao loteamento Primavera (PMCMV faixa 1,5) e do loteamento particular Portal do Parque



Foto: Edmilson Batista Santana (janeiro, 2022).

Figuras 6 e 7. Vias de circulação do loteamento Bela Vista I (PMCMV faixa 1) e do loteamento particular Portal do Parque



Foto: Edmilson Batista Santana (janeiro, 2022).

Assim, as reflexões visam não somente apreender o processo de expansão do espaço urbano, mas identificar os vetores desse processo e como o PMCMV e os loteamentos particulares têm participado da/na (re)produção de espaços desiguais.

A presente análise nos possibilita apreender o processo de produção do espaço urbano na sua totalidade revelando que, paralelamente à implementação de uma política voltada para a minimização do déficit habitacional, temos os desdobramentos desdobramentos em contrastes socioespaciais cada vez mais afunilados.

A (i)mobilidade na produção do espaço

Tomamos Nova Andradina como escala de análise para discutir como o processo de circulação (mobilidade socioespacial) vem se articulando a dinâmica de produção do espaço urbano e reforçando a diferenciação socioespacial.

De início, é preciso dizer que a mobilidade socioespacial não implica, somente, o ato dos cidadãos se deslocarem pela cidade. Ou seja, não compreende apenas a dimensão física do espaço construído, envolve, também, a dimensão da percepção do espaço como construto social e de uso coletivo.

Neste sentido, ao tratar de mobilidade socioespacial, questões de ordem econômica, política e social, por exemplo, precisam ser consideradas na medida em que estão intrinsecamente ligadas a produção e estruturação do espaço da cidade. É, então, uma relação conjunta entre as formas de deslocamento e as condições em que o deslocamento se materializa⁷.

Bastazini (2022) contribui de maneira significativa para a discussão aqui proposta, visto que, ao analisar a realidade urbana de duas cidades do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande e Dourados, ressalta como a produção do espaço urbano gerou processo de diferenciação e fragmentação socioespacial demonstrando como dinâmica incide na mobilidade socioespacial dos cidadãos.

A mobilidade socioespacial compreendida dessa maneira, representa um tipo de capital que distingue e aponta as diferenças entre os sujeitos no espaço urbano a partir do movimento, articulando os deslocamentos e a forma como eles ocorrem como causa e consequência de uma estratificação econômica gerada, dentre outros fatores, pela apropriação desigual da riqueza, projetada no espaço urbano e na vida cotidiana. (Bastazini, 2022, p. 51)

Na última década, Nova Andradina tem assistido um processo de crescimento acelerado, principalmente, pelo fortalecimento do setor agrícola e, conseqüentemente, o setor de comércio e prestação de serviços. Influenciado por esse crescimento econômico, percebemos que a cidade passou por uma dinâmica de expansão urbana considerável, sobretudo, por intermédio da atuação da política habitacional do PMCMV e loteamentos particulares.

7. De acordo com Alves (2016, p. 111), “Dos fatores que eventualmente provocam a imobilidade e/ou mobilidade descendente tanto espacial como social, podemos destacar: insuficiência de recursos para a manutenção das necessidades cotidianas advindas das baixas remunerações e, aliado a isso, o aumento das despesas com aluguel, alimentação, vestuário e transporte; perda do emprego e/ou da atividade (ainda que informal) que possibilitava a inserção (mesmo que precária) no sistema produtivo e que permitia a reprodução da vida.”

Ao tratarmos do PMCMV, pensando sua implicância socioespacial, tem-se percebido na maioria das cidades, uma contrariedade, não somente, no sentido de não ter alcançado as famílias que realmente precisavam, mas na ampliação do descompasso entre o “direito à moradia e o direito à cidade”.

Smolka (1987), ao tratar do capital incorporador e o poder público como aqueles que redefinem o espaço geográfico, sinaliza que,

[...] a habitação constitui-se em uma mercadoria dotada de especificidades advindas de sua vinculação estreita à terra, o que faz com que a mesma absorva certas singularidades do local em que a mesma é produzida. Isto sugere que, ao se adquirir uma habitação na mesma transação, se adquira também toda uma série de atributos associados ao cotidiano da vida urbana: meio de interação social, facilidades de acesso a outras atividades urbanas como o lazer, comércio em geral, etc. (Smolka, 1987, p. 72)

Considerando as proposições do autor supracitado, partimos da situação espacial, ou seja, da localização dos conjuntos habitacionais para que possamos analisar como a mobilidade socioespacial e acessibilidade⁸ são percebidas, mediante o processo de estruturação do espaço urbano e a disposição dos equipamentos de uso coletivo que, de alguma forma, impacta na vida e no direito à cidade, por parte dos cidadãos.

Nesse sentido, é possível compreender se a cidade avança de forma a (re)produzir a diferenciação socioespacial, no que concerne às possibilidades de acesso à cidade, considerando que as pessoas

8. É importante ressaltar que, assim como a mobilidade a acessibilidade, também, é um conceito polissêmico. Pautado na perspectiva de Dutenkefer (2016), podemos considerá-la como um fator que está muito ligado as possibilidades que os cidadãos têm de, a partir do sistema viário, acessar determinados locais da cidade. No entanto, o que é previsto relevar nessa análise, é o fato de que somente os meios de transportes são capazes de possibilitar/condicionar a acessibilidade, mas, também, as condições dos deslocamentos, dentre elas podemos citar a renda, o local de moradia, itinerários etc.

necessitam se deslocar para a realização de suas atividades diárias, como trabalho, comércio, saúde etc.

Como já ressaltamos, a lógica de (re)produção do espaço urbano em Nova Andradina, se mostra cada vez mais desigual e segmentada socialmente. A política habitacional, então, vem atuando como um reforço nessa diferenciação, visto que a maioria dos conjuntos habitacionais está localizado nas franjas urbanas, locais distantes do centro da cidade, enquanto encontramos vazios urbanos nas áreas centrais.

A discussão proposta ganha relevância pelo fato de a cidade não possuir transporte coletivo e por não haver um sistema de transportes integrado que facilite a acessibilidade à população. Assim, o automóvel vem se constituindo como um elemento que possui uma grande relevância na dinâmica de divisão e de diferenciação do espaço urbano e entre os segmentos sociais, uma vez que, nem todos possuem meios de transportes motorizados para se locomoverem.

É necessário pensar na equidade do/no uso do espaço de circulação, não somente entre os modais, mas, também, que as pessoas de menor renda consigam vivenciar a cidade na sua totalidade e não de forma fragmentada.

De acordo com Pereira (2006),

A circulação é extremamente essencial para que haja o deslocamento das pessoas até seus locais de trabalho já que, normalmente, há uma separação entre este e o local de moradia, bem como das demais atividades necessárias à sua reprodução, o que implica em custos que, muitas vezes, não podem ser pagos, fazendo com que as pessoas busquem outras alternativas, com ir a pé ou de bicicleta. (Pereira, 2006, p. 41)

Romacheli (2018) contribui com essa discussão ao analisar a caminhabilidade ressaltando que a cidade é pensada de acordo com a escala do automóvel (distinção social), e não na escala do corpo, do cotidiano, ou seja, a circulação não é vista como algo que seja justo/possibilidade para todos.

De acordo com a autora supracitada,

A segregação dos pobres nas longínquas periferias os expõe a riscos, devido aos grandes deslocamentos em territórios particularmente inseguros. Eles são a maioria das vítimas em um modelo em que as políticas públicas privilegiam os usuários dos veículos motorizados. (Romacheli, 2018, p. 73, grifo nosso)

Quando tratamos da priorização do automóvel, estamos nos referindo, de certa forma, a uma classe social específica, que consegue se deslocar pelas diversas porções da cidade. Ou seja, a distância não se torna um problema para o segmento social mais alto, enquanto o pobre se vê a margem desse processo.

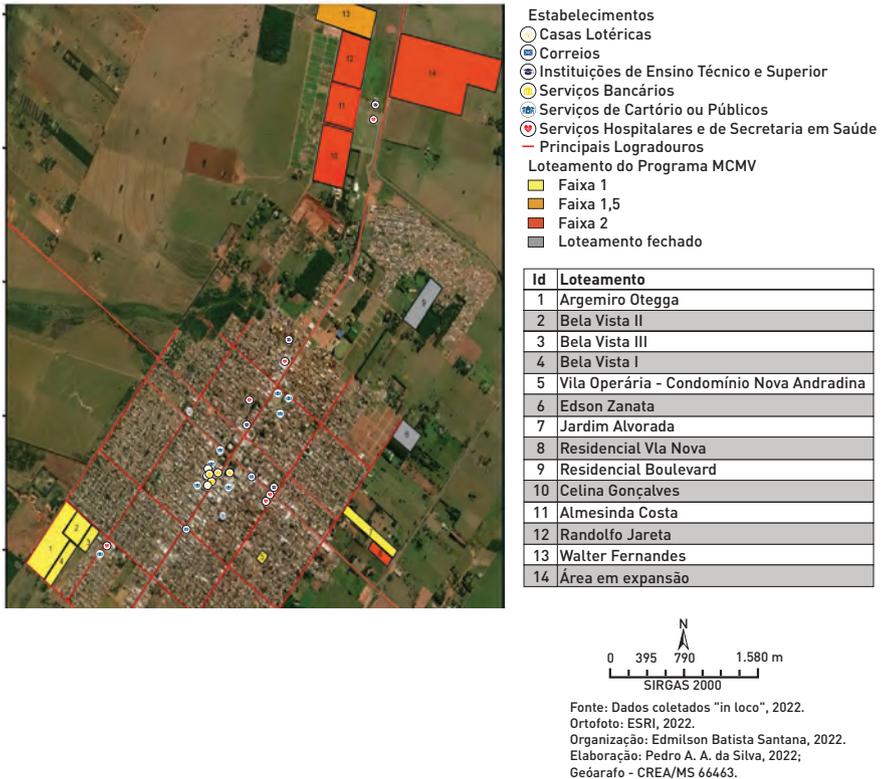
Ao analisarmos a mobilidade socioespacial, considerando os padrões de uso e apropriação do solo urbano, são importantes os dizeres de Pereira (2006), de que

Necessitamos, constantemente, nos deslocarmos para a reprodução. Tanto as atividades a se desenvolverem, com os deslocamentos dependerão de fatores, especialmente econômicos e espaciais, que podem restringir ou possibilitar a diversidade e intensidade dos mesmos. (Pereira, 2006, p. 52, grifo nosso)

Tais fatores são essenciais e se apresentam como elementos que nos possibilitam pensar a respeito da segregação, a partir da (i) mobilidade espacial, considerando as pessoas que moram nos conjuntos habitacionais distantes do centro da cidade e dos meios de consumo coletivo. Assim, ao passo que a acessibilidade não é favorecida/não materializada, temos o reforço ainda mais da diferenciação socioespacial.

Quando nos pautamos nos empreendimentos do PMCMV e sua relação espacial com a distribuição dos equipamentos de uso coletivo em Nova Andradina (Figura 3), percebemos que tais equipamentos estão localizados, em sua maioria, na área central. Apesar de estarem dispostos nos principais eixos de circulação, a distância se mostra como um grande empecilho para os moradores que não possuem veículo motorizado, ou até mesmo pela questão financeira.

Figura 3. Nova Andradina-MS. Hierarquia das vias de circulação e distribuição dos equipamentos de uso coletivo



Entre o ano de 2009, quando deu início a política nacional de habitação do PMCMV, e 2020, Nova Andradina sofreu quatro alterações no seu perímetro urbano. Assim, ao passo que a cidade, na sua forma, foi se expandindo, o poder público não visou construir uma “cidade próxima”, no sentido de ser acessível para todos.

Assim, os cidadãos que moram nos loteamentos presentes na área em expansão enfrentam inúmeros empecilhos como: dificuldade de transporte, distância de serviços públicos (escolas, Hospital Regional, Detran, etc.). Para que os cidadãos do Loteamento

Privamera tenham acesso ao Hospital Regional, por exemplo, eles precisam cruzar literalmente a cidade, numa distância em torno de 7 quilômetros, o que nos possibilita compreender como determinados grupos sociais se inserem na lógica de (re)produção da cidade.

Outro fator que precisa ser ressaltado é a proximidade com a rodovia MS 134, que se transforma no anel viário, importante rota de escoamento produtivo da região e com intenso fluxo de veículos pesados, motivo pelo qual já ocorreram inúmeros acidentes envolvendo os cidadãos.

A ligação entre o centro da cidade e a área dos loteamentos é feita pela via arterial, a avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, que nesse trecho, cerca de 3 quilômetros, os veículos imprimem uma velocidade acima da permitida e, apesar de possuir ciclofaixa, a insegurança é muito grande para aqueles que necessitam se deslocar de bicicleta ou a pé até o centro da cidade e/ou para o trabalho.

Conforme Resende (2017, p. 23), “[...] a configuração da forma urbana, os padrões de uso do solo e os sistemas de transporte e de mobilidade urbana se articulam para a produção de espaços mais ou menos acessíveis.”

Considerações Finais

O texto aponta alguns elementos que nos possibilitam compreender que a expansão territorial urbana vem imprimindo novos conteúdos socioespaciais à cidade de Nova Andradina.

Diante dessa lógica, que redefine/reconfigura o espaço urbano, temos o reforço das diferenças socioespaciais, ao passo que a política habitacional pública tem promovido o distanciamento dos segmentos de menor poder aquisitivo para as bordas do perímetro urbano.

Essa relação fica bem visível por meio da implantação dos empreendimentos do PMCMV, que reforçam/reforçaram um processo de ocupação de áreas descontínuas do/no tecido urbano, sobretudo na porção norte da cidade, como é o caso do residencial Jardim Primavera, implantado a partir da última ampliação do perímetro urbano.

Das 1.698 moradias construídas em Nova Andradina desde o início do PMCMV, 1.157, ou 68,1 %, estão localizadas nessa área

da cidade, o que desencadeia um processo de diferenciação socioespacial complexificando, também, a relação centro e periferia, dadas as dificuldades de acesso a bens de consumo coletivo que ficam concentrados na área central da cidade.

Assim, a discussão sobre mobilidade socioespacial ganha maior relevância, pois se delinea uma dinâmica que, apesar de se manifestar de forma mais intensa, nas áreas metropolitanas ou mesmo em cidades médias, também tem se manifestado em cidades de pequeno porte, como é o caso de Nova Andradina.

Portanto, o texto demonstra que o PMCMV e a presença dos loteamentos particulares e fechados promoveram transformações no âmbito da estruturação da cidade, principalmente, no espaço intraurbano.

A mobilidade socioespacial e acessibilidade refletem esse processo de estruturação do espaço urbano e de diferenciação de maneira que privilegia algumas áreas em detrimento de outras.

Nesse sentido, a análise da mobilidade socioespacial, que passa pela acessibilidade, é um fator fundamental para que possamos compreender a efetividade das políticas habitacionais na garantia do direito à cidade, pois nos permite apreender como e se realmente ocorre a integração entre as diversas áreas da cidade, também, para os segmentos sociais de baixa renda. Isso porque a renda se caracteriza como um fator determinante na escolha do local de moradia e do meio de transporte a ser utilizado.

Referências

ALVES, G. da A. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. – 1 ed., 4a reimpressão. – São Paulo: contexto, 2016. p. 109-122.

BASTAZINI, R. **Fragmentação e mobilidade socioespaciais: a produção do espaço urbano em Campo Grande e Dourados/MS**. 2022. 239f. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente/SP, 2022.

BELTRÃO SPOSITO, M. E. B. Fragmentação, fragmentações. **XVI - Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**, Espírito Santo, 14 a 17 de novembro de 2019.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Geografia, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62. Jan/abr, 2010.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **Produção do espaço urbano: notas para um debate**. (s/d).

CASTELLS, Manuel. O debate sobre a teoria do espaço. *In*: CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 146-162.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano. Roberto Lobato Corrêa**. São. Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. – 1 ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: contexto, 2016. p. 41-51.

DUTENKEFER, Eduardo. **Métodos e metodologias para desvendar a acessibilidade da cidade de São Paulo**. Confins. 28, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://bit.ly/2RfZU6s>. Acesso: 01 jan. 2022.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando; SPOSITO, Eliseu Savério. **Discussão geográfica sobre cidades pequenas**. Geografia, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 203-217, maio/ago, 2009.

MELAZZO, Everaldo Santos. *et al.* *In*: CALIXTO, M. J. M. S. RÉDON, S. M. (Orgs.) **O Programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. 1. ed. -- Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2021. p. 73-107.

MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, v. 12, número, 2, setembro, 2013, p. 29-40.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos, mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade**. 2006. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente-SP, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA. **Lei Nº 1.158/2013**. Dispõe sobre alteração do perímetro urbano de Nova Andradina, com nova delimitação do perímetro urbano, para melhor adequação da situação física do Município nos dias de hoje. Disponível em: <https://bit.ly/3IiCl9c>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA. **Lei Nº 1.197/2014**. Dispõe sobre alteração do perímetro urbano de Nova Andradina, com nova delimitação do perímetro urbano, para melhor adequação da situação física do Município nos dias de hoje. Disponível em: <http://bit.ly/3xJmnQv>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA. **Lei Nº 1.197/2014**. Dispõe sobre alteração do perímetro urbano de Nova Andradina, com nova delimitação do perímetro urbano, para melhor adequação da situação física do Município nos dias de hoje. Lei Nº 1.379/2017. Disponível em: <http://bit.ly/3xKCIV7>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RESENDE, U. P. de. **As contradições e os desafios da mobilidade urbana de Goiânia no contexto de sua região metropolitana**. 2017. 321fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (LESA) – Goiânia-GO.

ROMACHELI, Angelica de Amorim. **A (des) construção da caminhabilidade: o boom imobiliário e a produção do espaço público em Goiânia (2007-2015)**. 2018. 458f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2018.

SMOLKA, M. O. **O capital incorporador e seus movimentos de valorização**. Cadernos IPUR/UFRJ. Ano II, no 1, jan/abr, 1987, p. 41-78.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA CIDADE PEQUENA: AS DINÂMICAS ECONÔMICAS EM GUARANÉSIA, MINAS GERAIS

*Renata Vieira de Melo
Eduardo de Araujo da Silva*

Introdução

No Brasil e no mundo, há uma vasta quantidade de estudos sobre as cidades grandes e médias, tendo em vista as complexidades socioespaciais que tais núcleos urbanos possuem e o elevado número de pesquisadores focados nessas dimensões do urbano. No que tange aos estudos das cidades pequenas, estes estão se expandindo crescentemente, principalmente nas últimas décadas. Observa-se a difusão de trabalhos acadêmicos sobre o tema, o que demonstra o interesse e o esforço intelectual dos pesquisadores para compreender o fenômeno urbano em sua totalidade.

No caso brasileiro, dentre os esforços teóricos e empíricos empreendidos no estudo das cidades pequenas, há: Santos (1979), que iniciou o debate das “cidades locais”; Sposito (1982), que analisou a temática a partir das migrações; Fresca (1990), que investigou as conexões e funções das cidades pequenas na rede urbana; Endlich (2006), que estudou o papel e significados das pequenas cidades; Wanderley (2001), que abordou as relações urbano-rural nas cidades pequenas; Bernardelli (2004), que analisou as cidades pequenas pela produção de moradias; Soares (2008), que ampliou a discussão dos planos diretores para as cidades pequenas; Roma (2008), que investigou o processo de segregação socioespacial em cidades pe-

quenas; Sposito e Jurado da Silva (2013), que buscaram conceituar as cidades pequenas, dentre outros.

Visando contribuir para o tema, o presente trabalho tem como objetivo trazer discussões teóricas e resultados empíricos que fomentem o estudo das cidades pequenas, com destaque nas dinâmicas econômicas desses espaços. Para tanto, apoia-se em diversos trabalhos acadêmicos que trazem as cidades pequenas como tema. Nosso recorte espacial é o município de Guaranésia, localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, no Estado de Minas Gerais.

Metodologia

Para a realização do presente trabalho, foram consideradas abordagens teóricas e procedimentos metodológicos de pesquisas em Geografia, com foco no tema “cidades pequenas”. Para isso, houve a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Para compreender o município de Guaranésia e suas dinâmicas econômicas, houve o levantamento de dados secundários em órgãos institucionais. Para o levantamento histórico-geográfico, houve coleta de dados e informações no Museu Histórico de Guaranésia, documentos oficiais e trabalhos acadêmicos. Foram realizados trabalhos de campo. *In loco*, foram registradas fotografias e descrições.

As cidades pequenas nos estudos urbanos

Para atingir a compreensão do fenômeno urbano em sua totalidade, faz-se necessário ampliar os estudos sobre as cidades pequenas. Concordamos com Endlich (2006), ao afirmar que não contemplar as pequenas cidades seria ignorar parte do conhecimento acerca do limiar de cidade. De acordo com a autora:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades

como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda com patamares mínimos. (Endlich, 2006, p. 85)

Haja vista, é de fundamental importância avançar nas discussões teóricas acerca das cidades pequenas, entretanto, é preciso reconhecer que há dificuldades na conceituação, devido à própria caracterização do que é urbano e do que é rural, assim como a complexidade decorrente das definições de cidade, seja no âmbito acadêmico ou não. Cabe salientar o estudo aprofundado acerca do conceito de cidade pequena, realizado por Sposito e Jurado da Silva (2013).

Indagações recorrentes nos estudos das cidades pequenas se dão por diversos fatores, como a validade no uso de parâmetros, que, por vezes, são insuficientes para conceituação desses espaços, já que não elucidam a realidade da dinâmica das cidades pequenas em sua totalidade. Por exemplo, o uso do tamanho demográfico como único parâmetro para definir e classificar as cidades pequenas, homogeneizando-as, e incorrendo a um reducionismo conceitual. Ademais, as cidades pequenas são distintas entre si, uma vez que cada realidade urbana apresenta suas particularidades, podendo ser sua inserção na rede e no sistema urbano, no porte demográfico, na economia e na estrutura intraurbana (Sposito; Jurado da Silva, 2013).

No tocante à classificação das cidades como grandes, médias ou pequenas, com efeito, o critério demográfico é amplamente utilizado, e para fins de amostragem esse parâmetro se apresenta relevante. No caso das cidades pequenas no Brasil, Corrêa (1999), Fresca (2001), Sposito e Jurado da Silva (2013) consideram que um número máximo de 50 mil habitantes no município seria adequado para a amostragem. Entretanto, como destacado pelos autores, precisam ser relevadas as particularidades e a situação geográfica de cada localidade, pois nem todos esses municípios possuem cidades pequenas em seus territórios.

Isto é, utilizar apenas o porte demográfico não é suficiente para a definição de cidades (sejam as pequenas, médias ou grandes), já

que se corre o risco de uma interpretação equivocada a partir de um reducionismo conceitual. O perigo da generalização conceitual foi abordado por Santos (1979) ao considerar que o fenômeno urbano é, antes de tudo, um fenômeno qualitativo, que apresenta determinados aspectos morfológicos e funcionais. Ou seja, o uso do critério demográfico pode ajudar a esclarecer o tema desde que esteja associado a variáveis qualitativas. Santos (1979, p. 15) aponta que “[...] um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define”.

Do ponto de vista qualitativo, as cidades pequenas são notadamente marcadas pela relação rural-urbano; há particularidades no que se refere à gênese de cada espaço urbano; funções urbanas que atendem às demandas principais da população do município; e, por vezes, atividades econômicas que promovem interações espaciais em múltiplas escalas. Tais aspectos devem ser levados em conta.

No território nacional, evidencia-se um sistema urbano composto por múltiplas redes, que, de certo modo, estão estruturadas hierarquicamente, principalmente nos termos político-administrativos e econômicos. Contudo, há de se considerar que, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, as cidades pequenas também começam a apresentar interações espaciais que extrapolam as redes urbanas – relações transversais (Sposito, 2007) –, assim como os mesmos processos espaciais evidenciados nas cidades médias e grandes, embora em menores proporções.

Isto porque as cidades pequenas também estão inseridas na economia global, por causa dos agentes econômicos que atuam em múltiplas escalas. Assim, “Chegamos às redes de cidades como núcleos emergentes no sistema internacional, o que subverte uma hierarquia convencional entre cidades pequenas e médias, a partir dos interesses econômicos globais” (Damiani, 2006, p. 140).

Portanto, para abordar a temática das cidades pequenas no período contemporâneo, é necessário considerar as novas dinâmicas desses espaços, que estão cada vez mais integrados aos sis-

temas urbanos nacional e global, dado que esses núcleos estão mais dinamizados por múltiplos circuitos.

A informação e o conjunto de objetos e ações a ela imbricados têm papel decisivo nesse processo, pois possibilitam maiores relações entre do local com o global (Santos, 2006 [1996]). Isto é, surgem novas possibilidades de integração e organização entre as cidades de diferentes dimensões, as redes se fortalecem e os centros urbanos de menores portes demográficos e territoriais, as cidades pequenas, e menores papéis e funções – as “cidades locais” (Santos, 1979) –, tornam-se decisivamente importantes no funcionamento dos modos de produção e para reprodução ampliada do capital.

As alterações cíclicas do capitalismo vão moldando as cidades e remodelando arranjos espaciais diversos, assim como, o movimento da sociedade estabelece relações diferenciadas que induzem as transformações espaciais. Portanto, a caracterização de uma cidade pequena, deve estar associada à sua inserção em uma determinada área, região ou rede urbana, sendo fundamental analisar as relações internas (escala do intraurbano), assim como, interações externas estabelecidas com outras cidades (escala do interurbano), que define sua posição no espaço regional e na rede urbana (Corrêa, 1994).

Fresca (1990, 2001) e Corrêa (1999) consideram importante analisar o contexto histórico que cada localidade está inserida, dessa maneira, é possível identificar as funções das cidades pequenas, bem como as relações existentes no interior da rede urbana. Dessa maneira, é possível analisar a produção dos espaços e as relações sociais estabelecidas ao longo do tempo.

A análise a partir dos movimentos temporais demonstra ainda mais a complexidade do fenômeno urbano quando se associa às interferências de processos como a globalização e seus efeitos nas diversas escalas. Isso porque a globalização tende marcar as desigualdades inerentes ao capital e transformar o espaço urbano, criando uma série de arranjos (econômicos, sociais, políticos e culturais) que contribuem para a redefinição dos papéis e funções desempenhados pelas cidades (Santos, 2006 [1996]). Por isso, Santos (2006 [1996])

afirma que as “cidades locais” têm sentido transformações expressivas em suas dinâmicas econômicas.

Santos (1979, p. 71, grifo do autor), tratando da cidade pequena, mas preferindo denominá-la de cidade local, considera que esta “[...] é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”, e, sendo assim, “[...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas. De toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (p. 71).

Apesar das cidades pequenas serem repletas de singularidades, há características que podem ser consideradas comuns, devido à inserção desses núcleos urbanos na economia e cultura global, a partir do processo de globalização/mundialização (Santos, 2006 [1996]). No que tange ao processo de globalização, Corrêa (1999) afirma que:

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente sobre as formas, funções e agentes sociais alterando-os em maior ou menor grau e, no limite substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros. (Corrêa, 1999, p. 44)

Segundo Endlich (2006), a divisão do trabalho, a capacidade de consumo e a economia de mercado são fatores indispensáveis na análise das cidades pequenas, pois é necessário reconhecer que essas cidades sofrem influência e são resultado da divisão territorial e social do trabalho provocada pelas contradições engendradas pelo capital, que amplia as desigualdades socioespaciais.

Em suma, levando em conta o referencial teórico levantado, consideramos válido analisar as cidades pequenas por meio dos seguintes critérios: porte demográfico e territorial; funcional, sendo as atividades desempenhadas nas escalas do intraurbano e interurbano; contexto político, econômico, social e cultural; e relação urbano-rural, tendo em vista as particularidades de cada cidade pequena.

É de fundamental importância aprofundar a discussão temática das cidades pequenas, como essas estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas econômicas, compondo o modo de produção capitalista e sofrendo transformações em sua estrutura socioespacial.

Relações rural-urbano e campo-cidade

A Revolução Verde, a industrialização-urbanização e a reestruturação produtiva engendraram múltiplas transformações no espaço rural-urbano, tornando os debates das relações campo-cidade ainda mais expressivos nos estudos das ciências humanas, sobretudo, na Geografia. As alterações provocadas por esses processos resultaram em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, dessa forma, houve a emergência de novas perspectivas e enfoques de análise.

Historicamente, os espaços urbano e rural foram vislumbrados como separados, dotados de funções diferentes. Geralmente a cidade era concebida como suporte das atividades industriais e comerciais, enquanto ao campo ficava delegada a função de abastecimento de alimentos. No entanto, essa visão dicotômica foi sendo superada, pois entraram em voga novas perspectivas analíticas que indicam ora continuidade, ora sobreposição, assim como a dialética entre rural-urbano, permitindo análises diferenciadas e enriquecendo o arcabouço teórico temático.

A dicotomia urbano-rural tem sido “substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial” (Marques, 2003, p. 507).

Torna-se evidente que os pares dialéticos rural-urbano e campo-cidade são melhores compreendidos se analisados a partir das

relações estabelecidas interna e externamente, como também é fundamental a análise dos aspectos relacionados aos avanços científicos, comunicacionais e tecnológicos, que são disseminados de forma desigual dentro da dinâmica espacial capitalista, configurando espaços mais complexos e dificultando as distinções espaciais (Santos, 2006 [1996]).

Abordando os aspectos que influenciam e configuram os espaços, Santos (2006 [1996]) demonstra o potencial das inovações humanas na apropriação e transformação dos lugares, para o autor:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. (Santos, 2006 [1996], p. 88)

Concordamos com Santos (2006 [1996]), ao apontar que as condições atuais do meio técnico-científico-informacional auxiliaram na aproximação entre o campo e a cidade, assim como o rural do urbano. As relações estabelecidas entre essas duas esferas resultaram numa maior diversidade socioespacial em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes e sujeitos que os compõem, dificultando ainda mais suas distinções.

De acordo com Schneider (2006) o processo de modernização tecnológica, a expansão de atividades não-agrícolas, assim como a expansão das cidades sobre o campo, são elementos que atuaram diretamente nas transformações dos espaços rurais. Com isso, surgem novas perspectivas de análise, que visam o surgimento das novas ruralidades e funcionalidades do campo.

As novas ruralidades são compostas por atividades desenvolvidas no campo sem vinculação direta com o setor agropecuário, sendo: o turismo rural (chácaras de lazer, pesqueiros, hotéis fazenda), mora-

dias secundárias para as classes médias e altas, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros) (Schneider; Verardi Filho, 2000), dentre outras, que destacam as múltiplas funções e potencialidades desses espaços. De acordo com Carneiro (1997):

Não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era tradicionalmente definido como ‘rural’, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos ‘naturais’, por exemplo) e das práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural. (Carneiro, 1997, p. 158, grifo do autor)

Vale ressaltar que existem perspectivas de análise vinculadas às particularidades dos espaços rurais, associando atividades próprias dessas localidades. Parte-se do princípio de que cada lugar participa dos processos econômicos e sociais de uma determinada maneira, sendo assim, ruralidades são criadas de acordo com a configuração espacial particular de cada espaço, pois há “particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (Mota; Schmitz, 2002, p. 393).

Wanderley (2001, p. 32) considera que o “mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”. Por seu turno, Santos (1988) considera que:

Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. (Santos, 1988, p. 46-47)

Portanto, é de fundamental importância reconhecer que nas relações campo-cidade e rural-urbano há ocorrência de mudanças que podem determinar sua complementaridade, e simultaneamente, fatores que demarcam as particularidades que distinguem o campo e a cidade.

Dinâmicas econômicas no Sul/Sudoeste de Minas e em Guaranésia

O Brasil, país de dimensões continentais, possui mais de 5 mil municípios. A configuração desse quadro se apresenta expressivamente heterogênea. Portanto, para desvelar o espaço geográfico brasileiro, faz-se necessário analisar as características regionais e as articulações existentes na rede urbana, frente aos arranjos espaciais e suas mudanças ao longo do tempo. Nosso recorte espacial, Guaranésia, que compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (também denominada como Sul de Minas), no Estado de Minas Gerais.

Historicamente, na segunda metade do século XIX, a produção cafeeira se expandiu em diversas localidades sul-mineiras, e, na atualidade, o Sul de Minas é reconhecida como a maior produtora de café do país (Castilho, 2008).

O desenvolvimento da atividade cafeeira advém de características físico-territoriais da região, como: relevo topográfico e clima propícios para o desenvolvimento dessa agricultura; a localização geográfica, pois a região é fronteira dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que possibilita um maior fluxo de escoamento dos produtos; a rede de infraestrutura disposta, como as linhas férreas e as redes de transporte rodoviário interestadual (Frederico, 2014). De acordo com Castilho (2012, p. 46), “o Sul de Minas era uma área de fronteira, rica em terras férteis e baratas e passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território”.

É possível elencar uma rede logística composta por diversos modais de transporte e centros de negociação especializados que compõem o circuito espacial produtivo regional. Há corretoras, cooperativas, exportadoras, além de armazéns para estocar e negociar elevados volumes de café, e as transportadoras efetuam o escoamento.

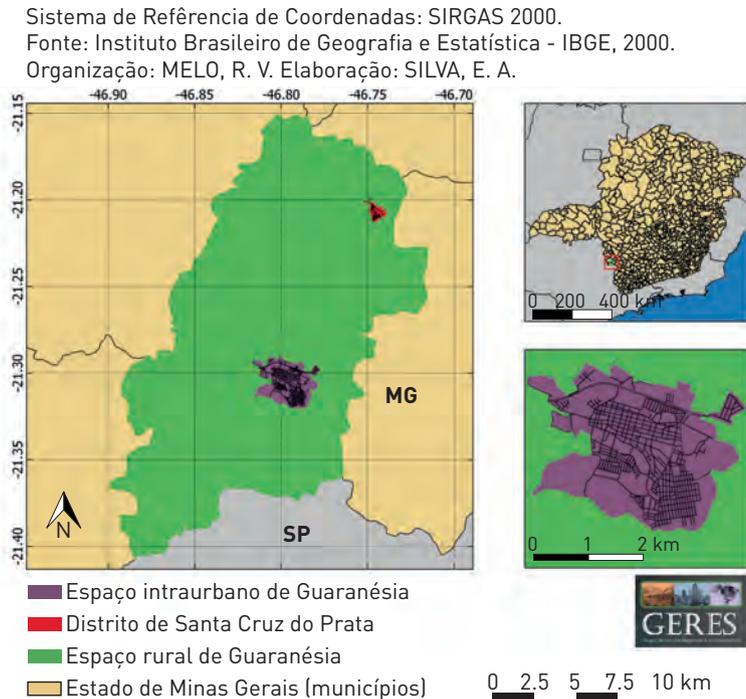
mento do grão (Frederico, 2014). Esses objetos geográficos compostos de elevadas densidades técnicas e normativas, caracterizam-se como estruturas capazes de agilizar o armazenamento, circulação e distribuição dos produtos.

Nesse contexto, a cafeicultura se destaca como principal atividade agrícola da mesorregião, dado que cerca de 25% (670.734 toneladas) do volume nacional de café (arábica) é produzido no Sul/Sudoeste de Minas (IBGE, 2017a). Essa atividade econômica é importante para o setor agrícola, assim como para os setores industrial, comercial e de serviços. Nas localidades sul-mineiras, para atender as demandas da produção cafeeira, há indústrias e serviços especializados.

A cafeicultura também molda as dinâmicas socioespaciais na região, uma vez que, para atender as demandas de mão de obra dessa atividade, as relações rural-urbano e campo-cidade são fortalecidas. Observa-se que os residentes dos pequenos núcleos urbanos suprem as demandas de mão de obra nas fazendas produtoras de café, como é o caso de Guaranésia.

Guaranésia-MG (Figura 1) está localizado na divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. A estimativa populacional do município é de 19.041 habitantes (IBGE, 2021). Do total, cerca de 1.876 pessoas habitam o campo, trabalhando no cultivo de café, soja, milho, cana-de-açúcar, legumes, frutas e verduras (Melo, 2021).

Figura 1. Mapa de localização do município de Guaranésia-MG



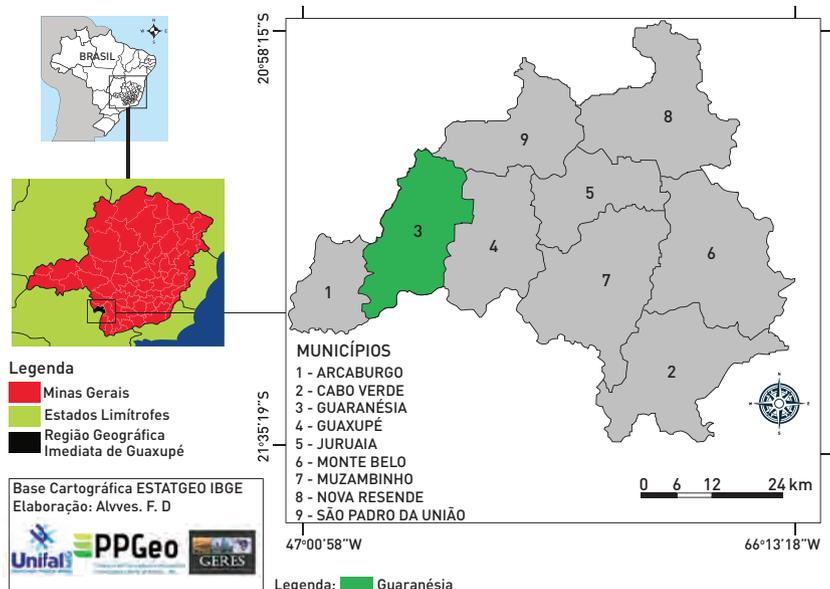
Fonte: IBGE (2020). Organização e Elaboração: autores.

O município está inserido na Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG (Figura 2). Guaxupé é cidade-polo para nove municípios de sua região imediata, estando hierarquicamente subordinada à Varginha-MG, que é a cidade média de maior influência no Sul/Sudoeste de Minas. Essa última se apresenta como cidade polo para 82 municípios de sua região geográfica intermediária (IBGE, 2017b).

Ressalta-se que, em 2020, 44% dos municípios da Região Geográfica Intermediária (RGIInt) de Varginha possuíam menos de 10 mil habitantes, e 55% continham entre 10 e 50 mil habitantes. O restante apresentava acima de 50 mil habitantes. Os dois maiores municípios em porte demográfico eram Varginha e Passos, com

136 mil e 115 mil habitantes respectivamente (FJP, 2020). Isso é, a grande maioria dos municípios da RGInt de Varginha possui porte demográfico pequeno.

Figura 2. Mapa da Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG



Fonte: Melo (2021).

Em relação à produção agrícola de Guaraniésia, o município possui 563 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 5.395 hectares, desse total, 293 estabelecimentos produzem o café (Figura 3), o que corresponde a uma área de total de 4.816 hectares, com produção de 5.636 toneladas do produto. A cana-de-açúcar ocupa uma área equivalente a 1.050 hectares, que produz cerca de 78.750 toneladas (IBGE, 2020). Essa ocupação demonstra como o agronegócio cafeeiro atinge amplamente o espaço agrário local, que é, em sua maioria, composto por agricultores familiares. Cerca de 96% desses produtores participam das dinâmicas do agronegócio (Melo, 2021).

Figura 3. Lavouras de café em Guaranésia, 2021



Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

O café produzido localmente é exportado para diversos países, principalmente por meio de cooperativas, como a Cooxupé – a maior cooperativa de café do mundo – que atua em toda a região. A Cooxupé tem sua sede localizada em Guaxupé-MG, município limítrofe que está hierarquicamente superior ao município de Guaranésia, influenciando nas ações econômicas desse último. Atualmente, a Cooxupé apresenta mais de 14 mil cooperados, sendo 95% destes produtores que vivem da agricultura familiar (Melo, 2021).

Haja vista, as interações espaciais na mesoregião, entre as cidades locais (cidades pequenas) e cidades intermediárias (cidades médias) facilitam as negociações e escoamento do produto. Isso se dá por intermédio de escritórios, transportadoras e portos secos (localizados em grande parte nas capitais regionais do Sul/Sudoeste de Minas, Varginha-MG, Poços de Caldas-MG e Pouso Alegre-MG), pela compra de maquinários e insumos para produção (localizados em grande parte nas cidades médias). O café sendo uma *commodity* negociada em bolsas de valores, com produção padronizada, voltada às demandas externas, relações transversais (Sposito, 2007) são promovidas no Sul de Minas. As cidades pequenas sul-mineiras, como o caso de Guaranésia, participam da economia nas escalas nacional e global por meio do agronegócio cafeeiro, tendo como

apoio a gestão e os serviços dispostos nas cidades médias e nas capitais regionais da região.

É possível inferir que há um conjunto de agentes envolvidos no processo de especialização produtiva, sendo os gestores responsáveis pela configuração territorial e dinamização econômica, que adequa a economia regional ao capital financeiro internacional. A produção, nesse contexto, torna-se muito mais complexa em termos organizacionais, em importância econômica e financeira no território, ao mesmo modo em que também crescem a vulnerabilidade e a instabilidade territorial (Santos, 1979).

Sendo assim, os agentes econômicos locais e regionais encontram, no estado, condições propícias para sua territorialização. No entanto, vale ressaltar que a economia regional se encontra dependente e subordinada aos interesses do capital internacional, pois “uma região especializada em tal cultivo é, desta forma, extremamente vulnerável às ações e interesses exógenos” (Pereira, 2014, p. 239).

Além do setor primário, a economia de Guaranésia é composta pelos setores secundário e terciário, que produzem grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Do total do PIB do município (476,9 milhões de reais), 229,2 milhões corresponde às atividades de comércio e serviços (48%), 172,3 milhões às atividades industriais (36%) e somente 14,4 milhões (3%) corresponde às atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

No setor secundário, estão presentes indústrias de capital exógeno, como uma fábrica de origem italiana, que produz acessórios para máquinas agrícolas (cabines, toldos, plataformas, chassi e braços) e acessórios para movimentação de solo. O comércio e serviços correspondem, em grande parte, às atividades que atendem o setor agropecuário local e regional.

O cultivo de cana-de-açúcar em Guaranésia

Devido aos programas governamentais Proálcool, Proterra, Polonordeste, Sudam, Sudene, dentre outros, que incentivaram a pro-

dução canavieira para a produção de álcool, a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o crescimento de destilarias se tornou evidente em boa parte do território nacional. Em termos de área plantada, o estado de São Paulo é o maior produtor do cultivo ocupando o primeiro lugar com 4,5 milhões de hectares, em segundo o estado de Goiás com 971,6 mil hectares, Minas Gerais é o terceiro com 854,2 mil hectares e Mato Grosso do Sul é o quarto com 637,2 mil hectares. A produção de canavieira nos quatro estados na safra de 2020/2021 foi de 354,3 milhões de toneladas em São Paulo, 74,1 milhões de toneladas em Goiás, 70,5 em Minas Gerais e 48,9 milhões de toneladas em Mato Grosso do Sul (Conab, 2021).

A produção canavieira em território mineiro não apresentava relevância até o início na década de 70 do século XX, devido à importância dada em outras atividades econômicas do estado, vinculadas aos produtos minerais, à pecuária de corte e de leite e à produção de café e de grãos. Contudo, o estado foi crescentemente beneficiado pelas subvenções do Proálcool, que estimulou a expansão dos canaviais (Rodrigues; Ross, 2020), transformando as bases espaciais historicamente organizadas pelos agentes hegemônicos ligados à cafeicultura. Desde então, o setor sucroalcooleiro compartilha espaço com a produção cafeeira, moldando as dinâmicas econômicas e socioespaciais no estado.

Referente à produção canavieira em Guaranésia, essa foi iniciada na década de 1970, e foi impulsionada em 1983, quando houve a instalação da Destilaria Alvorada do Bebedouro em razão da difusão do programa governamental Proálcool. O empreendimento custou o equivalente a R\$1.239.000,00 no período, sendo financiado pela extinta Caixa Econômica de Minas Gerais (Franco, 2018).

O empreendimento agroindustrial (Figura 4) ocupou uma área de 5 alqueires de terra, e sua produção canavieira contava com mais 5 mil alqueires (Franco, 2018). Durante anos, o grupo empresarial Alvorada do Bebedouro obteve seu ápice econômico com as instalações, porém suas ações foram vendidas, tendo seu nome alterado para Alvorada do Bebedouro Açúcar e Álcool. Após as negociações

de transferência, a empresa entrou em um período de declínio financeiro, e, em meados dos anos 2000, e seu nome começou a ser associado a recorrentes polêmicas advindas de elevadas dívidas com fornecedores, empregados, prestadores de serviços, entre outros.

Antes do declínio, a territorialização da produção canavieira havia abarcado propriedades no sistema de arrendamento, empregado centenas de habitantes locais, atraído imigrantes para a prática do corte de cana, contratado serviços tecnológicos e maquinários agrícolas para suprir as demandas de produção. No entanto, em 2015, quando o grupo empresarial responsável decretara falência, os envolvidos foram lesados financeiramente. Segundo o sindicato dos produtores rurais de Guaranésia (Franco, 2018), só no município, cerca de 230 produtores arrendam terras para a destilaria. Além de produtores de Guaranésia, proprietários de outros seis municípios da região também arrendavam terras para a empresa.

Figura 4. Instalações da destilaria, desativada e abandonada, 2021



Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

Tabela 1. Quantidade Produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG

Produto x Anos						
Produto	1980	1990	2000	2010	2014	2017
Café	2.430	4.709	3.388	8.237	6.516	4.675
Cana	15.730	288.000	105.600	209.100	246.820	9.000

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

Observa-se na tabela 1 que a produção de cana-de-açúcar no município já havia expressividade anos 80, obtendo seu auge próximo do declínio da atividade, em 2015. É possível correlacionar esse período com a expansão e posterior retração da área plantada, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 2. Área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG

Produto	Área x Anos				
	1990	2000	2010	2014	2017
Café	5.236	4.400	4.160	3.503	3.435
Cana	3.600	1.600	2.550	3.010	180

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

Observa-se na tabela 2 que houve a diminuição da área plantada do café enquanto se elevou a área plantada de cana-de-açúcar, e que, durante o auge da plantação canavieira sobre o domínio da Destilaria Alvorada do Bebedouro, as áreas plantadas da cana-de-açúcar e as de café atingiram patamares aproximados. Pode-se inferir que boa parte dos produtores locais optou por arrendar suas terras para a destilaria devido aos elevados custos da produção cafeeira.

Considerações finais

Embora Guaranésia apresente população e território urbano de pequeno porte, menores papéis e funções na região do Sul de Minas, o município está inserido em dinâmicas econômicas das escalas nacional e global, pois suas atividades econômicas principais são dos setores secundário e terciário, que atendem, em grande parte, às atividades agropecuárias da localidade e região; assim como os cultivos de produtos agrícolas, sendo o café para a exportação, e a cana-de-açúcar para atender o setor sucroalcooleiro, apesar do declínio dessa atividade nos últimos anos. Portanto, podemos dizer que Guaranésia se enquadra como uma das “cidades do agronegócio” (Elias; Pequeno, 2005), visto que sua função principal eviden-

temente se associa às demandas produtivas dos setores da agricultura moderna, e que nela se realiza a materialização das condições gerais de reprodução ampliada do capital do agronegócio.

Referências

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As estradas de ferro do sul de Minas. **Revista de História Econômica e Economia Regional**. Juiz de Fora, v. 7, n. 12, 2012.

CASTILHO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. *In*: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2008, Santa Cruz do Sul RS. **Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, v. 1, 2008.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira- Cana-de-Açúcar**. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3Excidr>. Acesso em: 25 dez. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. *In*: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. jun., 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. *In*: LEMOS, Amalia Inés Gerai- ges de.; ARROYO, Mónica.; SILVEIRA, María Laura. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**, p. 135-147, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, v. 2, n. 25, p. 13-33, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Aspectos Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Varginha**. Disponível em: <https://bit.ly/41mK5Qn>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FRANCO, David. **Museu Histórico de Guaranésia**: Hemeroteca Digital da Imprensa de Guaranésia-MG. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3IIVWW5>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2990.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina: UEL, v. 10, n. 01, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3Sr53cO>. Acesso em: 6 maio 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017a. Disponível em: <https://bit.ly/3IN2oa8>. Acesso em: 2 jan. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3SpoJgZ>. Acesso em: 8 dez. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KwtLXk>. Acesso em: 8 set. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KwbLvX>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MARQUES, Teresa Sá. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, 1 Série, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003.

MELO, Renata Vieira de. **Territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar no município de Guaranésia-MG**. 2021. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heriberth. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, n. 2, 392-399, 2002.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. “Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do cerrado mineiro”. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** 23 (2): 239-254, 2014.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia: EDUFU, 2020. 272 p.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. [1996]. São Paulo: Edusp, 2006. 2. ed. 259p.

SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7. **Anais...** Quito, Ecuador, p. 01-19, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio.; VERARDI FILHO, Marco Antônio. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, n. 44, p. 11-44, 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1982.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. *In*: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, v. 1, p. 233-253, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade**: relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminares sobre os pequenos municípios em Pernambuco Recife: UFPE, 2001.

PERCURSOS URBANOS COMO INSTRUMENTO PARA SE PENSAR UMA MOBILIDADE MAIS PARTICIPATIVA NA CIDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO – SP

Bruna Miranda Pinto

Introdução

O modelo de cidade reproduzido como ideal tem sido aquele que prioriza o automóvel como modelo à ideia de desenvolvimento. Ideologias dominantes de planejamento consideram a vida fora da dimensão do coletivo, incentivando o individualismo, passando a desenvolver um cenário racional e simplificado (Duarte, 2007; Gehl, 2010, p. 26).

A partir destes ideais impostos por correntes teóricas a produção das cidades passou a ser pensada, do projeto urbano às ações políticas, a partir dos automóveis, com um maior protagonismo do carro na cena urbana (Gehl, 2010, p. 26).

Recentemente houve uma mudança no olhar da cidade. Há uma revisão dos planos diretores repensando a mobilidade urbana, privilegiando os pedestres e o transporte não motorizado. Esta mudança não ocorreu apenas na esfera do planejamento urbano, mas também nos próprios usuários do espaço. Vemos hoje que em vários pontos do mundo vem ocorrendo a retomada da bicicleta como meio de transporte, por exemplo (Duarte, 2007; Garcia, 2011).

Nota-se que quanto mais pessoas passam a pedalar a demanda do espaço para veículos diminui abrindo mais espaço nas cidades para as bicicletas. Os muitos convites para caminhar, pedalar e per-

manecer no espaço urbano resultaram em um novo e notável padrão urbano (Garcia, 2011; Gehl, 2010, p. 13).

O estudo da segunda edição da Pesquisa Perfil do Ciclista e suas motivações para utilizar a bicicleta, feita em 2018 no Brasil pela Transporte Ativo e pelo Labmob – UFRJ, alcançou 7644 ciclistas em 25 cidades brasileiras, e a partir desta pesquisa notamos que a bicicleta é um dos principais meios de transporte para várias pessoas, 82,5% dos ciclistas entrevistados pedalam cinco dias ou mais por semana.

Este estudo indica que a rapidez e praticidade da bicicleta, aliada a saúde e ao custo são as motivações que movem estes usuários, entretanto a infraestrutura e insegurança do trânsito são os maiores problemas encontrados no cotidiano (Transporte Ativo e Labmob-UFRJ, 2018).

O planejamento urbano tem como um dos seus objetivos auxiliar na produção de uma cidade com qualidade urbana, saudável e igualitária. Neste processo é possível atuar em várias escalas, seja a escala do edifício, a escala da rua, da praça e da cidade como um todo.

Além do conhecimento técnico também é importante o apoio a partir das opiniões e vivências de quem utiliza a cidade no dia a dia, neste trabalho buscou-se pensar o planejamento urbano a partir das experiências dos indivíduos. Desenvolvendo o processo de planejamento a partir das análises da cidade por mapas e dados, junto com visitas de campo, adicionando as experiências de moradores desta cidade como o elemento chave no processo de análise para o planejamento.

Para utilizar as experiências dos usuários no processo de planejamento urbano foi utilizada uma metodologia, já desenvolvida pela linha de pesquisa “FRAGURB” chamada “Percurso Urbanos e suas representações”. Esta metodologia possibilitou enxergar a cidade pelos olhos dos seus moradores, permitindo que o diagnóstico chegue a escalas menores e também mais realistas. Como resultado final as propostas deste trabalho tiveram, portanto, não só uma visão técnica, mas também trouxeram pontos que só quem vive o dia a dia da cidade pode acrescentar.

O recorte escolhido para este trabalho foi a cidade de Presidente Epitácio/SP, que trouxe a oportunidade de trabalhar com uma

cidade de pequeno porte, tema que tem pouca visibilidade na área acadêmica e também atuar em uma área com características geográficas e culturais interessantes no âmbito da mobilidade.

O recorte: Presidente Epitácio/SP

Nas décadas de 80 e 90, após a constituição de 88, a participação dos municípios na receita quase dobrou, desencadeando um processo de proliferação de municípios, principalmente de pequeno porte. O país hoje tem 5565 municípios, segundo o IBGE (2010), dos quais cerca de 1327 foram criados a partir de 1989, sendo que mais da metade destes são municípios de pequeno porte (Kerbaudy, 2001; Abrucio; Franzese, 2007).

Por fazer parte da maioria das cidades brasileiras, estas pequenas cidades são espaços relevantes de discussões sobre o desenvolvimento urbano. É preciso considerar que, embora a sua dinâmica aparente ser menos complexa que a dos grandes centros, ela tem as suas especificidades na configuração territorial do país, do estado e da sua região, podendo se tornar modelos de funcionalidade (Celes, 2009).

Ainda existe uma ausência de estudos sobre as cidades de pequeno porte, que faz com que o planejamento urbano delas seja submetido às referências de cidades maiores que tem sua base em problemáticas totalmente diferentes, tornando frequente a repetição de padrões formais, planos diretores e modelos de planejamento, que nem sempre são adequados às suas características, desvalorizando a identidade e as potencialidades das cidades pequenas (Celes, 2009; Maté *et al.*, 2014).

As questões acima citadas, além da proximidade com o local levaram a escolha do recorte deste trabalho, o município de Presidente Epitácio, que se encontra na região do Oeste Paulista do estado de São Paulo, Brasil. É uma cidade com cerca de 44.389 pessoas, segundo a estimativa do IBGE para 2020, localizada a 645 quilômetros da capital do estado, São Paulo, e a 90 quilômetros da principal cidade da região, Presidente Prudente. Também se caracteriza por estar lo-

calizada às margens do Rio Paraná, que faz divisa com o estado do Mato Grosso do Sul, e por esta característica a cidade se tornou uma estância turística. O município é formado pela cidade de Presidente Epitácio, o distrito Campinal e várias agrovilas espalhadas pela área.

Ela é também uma cidade recente, seu ano de fundação foi 1907, porém a criação do município foi concretizada em 1948. A área do município estudada foi a cidade de Presidente Epitácio, esta possui uma malha urbana com um raio de aproximadamente 3 quilômetros, a partir de análises feitas pela autora notou-se que a expansão territorial foi compacta no início e passou a ser mais dispersa nos últimos 10 anos.

A partir das análises em campo e das entrevistas da metodologia de Percursos Urbanos notamos que, devido ao tamanho físico da cidade a movimentação dos habitantes não enfrenta muitos obstáculos quando se trata da questão da distância, os maiores problemas são relacionados às áreas mais distantes, como os distritos, os bairros mais afastados sem infraestrutura, a qualidade das vias, o uso destas vias e o relacionamento entre os diferentes meios de transporte da cidade, somado ao fato de ser uma estância turística que promove uma grande variação de fluxo nas temporadas e finais de semana.

Devido a sua dimensão e também a cultura local a cidade possui uma grande diversidade de modais, mas o que mais chama atenção é a bicicleta, utilizada nos trajetos internos da cidade. Presidente Epitácio possui uma vocação para este modal devido ao seu relevo plano e seu pequeno porte. A partir do trabalho realizado por Verônica Freitas (2014), sobre a viabilidade técnica das vias cicláveis de Presidente Epitácio, no programa de pós-graduação em engenharia civil da Unesp no campus de Ilha Solteira foi possível analisar dados importantes para a compreensão da mobilidade desta cidade. O estudo permitiu entender como e onde a população se movimenta, mostrando a grande quantidade de pessoas que utilizam a mobilidade ativa como a bicicleta e a pé. Somados estes dois modos resultam em 50% do total de modos de viagem levantados.

Na análise de Freitas (2014) chama atenção a concentração dos percursos na região central da cidade, em torno da Av. Presidente

Vargas. A importância dessa avenida foi também destacada pelas entrevistas realizadas durante a aplicação da metodologia dos Percursos Urbanos. Esta avenida é uma grande área de fluxo na cidade, a maioria dos percursos que cortam a cidade necessariamente a atravessam. Além de ter um fluxo intenso, ela tem uma grande variedade de modos que compartilham seu pequeno espaço de 40m de largura.

Com relação a mobilidade urbana, em Presidente Epitácio-SP, existe atualmente a Lei nº 2.806/2019, que se refere a instituição da política do plano municipal de mobilidade urbana e sustentável e o próprio Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Sustentável produzido pela empresa Total Eco em 2019. Entretanto, esteve em andamento um trabalho em conjunto com os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Toledo Prudente Centro Universitário, de Presidente Prudente - SP. Eles tiveram como objetivo construir um novo Plano de Mobilidade para o município baseado em pesquisas mais detalhadas sobre a cidade (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, 2020; Toledo Prudente Centro Universitário, 2019).

A intenção deste trabalho foi contribuir com informações e propostas que partissem de um ponto de vista mais próximo da população desta cidade, utilizando a metodologia desenvolvida para tal, permitindo complementar o conhecimento tanto de projetos como o da Toledo, e também da própria prefeitura.

A metodologia dos percursos urbanos

Tendo como respaldo o ideal de que a opinião dos moradores e usuários da cidade é uma das que mais deve ter peso durante o planejamento urbano da cidade, uma vez que são eles que vivenciam o cotidiano da cidade, portanto, a experiência deles conta tanto quanto a experiência acadêmica dos planejadores urbanos. Foi então escolhida a metodologia aplicada neste trabalho, que é também o elemento chave para o desenvolvimento do mesmo.

As etapas metodológicas deste trabalho buscaram um olhar participativo, de modo que a maior parte dos processos visam a

escala do pedestre e a relação deles com o seu espaço. Com base no objetivo, que foi a produção de diretrizes para um plano de mobilidade urbana a partir do conhecimento da realidade da cidade de Presidente Epitácio/SP e levando em consideração principalmente as relações e percepções do usuário com o espaço, foram trabalhados objetivos específicos que abrangiam a compreensão do tema mobilidade urbana, e a especificidade da relação deste tema com as cidades de pequeno porte, realizados a partir de revisões bibliográficas. Seguidos então, pela análise do recorte, feito tanto por meio de revisões bibliográficas como visitas de campo.

As visitas de campo foram parte de uma etapa importante para um conhecimento mais próximo do recorte e para levantamentos de informações, também foi importante para a metodologia dos Percursos Urbanos, que funcionou como peça chave no desenvolvimento do trabalho. O objetivo deste procedimento metodológico é analisar o espaço urbano não só a partir das análises feitas pelos mapas e dados estatísticos, mas aproximar a escala e buscar entender os pontos relevantes e as percepções que os(as) usuários(as) têm sobre a cidade. A partir de todo levantamento foi feita a compilação e análise destes dados. De maneira a construir diretrizes e propostas que melhorem a qualidade de vida urbana desta cidade.

O procedimento metodológico Percursos Urbanos foi aplicado em oito moradores, buscando uma variação de idade, gênero, tipo de mobilidade e local de moradia (Tabela 1).

Tabela 1. Entrevistas realizadas

Entrevistado(a)	Idade	Gênero	Mobilidade	Local de Moradia
Ane	Adulta – 50 anos	Mulher	Carro	Bairros adjacentes ao centro
Aly	Jovem – 27 anos	Homem	Moto	Bairros adjacentes ao centro
Taueh	Jovem – 23 anos	Homem	Moto	Bairros mais distantes
Elaine	Adulta – 46 anos	Mulher	Carro	Bairros mais distantes

Eliza	Idosa – 71 anos	Mulher	A pé	Centro
Carlos	Idoso – 75 anos	Homem	A pé e carro	Centro
Marcos	Jovem – 25 anos	Homem	A pé, bicicleta e ônibus	Centro
Lara	Jovem – 22 anos	Mulher	Carro	Bairros mais distantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O procedimento original compreendia o acompanhamento presencial do percurso que o morador costuma fazer no seu dia a dia, porém devido a pandemia do Covid-19 algumas mudanças foram necessárias para a realização do trabalho em segurança seguindo as normas de segurança necessárias. No caso foram realizadas apenas entrevistas semiabertas onde o(a) colaborador(a) descreveu seu percurso habitual ao invés de realizar o percurso com a entrevistadora.

As oito entrevistas realizadas trouxeram perspectivas interessantes e diversas, abordando experiências advindas da condição de gênero, idade e mobilidades diferentes. As perguntas realizadas durante as entrevistas foram feitas de maneira semiestruturada, de forma a abranger assuntos como as dificuldades e facilidades do trajeto, a mobilidade em geral, as sensações dos usuários durante os percursos relacionados à segurança, conforto, satisfação, cansaço, entre outros.

A análise das entrevistas resultou em vários pontos e temas levantados em comum, e para facilitar a visualização destes resultados foram construídas fichas de cada colaborador(a) detalhando seu perfil, seu percurso, e destaques das suas falas durante as entrevistas. A seguir serão apresentados resumos das fichas originais (Figura 1; Figura 2; Figura 3; Figura 4; Figura 5; Figura 6; Figura 7 e Figura 8).

Figura 1 e 2. Percursos Urbanos 01 e 02

PERCURSO/ENTREVISTA 01

Ane tem 50 anos, trabalha na Prefeitura Municipal, sendo esse o seu principal percurso. É solteira e vive com a mãe e irmãos em uma casa na R. Belo Horizonte, quadra 11.



Assuntos comentados:

- percurso e conforto térmico
- uso do carro e o uso da bicicleta
- segurança
- bicicletas elétricas

PERCURSO/ENTREVISTA 02

Aly tem 27 anos, é autônomo e trabalha em casa. Ele faz parte de um moto clube da cidade, sendo esse o seu principal percurso. Vive sozinho em uma casa na R. João Pessoa, quadra 29.



Assuntos comentados:

- trânsito
- uso da bicicleta
- turismo
- bicicletas elétricas



Recortes da entrevista:

"... dava pra ir fazendo uma caminhadinha no tempo agora que tá fresco, no sol eu já não gosto não, porque é muito quente."

"E aqui é linha reta ó. É rapidinho mesmo, [...] é a preguiça mesmo que não deixa."

"É mais comodidade..."

Recortes da entrevista:

"Você tem que ter visão ativa para andar em Eptácio... as pessoas andam mais aleatório de bicicleta."

"... em relação a turismo quando está em época festiva, isso aqui lota mesmo, tem congestionamento, tem acidentes..."

"...eu sou a favor de bicicleta... pra quem mora no centro, é fácil ali, pra quem mora na periferia já não é diferente..."

- Av. Presidente Vargas
- Percurso 1 (Ida): 1,4 km
- Percurso 2 (volta): 1,5 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.



- Percurso 1: 4,50 km
- Percurso 2: 4,81 km
- Percurso 3: 3,78 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Figura 3 e 4. Percursos Urbanos 03 e 04

PERCURSO/ENTREVISTA 03

Taueh tem 23 anos, é um morador recente da cidade e atualmente trabalha em casa, leva o irmão para trabalhar Prefeitura Municipal, além de frequentar o mercado e a farmácia, sendo esses o seus principais percursos. Vive em uma casa no Bairro Vista Alegre, que faz parte de um conjunto habitacional do PMCMV.

Assuntos comentados:

- conjunto habitacional
- Campinal X Epitácio
- trânsito
- bicicletas elétricas



- segurança



Recortes da entrevista:

"... eu não acho que é longe, mas eu acho que o bairro que eu moro é longe das coisas." "...as pessoas não respeitam..."
"... só que eu acho que junta tudo, tem os ciclistas por exemplo, que andam no meio da rua, não tem um local para eles andarem, uma ciclovia por exemplo. ..."
"... então quem sai perdendo são os caras de bike."

- Percurso (Mercado): 2 km
- Percurso (Farmácia): 3,1 km
- Percurso (Prefeitura): 5 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.

Fonte dos dados: Entrevista e GoogleEarth



PERCURSO/ENTREVISTA 04

Elaine tem 46 anos, é advogada e tem escritório próprio, além do escritório ela também participa da OAB, sendo esses o seus principais percursos. Ela vive com o marido em uma casa no Condomínio Portal do Lago.

Assuntos comentados:

- bicicletas
- qualidade das pistas
- trânsito
- educação no trânsito



- segurança



Recortes da entrevista:

"... muita gente só tem como meio de locomoção de bicicleta."
"... a questão de não respeitar, é falta de conhecimento .."
"... eles não fazem a educação no trânsito para o ciclista, eles tentam impor penalidade ..."
... ela vê que é a cidade das bicicletas, mas ela olha como uma coisa que ela não precisa investir."

- Percurso (Escritório): 5 km
- Percurso (OAB): 5,12 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com Photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.

Fonte dos dados: Entrevista e GoogleEarth



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

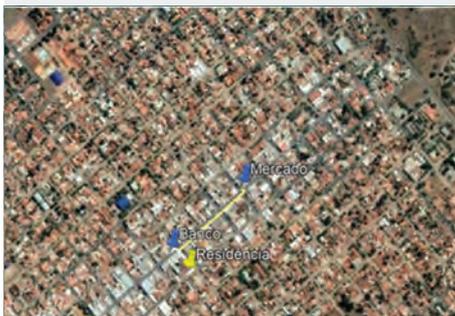
Figura 5 e 6. Percursos Urbanos 05 e 06

PERCURSO/ENTREVISTA 05

Eliza tem 71 anos, ela é aposentada, suas principais atividades estão relacionada aos afazeres domésticos, sendo as idas ao banco e mercado os seus principais percursos. Ela vive com o marido em uma casa na R. Maceió, no Centro da cidade, que proporciona fazer a maioria dos seus percursos a pé.

Assuntos comentados:

- conforto térmico
- qualidade das calçadas
- trânsito
- educação no trânsito



Recortes da entrevista:

"Tem muita pouca sombra... porque tem pouca vegetação na cidade."

"Embora tenha o pessoal que gosta de burlar as leis, o trânsito é tranquilo..."

"As bicicletas porque não respeitam os sinais..."

"E as motos porque gostam de ultrapassar muito pela direita."

- Percurso (Banco): 0,17 km
- Percurso (Mercado): 0,49 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com Photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.

Fonte dos dados: Entrevista e GoogleEarth



PERCURSO/ENTREVISTA 06

Carlos tem 75 anos, ele é aposentado, suas principais atividades são idas ao banco e seu segundo trabalho. Ele vive com a esposa em uma casa na R. Maceió, no Centro da cidade, que proporciona fazer a maioria dos seus percursos a pé para o banco e de carro para o trabalho.

Assuntos comentados:

- trânsito
- turismo
- calçadas
- educação no trânsito



Recortes da entrevista:

"... o trânsito de Epitácio é muito perigoso. Devido a moto e bicicleta..."

"... o trânsito deixa muito a desejar, no ato de dirigir..."

"... O pessoal de cidade grande que vem de fora..."

se acha no direito de cometer erro"

"O ensinamento é péssimo"

- Percurso (Banco): 0,18 km
- Percurso (Trabalho): 3,40 km
- Percurso (Trabalho): 3,57 km
- Percurso (Trabalho): 3,10 km

Fonte do mapa: GoogleEarth

Editado: com Photoshop

Elaborado por: Bruna Miranda Pinto, 2022.

Fonte dos dados: Entrevista e GoogleEarth



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Figura 7 e 8. Percursos Urbanos 07 e 08



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A maioria dos colaboradores(as) iniciavam a entrevista se mostrando satisfeitos com seus percursos, muitas vezes descrevendo como “tranquilo”, mesmo assim, com o decorrer da entrevista eles acabavam encontrando detalhes, ou situações que eram desconfortáveis, ou que poderiam ser melhoradas.

Analisando as entrevistas foram encontrados vários pontos e opiniões em comum, entre eles se destaca a educação e segurança no trânsito, principalmente devido a variedade de modais.

Em suma, os assuntos comentados foram, a segurança na cidade, a escolha do uso do modal de transporte, a noção de distância na cidade e a relação das bicicletas, tanto elétricas como manuais, a relação do trânsito com a cidade multimodal, o conforto térmico e a relação da mobilidade da cidade com o turismo.

A cidade pelos olhos dos seus moradores

Para compreender mais a fundo o resultado da metodologia Percursos Urbanos será feito um resumo dos pontos e questões levantadas nas entrevistas realizadas. A segurança na cidade foi um dos pontos comentados nas entrevistas, e como esperado para uma cidade de pequeno porte os(as) colaboradores(as) falaram que a cidade é tranquila e segura, porém com suas ressalvas. Uma das entrevistadas, Lara, como uma jovem mulher de um bairro mais distante do centro, teve uma percepção um pouco diferente e trouxe a atenção para a questão da iluminação, que, segundo ela, nas áreas mais afastadas do centro já não tem a mesma qualidade, ela até comenta que mesmo com o carro há um receio ao voltar sozinha durante a noite para casa.

Sobre os modais de transporte, foi claro que quando os(as) colaboradores(as) moram afastados do centro eles tendem a escolher os modais motorizados, e a justificativa desta escolha gira em torno da questão do calor ou da comodidade que o carro e a moto trazem.

Algo importante que foi notado a partir das análises dos percursos foi a noção de distância na cidade, por ser uma cidade de pequeno porte muitas vezes a noção de perto e longe pode variar. Por exemplo, no caso da Lara, a justificativa para o uso do carro foi a distância, mesmo os seus percursos não ultrapassando três quilômetros. Outro caso que ilustra essa noção de distância é o caso dos moradores do centro, como o Marcos, Carlos e Eliza, estes são

os únicos que realizam seus percursos a pé, só que neste caso eles residem a uma quadra da avenida principal da cidade.

A percepção de distância também varia de acordo com o modal utilizado, como exemplos temos o Marcos, que utiliza mobilidade ativa, e comenta sobre seu percurso até a faculdade e o caracteriza como distante: “era longe, mais de dez quadras daqui”, porém ao verificar a distância do seu trajeto nota-se que ela não ultrapassa três quilômetros. Já Elaine, que se locomove com o carro e tem o maior percurso entre as entrevistas, não nota esta distância, já que está acostumada a morar longe do centro e também tem a comodidade do carro.

A questão da sensação térmica também auxilia na percepção de distância. Os moradores que utilizam a mobilidade ativa foram os que mais notaram essa influência. E por conta dela restringiam seus horários para sair, ou preferiam utilizar o carro ou a moto.

Vale ressaltar que os trajetos dos percursos que foram considerados distantes são trajetos que atravessam a cidade, mesmo que tenham uma baixa quilometragem a sensação de atravessar a cidade pode aumentar essa sensação de distância.

Sobre a bicicleta, a maioria dos comentários eram reclamações quanto a falta de conhecimento a respeito das normas de trânsito pela parte dos ciclistas, sendo a bicicleta elétrica o maior alvo destas reclamações. Vários comentários mostram como a falta de uma educação de trânsito pode afetar a mobilidade, principalmente em cidades com uma variedade de modais acentuada.

Além da educação do trânsito, ficou claro a partir das entrevistas que Presidente Epitácio é uma cidade multimodal, onde carros, motos, bicicletas e pedestres dividem o mesmo espaço. Essa relação cria uma dinâmica diferente dentro da cidade que deve ser levada em conta na visão do planejamento urbano.

Nota-se, nas entrevistas, como é claro a desvantagem dos ciclistas dentro do sistema tradicional que a cidade se encontra. Comentários como “quem sai perdendo são os caras de bike” e “os ciclistas por exemplo, andam no meio da rua, não tem um local para eles andarem” confirmam essa percepção.

Além da grande variedade de modais na cidade é somada a sua característica turística, que gera um grande fluxo de pessoas de fora e isso influencia diretamente na dinâmica da mobilidade urbana local. A partir das entrevistas notamos como esse fluxo influencia os moradores no seu cotidiano, principalmente com a diferença no padrão de comportamento de quem é local e quem é turista.

Carlos por exemplo comenta que muitas vezes os turistas desrespeitam as leis de trânsito pelo fato de ser uma cidade pequena. Aly também comenta sobre a ocorrência de acidentes e até pequenos congestionamentos nas épocas de maior fluxo. E Lara chama atenção aos turistas que acabam não vendo as sinalizações de trânsito e por isso ficam confusos no trânsito da cidade.

Após analisar todos os Percursos Urbanos, com auxílio do estudo feito anteriormente nas outras etapas metodológicas do trabalho, foi possível compreender e confirmar questões sobre a mobilidade da cidade de Presidente Epitácio. E assim construir um panorama geral sobre as principais demandas resultantes dos Percursos Urbanos. Estas demandas filtradas e analisadas pelo olhar técnico resultaram em uma seleção de frentes de ação, que desenvolveram propostas e foram traduzidas em meios de atuação. Esta sequência originou o resultado final deste trabalho que foi detalhado e justificado por meio de pranchas.

Considerações Finais

A partir do reconhecimento do modo atual de produção da cidade como resultado do que Gehl (2010) chamou de planejar do alto e de fora, as cidades crescem sem que exista uma política de mobilidade urbana que pense no interesse dos cidadãos e que não privilegie apenas o transporte individual. Este trabalho foi pautado a partir do pensamento de Gehl (2010) em uma produção feita de dentro para fora seguindo o princípio: Primeiro a Vida, depois o espaço e só então os edifícios (Gehl, 2010).

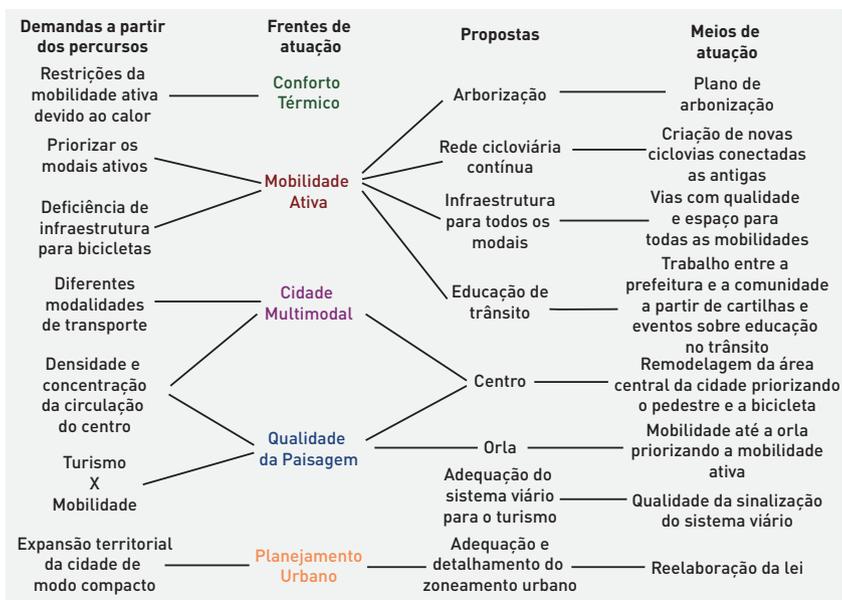
Para seguir este princípio foi escolhida e desenvolvida uma metodologia que busca a aproximação do planejador com a menor es-

cala, ou seja, o usuário(a), de modo a planejar o ambiente urbano de maneira mais próxima da realidade e percepção. Assim foi possível somar os conhecimentos técnicos com as experiências da cidade.

Outro ponto que foi levado em conta para o desenvolvimento do trabalho foi a amplitude do tema da mobilidade urbana sustentável, que abrange muito mais do que conceitos relativos aos deslocamentos e infraestruturas, mas também reflete em questões de uso e apropriação do espaço urbano. Vemos então o direito à mobilidade como parte do direito à cidade (Maté *et al.*, 2014).

O resultado dos Percursos Urbanos, somados à análise feita por um olhar técnico permitiu a seleção de demandas que possibilitaram a deliberação de frentes de atuação relacionadas à mobilidade da cidade. As frentes de atuação, por sua vez, deram origem a propostas urbanísticas que podem ser concretizadas por meios de atuação. Cada um destes elementos está apresentado no organograma a seguir (Figura 09):

Figura 9. Organograma das Frentes de Atuação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A frente de atuação Conforto Térmico surge de uma interpretação técnica da experiência de campo e das análises dos Percursos Urbanos, o uso da mobilidade ativa é reduzido devido ao calor intenso e insolação da cidade. Foi proposto então o trabalho na arborização da cidade a partir de um plano de arborização eficiente.

A frente de atuação Mobilidade Ativa surgiu de demandas relacionadas à priorização dos modais ativos e a deficiência de infraestruturas, especialmente para bicicletas. Ela traz como proposta tornar contínua a rede cicloviária existente e também ampliar esta rota. Somado a isso foi proposto um trabalho para educação de trânsito, permitindo que todos tenham conhecimento para andar em segurança em qualquer meio de transporte.

A Cidade Multimodal foi uma frente de atuação que abrangeu a diversidade de modais da cidade, propondo a educação de trânsito com foco na variedade de modais e também traz a proposta de um trabalho na região central da cidade.

A Qualidade da Paisagem é uma frente pensada com a visão turística da cidade, espaços como o Centro e a Orla são o foco das propostas. A ideia é trazer um tratamento turístico para a cidade como um todo, principalmente para o centro.

A última frente de atuação abrange uma escala maior, o Planejamento Urbano foi fruto de uma análise técnica da cidade relacionada à expansão territorial. A proposta parte da adequação e detalhamento do zoneamento urbano de maneira a guiar e melhorar a futura expansão da cidade.

Todas estas propostas fazem parte do resultado final deste trabalho e só foram possíveis a partir do maior conhecimento sobre a visão dos moradores da cidade. Foi a metodologia Percursos Urbanos que permitiu compreender questões da realidade e o dia a dia dos moradores, assim criando e reforçando demandas urbanas da cidade.

A aplicação da metodologia Percursos Urbanos, mesmo em uma pequena escala, permitiu compreender diferentes pontos de vista. Esta experiência permitiu abordar um planejamento mais participativo, somando o conhecimento da academia e técnico ao cotidiano da população.

Neste trabalho a opinião dos(as) moradores(as) e usuários(as) da cidade apreendida em seus percursos apontam para o que nos parece óbvio, o peso de experiências na elaboração do planejamento urbano. São elas e eles que vivem a cidade no dia a dia, portanto, a experiências delas e deles conta tanto quanto a experiência acadêmica dos planejadores urbanos, que tem a responsabilidade técnica, política e social de elaborar procedimentos metodológicos que, de fato, direcionam a participação das pessoas no processo de elaboração das propostas, planos e projetos urbanos.

Referências

- ABRUCIO, Fernando; FRANZESE, Cibele. **Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**. 2007.
- CATELAN, *et al.* **Frente metodológica “Percursos Urbanos e suas Representações”**. FRAG-URB. 2020.
- CELES, Debora Alves. **Mobilidade Sustentável em pequenas cidades: o caso de Boa Nova/BA**. UFBA, Salvador, 2009.
- DUARTE, Fábio; LIBARDI, Rafaela; SÁNCHEZ, Karina. **Introdução à mobilidade urbana**. 1 ed. (ano 2007). Curitiba: Juruá, 2011.
- FREITAS, Verônica de. **Análise da viabilidade técnica e ambiental de vias cicláveis na cidade de Presidente Epitácio-SP**. 2014. 154f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113858>.
- GARCIA, Natália. Cidades para pessoas. **Copenhague - A cidade das bicicletas**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3EvA8X4>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. 1/ ed (ano 2010). São Paulo: Perspectiva, 2015.
- KERBAUY, Maria. **Federalismo, descentralização e democracia**. 2001.
- MATÉ, Claudia; DEBATIN NETO, Arnaldo; SANTIAGO, Alina Gonçalves. A mobilidade urbana sustentável nas cidades pequenas – o caso de

Pinhalzinho/SC. *In*: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, 2014.

TODELO PRUDENTE CENTRO UNIVERSITÁRIO. **Notícias Toledo Prudente. 2019**. Disponível em: <http://bit.ly/3kqRwoL>. Acesso em: 13 set. 2020.

TRANSPORTE ATIVO, LAMOB-UFRJ. **Perfil do ciclista 2018, e suas motivações para andar de bicicleta**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3YREWm>. Acessado em: 22 fev. 2021.

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Ramos da Silva: Mestrando em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems). Analista de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-MS). E-mail: alesandroramos@gmail.com.

Alyson Bueno Francisco: Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente. Mestre, Bacharel e Licenciado em Geografia pela Unesp. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Franca (Unifran). Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelas modalidades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Possui estágio pós-doutoral pela Unesp. É autor de 42 artigos, 10 capítulos de livros e 8 livros. Professor da Faculdade de Tecnologia de Pompeia. E-mail: alysonbueno@gmail.com.

Analine Maria Martins Parente: Mestra e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Campus Sobral/CE. Atuou como professora substituta na disciplina de estágio supervisionado no curso de licenciatura em Geografia da mesma instituição de ensino superior. É professora da rede municipal de educação em Sobral/CE na disciplina de Geografia, lecionando para jovens e crianças. Realiza tese de doutoramento no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG – UFU) com a temática voltada ao comércio, consumo e as cidades. E-mail: analine.p@hotmail.com.

Beatriz Fleury e Silva: Professora Adjunta do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU - UEM/UEL). Doutora em Habitat pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e mestra em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEM na gestão 2007/2008, 2009/2010 e 2015/2018. Membro do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial de Maringá gestão entre 2007-2009 e gestão entre 2018/2021. Pesquisadora do INCT/Observató-

rio das Metrôpoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá de 2006 a 2018. Líder do grupo de pesquisa Lapha - Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos (UEM) desde 2011. Coordenadora do núcleo Maringá do BRCidades. Possui experiência na área de planejamento urbano e regional, atuando principalmente nos seguintes temas: política urbana, política habitacional e mercado imobiliário e impactos no território. E-mail: bfsilva@uem.br.

Brandon Chagas Lima: Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela Uems. Pós-graduado em Gestão da Qualidade e Auditoria pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Favenni). Atualmente é membro do grupo de Pesquisa Organizações, Governo e Sociedade, possui experiência na área de Gestão da Qualidade e Auditoria. Trabalha com Gestão Financeira e Prestação de Contas no Hospital Regional Dr. José de Simone Netto, administrado pelo Instituto Acqua. Desenvolve pesquisa nas linhas Sustentabilidade, Empreendedorismo, Planejamento, Gestão e Qualidade. E-mail: chagasbrandon@gmail.com.

Bruna Miranda Pinto: Graduada no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), na Unesp de Presidente Prudente. Desenvolveu, durante a graduação, uma pesquisa na área de Conforto Térmico em espaços públicos pela Iniciação Científica apoiada pela instituição de fomento à pesquisa Fapesp, que resultou na publicação de um artigo nos Anais do XVI Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, em 2021. Também desenvolveu pesquisa na área de planejamento urbano durante o desenvolvimento do trabalho final de graduação, orientado pelo Prof. Dr. Márcio José Catelan. Este trabalho resultou na apresentação de um artigo no VI Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades, em 2022. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em desenvolvimento de projetos de Arquitetura e Urbanismo, pesquisa em Conforto Térmico, Planejamento Urbano e Mobilidade Urbana. E-mail: bruna.pinto@unesp.br.

Carolina Rezende Faccin: Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), mestra e doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É integrante do Gepeur – Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos Regionais (CNPq), do GPTerra – Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana (UFRGS) e da Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (CNPq). E-mail: faccincarolina@gmail.com.

Claudivan Sanches Lopes: Possui graduação em Geografia pela UEM, mestrado em Educação pela mesma universidade. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). É professor-associado na UEM (Departamento de Geografia) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) nesta mesma universidade. É coordenador do Grupo de Pesquisa Educação Geográfica e Formação de Professores de Geografia (Eduprogeo). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em questões relacionadas ao ensino e à formação do professor dessa disciplina. Além de questões relacionadas ao ensino de Geografia, pesquisa a problemática da violência em meio escolar e os possíveis processos de prevenção e intervenção. E-mail: cslopes@uem.br.

Edmilson Batista Santana: Graduado no curso de licenciatura em Geografia da Uems, Campus de Glória de Dourados. Mestre e, atualmente, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – Leua/UFGD. Atua, principalmente, nos seguintes temas: espaço urbano e regional, pequenas cidades e centralidade urbana. E-mail: edmilsonsantana-10@hotmail.com.

Eduardo de Araujo da Silva: Graduado no curso de licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSuldeminas) – Campus Poços de Caldas, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal). Atualmente, é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT, Unesp de Presidente Prudente. É bolsista de doutorado pela Fundação de Amparo à Fapesp, participando do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas FragUrb”; do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR, da ReCiMe; o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - Geres da Unifal. Foi professor de Educação

Básica (PEB) em Geografia na SEE-MG. Foi bolsista pela agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2019-2021). Atuou como representante discente no colegiado do PPGeo-Unifal-MG (2019-2021). Foi bolsista de iniciação científica pelo Nipe-IFSuldeminas. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana. E-mail: eduardosilva.geogrfia@gmail.com.

Eduardo Henrique de Oliveira Lima: Licenciado em Geografia pela Uems, especialista em Gestão em Segurança Pública e mestrando em Geografia, pela UFMS. Pesquisador dos temas: Guerra da Tríplice Aliança, com enfoque nos eventos da Epopeia da Retirada da Laguna; formação territorial sul-mato-grossense, com ênfase na implementação do modal rodoviário no Sudoeste do estado. Foi gestor da Sala de Exposição da Retirada da Laguna, em Jardim/MS. Atualmente, é gestor do Museu Marechal José Machado Lopes, em Aquidauana/MS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, Geopolítica, Geografia do Mato Grosso do Sul, Formação Territorial do Brasil, Organização do Espaço Brasileiro, e História Regional do Mato Grosso do Sul. E-mail: dhuardhu@yahoo.com.br.

Edwina Santos da Costa: Graduada no curso de bacharelado em Geografia da UFMS, Campus de Aquidauana (CPAQ) no ano de 2021. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Aquidauana (PPGeo/CPAQ). E-mail: edwina.santos@ufms.br.

Eliana Lamberti: Graduada em Ciências Econômicas pela UFMS. Especialista e mestra na área de Desenvolvimento Regional também pela UFMS, doutora em Economia do Desenvolvimento pela UFRGS. Atualmente é professora titular da Uems e pesquisadora dos temas relacionados ao desenvolvimento regional, relações socioeconômicas em região de fronteira (Brasil / Paraguai) e Direito e Economia. Integrante dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (Gesthos/Uems: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9166676557819419), Organizações, Governo e Sociedade (OGS/Uems: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8728537042988195). E-mail: eliana@uems.br.

Eliane Cristina de Sá: Graduada do Curso de Geografia da UFMS, Campus de Aquidauana. Email: lica_sa@yahoo.com.br.

Fabiola Castelo de Souza Cordovil: Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP, com período sanduíche na Universidade de Barcelona. Mestre em Geografia pela UFSC, especialista em Urbanismo e História da Cidade (UFSC) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFSC). É docente associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEM, docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UEM, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UEM/UEL. É líder do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Paraná e participa do grupo de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles - RMM. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Urbanismo e Ordenamento Territorial, atuando principalmente nos temas: espaço urbano e regional, planos diretores participativos, planos locais de habitação de interesse social, urbanismo e história da cidade, evolução urbana e planejamento regional. E-mail: fcscordovil@uem.br.

Felipe César Augusto Silgueiro dos Santos: Mestre, bacharel e licenciado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (PPGG – FCT/Unesp), Campus de Presidente Prudente. Tem atuado como professor substituto nas disciplinas de Estágio Supervisionado III e IV no curso de licenciatura em Geografia da mesma instituição de ensino superior. Realiza atividades voltadas a estimular o desenvolvimento acadêmico de graduandas, graduandos, pós-graduandas e pós-graduandos com cursos voltados à escrita acadêmica. Além de docente substituto é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição de ensino superior (PPGG – FCT/Unesp), na qual desenvolve pesquisa doutoral voltada à compreensão da produção do espaço urbano observada a partir do processo de fragmentação socioespacial. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, Geografia Urbana e Ensino de Geografia. E-mail: felipe.cesar@unesp.br.

Geisa Zanini Rorato: Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestra e doutora em Planejamento Urbano e

Regional pela UFRGS. Professora do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. É integrante do o Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre e do GP Terra – Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana (UFRGS). E-mail: geisazr@gmail.com.

Giovane Silveira da Silveira: Docente no PPGDRS (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, Mestrado Acadêmico), a partir de 2019, e no Curso de Ciências Econômicas ofertado na Unidade Universitária da Uems, em Ponta Porá. Doutor em Geografia pela FCH (Faculdade de Ciências Humanas) da UFGD, com mestrado em Educação e bacharelado em Ciências Econômicas, ambos pela UFMS. Atua na área de Teoria Microeconômica, Economia Internacional, além de Cartografia Temática; como também em Geografia Econômica e Desenvolvimento de Indicadores Socioeconômicos Regionais, estes últimos com linguagens de programação do tipo R (RStudio) e Python (Pandas/Jupyter Notebook). Líder do Gedais - Grupo de Estudo de Disparidades Socioeconômicas. E-mail: giovane@uems.br

Gleicy Denise Vasques Moreira: Doutora em Desenvolvimento Regional pela Unisc. Mestra em Agronegócio pela UFMS. Especialista em Inovação Tecnológica pela UFMS. Graduada em Ciências Econômicas pela UFMS. Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Docente da UFMS, credenciada no programa de mestrado em Estudos Fronteiriços. Atuação nas áreas de desenvolvimento regional, planejamento público, fronteira, direito financeiro, direito e economia. E-mail: gleicy.vasques@ufms.br.

Gustavo Rodrigo Milaré Montoia: Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap). Atualmente é professor de ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino, pesquisador-colaborador do Laboratório de Estudos das Cidades da Univap e escreve mensalmente para o Jornal Semanário de Jacareí com temas relacionados ao espaço urbano. Possui a Formação Normal (Magistério) para Séries Iniciais a nível profissionalizante pelo Cefam-SJC, licenciatura plena, bacharelado em Geografia e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Univap. Atua na área de Planejamento Urbano e Regional e suas interfaces com a Geografia; Pequenas Cidades da Amazô-

nia; Geografia e Antropologia nas Pequenas Cidades da Amazônia; Produção/dinâmica do Espaço. E-mail: milaremontoia@hotmail.com.

Henriete Selênia Müller Grade: Arquiteta e urbanista com Especialização em Arquitetura de Interiores e em Gestão Pública. Cursando Mestrado através do Programa Associado UEM/UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pesquisa em políticas habitacionais em pequenos municípios. Integrante do Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos (Lapha). Atuando como arquiteta e urbanista no setor público, na esfera municipal, desde 2007. Membro do Grupo Técnico para Revisão do Plano Diretor Municipal de Ibiporá. Membro da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis da Prefeitura de Ibiporá. Membro do Conselho Municipal de Saneamento de Ibiporá-PR. Membro do Conselho da Pessoa com Deficiência de Ibiporá. Membro do Conselho Gestor do Parque Estadual de Ibiporá. E-mail: henriete.muller@gmail.com.

Ingrid Moraes Lima: Graduada no curso de licenciatura em Geografia pela UFMS, Campus de Aquidauana (CPAQ) no ano de 2021. Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Campus de Aquidauana (PPGEO/CPAQ). E-mail: Ingrid.moraes@ufms.br.

Juan Marco da Silva Viana: Mestrando do Curso de Geografia da UFMS, Campus de Aquidauana. Bolsista Capes. E-mail: juanmvsc@gmail.com.

Kelly Cristina Rigoldi: Graduada no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia, mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Ambiente, Sociedade e Geotecnologias (Gepag). Com experiência na área de Geografia, com ênfase em qualidade ambiental, resíduos sólidos, geotecnologias e desigualdade socioespacial. E-mail: kellyrigoldi@gmail.com.

Luana Pavan Detoni: Graduada e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É integrante do Grupo de Pesquisa Cidade+Contemporaneidade (CNPq/UFPel); do GPTerra – Grupo de Pesquisa Território, Região e Rede Urbana (UFRGS) e da

Mikripoli – Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (CNPq). E-mail: luanadetoni@gmail.com.

Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli: Graduada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Unesp. Atualmente é professora dos Cursos de Geografia - Bacharelado e Licenciatura - da UEMS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Produção do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de desenvolvimento urbano, políticas habitacionais, cidades médias e pequenas, produção do espaço urbano e regional.

Marcus Vinícius Barbosa Vieira: Mestrando em Estudos Fronteiriços pela UFMS, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador sobre Economia da Felicidade e fronteira. E-mail: marcus.vieira@ufms.br.

Maria José Martinelli Silva Calixto: Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado), mestrado e doutorado em Geografia, pela Unesp, campus de Presidente Prudente, e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora Titular (UFGD) e credenciada no Programa de Pós-Graduação - mestrado e doutorado - em Geografia da mesma instituição. É coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – Leua/UFGD, membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (Mikripoli), do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e do Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (Terrha). E-mail: mjmartinelli@yahoo.com.br.

Milton Augusto Pasquotto Mariani: Pós-Doutorado em Administração e doutor em Geografia (Geografia Humana) pela USP. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), graduado em Geografia pela Unesp. Docente da UFMS, credenciado nos programas de mestrado em Administração e Estudos Fronteiriços. Atuação nas áreas de administração, turismo, desenvolvimento regional e local, tecnologias sociais, economia solidária e planejamento turístico. E-mail: milton.mariani@ufms.br.

Monique Bruna Silva do Carmo: Possui Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Univap. Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Univap, com estágio de Pesquisa no Exterior, Indiana University no laboratório ACT (Anthropological Center for Training and Research). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Univap - com Estágio de Pesquisa no Exterior, Indiana University. Pesquisadora associada ao Casel (Center for the Analysis of Social-Ecological Landscapes) e Pesquisadora associada ao Laboratório de Estudo das Cidades - Univap. Pós-doutoranda (CNPq) em Sensoriamento Remoto LiSS/OBT no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-Inpe. Atuando nos seguintes temas: Pequenas cidades da Amazônia, Rede e Hierarquia Urbana, Tipologia de Pequenas Cidades Ribeirinhas, Planejamento Urbano e Regional e Geotecnologias. E-mail: moniquebruna@ymail.com.

Obedias Miranda Belarmino: Mestre em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela Uems. E-mail: obedias.miranda.22@hotmail.com.

Paulo Fernando Jurado da Silva: Graduado em Geografia, licenciatura, pela Unesp, em Presidente Prudente. Mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição, com estadia de investigação científica na Pontifícia Universidad Católica de Chile, em Santiago, e na Universidad de Buenos Aires, na Argentina, doutorado-sanduíche pela Universidad de La Habana, em Cuba, tendo realizado Pós-Doutorado pela USP. Foi professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Unesp em Presidente Prudente, nos cursos de Geografia e Arquitetura e Urbanismo, Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (EscolaGov). Na Uems, fundou o periódico Geofronter como editor, foi membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), atuou na comissão deliberativa do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e exerceu o cargo de direção/administração da Uems como gerente. Atualmente, é professor associado, nível V (Uems), nos cursos de Geografia (bacharelado e licenciatura), em Campo Grande, credenciado como Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Uems, em Ponta Porã. Além disso, é líder do Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Território e Redes (GTTER) e da Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades

(Mikripoli), composta por 30 pesquisadores do Brasil e estrangeiro, assim como membro do Observatório del Pensamiento Iberoamericano (OPIA), parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Boletim Paulista de Geografia (BPG), entre outros periódicos. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica, Geografia Urbana e Pensamento Geográfico, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica regional, urbana e econômica; uso corporativo do território, poder, telecomunicações e tecnologias.

Renata Vieira de Melo: Graduada no curso de licenciatura em Geografia e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unifal. Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica regional, econômica e especialização produtiva. Atuou como professora de Educação Básica (PEB) em Geografia na SEE-MG (2014-2022). É bolsista de doutorado pela agência de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (2022-2026). E-mail: renata.vieirademelo78@gmail.com.

Rosele Marques Vieira: Possui graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Engenharia de Produção pela UFSM, doutorado em Economia do desenvolvimento pela UFRGS. Atualmente é professora efetiva da Universidade Estadual de Uems, atuando nos cursos de graduação em Economia, Administração Pública (EAD) e no Programa de Pós-graduação em desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (Uems). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em desenvolvimento. Atuando principalmente nos seguintes temas: mercado de trabalho, economia solidária, desenvolvimento e crescimento econômico, desenvolvimento regional/local, faixa de fronteira, métodos de análise regional (estrutural-diferencial e medidas regionais). E-mail: roseleuems@gmail.com.

Sandra Terezinha Malysz: Doutoranda e mestra em Geografia pela UEM, Especialista em Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e Ufscar. Bacharel em Geografia pela UEM, licenciada em Geografia pela Unespar. Docente da Unespar. Membro dos grupos de pesquisa: Educação Geográfica e Formação de Professores de Geogra-

fia (Eduprogeo); Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (Geurf); Grupo de Estudos Urbanos (Geur/UEM); Laboratório de Pesquisas Geoambientais (Lapege). Tem experiência na área de Ensino de Geografia, Educação Ambiental e Planejamento Rural e Urbano, atuando principalmente em projetos relacionados ao ensino de Geografia e formação de professores, Estudo do Meio, Educação Ambiental, recursos hídricos e saneamento rural. E-mail: sandra.malysz@ies.unespar.edu.br.

Valéria Lima: Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UEM na área de cartografia e geoprocessamento do departamento de Geografia. Doutora e mestra em Geografia pelo programa de pós-graduação em geografia da Unesp. Tem experiência na área de análise de Qualidade Ambiental, geoprocessamento e sensoriamento remoto. Atua principalmente nos seguintes temas: qualidade ambiental urbana, planejamento urbano e ambiental, mapeamento participativo, geoprocessamento e sensoriamento remoto. E-mail: vlima@uem.br.

Viviana Mendes Lima: Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade (USP/Faculdade de Saúde Pública). Formada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Univap, mestre em Planejamento Urbano e Regional. Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos das Cidades. Pesquisadora Pós-doutoranda (Capes-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em Planejamento Urbano e Regional na Univap. Participou do Projeto Rondon Operação Grão-Pará em janeiro de 2008. Também possui formação Técnica em Enfermagem pela Escola Fundação Johnson de São José dos Campos, SP. No período de agosto 2005 a dezembro de 2006 exerceu a função de Técnica em Enfermagem na Apac-Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no Presídio Feminino de São José dos Campos, SP. Em 2007 ministrou aulas para o Ensino Fundamental e Médio em Escola Estadual no município de Jacareí, SP. Em janeiro de 2008, participou como membro capacitadora do Projeto Rondon na Operação Grão-Pará, no Município de Madeiro, Piauí. Está na coordenação do Inic – Médio e Técnico – Encontro de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Inic Jr e Inid anual da Univap. Foi Tutora de Educação a Distância - (EAD) do Curso de Gestão Ambiental – Unopar. Professora Convidada do Curso de EAD – Especialização em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública (USP). Está como membro do CEP – Comitê de

Paulo Fernando Jurado da Silva | Giovane Silveira da Silveira |
Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli | Maria José Martinelli Silva Calixto (Orgs.)

Ética em Pesquisa da Univap. É voluntária na Instituição – Centro Dandara de Promotoras Legais Populares que trabalha com mulheres em situação de violência e membro das Quilombelas – Núcleo de Mulheres Negras de São José dos Campos-SP. Desenvolve pesquisas com ênfase em: Geografia, Estudos Urbanos, Geografia da Saúde e Saúde Global e Pequenas Cidades da Amazônia e Saúde. E-mail: geolimabrazilch@yahoo.com.br.

Título	Brasil, pandemia e pequenas cidades
Organizadores	Paulo Fernando Jurado da Silva Giovane Silveira da Silveira Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli Maria José Martinelli Silva Calixto
Assistência Editorial	Andressa Marques Taís Rodrigues
Capa	Larissa Codogno
Projeto Gráfico	Guilherme Cardoso
Preparação	Talita Franco
Revisão	Marcia Santos
Formato	14x21
Número de Páginas	384
Tipografia	Adobe Garamond Pro
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Setembro de 2023

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.



Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100